

**ANDRÉ VASCONCELOS FERREIRA**

**O ESPAÇO TRANSITÓRIO SOCIALISTA NO MOVIMENTO  
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, EM SANTA  
CATARINA, BRASIL, DE 1985 A 2010**

**Florianópolis  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**ANDRÉ VASCONCELOS FERREIRA**

**O ESPAÇO TRANSITÓRIO SOCIALISTA NO MOVIMENTO  
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, EM SANTA  
CATARINA, BRASIL, DE 1985 A 2010**

**Orientador: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued**

**TESE DE DOUTORADO**

**Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano**

**Florianópolis**

**2011**

# **O espaço transitório socialista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Santa Catarina, Brasil, de 1985 a 2010**

**André Vasconcelos Ferreira**

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de **Doutor em Geografia**.

---

Profa. Dra. Magaly Mendonça  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

## **Comissão Examinadora:**

---

Prof. Orientador Dr. Idaleto Malvezzi Aued (GCN – UFSC)

---

Prof. Dr. Eleuterio Fernando da Silva Prado (USP)

---

Prof. Dr. Edu Silvestre Albuquerque (UFRN)

---

Profa. Dra. Bernardete Wrublewski Aued (UFSC)

---

Prof. Dr. Ewerton Vieira Machado (GCN – UFSC)

---

Prof. Dr. Nazareno José de Campos – Suplente (UFSC)

Florianópolis  
2011

À luta da classe trabalhadora  
por uma existência auto-  
realizadora.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que me apoiaram durante a realização desta pesquisa e no percurso da minha vida até este momento; àqueles com os quais convivi, pude aprender e construir uma visão de mundo, um caminho, em movimento.

Neste sentido, agradeço aos meus pais, Assuéro e Neusa, por me darem a liberdade material necessária, e os mais importantes fundamentos espirituais, para que eu pudesse seguir a vida com amor e responsabilidade.

Agradeço à Elisa, ao Gabriel, à Marisa e ao Régis, grandes companheiros de jornada; cada um, ao seu modo, contribuiu, sofreu e vibrou bastante com a realização deste trabalho. Estendo os agradecimentos aos familiares e amigos destes companheiros, pela força que, direta ou indiretamente, me foi dada; como aos meus demais familiares e amigos, entre eles, a Elisângela, que contribuiu bastante fazendo a revisão ortográfica desta Tese, a Selma, que muito amigavelmente traduziu para a língua inglesa o Resumo da mesma, dentre outros, que, mesmo não tendo sido diretamente citados aqui, foram fundamentais na minha existência.

Também agradeço ao Prof. Idaletto Aued, meu Orientador durante o Doutorado, que de forma responsável e democrática partilhou comigo suas experiências de pesquisa e seu trabalho, tendo contribuído singularmente para a realização deste trabalho de pesquisa. Agradeço, ainda, aos professores Eleutério Prado, Edu Albuquerque, Bernardete Aued e Ewerton Machado, pela participação criteriosa na minha Defesa de Tese e, sobretudo, pela possibilidade do diálogo que me proporcionaram.

Ademais, agradeço aos professores, alunos e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO/ UFSC, com os quais tive uma relação bastante virtuosa, através de particular referência à Prof<sup>ª</sup>. Magaly Mendonça, coordenadora do Programa, à Marli Costa, secretária do mesmo, e aos colegas de trabalho teórico e organizativo da Revista Discente Expressões Geográficas, entre eles, o André, o Harideva, o Luciano, o Marcos e o Ricardo; também, aos colegas da UFSC que não pude citar nominalmente, sob pena de tornar o texto excessivo, com os quais tive uma convivência muito gratificante.

Faço, ainda, profundos agradecimentos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em especial, aos companheiros

de Floripa, entre eles, a Camila, a Dani e o Lavratti, que acolheram minhas preocupações de pesquisa, valorizaram minha militância e muito me ensinaram sobre a luta da classe trabalhadora; também agradeço à Daia, que de forma bastante solidária transcreveu uma das entrevistas realizadas durante esta pesquisa, além do Celestino, da Irma, do Santin e de toda a família Sem Terra, que me recebeu em seus lares, apoio meu trabalho e com quem estive, lado a lado, “na luta”. Cito, ainda, a Gina, o Nauro e os demais companheiros da Consulta Popular que também estiveram presentes nesta luta.

Finalmente, agradeço ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por meio de especial referência ao Marcelos e ao Eron, funcionários da Superintendência Estadual do INCRA/ SC, que, prontamente, me receberam e se dispuseram a me ajudar. Também, à Universidade Federal de Santa Catarina que me acolheu durante a minha atividade no Mestrado e, posteriormente, no Doutorado em Geografia; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que me contemplou com uma bolsa de assistência à pesquisa no Doutorado, como já havia realizado durante minha permanência no Mestrado e na Graduação, para que eu pudesse levar adiante meu trabalho como pesquisador.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo elucidar a construção do espaço transitório socialista, com ênfase para o seu desenvolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Santa Catarina, Brasil, de 1985 a 2010. Segundo o referencial teórico desta pesquisa, o espaço transitório socialista atua como espaço de superação do capitalismo, segundo o movimento autônomo da classe trabalhadora, em vista do acirramento das contradições sociais geradas pelo desenvolvimento hegemônico do capital. Destaque-se que o referido modo de produção social permite o crescimento das forças produtivas da sociedade com base na ampliação do trabalho coletivo (cooperação); porém, mediante a dominação do capital, as forças produtivas do trabalho coletivo impulsionam o processo da alienação do trabalho, em vista da crescente apropriação privada dos meios de produção sociais. O capitalismo produz, assim, ao passo da maior concentração e centralização do capital, forças sociais, cada vez mais, destrutivas, materializadas na crescente miséria da classe trabalhadora, incluindo os povos tradicionais, também tornados proletários, enfim, desprovidos do acesso aos meios de produção sociais. Partindo disso, buscou-se enfatizar o movimento histórico desencadeado autônoma e contraditoriamente pela classe trabalhadora, na perspectiva da superação do capitalismo, como base para o desenvolvimento das ações constituídas pelo MST, também no caso de Santa Catarina, entre 1985 e 2010. O método científico aqui reunido buscou inspiração, principalmente, na práxis dialético-materialista desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels que, partindo do estudo das condições de produção da existência social em cada período histórico, identifica a luta de classes como motor do desenvolvimento social, notadamente, no período de ascensão da propriedade privada, que em se tratando do capitalismo desenvolve-se a partir da oposição entre capital e trabalho. Observe-se, ainda, em termos do período atual, a teorização de Milton Santos sobre o desenvolvimento da “globalização” capitalista como hegemonia contraditória das ações movidas verticalmente pelos grandes capitais transnacionais, em conflito com a organização horizontal dos “homens pobres e lentos” do planeta; bem como a teoria de Eleutério Prado sobre o desenvolvimento da pós-grande indústria moderna, que indica a maior centralidade da produção científico-tecnológica na atualidade – a qual repercute, também, na definição do atual sujeito revolucionário. Já no que se refere à produção da vida realizada pelo MST, verificou-se a tentativa de superação das oposições historicamente

constituídas entre a base técnica de produção da sociedade e sua respectiva atividade política e cultural, também em vista da realização de uma superior cooperação. Ademais, repercute também no interior do Movimento Sem Terra a contradição entre capital e trabalho, cuja superação se relaciona não apenas ao MST, mas ao desenvolvimento da luta de classes em geral, caracterizada, atualmente, sob o ponto de vista dos trabalhadores, pela luta popular e anti-imperialista, que diz respeito ainda à práxis do MST, para a qual esta pesquisa buscou contribuir através do diálogo com a práxis científica aqui reunida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Socialismo; Transição; Pós-Grande Indústria Moderna; Luta de Classes; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

### **ABSTRACT**

The objective of this paper is to analyse and explain the construction of a transitory socialist space, emphasizing the Movement of the Landless Rural Workers (MST) in Santa Catarina, Brazil, from 1985 to 2010. According to the various literature as part of this research, this transitory socialist space acts as a means of this independent working class movement overcoming capitalism, and taking into account social contradictions engendered by economic development. The aforementioned way of social production allows the growth of the productive forces in society. This is based on the increase of co-operative work. However, through capital domination, the productive forces of co-operative work then stimulate the process of alienation with regard to increasing private appropriation of forms of social production. As such, capitalism produces social forces that are more and destructive due to the greater concentration and centralization of capital. This results in the suffering of traditional rural people who also become working class and who are ultimately unable to gain access to ways of social production. Therefore this study has sought to emphasize the historical movement that emerged in an autonomous and contradictory way from the working class in its efforts to overcome the capitalism, on the basis of

development of actions by the MST, and also in the case of Santa Catarina between 1985 and 2010. The scientific method gathered here found particular inspiration in the dialectical materialism praxis developed by Karl Marx and Friedrich Engels who, having as reference conditions of social production in each historical period, identified the class struggles as an engine of social development. This was most apparent in the private property boom, which developed from the opposition between capital and labour. Of equal importance are the current theories of Milton Santos regarding the development of capitalist “globalization” as contradictory hegemony of actions in vertical motion by large multinational capitals, in conflict with the horizontal organization of the “poor and weak”; As Eleutério Prado’s theory about the development post-large modern industry, which indicates the bigger centrality of scientific and technological production in recent times – which is relevant to the definition of a revolutionary man. In terms of life production carried out by MST, one can verify their attempt to overcome historical oppositions by comparing technical production in society and the movement’s political and cultural activities – the aim being for a superior level of cooperation. Moreover, the contradiction between capital and labour in the Movement of Landless Rural Workers is evident. The overcoming of this is not just related to the MST, but to the development of class struggles in general, characterized, in workers view, by popular struggle and anti-imperialism. But the last one is related to the MST praxis, for which this research tried to contribute towards through dialogue with scientific praxis gathered here.

**Key words:** Socialism, Transition, post-large modern industry; class struggles; the Movement of landless Rural Workers (MST).

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**ABRA** - Associação Brasileira de Reforma Agrária

**AIT** - Associação Internacional dos Trabalhadores

**BIRD** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial

**CEB** - Comunidades Eclesiais de Base

**CIMI** - Comissão Indigenista Missionária

**COMINTERN** - III Internacional Comunista

**CONCLAT** - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

**CONCRAB** - Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – MST

**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**COOPEROESTE** - Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste

**COOPERJUS** - Cooperativa Regional de Comercialização Justino Drazewiski

**CPA** - Cooperativa de Produção Agropecuária

**CPC** - Centro Popular de Cultura

**CPI** - Comissões Parlamentares de Inquérito

**CPS** - Cooperativa de Prestação de Serviços

**CPT** - Comissão Pastoral da Terra

**CUT** - Central Única dos Trabalhadores

**EIV** - Estágio Interdisciplinar de Vivência

**EUA** – Estados Unidos da América

**EZLN** - Exército Zapatista de Libertação Nacional

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**JK** - Juscelino Kubitschek

**KPD** - Partido Comunista Alemão

**NEAD** - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

**NEP** - Nova Economia Política

**MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens

**MASTER** - Movimento de Agricultores Sem Terra

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MMC** - Movimento de Mulheres Camponesas

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**NAFTA** - Mercado Comum dos países da América do Norte

**OGM** - organismo geneticamente modificado

**OMC** - Organização Mundial do Comércio

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PA** – Projeto de Assentamento

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PCUS** - Partido Comunista da União Soviética

**PFL** - Partido da Frente Liberal

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PNRA** - Plano Nacional de Reforma Agrária

**PSB** - Partido Socialista Brasileiro

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**SCA** - Sistema Cooperativista dos Assentados

**SPD** – Partido Social Democrata Alemão

**STR** - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

**UDR** - União Democrática Ruralista

**UNE** - União Nacional dos Estudantes

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras e Gráficos

**Figura 1:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1985 – 2010). Autores: André V. Ferreira e Harideva M. Égas (2011) .....p. 211

**Figura 2:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1985 – 1989). Autores: André V. Ferreira e Harideva M. Égas (2011) .....p. 212

**Figura 3:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1990 - 1994). Autores: André V. Ferreira e Harideva M. Égas (2011) .....p. 224

**Figura 4:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1995 – 1999). Autores: André V. Ferreira e Harideva M. Égas (2011) .....p. 225

**Figura 5:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (2000 – 2004). Autores: André V. Ferreira e Harideva M. Égas (2011) .....p. 254

**Figura 6:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (2005 – 2010). Autores: André V. Ferreira e Harideva M. Égas (2011) .....p. 255

**Figura 7:** Manifestantes são atacados pela polícia egípcia na ponte Qasr al-Nil, perto da Praça Tahrir, no Cairo, em 28 de janeiro. Autor: Robert Fisk (2011) .....p. 261

**Figura 8:** Produção agroindustrial de laticínios organizada pelo MST na Cooperoeeste. São Miguel do Oeste/ SC. Maio de 2010.

Autor: José A. Bran (2010) .....p. 291

**Figura 9:** Produção agroindustrial de frangos organizada pelo MST na Cooperunião. Dionísio Cerqueira/ SC. Maio de 2010.

Autor: José A. Bran (2010) .....p. 291

**Figura 10:** Comemoração dos 25 anos do MST no Assentamento 25 de maio. Abelardo Luz/ SC. Maio de 2010.

Autor: José A. Bran (2010) .....p. 292

**Figura 11:** Símbolo da primeira ocupação do MST realizada no estado de Santa Catarina, em 25 de maio de 1985. Abelardo Luz/ SC. Maio de 2010. Autor: José A. Bran (2010) .....p. 292

**Figura 12:** Símbolo da luta do MST em parede do Assentamento Conquista na Fronteira. Dionísio Cerqueira/ SC. Maio de 2010.

Autor: José A. Bran (2010) .....p. 293

**Figura 13:** Símbolo da organização interna do Assentamento Conquista na Fronteira. Dionísio Cerqueira/ SC. Maio de 2010.

Autor: José A. Bran (2010) .....p. 293

**Figura 14:** Atividade do Setor de Educação do MST: Encontro das Crianças Sem Terrinha. Florianópolis/ SC. Outubro de 2008.

Autor: André V. Ferreira (2008) .....p. 294

**Figura 15:** Atividade do Setor de Frente de Massas do MST: Ocupação de terra. Taió/ SC. Agosto de 2009.

Autor: André V. Ferreira (2009) .....p. 294

**Figura 16:** Produção agroindustrial de ração organizada pelo MST na Cooperunião. Dionísio Cerqueira/ SC. Outubro de 2008.

Autor: André V. Ferreira (2008) .....p. 295

**Figura 17:** Coletiva de Imprensa organizada pelo MST, por ocasião da prisão de dois integrantes do Movimento, quando do apoio à luta pela resistência na terra de comunidades tradicionais em Imbituba/ SC. Florianópolis/ SC.

Autora: Elisa R. Dassler (2010) .....p. 295

**Gráfico 1:** Distribuição percentual dos assentamentos dos municípios da amostra segundo o período de sua criação, por manchas.

Autor: André V. Ferreira (2008) .....p. 223

**Gráfico 2:** Estado de Santa Catarina. Áreas totais dos assentamentos de reforma agrária, segundo períodos de tempo determinados.

Autor: André V. Ferreira (2008) .....p. 253

## SUMÁRIO

|  |       |
|--|-------|
| INTRODUÇÃO.....  | p. 01 |
| <br>   |       |
| CAPÍTULO 01: O ESPAÇO TRANSITÓRIO SOCIALISTA: DA GESTAÇÃO AO NASCIMENTO – INCLUINDO SUA EXPRESSÃO NA OBRA DE KARL MARX .....           | p. 13 |
| 1. 1. A teoria de Marx e o espaço transitório socialista .....   | p. 13 |
| 1.2. Antecedentes do modo de produção capitalista: a luta de classes na aurora do período histórico de ascensão da burguesia .....     | p. 25 |
| 1.3. Manufatura, Estado absolutista e Socialismo utópico .....   | p. 34 |
| 1.4. Indústria moderna, Estado burguês e Socialismo científico .....   | p. 48 |
| <br>   |       |
| CAPÍTULO 02: O ESPAÇO TRANSITÓRIO SOCIALISTA NO PERÍODO DE SUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA MODERNA .....  | p. 68 |
| 2.1. Aspectos gerais do espaço transitório socialista no período de superação da indústria moderna .....                               | p. 68 |
| 2.2. O espaço transitório socialista no período inicial de superação da indústria moderna: de 1825 ao último lustro do século XIX..... | p. 81 |

|   |        |
|---|--------|
| 2.3. O espaço transitório socialista no período avançado de superação da indústria moderna: do último lustro do século XIX ao fim da década de 1970 ..... | p. 110 |
|---|--------|

|   |        |
|---|--------|
| CAPÍTULO 03: O ESPAÇO TRANSITÓRIO SOCIALISTA NO MOVIMENTO SEM TERRA: ENTRE A CONTRA-REVOLUÇÃO IMPERIALISTA E O NOVO ASCENSO DOS MOVIMENTOS HORIZONTAIS DE MASSA DOS TRABALHADORES ..... | p. 147 |
|---|--------|

|   |        |
|---|--------|
| 3.1. Elementos teórico-metodológicos pertinentes ao espaço transitório socialista no período de ascensão do Movimento Sem Terra ..... | p. 147 |
|---|--------|

|  |        |
|--|--------|
| 3.2. Antecedentes do surgimento do MST – incluindo a especificidade do território brasileiro ..... | p. 167 |
|--|--------|

|  |        |
|--|--------|
| 3.3. Periodização sobre o desenvolvimento do espaço transitório socialista no MST – com ênfase no estado de Santa Catarina ..... | p. 187 |
|--|--------|

|                            |        |
|----------------------------|--------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... | p. 261 |
|----------------------------|--------|

|                  |        |
|------------------|--------|
| REFERÊNCIAS..... | p. 273 |
|------------------|--------|

|                |        |
|----------------|--------|
| APÊNDICES..... | p. 284 |
|----------------|--------|

## Introdução

“Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.

Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas. A dificuldade começa, ao contrário, somente quando se passa à consideração e à ordenação do material, seja de uma época passada ou do presente, quando se passa à exposição real. A eliminação dessas dificuldades é condicionada por pressupostos que não podem ser expostos aqui, mas que resultam apenas do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época. Destacaremos, aqui, algumas dessas abstrações, a fim de contrapô-las à ideologia, ilustrando-as com alguns exemplos históricos”.

*Karl Marx e Friedrich Engels, A Ideologia Alemã.*

O tema desta pesquisa refere-se ao processo de reprodução do ser social, cujo estágio atual realiza-se com a superação do capitalismo, tendo em vista o mais elevado desenvolvimento da negação dos trabalhadores assalariados, sem falar dos povos tradicionais, sob o avanço do referido modo de produção social. Enfatize-se, de acordo com Karl Marx (2004a), que: “[...] o declínio e o empobrecimento do trabalhador são o produto de seu trabalho e da riqueza por ele produzida. A miséria que resulta, portanto, da essência do trabalho hodierno mesmo” (MARX, 2004a, p. 30).

Este último autor identifica o crescimento da cooperação, seguido pelo aumento da divisão social do trabalho – no processo da manufatura burguesa, seguido pela indústria moderna, através do desenvolvimento das relações de produção assalariadas – como fonte da ampliação das forças produtivas sociais realizadas sob o modo de produção capitalista. No entanto, ao passo do desenvolvimento da produção social realizado mediante o capitalismo, mantém-se a apropriação privada de mercadorias e meios de produção sociais, tendendo a impulsionar, no contexto da livre concorrência mercantil, os processos de concentração e centralização do capital. Disso resulta, em última instância, o crescimento sem precedentes da alienação do trabalho, que se reflete no aumento da contradição social entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção sociais, na forma da oposição entre capital e trabalho, finalmente, a forma mais elevada do desenvolvimento da propriedade privada, que se coloca como uma superior contradição social que tende a ser superada.

O comunismo, ainda segundo Marx (MARX, 2004a), surge como espaço de negação da negação do modo de produção capitalista, ou seja, espaço de negação do mais elevado desenvolvimento (e contradição) da propriedade privada. Marx, ademais, explica:

Que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e conseqüências dessa relação (MARX, 2004a, p. 88).

Esta última construção teórica, bem como suas manifestações práticas, no entanto, foram bastante combatidas, especialmente – embora não apenas – após a derrocada das experiências socialistas do Leste europeu e da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre 1989 e 1991, quando ganhou corpo na discussão acadêmica e política a idéia de que a humanidade teria superado a perspectiva da ação revolucionária em vista do simples desenvolvimento

da democracia liberal burguesa, cabendo, a partir de então, aprimorar racionalmente esta última, bem como expandí-la pelo mundo. As teses sobre a história se basearam, a partir de então, na chamada teoria do “fim da história”, que se desenvolveu, segundo Perry Anderson (1992), com base no pensamento do filósofo alemão Georg F. Hegel, que fora retomado pelo ideólogo estadunidense Francis Fukuyana (1992), com base no pressuposto da racionalidade absoluta do Estado liberal burguês.

Há ainda que destacar, no que se refere ao combate recente às idéias de Marx – estas últimas, como expressão do movimento autônomo da classe trabalhadora – a publicação do livro *Adeus ao Proletariado*, do filósofo André Gorz (1982). Este autor, de acordo com o sociólogo Ricardo Antunes (1997):

[...] capturando uma tendência em curso que indicava uma significativa redução do operariado industrial nas sociedades capitalistas avançadas [...] tentava questionar, na raiz, a revolução do trabalho e desse modo ajudava a desnortear ainda mais a esquerda tradicional (ANTUNES, 1997, p. 09).

Entretanto, não foram todos os trabalhadores intelectuais e militantes políticos que anunciaram o “fim da história”, incluindo a “morte da classe trabalhadora”; muitos deles continuaram observando a luta pelo socialismo<sup>1</sup>, ainda que sob diferentes matizes, entre eles, o próprio Ricardo Antunes (1997), além de Istvan Mészáros (2002), Ernest Mandel (1991), Eleutério Prado (2005), Milton Santos (2006), Idaleto Aued (1999), dentre outros. Há de se destacar que entre os autores da chamada esquerda houve a necessidade de tentar entender a crise a que chegara o socialismo, em particular, no início dos anos 1990 (AUED, 1995; GORENDER, 1992). O período que sucedeu imediatamente a queda do socialismo no leste europeu não poderia, efetivamente, deixar de produzir teorias tentando explicar a crise ideológica e organizativa da classe trabalhadora, embora muitos tenham desistido da tarefa, como de toda a luta pela transformação revolucionária da sociedade. O combate entre as classes, porém, não cessou, e foram importantes, neste período, as análises críticas sobre a

---

<sup>1</sup> Considera-se aqui o socialismo, ou o espaço transitório socialista, como período histórico de transição do capitalismo para o comunismo, por intermédio do processo da organização autônoma e horizontal da classe trabalhadora.

“globalização” capitalista, mostrando seus efeitos negativos e insistindo em novas alternativas sociais (CHESNAIS, 1996; KURZ, 1992; SANTOS, 2006).

Em se tratando da ciência geográfica, segundo a perspectiva teórica construída por Milton Santos, a década de 1990 marca o advento de uma profunda hegemonia das chamadas “verticalidades”, ações organizadas na forma de redes técnicas, científicas e informacionais movidas por grandes empresas capitalistas, segundo interesses privados, conformando uma “globalização perversa”. Santos (2006), contudo, embora percebendo a crise das “horizontalidades”, em se tratando das ações coletivas organizadas a partir de interesses solidários, enfatizou que a resistência dos lugares a uma absoluta integração vertical do uso do território poderia atingir as escalas territoriais mais elevadas, ao ponto de conformar “uma outra globalização” – no caso, em vista dos interesses dos “de baixo”, aos quais Santos se refere como “homens lentos”, no caso de setores da sociedade excluídos do “mundo da velocidade”, porém organizados política, econômica e culturalmente.

O próprio Milton Santos, entretanto, não se dedicou com maior profundidade ao estudo das horizontalidades, talvez pela crise das mesmas, especialmente, no hemisfério Norte, durante a segunda metade do século XX, embora tenha indicado um método capaz de apreendê-las, partindo da “desordem” produzida nos lugares por ação de normas verticalmente alheias às solidariedades existentes localmente.

Alguns de seus “seguidores” tiveram êxito em demonstrar a dialética existente na obra miltoniana e, em particular, observar a centralidade técnica e política da contradição social que impulsiona as ações organizadas pelos setores excluídos da sociedade. Dentre esses últimos, além do cineasta Silvio Tendler, diretor do documentário *Entrevista com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá* (2006), que enfatiza a perversidade da globalização capitalista e as ações organizadas pelos “de baixo”, destaca-se a geógrafa Maria A. de Souza (2007), a qual ressalta o papel de “sujeito da transformação social que já se opera” atribuído por Santos aos “homens pobres e lentos do planeta que têm a sabedoria permanente da construção do amanhã” (SOUZA, 2007, p. 14). Embora, também neste último caso, a indicação seja mais metodológica do que, propriamente, uma leitura aprofundada das horizontalidades enquanto tais.

A teoria de Milton Santos, desse modo, permite uma singular aproximação da Geografia com a obra de Karl Marx e, efetivamente, com a luta dos trabalhadores. Tanto com base em aspectos

metodológicos, no que diz respeito, por exemplo, à relação dos seres humanos com a natureza em geral, vista por Marx (2004a) como natureza humanizada, e por Santos (2006), sob inspiração do primeiro, como segunda natureza<sup>2</sup>, como ainda em termos das consequências políticas de ambas as teorias, as quais reconhecem a contradição social, para além da riqueza produzida sob o capitalismo, como elemento impulsionador da ação transformadora do proletariado<sup>3</sup>.

Segundo a opinião de Santos (2006):

Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate vivo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos (SANTOS, 2006, p. 326).

Embora se reconheça que existem diferenças entre os dois autores – por exemplo, Marx atribui papel central ao proletariado industrial na

---

<sup>2</sup> Santos (2009) destaca que: “Os economistas dos séculos XVII e XVIII tinham em mente essa ‘segunda natureza’, modificada pelo trabalho humano. Essa busca, à qual Adam Smith e Ricardo deram um impulso fundamental, culmina com Marx, cujo método procura tornar explícito para abarcar o movimento da sociedade como um todo: a natureza como corpo orgânico do homem; o homem como resultado das suas relações com outros homens e com a natureza; a produção como um dado fundamental das funções exercidas conjuntamente pela natureza e pelo homem, em um dado momento. [...] As condições históricas então presentes permitiram a Marx elaborar as suas teses, que eram ao mesmo tempo uma teoria social e política, uma teoria da natureza e uma ontologia. Mas estas mesmas condições históricas que fizeram com que Marx se tornasse o último dos economistas clássicos levaram, com o reforço do capitalismo e sua racionalidade, a que se entronizasse uma economia neoclássica, um afastamento da velha tradição, com a busca de uma ciência econômica, separada da política, mas também do Homem, transformado numa média – o *Homo economicus*” (SANTOS, 2009, p. 113).

<sup>3</sup> Cabe enfatizar que o proletariado, segundo Marx, caracteriza-se historicamente por sua situação de não-proprietário dos meios de produção, ainda que este último autor observe diferenças entre os diversos segmentos proletários da sociedade, como o proletariado industrial e o lumpemproletariado, inclusive em termos do papel de sujeito histórico desempenhado por cada um destes setores.

transformação da sociedade, enquanto Santos se refere aos “pobres”, ou seja, ao proletariado de maneira geral – é preciso destacar que, diante das profundas controvérsias que separaram as teorias em curso na atualidade do pensamento de Marx, Santos representa uma particular aproximação da Geografia em relação à práxis marxiana. Ainda no que se refere às proximidades existentes entre as referidas teorias, pode-se observar que a própria “esfera comunicacional” que permite aos “pobres” se tornarem “fortemente ativos”, de acordo com Santos, não se separa da base técnica da sociedade – base econômica, segundo Marx – inseparável do processo de transformação social. Em última instância, Santos destaca, conforme citado acima, que a esfera política e cultural, ou “comunicacional”, tem por objetivo desenvolver “novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva”.

Marx, por seu turno, aprofunda o aspecto da indissociabilidade entre técnica e política – também reconhecida, em grande medida, por Santos – ao diferenciar o papel ativo do proletariado industrial em relação ao lumpemproletariado, tendo em vista que a transformação da sociedade passa pela luta por um lugar não apenas no consumo, mas na produção social como um todo<sup>4</sup>.

O proletariado industrial, não havendo perdido por completo a relação com o trabalho, no caso, com a base técnica fundamental da sociedade moderna, representada pela grande indústria moderna, estaria, entretanto, sob constante ameaça de perdê-la, em vista de cair no “exército industrial de reserva”. Sua luta, neste intuito, se daria não apenas no sentido de obter migalhas da produção capitalista, mas por um lugar emancipado na produção social. Cabe ressaltar, que a teoria de Marx, ao destacar o papel central dos trabalhadores industriais, em meio ao proletariado em geral, no interior do processo da superação do capitalismo, não exclui que outros setores da sociedade – por exemplo, camponeses, artesãos, dentre outros segmentos sociais médios, e mesmo o lumpemproletariado – se coloquem como sujeitos da luta social ao lado do proletariado industrial; o que se enfatiza, centralmente, é a

---

<sup>4</sup> Tom Bottomore (1988) observa que: Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx refere-se ao *lumpemproletariado* [...] como “o lixo de todas as classes”, “uma massa desintegrada”, que reunia “indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos”, etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder (BOTTOMORE, 1988, p. 223).

inseparabilidade entre a transformação política, cultural e econômica da sociedade – incluindo sua base técnica fundamental.

A teoria miltoniana, por sua vez, identifica acertadamente que são as ações horizontais realizadas em meio ao proletariado que justificam falar em transformação revolucionária da sociedade, ao passo que as mesmas se chocam radicalmente com os interesses das grandes empresas capitalistas, que tendem a não abrir mão de suas posições monopolistas em favor dos “de baixo”. Desse modo, a teoria da luta de classes encontra-se presente na obra de Milton Santos. E, ao que tudo indica, é esta concepção que separa, fundamentalmente, as teorias atualmente hegemônicas na sociedade da teoria proposta por Karl Marx – e por Friedrich Engels, dentre outros autores que contribuíram para desenvolver a tradição teórico-metodológica iniciada por Marx.

Com relação ao fato teoria miltoniana não haver assumido mais detidamente a pesquisa relacionada aos movimentos horizontalmente produzidos na sociedade – diferente do que Marx realizou, diga-se de passagem, centralmente – pode-se sugerir que os últimos estivessem realmente em crise durante o período em que Santos escreveu suas teorias. Ainda que tal explicação não se justifique por completo, tendo em vista que as ações horizontais do proletariado continuaram a existir em todo este período, sobretudo, nos países localizados ao sul dos principais países imperialistas do planeta, como se pode verificar em se tratando do trabalho de autores como Florestan Fernandes.

No âmbito desta pesquisa, considera-se que o período pós-2ª Guerra Mundial dá início a uma dinâmica, até certo ponto, diferente da luta de classes no mundo, tendo como referência, de um lado, a longa fase de descenso das lutas de massa do proletariado iniciada no hemisfério Norte – em especial, nos países imperialistas liderados pelos EUA – e, de outro, também na perspectiva do esfriamento do conflito entre ocidente (capitalista) e oriente (socialista) neste último hemisfério, a ascensão do conflito envolvendo países imperialistas, localizados no hemisfério, e países antiimperialistas, no hemisfério Sul. Esta característica pode ser verificada no caso das revoluções socialistas que triunfaram na China, em Cuba<sup>5</sup> e no Vietnã, nos anos de 1949, 1959 e

---

<sup>5</sup> O exemplo de Cuba, conforme a análise de Florestan Fernandes (2007), reflete primeiramente a condição neocolonial deste país, o qual teve o sentimento nacionalista acirrado como nenhum outro da América Latina. E encontrou na revolução socialista o caminho para conquistar sua soberania, a qual somente foi declarada dois anos depois da tomada do poder do Estado cubano pelo Exército Popular Revolucionário liderado por

1975, respectivamente, e, ainda, nos movimentos anticolonialistas e antiimperialistas que ocorreram na África e demais países do hemisfério Sul, durante a segunda metade do século XX.

Observe-se que, neste período, principalmente em meio às décadas de 1960 e 1970, quando se aprofundou a crise do modelo keynesiano de acumulação capitalista no centro do sistema econômico mundial, houve forte impulso dos países imperialistas em direção ao hemisfério Sul, onde foram implantadas inúmeras ditaduras militares, mediante o apoio determinante do imperialismo, ficando as exceções por conta dos países que conseguiram vencer militarmente o império estadunidense e seus aliados, a exemplo dos que foram citados acima.

Porém, os “anos de chumbo” do capitalismo, como ficaram conhecidas as referidas décadas do século XX, foram marcados, adicionalmente, pelo acirramento das contradições sociais, como ocorreu em quase toda a América Latina, fazendo despertar, à revelia de qualquer repressão política, uma nova onda de movimentos horizontalmente organizados pelos trabalhadores<sup>6</sup>. No território brasileiro surgiram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Movimento Sem Terra, ou simplesmente MST) e o Novo Sindicalismo, dentre outros movimentos, que eclodiram em fins da década de 1970 e no início da década seguinte. Estes últimos tiveram, inicialmente, como pauta de suas reivindicações a redemocratização política do país, bem como a maior autonomia nacional com relação ao imperialismo, além das questões singularmente levantadas pelos mesmos. No caso específico do MST, observa-se uma questão relacionada com a estrutura do campo brasileiro em que se verifica o predomínio de uma estrutura agrária aparentemente arcaica, mantida pela aliança de setores latifundiários e, mesmo, escravistas, sob o predomínio de segmentos imperialistas instalados no país, ademais, fortalecidos com a entrada de grandes capitais agrícolas e fundiários realizada mediante a

---

Fidel Castro, marcadamente, em vista da oposição sistemática dos EUA ao processo da independência nacional de Cuba.

<sup>6</sup> Destaque-se que tais movimentos organizativos do proletariado ficaram amplamente conhecidos na literatura especializada – especialmente, no campo da sociologia – como novos movimentos sociais, seguindo a tradição impulsionada por Alain Touraine (1989), a qual procurava negar a identidade dos mesmos com as lutas históricas da classe trabalhadora, tendo em vista, em última instância, a ênfase atribuída à forma específica de tais movimentos, aparentemente desconectados das lutas gerais dos trabalhadores, sobretudo, em função da relativa fragmentação em que se encontravam no período que sucedeu as ditaduras militares acima referidas, também durante o relativo descenso das lutas de massa do proletariado no hemisfério Norte.

“modernização” da agricultura brasileira ocorrida durante a ditadura militar iniciada no país em 1964.

Já com o processo da redemocratização brasileira, realizada a partir de 1985, e, notadamente, com a derrocada dos países socialistas do Leste europeu e da URSS, em fins da década de 1980, ocorreu também no Brasil um relativo arrefecimento das lutas de massa dos trabalhadores, ao qual se seguiu um novo incremento da política imperialista no país, que incidiu – como na maior parte do hemisfério Sul – mediante o desenvolvimento do “neoliberalismo”. Esta última fase do desenvolvimento capitalista deu novo impulso à concentração e centralização do capital no planeta, como refletiu em degradação crescente dos trabalhadores.

Por sua vez, na segunda metade da década de 1990 e nos primeiros anos da década seguinte teve início um processo fortemente inspirado por grandes crises econômicas realizadas, inicialmente, em países periféricos, como o México, a Argentina, o Brasil e a Rússia, além de países do Sudeste asiático, que refletiu num relativo ascenso das lutas de massa dos trabalhadores, principalmente, nos países latino-americanos. Note-se que, neste período, voltaram a ocorrer grandes manifestações de massa, ainda que em diferentes intensidades, em países como a Bolívia, a Venezuela, o Equador, a Argentina, o México e o Brasil, que foram acompanhadas por novas iniciativas populares, embora bastante fragmentadas, nos países centrais, através dos chamados movimentos antiglobalização. No Brasil, em particular, houve um elevado número de ocupações de terra e grandes marchas organizadas, principalmente, pelo MST, que resultou no maior índice de criação de assentamentos de reforma agrária já visto no país. Ainda em função deste período de lutas dos trabalhadores, foram derrubados vários governos “neoliberais” no continente latino-americano, como no Brasil, onde teve lugar a eleição de Luis Inácio Lula da Silva – principal liderança do Novo Sindicalismo – à presidência da República, em 2002.

Finalmente, a crise econômica capitalista se abateu sobre os países centrais, marcadamente, a partir de outubro de 2008. As conseqüências do referido movimento depressivo são ainda difíceis de calcular, embora se possa verificar que os ajustes realizados inicialmente no seio dos próprios países centrais, incluindo a periferia européia, têm resultado em perdas de direitos sociais adquiridos historicamente pelos trabalhadores, e já começam a provocar mobilizações de massa em meio a estes últimos. Os reflexos desta mesma crise podem ainda ser percebidos fortemente nos países do Norte da África, a exemplo da

Tunísia, do Egito, do Iêmen e da Líbia, dentre outros países, onde passaram a ocorrer grandes movimentos populares, devido a uma mais acirrada pressão imperialista sobre a região, bem como em função da alta estrutural do preço dos alimentos que vem corroendo, em todo o planeta, a já degradada condição de existência dos trabalhadores.

Tais condições estruturais, incluindo a maior pressão imperialista sobre os países periféricos, também haverão de repercutir, em maior ou menor proporção, sobre a situação do restante da África, além da América Latina e da Ásia, que tendem a sofrer, cada vez mais, os efeitos oriundos da crise econômica do centro capitalista. Países como o Brasil, neste sentido, não restarão imunes aos efeitos da crise econômica mundial, que deverá incidir como uma maior deterioração das condições de vida dos trabalhadores no país, fazendo reascender as lutas de massa dos mesmos, após o seu relativo descenso realizado durante o Governo Lula – também em função da política de conciliação de classes que pautou o governo do Partido dos Trabalhadores no país, tendo resultado em alguns ganhos econômicos para os trabalhadores, ainda que, provavelmente, bastante efêmeros.

Com isso, não se justifica que as pesquisas desenvolvidas em meio às ciências humanas continuem a negligenciar o avanço das horizontalidades produzidas pela classe trabalhadora no mundo, sobretudo, no contexto de maior acirramento da crise capitalista, como da política imperialista praticada segundo a orientação dos países centrais. Naturalmente, em se tratando dos dias atuais, a responsabilidade recai também – embora não apenas – sobre os intitulados “seguidores” da obra miltoniana que, com pouquíssimas exceções, buscaram analisar as horizontalidades que afloraram recentemente em diferentes lugares do mundo na condição de um relativo ascenso dos movimentos de massa do proletariado.

Milton Santos, entretanto, oferece uma perspectiva para que se aprofunde o método de pesquisa em Geografia relacionado ao espaço de construção independente da classe trabalhadora, ainda que seja necessário avançar tanto na pesquisa empírica, como na metodologia, associada ao que Santos chamou de horizontalidades, tarefa que cabe também aos que reivindicam a obra miltoniana, na esteira do diálogo com o marxismo e as demais ciências humanas – lugar onde se situa este trabalho de tese.

A pesquisa aqui reunida buscou, neste sentido, contribuir para o estudo crítico do processo de desenvolvimento das horizontalidades produzidas pela classe trabalhadora em seu movimento histórico de

construção independente, realizado em vista da degeneração do capitalismo – como negação da negação do referido modo de produção social. Objetivou-se, assim, reconhecer o modo como este processo – aqui referido como espaço transitório socialista – se desenvolveu, partindo de sua gênese, até chegar aos dias atuais, quando se desenvolvem, também de forma contraditória, as ações coletivas realizadas pelo MST, que foram observadas com ênfase no estado de Santa Catarina, Brasil, de 1985 a 2010.

Partindo deste objetivo, investigou-se, no primeiro capítulo, o processo do desenvolvimento capitalista como pressuposto histórico do surgimento das ações do movimento autônomo da classe trabalhadora, incluindo a organização da base técnica da sociedade paralelamente aos aspectos políticos e culturais desenvolvidos a cada momento – incluindo o pensamento de Karl Marx como expressão teórica fundamental do referido movimento proletário.

No segundo capítulo, segue o aprofundamento do estudo das horizontalidades produzidas pelos trabalhadores em seu desenvolvimento histórico, de um lado, em função da maturidade assumida pelo capitalismo, especialmente, a partir do surgimento da grande indústria moderna e, de outro, como decorrência da tomada de consciência pela classe trabalhadora do antagonismo fundamental existente na sociedade moderna, entre burgueses e proletários – proprietários e não-proprietários dos meios de produção.

Chega-se, com isso, no terceiro capítulo, ao exame das formas contemporâneas da luta de classes, no período da chamada pós-grande indústria, onde as verticalidades expressas por meio do desenvolvimento capitalista se apresentam de forma, cada vez mais, degenerativas, ao passo que as horizontalidades produzidas pelos trabalhadores, embora de forma cíclica, incidem crescentemente sobre o uso do território. Ao passo do referido processo histórico, observou-se o movimento autônomo da classe trabalhadora tendo como referência empírica mais direta o Movimento Sem Terra, no estado de Santa Catarina, de 1985 a 2010.

Perseguiu-se, assim, o objetivo de avançar tanto na elucidação e crítica do processo singularmente verificado no MST, como na perspectiva teórico-metodológica pertinente ao estudo e à transformação prática do espaço produzido autonomamente pelos trabalhadores. O caminho para tal contou com a reunião (com vistas à análise crítica) de informações primárias e secundárias sobre fatos históricos, obtidas por meio de entrevistas e anotações de campo, além do acesso a

bibliografias especializadas e a instituições oficiais – em especial, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), particularmente, no que se refere ao processo da criação de assentamentos rurais em Santa Catarina. Destaque-se, por último, que a discussão metodológica que diz respeito a esta pesquisa aparece no contexto dos referidos fatos históricos, de acordo com a situação geográfica na qual emergiu o referido debate, conforme explicitado em cada capítulo desta tese.

## **Capítulo 1. O Espaço transitório socialista: da gestação ao nascimento – incluindo sua expressão na obra de Karl Marx**

“Minha consciência *universal* é apenas a figura *teórica* daquilo de que a coletividade *real*, o ser social, é a figura *viva*, ao passo que hoje em dia a consciência *universal* é uma abstração da vida efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela. Por isso, também a *atividade* da minha consciência universal – enquanto uma tal [atividade] – é minha existência *teórica* enquanto ser social”

*Karl Marx, Manuscritos econômico-filosóficos.*

### **1. 1. A teoria de Marx e o espaço transitório socialista**

A teoria de Marx se desenvolve em um momento histórico no qual a humanidade passa a entender a si mesma, e o que pensa sobre a realidade, como expressão teórica da própria existência viva do ser social. Diferente, por exemplo, do pensamento idealista, que busca explicar a materialidade existente a partir do próprio pensamento, passando a encontrar explicação para a realidade em algo sobrenatural que, para muitos, não carece e nem pode ser explicado. Para não ceder estritamente ao domínio da explicação sobrenatural da realidade, partir-se-á nesta pesquisa do entendimento acima referido por Marx de que o pensamento é expressão teórica de uma determinada situação histórica, que se busca apreender através da pesquisa científica.

Ademais, esta tese tem como ponto de partida o campo disciplinar da Geografia e, no seu contexto, realiza um diálogo com a chamada Geografia Crítica, proferida especialmente por Milton Santos. Ao mesmo tempo, estende o debate aos campos das Ciências Sociais e Humanas, particularmente, as ciências Econômicas e Históricas, inclusive, a Filosofia em geral, através do aporte teórico do marxismo. Isto porque o mesmo aporta um método científico cuja essencialidade evidencia objetivamente os vários conflitos e disputas que ocorrem no campo do pensamento e das instituições econômicas, políticas e culturais. O que não significa adotar a referida teoria de forma mecanicista e, simplesmente, dizer que a situação econômica determina a situação política, o pensamento, a cultura, etc., separando, assim, a

economia, a política, a ideologia, dentre outras dimensões da realidade, em compartimentos estanques. O objetivo de Marx, ao contrário, é reunir dialeticamente essas manifestações, ao contrário de separá-las, não perdendo de vista seus devires históricos e suas especificidades.

O que Marx evidencia, sobretudo, é que tanto o pensamento humano, como as dimensões políticas e culturais possuem relação direta com o modo pelo qual a sociedade produz suas necessidades. É a todo este complexo de produção das “[...] necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2006, p.57), que o autor faz referência em sua estrutura teórica fundamental. E não de maneira dogmática, mas histórica. Tal qual observou, historicamente, as forças políticas da sociedade tanto podem atuar, como de fato atuam, como legítimas forças econômicas, portanto, como meio de reprodução das necessidades sociais. Destaque-se que, especialmente em momentos de crise econômica estrutural, tanto uma classe pode definir uma série de normas políticas sem qualquer fundamento econômico, simplesmente para conservar sua tradicional dominação social, quanto se pode admitir que outra classe lance mão de recursos também políticos a fim de remover, política, econômica e culturalmente, aquelas determinações artificiais – as quais, finalmente, atuam como falsos custos de produção impostos pela classe dominante que tenta extra-economicamente manter sua dominação.

É, portanto, com base no processo histórico que Marx se propõe a redimir o pensamento dialético de sua forma mistificada, tal qual se encontra em Hegel. Conforme observou, em 1873, no seu *Posfácio à 2ª edição alemã de O Capital*:

A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 2006, p. 29).

Em *A Ideologia Alemã*, que escreveu juntamente com Engels, entre 1845 e 1846, Marx esclarece sua teoria histórico-dialética no tocante à questão da “libertação” do “homem”. De acordo com os dois autores:

A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato do pensamento, e é ocasionada por condições históricas, pelas con[dições] da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teológico, são novamente eliminados quando se encontram suficientemente desenvolvidos. É claro que na Alemanha, um país onde ocorre apenas um desenvolvimento histórico trivial, esses desenvolvimentos intelectuais, essas trivialidades glorificadas e ineficazes, servem naturalmente como um substituto para a falta de desenvolvimento histórico; enraízam-se e têm de ser combatidos. Mas essa luta tem importância meramente local.

[...] na realidade, e para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo, de enfrentar e de transformar praticamente o estado de coisas por ele encontrado (MARX; ENGELS; 2007, p. 29-30).

Marx se propôs, assim, a desenvolver o pensamento dialético partindo da materialidade existente, em que o pensamento é uma parte importante, já que se trata de uma materialidade que se desenvolve num estágio superior da história da natureza, a partir da qual se pode falar da passagem da natureza natural à natureza humanizada; embora, o pensamento e o espírito humano não se estruturarem, em momento algum, com autonomia absoluta, como pensava Hegel, em relação ao desenvolvimento material existente. Como sutil materialidade, o pensamento está, assim, definido no contexto da “natureza humanizada” (MARX, 2004), não tendo origem sobrenatural.

Ao invés de imaginar que um ser estranho à natureza a tenha criado, como tenha criado o pensamento humano e, através deste, os

seres humanos tenham passado a transformar a natureza, Marx afirma o contrário. Ou seja, o pensamento humano, dentre outras instituições sociais, advém, primeiramente, do desenvolvimento natural anterior ao surgimento do ser humano e, em segundo lugar, do desenvolvimento natural-humanizado que, de acordo com o próprio autor, culmina com o desenvolvimento do ser social. E, muito embora, a consciência de si como espécie humana somente advenha em determinado estágio do desenvolvimento histórico-social, ela aparece inicialmente como consciência invertida, em função de uma dada realidade estranhada, alienada – em se tratando do desenvolvimento específico da propriedade privada, tal qual proposto por Marx, e seguido por Engels, dentre outros teóricos, especialmente ligados ao campo do marxismo.

A tradição marxiana, portanto, afirma a tradição hegeliana ao mesmo tempo em que se propõe a superá-la, tendo em vista que ela representa um desenvolvimento específico do espírito humano que não pode ser simplesmente negado, mas antes superado, portanto, em alguma medida, incorporado, como ensina o pensamento dialético – *Aufhebung*, nas palavras de Hegel e depois de Marx. E, desse modo, Marx supera Hegel (MCLELLAN, 1979, p. 69); como somente assim o pensamento de Marx pode ser superado.

Marx, por sua vez, produziu um método dialético que:

[...] difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2006, p. 28).

Engels, ademais, adverte que:

Foi precisamente Marx quem primeiro descobriu a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutro terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais, e que a existência dessas classes, e portanto também as colisões entre elas, são condicionadas, por sua

vez, pelo grau de desenvolvimento da sua situação econômica, pelo caráter e pelo modo da sua produção e da sua troca, condicionada por estes (ENGELS, 2008a, p. 204).

Enquanto isso, Eric Hobsbawm (1979) enfatiza que:

O desenvolvimento propriamente dito do socialismo marxiano [...] se distinguia dos seus predecessores por três aspectos diferentes. Em primeiro lugar, substituiu uma crítica parcial da sociedade capitalista por uma crítica mais ampla, baseada sobre a relação fundamental – no caso, econômica – pela qual aquela sociedade era determinada. O fato de que ele penetrasse analiticamente além dos fenômenos superficiais acessíveis à crítica empírica implicava uma análise do obstáculo formado pela ‘falsa consciência’ e pelas motivações (históricas). Em segundo lugar, ele inseriu o socialismo na estrutura de uma análise histórica evolutiva, capaz de explicar, seja porque motivo o socialismo surgira como teoria e como movimento naquele dado período histórico, seja por que motivo o desenvolvimento histórico do capitalismo devia produzir, no final das contas, uma sociedade socialista. [...] Em terceiro lugar, o socialismo marxiano esclareceu as modalidades da transição da velha para a nova sociedade: o proletariado seria o seu portador, através de um movimento empenhado numa luta de classe que teria alcançado o seu objetivo tão-somente por meio da revolução, da ‘expropriação dos expropriadores’. O socialismo deixava de ser ‘utópico’ e se tornava ‘científico’ (HOBSBAWM, 1979 p. 63).

É importante destacar, como faz Hobsbawm, que o pensamento de Marx foi além de uma crítica parcial da sociedade capitalista; no caso, tanto por ter surgido em um período histórico no qual a moderna sociedade acabava de iniciar sua fase degenerativa, como pelo fato do próprio autor ter origem, por um lado, na filosofia clássica alemã, cujo método científico admite a existência de um processo histórico universal (essência) ao qual se encontra relacionado, indissociavelmente, o

conjunto dos fatos “isolados” da realidade (aparência) e, por outro lado, na tradição revolucionária do jacobinismo francês. Por isso, a leitura que Marx fez de Hegel, levou-o – no referido contexto em que o mesmo se processou – a consequências opostas em relação ao primeiro, cujo pensamento idealista, contribuiu no sentido de uma filosofia que, basicamente, “[...] atribuíra à burocracia” o papel principal de vanguarda das transformações sociais. Marx, por seu turno, considerou, em vista das próprias contradições materiais da sociedade, a motivação do proletariado para transformá-la (MCLELLAN, 1979, p. 77).

Neste ponto, adverte-se para um pressuposto metodológico essencial que aparece logo no início do *Manifesto do Partido Comunista*, e que se refere à concepção de história conforme o marxismo a define em seu nascedouro, segundo a qual: “a história de toda sociedade existente até hoje é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1982, p.93).

Este modo específico de pensar a realidade se desenvolve tendo em vista as condições gerais e específicas do período em que Marx viveu. Tem-se, assim, como referência a fase de maturidade do modo de produção capitalista e o contexto geral “[...] da história européia na metade do século XIX”, do qual emerge “[...] o fenômeno do ‘proletariado’” (HOBSBAWM, 1979, p. 60), ao mesmo tempo em que se verifica a situação específica da vida de Marx, em primeiro lugar, nascido em uma região “atrasada” da Europa, porém, bastante influenciada pelos acontecimentos econômicos e políticos modernos – tendo em vista, naquele momento, o maior desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e na França, salvo, é claro, as diferenças existentes entre os dois países, e, em contrapartida, o expressivo desenvolvimento da filosofia na Alemanha.

O pensamento dialético de Marx se desenvolveu, assim, como consequência do contexto geral de crise do capitalismo durante o início de sua trajetória moderna, juntamente com determinadas condições singulares de existência que contribuíram, essencialmente, para a formação da referida perspectiva prática e teórica.

Com relação à biografia de Marx propriamente dita, cabe enfatizar que o mesmo sofreu em sua juventude forte influência da revolução Francesa – dada a localização da cidade de Trier às margens do rio Reno, na fronteira da antiga Prússia (atual Alemanha) com a França. A região da chamada Prússia Renana chegou a ser ocupada pela França durante o período napoleônico, sendo, porém, retomada pelo Império Prussiano-Alemão em decorrência da derrota sofrida por

Napoleão, em 1815. Com isso, Marx e Engels, passaram a conviver, de um lado, com o desenvolvimento revolucionário da sociedade burguesa, tal qual realizado politicamente na França e economicamente na Inglaterra e, de outro, nas condições dos anos 1830 e 1840, com o relativo atraso histórico da Prússia, que concentrou, juntamente com a Rússia e a Áustria, a reação européia, na figura da Santa Aliança.

Este atraso relativo das condições econômicas e políticas da Alemanha, a que Marx seguidamente fez referência, pode-se dizer que motivou o avanço da filosofia alemã e, em seguida, a “radicalização filosófica”, que segundo Hobsbawm (1979, p. 59), assumiu “[...] a forma de uma crítica da religião, e só mais tarde (porque a matéria era politicamente mais explosiva) de uma crítica do Estado”.

Hobsbawm informa, ainda, que:

Os dois grandes pontos firmes, antes de Marx, dessa radicalização foram a *Vida de Jesus* de Strauss (1835) e, sobretudo, *A Essência do Cristianismo* de Feuerbach (1841), já então explicitamente materialista. É bem conhecida a importância fundamental de Feuerbach como ponto de passagem entre Hegel e Marx, embora nem sempre se tenha levado na devida conta o papel central da religião no pensamento maduro de Marx e Engels. Todavia, nessa fase determinante de sua radicalização, os jovens rebeldes político-filosóficos alemães puderam chegar diretamente à tradição radical e mesmo socialista, na medida em que a escola mais conhecida e coerente de materialismo filosófico, a do século XVIII francês, era ligada não só à revolução, mas também aos primeiros comunistas franceses, Holbach e Helvétius, Morelly e Mably. Nessa medida, os desenvolvimentos filosóficos franceses contribuíram para a formação do pensamento marxista, ou pelo menos atuaram como estímulo, assim como o fez a tradição filosófica inglesa através de seus pensadores dos séculos XVII e XVIII, por via direta ou através da mediação da economia política. Todavia, o processo mediante o qual o jovem Marx ‘recolocou’ Hegel sobre os seus pés desenvolveu-se no âmbito da filosofia clássica alemã e, à parte a indicação da direção ao longo do qual se mover,

deveu muito pouco às tradições revolucionárias e socialistas pré-marxianas (HOBSBAWM, 1979, p. 59-60).

Marx, no caso, participou mais que qualquer outro autor da “[...] profunda reconstrução do complexo edifício especulativo da filosofia alemã” (HOBSBAWM, 1979, p. 63), por meio da qual adveio um método de pesquisa essencialmente adequado às novas condições (de crise) do capitalismo. Disso resulta, a posição teórica e política desenvolvida pelo referido autor, quando da publicação de suas *Teses sobre Feuerbach* [*Ad Feuerbach (1845)*], a partir das quais Marx define aquele que seria, por toda a sua vida, um parâmetro metodológico fundamental, qual seja, que: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 2007, p. 535). Fica evidente, com isso, que Marx, sempre seguido de perto pela contribuição de Engels, desenvolveu um método de trabalho no qual inscreve indissociavelmente a militância revolucionária e a pesquisa científica, teórica e praticamente – tendo sido, por isso, excluído, em definitivo, do mundo acadêmico.

Ressalte-se que, sem a indicação desta referência teórico-metodológica, essencialmente inovadora da obra de Marx, torna-se impossível chegar ao entendimento da perspectiva teórica e política deste autor, como da relação que o mesmo desempenhou junto ao espaço transitório socialista.

Com relação a Marx, Mclellan (1979) observa que o mesmo “[...] não teve imediatamente a possibilidade de elaborar [...] [a] linha de pensamento” à qual vinha se dedicando em sua tese de doutorado, apresentada em 1841, esta última, que “[...] reflete inequivocamente o clima intelectual dos jovens hegelianos” (MCLELLAN, 1979, p. 69).

Segundo este autor:

[...] privado da possibilidade de seguir a carreira acadêmica, o contato com o mundo real [...] é dado [a Marx] por seu trabalho como jornalista na ‘Rheinische Zeitung’. Nos sete artigos de maior fôlego que escreveu para esse diário, raramente expressou explicitamente suas próprias idéias; os artigos tinham a forma de exegeses críticas, que expunha o absurdo das idéias de seus opositores. Para fazer isso, Marx utilizou todas as armas à sua disposição, combinando [...] naquele momento] o hegelianismo radical com um simples

racionalismo iluminista. Em outubro de 1842, tornando-se diretor da 'Rheinische Zeitung', Marx teve de responder à acusação feita ao jornal de se ter aproximado demasiadamente das idéias comunistas. 'A Rheinische Zeitung' – escreveu – não pode conceder às idéias comunistas, em sua forma moderna, nem mesmo atualidade teórica, e, portanto, pode desejar ainda menos (...) a sua realização prática', e continuava prometendo uma crítica radical dessas idéias. Logo depois, porém, Marx teve de se ocupar de questões sócio-políticas, tais como a lei sobre os roubos de lenha e a pobreza dos vicultores de Mosela, questões que, como afirmou mais tarde, 'me deram as primeiras oportunidades de ocupar-me de assuntos econômicos', levando-o a observar como era estreita a relação entre a formação das leis e os interesses dos que detinham o poder (MCLELLAN, 1979, p. 70).

Disso resulta que Marx tenha se dedicado seriamente aos estudos econômicos, já a partir de 1843, especialmente quando foi preciso viver em Paris, em função de ter sido expulso de seu país, dada a militância política que exercera naqueles anos. Em 1844, Marx redigiu os *Manuscritos econômico-filosóficos*, segundo ele, partindo da economia política, porém realizando uma investigação aprofundada com relação ao desenvolvimento da propriedade privada – esta, que os economistas políticos utilizavam como pressuposto teórico, sem, no entanto, questionar a existência – que é nada mais, nada menos, que o fundamento lógico e histórico das relações de produção modernas.

Nesta mesma época, Marx e Engels participaram ativamente das movimentações políticas do proletariado europeu, com ênfase para a efetiva organização de ambos em torno da Liga dos Comunistas. Por este motivo, os dois foram incumbidos pela mesma, em fins de 1847, de redigir o *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em fevereiro de 1848, no qual expressaram as idéias fundamentais dos comunistas. No sentido de sintetizar a expansão do movimento comunista durante aquele período na Europa, os autores iniciam o *Manifesto* com a afirmação de que: "Um espectro ronda a Europa - o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha".

O ano de 1848 ficou marcado, sobretudo, pela ascensão revolucionária do proletariado europeu, especialmente, a classe trabalhadora organizada de Paris, que em junho assumiu revolucionariamente o poder central do Estado francês – ainda que por poucos dias – dada a contradição desenvolvida no seio da república francesa, cuja construção contara com a participação massiva dos trabalhadores, durante a revolução de Fevereiro de 1848, e aos quais foram negados todos os direitos, em especial, durante a Assembléia Nacional Constituinte aprovada em maio do mesmo ano. A derrota de Junho de 1848, conforme Marx (2008a) observou em *As lutas de classes na França – de 1848 a 1850*, resultou, entretanto, num êxito profundo em termos da consciência de classe do proletariado, particularmente, em relação a sua oposição aos interesses fundamentais da burguesia, bem como no que se refere à tarefa histórica do mesmo de superar o capitalismo no processo do desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, a obra de Marx propôs, a partir de uma teoria crítica do capital, uma abordagem específica sobre a condição da classe trabalhadora sob o desenvolvimento capitalista – que o autor definiu como um “vale de lágrimas”. Ao mesmo tempo em que se referiu ao espaço de organização independente dos trabalhadores como espaço contraditório de superação da degeneração capitalista.

Ainda no contexto dos *Manuscritos*, de 1844, Marx afirmou que:

Da relação do trabalho estranhado com a propriedade privada depreende-se [...] que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma *política da emancipação dos trabalhadores*, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas conseqüências dessa relação (MARX, 2004, p. 88-89).

Com isso, observou que, no período da luta de classes moderna, são os trabalhadores que assumem com maior dinamismo a tarefa de revolucionar a sociedade, tendo em vista, em último caso, sua auto-

degeneração no contexto tardio do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ademais, tenha sugerido que:

Somente no derradeiro ponto de culminância do desenvolvimento da propriedade privada vem à tona novamente este seu mistério, qual seja: que é, por um lado, o produto do trabalho exteriorizado e, em segundo lugar, que é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização desta exteriorização (MARX, 2004, p. 88).

Desse modo, pode-se dizer com relação à teoria de Marx, que a crítica mais incisiva à propriedade privada coincide com o mais alto desenvolvimento da alienação do trabalho. Esta última, levada a cabo em função do processo avançado de concentração e centralização do capital, em concomitância com o desenvolvimento superior do exército industrial de reserva. A classe trabalhadora organizada surge, então, negando o desenvolvimento contraditório do trabalho alienado e as consequências imediatas e gerais da crise estrutural capitalista. Ela repercute, no caso, como “superação positiva” do capital (MARX, 2008b, p. 587), já que afirma a superação da crise capitalista pela via da superação das relações de produção e intercâmbio sociais; ao passo que persiste uma dada “superação negativa” do capital, que gira em torno do próprio eixo capitalista, portanto, fazendo referência ao espaço descrito pela ideologia dominante, cuja crise recente remonta formas cada vez mais destruidoras de reprodução social.

Na opinião expressa por Marx e Engels (2007) em *A Ideologia Alemã* seria, entretanto, necessário ao proletariado passar por longas batalhas até vir a assumir a liderança do processo histórico universal, que se daria, inicialmente, por meio da ditadura do proletariado, ou seja, da dominação da maior parcela da sociedade, até então excluída, crescentemente, da propriedade dos meios de produção sociais, sobre a minoria tornada proprietária dos mesmos sob o avanço do capital. Tendo em vista o final daquela que seria a “primeira fase” da transição socialista (MARX, 2004b), na qual os trabalhadores lançando mão do poder político representado pelo Estado operário terão expropriado a classe capitalista, se efetivaria, historicamente, a passagem da humanidade do capitalismo ao comunismo, este último, que Marx (2004) definiu, ainda nos *Manuscritos* de 1844, como:

[...] a posição como negação da negação, e por isso o momento *efetivo* necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico. O *comunismo* é a figura necessária e o princípio enérgico do futuro próximo, mas o comunismo não é, como tal, o termo do desenvolvimento humano – a figura da sociedade humana (MARX, 2004, p. 114).

Por sua vez, o espectro que rondava a Europa em 1848, a que Marx e Engels (1982) fizeram referência no *Manifesto*, passou a atuar em diversas partes do mundo nos anos que se seguiram. Não foi, assim, uma ficção criada a partir da imaginação dos dois autores, mas uma potência criativa presente na realidade dos mesmos – os quais atuaram como porta-vozes fundamentais para expressar cientificamente a referida realidade. Contribuíram, assim, para tornar conscientes as contradições capitalistas desenvolvidas inicialmente na Europa ocidental, bem como do processo de negação da negação deste último modo de produção, auxiliando desse modo a efetiva organização autônoma da grande massa de trabalhadores do planeta inteiro – esta que, embora passando por períodos de crescimento cíclico, não se pode desprezar até hoje.

Pode-se, no entanto, dizer que o marxismo não viu se realizar – sobretudo, integralmente – a tendência histórica de superação do capitalismo, através da união soberana dos trabalhadores de todos os países, o que, em última instância, não se concretizou, pelo menos como processo histórico hegemônico.

Neste sentido, pode-se questionar o conteúdo fundamental desta tese na medida em que a mesma atribui validade histórica às contribuições teóricas (e práticas) de Marx e Engels, bem como, de todos aqueles que contribuíram na construção do marxismo, ou do socialismo científico, enquanto teoria explicativa da crise estrutural do capital e da emancipação da classe trabalhadora – mediante a construção efetiva do comunismo, enquanto espaço de superação material da propriedade privada capitalista. Resta, portanto, auferir as condições pelas quais a revolução socialista, e com ela o comunismo, não se fez realizar, até este momento, como processo hegemônico, tal qual sugere a teoria marxiana, como tendência histórica de superação do modo de produção capitalista.

Alguns autores chegam a questionar se é possível falar em classes sociais na atualidade, que dirá em revolução socialista, comunismo, etc. Porém, as considerações teóricas gerais só poderão ser feitas mediante uma efetiva investigação da realidade histórica atual, que, diga-se de passagem, abriga tanto o desenvolvimento degenerativo do capitalismo, como o espaço independente de reprodução dos trabalhadores.

Isto ficará evidente tendo em vista o desenvolvimento desta exposição, que passa, inicialmente, por uma periodização visando os antecedentes históricos do modo de produção capitalista e as lutas sociais ocorridas neste período de formação das relações de produção baseadas no assalariamento, das quais decorrem, de um lado, o processo maduro de desenvolvimento do capitalismo e, de outro, as modernas formas de produção do espaço transitório socialista, entendido como espaço de transição do capitalismo (em sua fase degenerativa) ao comunismo.

Cabe, neste sentido, enfatizar que permanece válida, para efeito desta pesquisa, a teorização de Marx sobre o futuro próximo da sociedade. Embora o comunismo não tenha se mostrado tão próximo como pôde parecer a muitos marxistas em determinados momentos da história, assim como, para os próprios fundadores do marxismo, parece evidente que se tenha desenvolvido, ainda que ciclicamente, o processo autônomo de organização da classe trabalhadora, assim como segue se desenvolvendo o capitalismo; porém, à diferença do capital, cujo ciclo histórico encontra-se em fase descendente, a transição socialista acaba de superar mais uma crise cíclica de sua trajetória histórica ascendente.

## **1.2. Antecedentes do modo de produção capitalista: a luta de classes na aurora do período histórico de ascensão da burguesia**

A burguesia comercial viveu nos interstícios da sociedade feudal tendo enfrentado obstáculos constantes à sua atividade econômica e política até ganhar maior importância social, ao fim da Idade Média, em vista da expansão do comércio realizada, principalmente, a partir das Cruzadas<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A sociedade feudal buscou, com as Cruzadas, expandir seus domínios sobre o Oriente. Huberman (1981) afirma que, por volta dos séculos XII e XIII: “Dezenas de milhares de europeus atravessaram o continente por terra e mar para arrebatar a Terra Prometida aos muçulmanos”. O autor enfatiza que os cruzadistas: “Necessitavam de provisões durante

Conforme o comércio assumiu maior expressividade, a burguesia comercial criou corporações, fundou alianças e sociedades tendo por objetivo proteger-se das ameaças que sofrera seguidamente à sua propriedade, bem como as imposições feudais, o que levou a mesma a se desenvolver tanto econômica, como politicamente, contrapondo-se a dominação feudal. Iniciou-se fundamentalmente via ocupação dos territórios urbanos, que foram transferidos aos burgueses por compra e venda ou pela força das armas – já que, em muitos casos, a burguesia contou com o apoio dos reis absolutistas que se tornaram dependentes dos comerciantes. O ambiente urbano, assim, se expandiu sob a influência da classe burguesa e de suas organizações políticas, econômicas e culturais que passaram a deter o monopólio do território em diversas cidades e, posteriormente, em regiões inteiras<sup>8</sup>.

Neste mesmo período, algumas regiões se desenvolveram mais que outras, dada a sua localização e, principalmente, a função que exerceram como entreposto comercial, servindo de intermediário a lugares e pessoas distantes.

Num primeiro momento, Veneza, dentre outras cidades italianas, que por muito tempo conservaram relações comerciais com o Oriente, assumiram posição de destaque no controle das rotas de comércio do sul da Europa e Mar Mediterrâneo, envolvendo produtos caros e especiarias; enquanto Bruges, em Flandres, reuniu um imenso comércio, através dos mares do Norte e Báltico, de peixes, madeiras, peles, couros, etc., com o mundo russo-escandinavo. O encontro de tais mercados se dava a meio caminho entre o Sul e o Norte da Europa, em cidades como

---

todo o caminho e os mercadores os acompanhavam a fim de fornecer-lhes o que precisassem” (HUBERMAN, 1981, p. 27). Embora não caiba aqui examinar as causas que levaram os cristãos europeus ao intento de reconquistar o território perdido aos muçulmanos no século XI, há de se evidenciar que tal evento repercutiu em meio a uma Europa preñe de contradições econômicas e sociais, como as que resultaram na falta de terras que antecedeu o período das Cruzadas, resultante do forte crescimento populacional ocorrido naquele continente durante o século X (HUBERMAN, 1981). O que se verifica com relação ao episódio das Cruzadas é que ele marca o auge do modo de produção feudal, ao mesmo tempo em que se tem aí o início da transição do feudalismo ao capitalismo, quando se realiza a expansão do comércio e a intensificação da chamada acumulação primitiva de capital.

<sup>8</sup> Huberman (1981) relata que: “A Liga Hanseática da Alemanha é o exemplo vivo de uma aliança de sociedades numa poderosa organização. Possuía postos de comércio, que eram fortalezas, bem como armazéns espalhados da Holanda à Rússia. Tão poderosa era essa liga que, no ápice do poder, contava com cerca de 100 cidades, que praticamente monopolizavam o comércio do Norte da Europa com o resto do mundo” (HUBERMAN, 1981, p.44).

Lagny, Provins, Bar-sur-Aube e Troyes, na planície da Champagne, onde eram realizadas grandes feiras (HUBERMAN, 1981, p. 30). Nestes lugares, o comércio encontrou condições mais adequadas para se desenvolver, com mais segurança e estabilidade, visto que as próprias autoridades locais se encarregavam de dar garantias aos mercadores.

Conforme as feiras se expandiram, tornando-se mais sistemáticas, ganharam uma variedade crescente de produtos, incluindo serviços especializados, como é o caso da troca de dinheiro, que “[...] passou a constituir uma profissão separada” (HUBERMAN, 1981, p. 34) em vista da maior circulação monetária.

A expansão da atividade comercial também criou condições para o desenvolvimento da indústria artesanal urbana, partindo da pequena produção artesanal, até então, realizada no seio da família camponesa. Oriundos do campo, os artesãos encontraram nas cidades mercados para seus produtos e foram ali se fixando. Ao mestre-artesão coube, inicialmente, comprar a matéria-prima, além de produzir e vender os produtos finais de suas oficinas. Os mestres faziam o serviço com o auxílio de alguns ajudantes, quase sempre, membros de sua família. Esses últimos trabalhavam por um pagamento em dinheiro, mas também por moradia e alimentação – geralmente com a perspectiva de se tornarem mestres. Resta dizer que a proximidade existente entre os produtores artesanais, durante este período, era tão grande, que quando os trabalhadores, partindo de determinados ofícios, em uma mesma cidade, decidiram formar suas associações, não houve diferença entre mestre, aprendiz e jornaleiro; todos juntos formaram as primeiras corporações artesanais (HUBERMAN, 1981, p. 64), também chamadas de guildas, ou corporações de ofício.

O ambiente urbano, assim, passou a envolver um número crescente de pessoas, certamente, influenciado pela busca de liberdade que por ali afluía. Houve, além de uma grande circulação de mercadorias, também um novo intercâmbio de idéias entre os centros urbanos, por onde se reestruturou material e culturalmente a sociedade européia. Surgiram escolas em praticamente todas as cidades da Europa e a produção científica teve novo impulso, após séculos de vida monástica, inclusive com o surgimento das primeiras universidades européias – Bolonha, Oxford, Paris e Cambridge – em meio aos séculos XII e XIII.

O contato com os povos muçulmanos, no mesmo período, favoreceu ainda mais significativamente o renascimento cultural do continente europeu, já que os primeiros mantiveram ampla ligação com

a produção científica da antiguidade, inclusive com a filosofia grega clássica, vindo a servir de acesso a trabalhos teóricos fundamentais da humanidade que são referência até hoje, mas que foram relegados por muito tempo ao esquecimento pela Idade Média cristã-ocidental. E foi a partir da filosofia natural disposta em tais obras clássicas do pensamento filosófico, que foram estabelecidas as bases de um novo conhecimento objetivo da realidade – inicialmente, por intermédio da atividade dos filósofos escolásticos.

Foram, então, desenvolvidas teorias em diversas áreas do conhecimento, incluindo Astronomia, Física, Geografia, Economia, Matemática, Filosofia, Política, entre outras. Embora houvesse diferenças teóricas marcantes entre os autores da época – entre aqueles mais influenciados por Aristóteles e outros que buscavam inspiração em Platão e Santo Agostinho, especialmente com relação à possibilidade de explicar a fé cristã através do uso razão – é possível considerar que partiam todos de um acordo geral com relação à busca do conhecimento da realidade através da existência material (física) da natureza e do uso da razão, como instrumentos do conhecimento científico reconhecido a partir de então.

Foi significativa a participação de novas ordens religiosas, como ordens mendicantes, na produção de conhecimentos no alvorecer da modernidade (por exemplo, Dominicanos e Franciscanos). Estes partiram da necessidade de estar junto aos leigos, a fim de praticar a fé cristã e, ao mesmo tempo, fazer uso da razão. O contexto em que se apresentaram foi de superior desenvolvimento do modo de produção feudal, e com ele, de um superior acirramento institucional e econômico do mundo feudal, que resultou na crítica velada ao poder da velha Igreja, inicialmente, segundo as ordens mendicantes. Estas últimas propunham uma existência simples, partilhada com os pobres, buscando se reaproximar do modo de vida cristão originário. Embora tenham se mantido sob a autoridade da Igreja, trouxeram à tona uma crítica à opulência e ao isolamento a que chegara a instituição católica, em especial, nos últimos séculos da Idade Média.

Com as novas ordens religiosas, adveio, sobretudo, uma crítica ao conhecimento canônico, que predominara de forma quase exclusiva até aquele momento. Com ela, se viu ascender uma nova produção científica, mais voltada para a objetividade e especulação filosófica, ainda que o materialismo tenha se mantido por muito tempo alheio ao desenvolvimento histórico. Ainda que divergissem, especialmente com relação aos procedimentos utilizados para uma melhor apreensão da

realidade empírica, os teóricos, a partir de então, recorreram muito mais efetivamente à natureza a fim de embasar a produção de conhecimentos, sendo assim lançadas as bases da ciência moderna.

A repercussão da estrutura socioeconômica que se desenvolveu inicialmente nas cidades, em fins da Idade Média, também rendeu frutos no espaço rural, que se deu com o impulso à elevação da produtividade agrícola, através da implantação de novos métodos produtivos e, também, pela intensificação do trabalho no campo, além da tentativa tardia de abertura de novas áreas de plantio no interior do continente europeu. Neste último caso, os camponeses, vendo a possibilidade de se livrarem das pesadas obrigações feudais, partiram para a ocupação de pântanos, florestas, entre outros biomas, desbravando-se, assim, as últimas áreas incultas da Europa.

Embora tenha havido muita resistência por parte dos senhores feudais – principalmente da Igreja – para libertar os camponeses, houve vários episódios em que os senhores feudais aceitaram ceder-lhes terras até então inaproveitadas, em troca de um arrendamento anual pago em dinheiro (HUBERMAN, 1981, pp. 51-54). Já por volta do século XIV, a situação dos camponeses se agravou com a crise que passou a assolar o continente europeu naquele período.

Por essa época, a burguesia se organizou em escala nacional, consolidando sua influência junto à realeza, ao passo que se tornaram comuns as disputas comerciais e as guerras entre nações do continente europeu. A *Guerra dos Cem Anos*, por exemplo, aniquilou milhares de franceses e ingleses, entre 1337 e 1452, e resultou na consolidação da monarquia absolutista nos dois países. Durante o tempo em que transcorreu, o conflito consumiu esforços enormes. A nobreza feudal, enfraquecida por uma série de mortes e pelo ônus material que foi chamada a assumir, buscou transferir seu prejuízo aos camponeses, os quais se viram ainda mais explorados – notadamente, os que ainda não haviam conquistado a condição de camponês livre, ou arrendatário.

As condições socioeconômicas pioraram ainda mais em função da pandemia de peste bubônica (Peste Negra) que dizimou mais de um terço da população da Europa, entre 1347 e 1351, contribuindo decisivamente para uma maior dificuldade na obtenção de força de trabalho, tanto rural quanto urbana.

Nessa mesma época, os nobres que utilizavam, ainda que embrionariamente, força de trabalho assalariada, sofreram com o aumento de aproximadamente 50% no preço dos salários em relação ao que era pago antes da Peste (HUBERMAN, 1981, p. 59). Por sua vez,

aqueles que haviam mantido tardiamente os trabalhadores sob o regime de servidão tornaram-se ainda mais relutantes em conceder “liberdade” aos mesmos. Contando, adicionalmente, com o fato de que a Europa sofria os efeitos da fome gerada por problemas climáticos, em função do desmatamento das suas últimas terras virgens, chegou-se ao conflito extremo entre camponeses e nobres feudais, simultaneamente, em vários pontos do continente.

Na França, ocorreu em 1358 a violenta Revolta dos *Jacques* ou *Jacquerie* – como eram conhecidos os camponeses no país, numa alusão à expressão *Jacques Bonhomme*, cujo equivalente seria “João-ninguém”. Segundo Costa (2002), o ódio popular assumiu em tais circunstâncias o caráter de um movimento espontâneo, que rapidamente constituiu formas organizativas, visando ao extermínio dos nobres, incluindo manifestações de vingança como o estupro de senhoras e donzelas pertencentes à nobreza feudal (COSTA, 2002).

Também no caso da Inglaterra, a revolta camponesa de 1381 foi um dos fatores que desencadearam a dissolução do feudalismo, fazendo com que a servidão, naquele país, tivesse “[...] na última parte do século XIV de fato desaparecido. A grande maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no século XV, de camponeses livres, economicamente autônomos [...]” (MARX, 2005a, p.263).

Ocorreram ainda revoltas camponesas noutras localidades da Europa, como na Galiza, em 1467, e na Alemanha, entre 1524 e 1526. Esta última chegou a ser apoiada por Lutero. Porém, o fundador do movimento Protestante julgou a revolta dos camponeses radical demais em vista dos objetivos restritos que almejava em 1517, quando expressou ao mundo sua revolução política e religiosa; nessa perspectiva, Lutero participou juntamente com os príncipes alemães da mais impiedosa repressão aos camponeses alemães, quando de suas aspirações revolucionárias em fins da Idade Média.

Todas essas revoltas no campo, que se seguiram ao início da consolidação dos Estados nacionais europeus, e que também contribuíram com este processo, definitiram a sorte do mundo feudal. No entanto, aos camponeses, mais do que governar a sociedade, para o qual mostraram não estar preparados, tratava-se de acertar as contas, no apagar das luzes do feudalismo, com o servilismo e a opressão feudal.

Naturalmente, não se fez menos brutal, a violência da repressão realizada pelo Estado Absolutista às revoltas camponesas. Enquanto isso, ocorreram as primeiras revoltas urbanas registradas na história da indústria artesanal, tendo por base a estrutura desigual que se

desenvolveu nas cidades em tal situação. Houve, durante séculos, um grande aumento da diferenciação econômica e política envolvendo setores urbanos. Exemplo disso, se deu com os mestres artesãos, visto que alguns prosperaram mais que outros e passaram a exercer mais poder dentro da corporação, chegando, muitas vezes, à criação de novas e exclusivas organizações.

Além disso, ocorreu um forte aumento da hierarquia dentro das oficinas, envolvendo mestres e jornaleiros. Desse modo:

Passar de empregado a patrão tornava-se cada vez mais difícil. À medida que um número sempre maior de pessoas procurava as cidades, os mestres tentavam preservar seu monopólio, tornando mais difícil a ascensão [...]. A prova necessária para tornar-se mestre ficava cada vez mais rigorosa, e a taxa em dinheiro que era necessário pagar para isso foi elevada – exceto para uns poucos privilegiados. Para a maioria, aumentaram as obrigações, sendo mais difícil galgar a posição de mestre (HUBERMAN, 1981, p. 73).

Finalmente, também como consequência da Peste Negra, predominou nas cidades uma forte pressão popular visando a elevação do soldo, não tendo eficácia as leis criadas na tentativa de controlá-lo. Com isso, se manifestou mais profundamente o conflito registrado no seio das corporações de ofício. Jornaleiros e aprendizes passaram a formar associações separadas dos mestres, a fim de fazer valer seus interesses específicos. Estas foram combatidas energicamente pelos patrões que, se utilizando de poderes absolutistas, incluindo a mais pura repressão política e militar, vieram a coibir em seus primórdios as organizações independentes dos trabalhadores como ocorreu em diversas localidades onde foram impedidas de se afirmar. No caso de Londres, a proibição das primeiras organizações de trabalhadores ocorreu em 1396 (HUBERMAN, 1981, p. 74)<sup>9</sup>.

Neste sentido, o desenvolvimento das oficinas artesanais urbanas, incluindo as corporações artesanais, que chegaram a controlar a quase

---

<sup>9</sup> Observe-se que a proibição quanto à organização das classes não-proprietárias dos meios de produção só começou a ser rompida quando o operariado fabril inglês, em 1824, tendo experimentado forte crescimento, “[...] obrigou o Parlamento, rangendo os dentes, a revogar as leis contra a liberdade de coalizão” (ENGELS, 1986, p. 21).

totalidade do mercado dos países europeus durante os séculos que antecederam o surgimento da indústria manufatureira, também permitiu que se manifestasse, ainda que embrionariamente, a existência de uma nova contradição social, envolvendo, de um lado, os mestres das corporações, enquanto proprietários dos meios de produção e, de outro, o trabalhador urbano não-proprietário dos mesmos.

Com isso, se viu afluir nas cidades européias, sobretudo, quando estiveram unidos aos trabalhadores artesanais uma imensa parcela de artesãos empobrecidos, além de uma grande massa de miseráveis que povoou os centros urbanos europeus naquele período, “[...] *uma série de levantes na última metade do século XIV, que, como as revoltas camponesas, espalharam-se por toda a Europa ocidental*” (HUBERMAN, 1981, p. 77).

Embora tenham sucumbido, em especial, diante da monarquia absolutista que se constituiu sob a égide do capital mercantilista, tais revoltas permearam a degeneração do mundo feudal, além de terem impulsionado, a partir de meados do século XVI, a ascensão da indústria manufatureira, responsável por um novo ciclo de desenvolvimento da propriedade privada burguesa.

Foi nesse ambiente forjado por acirradas contradições sociais que surgiu uma das primeiras obras do pensamento socialista, ainda na forma de romance idílico. Publicada, em 1516, na Inglaterra, a *Utopia*, de Thomas Morus, foi seguida por diversas outras publicações do mesmo gênero, emergidas na Europa, durante os séculos XVI e XVII, a exemplo de: “[...] *Christianopolis, de Johann Valentin Andreae; New Atlantis, de Bacon; Mundus Alter et Idem, de Joseph Hall; Nova Solima, de Samuel Gott; O Reino de Macaria, de Samuel Hartlib, e, entre muitas outras ainda, a Civitas Solis, de Tommaso Campanella*” (COELHO, 2007).

Nessa mesma época, em vista do poderio econômico e político proporcionado pela união de burgueses e monarcas absolutistas, foram abertas as portas do “Novo Mundo” à dominação dos países da Europa, passando, inicialmente, pelo domínio mercantilista capitaneado por Portugal e Espanha, seguido do capital manufatureiro que se desenvolveu na Holanda e, principalmente, na Inglaterra. Ressalte-se que a tomada de Constantinopla, pelos turcos otomanos, a partir de 1453, acelerou a expansão do mercado mundial, por haver tornado mais difícil o acesso dos comerciantes europeus às mercadorias orientais, impulsionando assim o movimento da burguesia mercantilista rumo à

circunavegação do continente africano – em princípio, com vistas ao comércio com as Índias Orientais.

Por sua estratégica localização geográfica, às margens do Oceano Atlântico, próximo ao continente africano, e por ter sido a primeira nação europeia a se unificar em torno de um Estado nacional (monárquico) – por volta do século XII, quando da expulsão dos muçulmanos da península ibérica – Portugal, seguido pela Espanha, saiu na frente no processo de expansão marítima e comercial ocorrido naquele momento. Apoiado pelos interesses da Dinastia dos Avis, no poder à frente do país desde 1385, Portugal passou a incentivar a produção de conhecimentos relacionados com a navegação. Para tanto, contou com o aporte de técnicas anteriormente desenvolvidas pelos árabes, tendo iniciado a conquista do litoral africano em meados do século XV, o qual circunscrevera em fins do mesmo, encontrando, então, acesso ao Oriente por um novo caminho. Nesta mesma época, a Espanha chegou ao continente que hoje se conhece por América, também tentando encontrar uma nova passagem para o comércio com o mundo oriental.

Ademais, em vista das grandes navegações que marcaram os séculos XV e XVI, bem como das grandes revoltas populares que pautaram o período final da Idade Média, desenvolveram-se, além de meios primitivos de acumulação do capital, que incluem a escravidão colonial de povos tradicionais (indígenas e africanos), os saques e a crescente dívida pública, nascida para financiar os grandes projetos comerciais da época, também uma nova indústria, não mais artesanal, mas destinada a corresponder, em grande medida, às exigências de expansão do comércio mundial. Com isso: “O comércio e o mercado mundiais inauguraram no século XVI a moderna história do capital” (MARX, 2006, p. 177).

Ressalte-se que: “A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital” (MARX, 2006, p. 177), no entanto:

Nosso possuidor de dinheiro, que, no momento, prefigura o capitalista, tem de comprar a mercadoria pelo seu valor, vendê-la pelo seu valor e, apesar disso, colher, no fim do processo, mais valor do que nele lançou. Sua metamorfose em capitalista deve ocorrer dentro da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Tais são as condições do problema. E é aí que está o busílis (MARX, 2006, p. 196-197).

A burguesia, embora tenha como base a acumulação primitiva do capital, cujos “métodos idílicos” Marx (2005a) expõe no Capítulo XXIV do Livro I de *O Capital*, precisa superá-la historicamente, bem como ao capital comercial e o usurário “[...] formas derivadas [...] que precedem historicamente a moderna forma básica do capital” (MARX, 2006, p. 195). Esta última, por sua vez, refere-se ao controle da produção de mercadorias desenvolvida pela burguesia manufatureira, com base nas relações de assalariamento, destinadas a servir para fins de extração do trabalho excedente em favor da acumulação do capital, ao que se alcançou durante o período manufatureiro, ainda que sob forte contradição social – como se verá a seguir.

### **1.3. Manufatura, Estado absolutista e Socialismo utópico**

O desenvolvimento do colonialismo, a partir das grandes navegações, foi o caminho seguido a partir das convulsões políticas e econômicas que abalaram a Europa ocidental no fim do século XV. O comércio com o “Novo Mundo” deu impeto estrondoso à acumulação do capital, capaz de contribuir para uma profunda reestruturação da sociedade, esta que passou pela indústria, e chegou à política e à cultura. As oficinas artesanais foram, com isso, tornadas obsoletas, principalmente, a partir do século XVI. Foram substituídas, inicialmente, pela produção artesanal doméstica controlada por intermediários burgueses; estes últimos, substituíram pouco a pouco o trabalho do mestre-artesão, de comprar as matérias-primas e vender os produtos finais, se apropriando, com isso, do valor excedente da produção artesanal – cujos produtores ainda detinham, mediante a propriedade de suas ferramentas de trabalho, um amplo controle técnico do processo produtivo.

Os burgueses foram, então, ampliando seu domínio sobre a produção industrial que culminou com a organização em grandes galpões das primeiras fábricas de produtos artesanais, germes da produção manufatureira propriamente dita, a qual, partindo da cooperação simples, desenvolveu a divisão do trabalho, como no curtametragem *No amor* (1982), de Nelson Nadotti.

Neste filme, um empresário convida um grupo de trabalhadores artesanais que conhece na Rua da Ladeira, em Porto Alegre, para morar em sua propriedade e se dispõe, segundo ele, “no amor”, a suprir a (re)produção material dos mesmos, inclusive no que se refere às

matérias-primas destinadas à produção artesanal. Em troca, o mesmo passa a controlar a produção dos artesãos, que alienam seus produtos em favor do empresário, cujo objetivo, em última instância, se apresenta mediante a tentativa de ampliar a produtividade do trabalho por meio do avanço da divisão do trabalho. Tal acontece, com o intuito que tem o empresário de realizar, através da venda dos produtos, um valor, no mínimo, superior ao custo gerado pelos trabalhadores artesanais e toda a infraestrutura necessária para a reprodução dos mesmos – incluindo sua atividade produtiva.

Justamente por ser um negócio privado para o empresário, ou seja, por este visar a maior extração de mais-valia possível, a partir do intercâmbio mantido com os trabalhadores artesanais, é que, cada vez mais, o mesmo se torna controlador da produção artesanal – tornando-se, como em *No Amor* (1982), um tormento para os trabalhadores. No curta de Nadotti, o empresário, além de reunir os trabalhadores artesanais em uma mesma oficina – o que, por si, tende a elevar, a produtividade do trabalho, dada a maior extensão da cooperação atingida em tal situação – também estrutura a produção sob o princípio da divisão do trabalho. Tal situação aponta para o surgimento do trabalhador parcializado, juntamente com a tentativa do empresário de ampliar a jornada de trabalho – seja pela intensificação do trabalho durante, ou pela efetiva ampliação do tempo de duração da mesma – como acontece durante todo o período manufatureiro.

Os trabalhadores artesanais, no caso do referido filme, terminam por superar a dependência com relação ao capitalista que, então, lhes explorava, adotando, a partir daí, uma nova divisão do trabalho, desta vez, envolvendo unicamente os próprios trabalhadores. Também no âmbito desta pesquisa, a perspectiva de emancipação dos trabalhadores tem como fundamento a noção de que com o avanço das contradições geradas a partir do desenvolvimento da cooperação capitalista, cuja exploração crescente da força de trabalho é a sua amarra de sustentação, se impulsiona a negação dos trabalhadores, os quais, não tendo outra forma de garantir sua própria existência, são levados a desenvolver sua capacidade autogestionária de produção.

Sobre a cooperação fundada na divisão do trabalho, Marx (2006) esclarece que a mesma:

Predomina como forma característica do processo de produção capitalista durante o período manufatureiro propriamente dito, que, grosso

modo, vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII (MARX, 2006, p. 391).

A manufatura, por sua vez, inicia-se, basicamente, de duas maneiras, seja “[...] quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final” (MARX, 2006, p. 391), ou quando “o mesmo capital reúne, ao mesmo tempo, na mesma oficina, muitos trabalhadores que fazem a mesma coisa ou a mesma espécie de trabalho” (MARX, 2006, p. 392).

O que caracteriza este período é, fundamentalmente, o desenvolvimento do processo de trabalho com base nas relações de produção assalariadas, com vistas à extração de mais-valia, que resulta na acumulação capitalista, *pari passu* com o desenvolvimento tecnológico alienado como capital e na forma tendencial do aumento da pobreza e degradação dos trabalhadores.

O acirramento desta contradição de classe, durante o período manufatureiro, teve como resultado histórico os revolucionamentos que culminaram no desenvolvimento da indústria moderna, sobretudo, a partir do último terço do século XVIII, e na consolidação da ordem política do capital, assim como, nos primeiros passos dados em direção ao socialismo – este último que em sua forma moderna caminha no sentido da organização científica dos trabalhadores, conforme Engels (1986) enfatizou em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*.

Ainda no que se refere à manufatura capitalista, percebe-se, tanto um debate relacionado aos fatores responsáveis pelo aumento da produtividade gerado em vista do desenvolvimento da mesma, como a temática do processo contraditório inerente ao desenvolvimento da propriedade privada burguesa, cuja crítica prática condiz com o surgimento de uma crítica teórica – inicialmente, utópica – cujo desenvolvimento se traduz, posteriormente, na crítica marxista.

No tocante à expansão da produtividade na manufatura capitalista, Adam Smith (2001) afirma que:

Este imenso acréscimo na quantidade de trabalho realizado, como consequência da divisão do trabalho, se deve a três circunstâncias diferentes. Em primeiro lugar, ao aumento da destreza de cada trabalhador em particular; em segundo lugar, à economia de tempo que, de outra maneira, se

perderia ao se passar de um tipo de trabalho para outro; e, em último lugar, à invenção de inúmeras máquinas que facilitam o trabalho e permitem que um único trabalhador faça a tarefa de muitos. (SMITH, 2001, p. 43).

Certamente, a assertiva de Smith refere-se a um estágio avançado da produção manufatureira, a qual dá fundamentos ao processo de reprodução capitalista moderno. Como Marx (2006) ressalva:

Nos seus começos, a manufatura quase não se distingue, do ponto de vista do modo de produção, do artesanato das corporações, a não ser através do número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital. Amplia-se apenas a oficina do mestre artesão (MARX, 2006, p. 375).

Compreende-se, assim, que antes mesmo de dividir o trabalho no interior da fábrica, a manufatura reúne os trabalhadores no mesmo espaço produtivo – desta vez, ampliado – para que estes exerçam sua atividade laboral, praticamente como antes o faziam nas oficinas artesanais.

Marx (2006) esclarece que: “De início, a diferença é puramente quantitativa” (MARX, 2006, p. 375). Mesmo assim, o desenvolvimento da manufatura desperta uma poderosa força produtiva que o autor atribui, de início, ao processo da cooperação simples, segundo ele, “[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 2006, p. 378). É bem verdade que, durante a manufatura, após estarem unidos sob o comando dos capitalistas, os trabalhadores passam a sofrer, seguidamente, as consequências da reorganização do trabalho em tarefas cada vez mais simples, parcializadas e planejadas a partir do espaço interno das fábricas; entretanto, Marx enfatiza que a base desse desenvolvimento está na “cooperação simples”, através da qual “[...] os trabalhadores se complementam mutuamente, fazendo a mesma tarefa ou tarefas da mesma espécie” (MARX, 2006, p. 380).

A força produtiva do *trabalhador coletivo* se desenvolve, assim, a partir da cooperação simples, sendo esta a base da divisão do trabalho que se reproduz na manufatura. Diante das forças produtivas

relativamente individualizadas até então predominantes, a “*força coletiva*” (MARX, 2006, p. 379) alcançada com a manufatura – superior à simples soma das rudimentares forças produtivas individuais – apresentou vantagem manifesta, em especial, na produção de mercadorias para abastecer o mercado mundial em expansão. Marx (2006) observa que:

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valor de uso e reduz, por isso o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou a força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie (MARX, 2006, p. 382).

Em se tratando da cooperação, ou seja, da jornada de trabalho coletiva, embora se advogue que a mesma esteve presente em diversas formas de produção pretéritas – a exemplo das construções de obras públicas durante a antiguidade, como diques, canais e monumentos, além dos exércitos organizados em tais situações – foi somente com advento do capital manufatureiro que a cooperação se tornou fundamento essencial do processo produtivo, quando a sociedade passou

a utilizá-la como meio de reprodução, resta dizer, alienadamente, tendo em vista sua submissão ao capital.

Ainda em *O Capital*, Marx (2006) aponta que:

O emprego esporádico da cooperação em larga escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas baseia-se em relações diretas de domínio e servidão, principalmente na escravatura. A cooperação capitalista, entretanto, pressupõe, de início, o assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, desenvolve-se em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuam estes ou não a forma gremial. Nesse confronto, a cooperação capitalista não se manifesta como forma histórica especial de cooperação, mas a cooperação é que se manifesta como forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, como forma histórica que o distingue especificamente (MARX, 2006, p. 387).

Percebe-se assim que foi através da cooperação de cunho capitalista que se desenvolveu a manufatura, inicialmente na Holanda, junto à indústria têxtil daquele país; embora, o período manufatureiro propriamente dito tenha predominado na Inglaterra, onde o proletariado primeiramente se formou em maior proporção, quando “[...] no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI [...] uma massa de indivíduos sem direitos [...] é lançada ao mercado de trabalho [...] com a dissolução das vassalagens feudais [...]” (MARX, 2005a, p. 831). Desse modo, partindo da sua expulsão dos meios de produção sociais – no caso, a terra, fechada pelos grandes proprietários fundiários interessados na criação de ovinos, a fim de abastecer o mercado de lã destinado às nascentes manufaturas – os trabalhadores proletarizados foram sendo, literalmente, obrigados a se submeter ao assalariamento em condições lucrativas ao capital.

No capítulo IV de *O Capital*, Marx (2006) afirma que somente quando a burguesia se encontra originariamente com a força de trabalho do proletariado moderno disponível em larga escala é que se desenvolve universalmente o capitalismo. É certo que o sistema hegemônico do capital se desenvolve por intermédio do mercado mundial, porém, movido pelo trabalhador assalariado, do qual resulta a extração de mais-valia. Pode-se mesmo dizer que o capitalismo advém do assalariamento

– que se constitui em larga escala produtiva na manufatura – cuja hegemonia se afirma em termos do avanço da burguesia na luta de classes – em princípio, contra a reação feudal, porém, trazendo consigo, como sua parte imanente, o seu negativo, que se manifesta na degradação das condições de existência do proletariado moderno, que, em última instância, se apresenta como germe da superação do modo de produção capitalista.

Marx (2006), ademais, esclarece que:

O organismo coletivo que trabalha, na cooperação simples ou na manufatura, é uma forma de existência do capital. Esse mecanismo coletivo de produção composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertence ao capitalista. A produtividade que decorre da combinação dos trabalhos aparece, por isso, como produtividade do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o, artificialmente, a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele e o sebo. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial (MARX, 2006, p. 415).

Percebe-se, assim, que o período manufatureiro proporciona o amadurecimento do trabalhador coletivo, porém, neste caso, o desenvolvimento das forças produtivas sociais se realiza, sob a propriedade do capital e, simultaneamente, “[...] à custa do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (MARX, 2006, p. 417).

Adam Smith, pioneiramente, observou que o processo da divisão do trabalho deforma, através do desenvolvimento do trabalhador parcial, a grande massa do povo. De acordo com Marx (2006), Smith resume em *A Riqueza das Nações* que:

‘A compreensão da maior parte das pessoas [...] se forma necessariamente através de suas ocupações ordinárias. Um homem que despense toda a sua vida na execução de algumas operações simples (...) não tem oportunidade de exercitar sua inteligência. (...) Geralmente, ele se torna tão estúpido e ignorante quanto mais se pode tornar uma criatura humana’ (SMITH *apud* MARX, 2006, p. 417).

Marx ressalta que “[...] para evitar a degeneração completa do povo em geral, oriunda da divisão do trabalho, recomenda A. Smith o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas” (MARX, 2006, p.418). Marx ainda enfatiza que: “Coerente, combate contra essa ideia seu tradutor e comentador francês, G. Garnier [...]. Segundo ele, a instrução popular contraria as leis da divisão do trabalho, e adotá-la ‘seria proscrever todo o nosso sistema social’” (MARX, 2006, p. 418).

As “leis da divisão do trabalho”, base de todo o “sistema social” a que Garnier se refere, seriam, por assim dizer, as leis da propriedade privada burguesa e, modernamente falando, as leis do livre mercado de trabalho capitalista, pressuposto lógico e histórico da economia burguesa, do qual adveio primeiramente a manufatura – esta que Smith sistematizou teoricamente, sendo também por isso considerado o fundador da moderna Economia Política. Ainda que se tenha noção de diversos autores anteriores discutindo temas econômicos, como W. Petty, B. Franklin, os próprios Enciclopedistas Diderot e D’Alembert, além da fisiocracia francesa, sabe-se que não tiveram o alcance histórico que teve a obra smithiana, especialmente, após a publicação, em 1776, de *Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações*.

Pedro Figueira observa que:

Os economistas políticos são a vanguarda de um período histórico em que se encontrava em luta encarniçada, em quase toda a Europa, as forças medievais, em parte já combatidas, e novas forças que surgem precisamente da impossibilidade da

civilização medieval continuar a encontrar soluções, dentro dos seus quadros institucionais, para questões que exigiam uma tomada de posição radical (FIGUEIRA, 2001, p. 11).

Sabe-se que a fisiocracia, considerada por muitos a primeira escola de economia política, tivera influência na formação do Estado burguês, especialmente na França, a partir de meados do século XVIII. Com François Quesnay e Jaques Turgot à frente, os fisiocratas defenderam o liberalismo econômico diante do mercantilismo predominante naquele momento, embora tenham considerado que unicamente o trabalho agrícola poderia ser fonte de riqueza – certamente, apoiados na situação econômica francesa, em que pese o fato da maior parcela da população daquele país ser, naquele momento, camponesa. Turgot chegou a ser nomeado ministro das finanças da França pelo rei Luís XVI, tendo passado pouco tempo no cargo – entre 1774 e 1776 – acredita-se que em função de promover reformas fiscais contrárias aos interesses da nobreza e do clero, como por desobrigar os camponeses do pagamento de impostos por sua produção.

Por sua vez, Adam Smith, e depois David Ricardo, tiveram mais sorte com suas idéias na Inglaterra, por encontrarem ali solo mais fértil. Não por ser aquele país, como era a França, estritamente dependente da atividade agrícola, mas justamente porque se desenvolveu na Inglaterra, antes que em outros países, a indústria manufatureira e, em seguida, a grande indústria moderna. Smith e Ricardo tiveram assim o material vivo do liberalismo econômico representado na própria base industrial presente na Inglaterra e, especialmente por este motivo, a economia política se desenvolveu mais neste último país do que em outros.

Smith publicou seu libelo em defesa do liberalismo no mesmo ano da Declaração de Independência dos EUA – esta, que embora estivesse de acordo com o pensamento liberal, não deixou de ser um duro golpe nas pretensões do nascente capitalismo inglês e na flagrante imposição de obrigações econômicas e políticas levadas a cabo através do colonialismo inglês, no caso, contra os interesses das colônias norte-americanas. Ao mesmo tempo em que Smith escrevia sobre sua manufatura de alfinetes, e os EUA davam seus primeiros passos em termos industriais, a grande indústria moderna começava a despontar na Inglaterra, que, com isso, se credenciou a dominar o cenário econômico mundial por, pelo menos, mais um século.

O surgimento da maquinaria, de um lado, apoiou-se na própria virtuosidade do modo de produção capitalista e na divisão do trabalho

que se desenvolveu a partir do assalariamento e da cooperação simples, enquanto, de outro, refletiu o acirramento dos conflitos pertinentes ao próprio período manufatureiro. Desse modo, enquanto a Guerra de Independência dos EUA se revelou um foco de tensão naqueles anos em função da política externa da Inglaterra manufatureira, também a contradição com base no empobrecimento do trabalhador parcial em forças individuais foi responsável por uma grande insatisfação por parte dos trabalhadores. Muito embora o enriquecimento do trabalhador coletivo decorrente da cooperação capitalista – à qual se segue a divisão do trabalho praticada na manufatura – tenha gerado a oficina de ferramentas e, em sua consequência, a “máquina ferramenta automática”, célula fundamental da indústria moderna.

Neste período, os trabalhadores lutaram duramente para conquistar o direito de se organizar autonomamente, ao passo que a iniciativa dos mesmos dependia em grande medida das organizações econômicas e políticas burguesas. Quando a burguesia esteve encarregada da revolução social – inicialmente na Inglaterra, em 1689, e depois na França, a partir de 1789 – os operários estiveram juntos na luta contra os escombros do mundo feudal, porém, era muito cedo para terem a consciência de sua oposição fundamental em relação aos burgueses. Provavelmente, os trabalhadores já soubessem de sua diferença para com os mesmos, porém, na passagem do século XVIII para o século XIX ainda havia entre burgueses e proletários um inimigo comum, que deveria ser enfrentado conjuntamente – como de fato o foi, ademais, com o auxílio de um moderno maquinário.

O período manufatureiro, entretanto, antecede em, pelo menos, dois séculos a ascensão política da burguesia como classe hegemônica frente ao aparelho de Estado. Em seus primórdios, a manufatura trazia em seu seio a contradição fundamental entre trabalhadores assalariados e proprietários capitalistas, embora predominasse a virtuosidade do capital em relação aos trabalhadores independentes, que se encontravam, ainda, bastante dispersos. A resistência relativamente individualizada do trabalhador parcial, embora atuando como fator de resistência ao capital e meio de aprendizagem histórica dos próprios trabalhadores, não foi, entretanto, capaz de fazer frente à estrutura da produção capitalista que se desenvolveu com a manufatura, muito menos frente à força da grande indústria moderna que viria pela frente.

Embora seja importante ressaltar a resistência do proletariado em relação ao processo da manufatura, principalmente, por parte dos trabalhadores do sexo masculino, que, em tal situação, partilharam da

força física individual como meio de luta, é, sobretudo, significativo o uso da força concentrada do Estado em favor dos interesses da burguesia, bem como a virtuosidade do capital, garantindo a proibição que se segue por todo o período manufatureiro contra a organização dos trabalhadores, além da tentativa permanente de controlar seus salários. Deve-se destacar que por volta do último quartel do século XVIII, com o surgimento da grande indústria moderna, se dará, em definitivo, o processo de ascensão política da burguesia liberal, assim como a superação dos últimos séquitos feudais existentes no Estado moderno. Os revolucionamentos que resultaram na produção da maquinaria moderna, a partir do desenvolvimento manufatureiro, seguem na linha das forças produtivas desenvolvidas pelo trabalho assalariado. Tal ascensão, por sua vez, foi acompanhada pelo aumento da pobreza do proletariado moderno, este último, cuja consciência de si, como classe antagônica ao capital, começou a se expressar por intermédio do socialismo utópico, cujos celebres autores escreveram suas obras por volta da passagem do século XVIII ao século XIX, sob o domínio do capital.

Sobre o processo de formação do proletariado, Engels (1986), assinala que:

[...] desde o momento em que nasceu a burguesia transportava nas suas entranhas a sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados, e na mesma proporção em que os mestres de ofícios das corporações medievais se convertiam em burgueses modernos, os oficiais e os jornaleiros não agremiados transformavam-se em proletários. E se, em termos gerais, a burguesia podia arrogar-se o direito de representar, nas suas lutas com a nobreza, além dos seus interesses, os das diferentes classes trabalhadoras da época, ao lado de qualquer grande movimento burguês que se desencadeava, eclodiam movimentos independentes daquela classe que era o procedente mais ou menos desenvolvido do proletariado moderno. Tal foi na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha a tendência dos anabatistas e de Thomas Münzer; na grande

Revolução Inglesa, os *levellers*<sup>10</sup>, e na Revolução Francesa, Babeuf. Estas sublevações revolucionárias de uma classe incipiente são acompanhadas, por sua vez, pelas correspondentes manifestações teóricas: nos séculos XVI e XVII aparecem as descrições utópicas de um regime ideal da sociedade; no século XVIII, teorias já abertamente comunistas, como as de Morelly e Mably<sup>11</sup>. (ENGELS, 1986, pp. 30 - 31).

As teorias socialistas, entretanto, não puderam se desenvolver adicionalmente por volta do início do século XIX, já que as próprias condições materiais de acirramento da oposição entre capital e trabalho não estavam suficientemente desenvolvidas; como de resto a organização autônoma do proletariado não se desenvolveu neste mesmo período. Ao mesmo tempo em que os economistas políticos disputavam acirradamente com a nobreza e o clero o domínio do aparelho de Estado europeu, os socialistas utópicos realizavam suas experiências “autonomistas” nas franjas da sociedade moderna, portanto, longe de se colocar o problema do poder central do Estado. Engels (1986) reconhece com relação a Robert Owen que, este, na última parte de sua vida passou a contribuir com a organização dos trabalhadores, fortemente influenciado pelo movimento cartista e trade-unionista. Então, Owen passou a ser uma ameaça para os patrões e, então, passou a ser mau visto por eles; mesmo quando organizava os trabalhadores em suas cooperativas, não assustava tanto a burguesia como quando passou a

---

<sup>10</sup> “Niveladores – nome dado aos mais radicais plebeus ingleses durante a revolução de 1648” (ENGELS, 1986, p. 31).

<sup>11</sup> “Genial pensador francês do séc. XVIII. Pouco se sabe da vida de Morelly. Somente em meados do séc. XIX é que se teve a certeza de que os livros O Código da Natureza e Basilíade eram de Morelly. Filósofo materialista, Morelly via na propriedade privado o mal do mundo e pregava para resolver esse mal a propriedade coletiva do solo. ‘Onde não existir propriedade privada não pode existir nenhuma das suas funestas consequências’, escreveu Morelly. Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785) foi um comunista utópico assim como Morelly. Mably foi um dos homens mais cultos do seu tempo e não se limitou, nos seus escritos, a criticar o regime social francês, mas toda a ordem feudal assente na propriedade privada. A propriedade privada era para Mably a fonte da desigualdade social, e para curar este terrível vício, o homem não tinha mais que se instruir e ter boa moral. Diferentemente de Morelly, Mably era céptico com o futuro da humanidade. Para ele a ‘idade de ouro’ era impossível de alcançar. Tanto Mably como Morelly, e ao contrário do seu contemporâneo, padre Meslier, não defendiam a violência. A ordem social injusta tinha que ser mudada com apelos à razão, e não por meio da revolução” (ENGELS, 1986, p. 31).

contribuir com sua organização sindical e política em geral. Este reformista social pioneiro foi, em grande medida, execrado pela sociedade burguesa européia, passando, no entanto, a ser uma referência importante para as gerações de trabalhadores socialistas que o sucederam.

Ricardo, por seu turno, teve mais sucesso com sua teoria econômica no início do século XIX, ainda mais por ter enfatizado a importância da maquinaria, especialmente no que se refere ao potencial que tem o desenvolvimento tecnológico e o conseqüente barateamento dos produtos industriais, de superar a estagnação econômica, em especial, gerada pela queda tendencial da taxa de lucro presente na economia capitalista. Isto se deu, segundo Ricardo, devido a renda da terra tender a aumentar com a ocupação de novas áreas, em função do crescimento industrial, e tendo em vista o conflito existente entre lucro e renda da terra. Durante o final do século XVIII e início do XIX, Ricardo participou ativamente da vida política e econômica da Inglaterra, ainda muito jovem, tendo feito fortuna na Bolsa de Valores de Londres e, depois, se dedicando à teoria econômica e à política, tendo, inclusive, representado os interesses liberais no parlamento inglês por volta de 1815. Neste período, foi intensa a polêmica que manteve com Thomas Malthus, este último, que defendia os interesses da aristocracia feudal, incluindo o clero e a nobreza, que na opinião de Malthus, seriam classes necessárias à sociedade, por serem consideradas “consumidoras” em um cenário de crise definido em função de um suposto “subconsumo” (HUNT, 1986).

Ricardo, finalmente, se opôs a Malthus, com relação à necessidade de eliminar as barreiras alfandegárias referentes à importação de cereais (Lei dos Cereais). Muito embora esta decisão prejudicasse os interesses feudais, em favor dos industriais, já que, sendo o trigo um produto essencial da cesta de consumo dos trabalhadores ingleses, seria fundamental que o mesmo chegasse ao mercado local por um preço mais baixo possível, permitindo assim a redução dos salários pagos aos trabalhadores – até o ponto de fixá-los novamente ao nível mais baixo de reprodução da existência.

Já com relação à resistência do trabalhador parcial, proveniente da manufatura, incluindo sua pressão por elevar salários, Marx (2005a) assevera que:

A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra

toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas, basta deixar o trabalhador entregue às 'leis naturais da produção', isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção e é assegurada e perpetuada por essas condições. Mas [... Marx observa que] as coisas corriam de modo diverso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente, precisava e empregava a força do Estado para 'regular' o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia [...]. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva (MARX, 2005a, p. 851).

Com a ascensão política da burguesia, em vista do desenvolvimento da base produtiva da grande indústria moderna, adveio, desta vez ao primeiro plano, a oposição entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Estes últimos, de acordo com Marx, seriam os coveiros do capitalismo, dada a contradição crescente que se desenvolve em função da acumulação capitalista, em especial, seguindo-se à industrialização moderna, da qual resultou, ademais, o aumento das crises econômicas capitalistas e a conseqüente piora das condições de vida dos trabalhadores. Como se verá a seguir, essa contradição atuou como impulso massivo à organização do proletariado – que, com o avanço da grande indústria, chegou a ensaiar os primeiros passos no sentido da tomada do poder do Estado, em busca da construção efetiva do processo de transição ao comunismo.

De um lado, portanto, o período manufatureiro ficou marcado pela ascensão econômica e política da burguesia, incluindo o desenvolvimento da cooperação capitalista e a divisão técnica e social do trabalho, sem falar nas transformações geradas em termos da política e da cultura em geral. Enquanto, de outro, pode-se dizer que o conflito entre capital e trabalho tenha ficado relativamente obscurecido pela

oposição existente entre o mundo feudal e o capitalismo em formação. Conforme se verá a seguir, a moderna produção industrial, que contribuiu com a ascensão política da burguesia, também inaugurou, sistematicamente, o processo de construção do espaço transitório socialista, por meio da efetiva organização da classe trabalhadora, bem como por intermédio de sua específica concepção teórica, que se desenvolve, em última instância, em função da dinâmica degenerativa do modo de produção capitalista – diante da qual se efetiva a auto-atividade criadora da classe trabalhadora, no caso, em vista do desenvolvimento auto-gestionário da produção social.

#### **1.4. Indústria moderna, Estado burguês e Socialismo científico**

O período manufatureiro ficara marcado pela:

[...] falta de disciplina dos trabalhadores [...] uma vez que a habilidade manual constituía o fundamento da manufatura e que o mecanismo coletivo que nela operava não possuía nenhuma estrutura material independente dos trabalhadores, [enquanto isso] lutava o capital constantemente contra a insubordinação do trabalhador [...] (MARX 2006 p. 423).

Ainda assim, a manufatura foi capaz de se desenvolver, universalmente, em benefício da acumulação privada capitalista; e esta também desenvolveu, entre:

[...] suas obras mais perfeitas [...] a oficina para a produção de ferramentas [...]. Essa oficina, produto da divisão do trabalho, produziu, por sua vez, máquinas. Estas eliminam o ofício manual como princípio regulador da produção social. Assim, não há mais necessidade técnica de fixar o trabalhador a uma operação parcial, por toda a vida. E caíram as barreiras que aquele princípio opunha ao domínio do capital (MARX, 2006, p. 424).

Se a insubordinação do trabalhador individual na manufatura respondia pelo poder que o mesmo detinha em termos técnicos sobre o processo produtivo – tendo em vista que, em última instância, a força produtiva da manufatura dependia diretamente da habilidade que dispunha o trabalhador individual dentro do processo de divisão do trabalho –, com o desenvolvimento da maquinaria moderna e, especialmente, com o “sistema automático de máquinas” a habilidade do trabalhador parcial presente na manufatura foi substituída por um autômato, formado por “[...] três partes essencialmente distintas: o motor, a transmissão e a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho [...] sendo] desta parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que parte a revolução industrial do século XVIII” (MARX, 2006, p. 429).

Marx (2006) evidencia que:

Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta. A diferença salta aos olhos, mesmo quando o homem continua sendo o primeiro motor. O número de ferramentas com que o homem pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus órgãos físicos. [...] O número de ferramentas com que opera simultaneamente a máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar (MARX, 2006, p. 430).

E, ademais, tendo em vista que:

A manufatura se constitui [...] em base técnica imediata da indústria moderna. A primeira produzia a maquinaria com que a segunda eliminava o artesanato e a manufatura nos ramos de produção de que se apoderava. A produção mecanizada se erguia, naturalmente, sobre uma base material que lhe era inadequada. Atingindo certo estágio de desenvolvimento, tinha ela de remover essa base, que encontrou pronta e aperfeiçoou em sua forma antiga, para estabelecer nova base adequada a seu modo de produção. A máquina isolada era de tamanho reduzido

enquanto era movida apenas pelo homem; o sistema de máquinas não pode se desenvolver livremente antes de a máquina a vapor substituir as forças motrizes encontradas, o animal, o vento e a água (MARX, 2006, p. 438).

Desse modo, ainda que a manufatura seja a “base técnica imediata da indústria moderna” – que evoluiu a partir da “[...] oficina para produção de ferramentas e [...] dos mais complicados aparelhos mecânicos, que já eram aplicados em algumas manufaturas” (MARX, 2006, p. 424) –, sua restrita capacidade técnica fez com que a mesma fosse superada por uma base técnica superior – cujo fundamento consiste em transferir movimento, mecanicamente, partindo de uma força motriz, e através de uma transmissão, gerando movimento na medida certa a uma máquina-ferramenta “[...] que se apodera do objeto de trabalho e o transforma de acordo com o fim desejado” (MARX, 2006, p. 429).

Com isso, a produção industrial se emancipou das limitações mecânicas do corpo humano, primeiramente, porque a “máquina-ferramenta” superou com folga, tanto em quantidade, como em qualidade, a função do ser humano de operador de ferramentas individuais. E, associado a este dispositivo, se colocou a possibilidade de substituir, ainda com maior vantagem, a força de trabalho humana da função de força motriz da produção industrial – por uma força da natureza capaz de se fazer disponível em larga escala à utilização humana.

A esse respeito, Marx (2006) sugere que:

Depois que os instrumentos se transformam de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas a um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana. Com isso, a máquina-ferramenta isolada que observamos até agora se reduz a um simples elemento da produção mecanizada. Uma máquina motriz, um motor, pode agora impulsionar ao mesmo tempo muitas máquinas-ferramenta. Com o número das máquinas-ferramenta impulsionadas ao mesmo tempo, aumenta o tamanho do motor e

o mecanismo de transmissão assume grandes proporções (MARX, 2006, p. 434).

Ao mesmo tempo, a indústria moderna, ao ampliar “[...] o raio de ação da máquina-ferramenta – isto é, o número de suas ferramentas, ou, tratando-se de força, o tamanho das ferramentas” (MARX, 2006, p. 446), tornou a força motriz industrial movida pelo ser humano bastante insuficiente, passando a ser substituída por “[...] um motor capaz de desenvolver qualquer potência e perfeitamente controlável. Ele já existia na máquina a vapor” (MARX, 2006, p. 441).

Embora se tenha ampliado em absoluto o custo de produção no espaço da indústria moderna, em especial, por intermédio dos maiores investimentos em capital constante, há de se considerar que o maior volume de produção associado ao menor desgaste relativo da maquinaria repercutiu em barateamento do preço por unidade de produto, fazendo com que se ampliasse ainda mais a taxa de mais-valia – relativa – no contexto da indústria moderna.

Marx (2006) destaca:

[...] que todo instrumental de trabalho entra por inteiro no processo de trabalho e sempre por partes, na proporção do seu desgaste médio diário, no processo de formação do valor. Essa diferença entre utilização e desgaste é muito maior nas máquinas do que nos instrumentos manuais, pois elas são construídas com material mais resistente, duram mais, tendo sua aplicação regulada por leis rigorosamente científicas que possibilita poupar mais suas partes componentes e as matérias que consomem; finalmente, seu campo de produção é incomparavelmente mais vasto que o do instrumento manual. Pondo-se de lado os custos diários da maquinaria e dos instrumentos manuais, isto é, a parte de valor que acrescentam ao produto, com o desgaste médio e o consumo de materiais auxiliares, como óleo e carvão, ver-se-á que atuam gratuitamente, do mesmo modo que as forças fornecidas pela natureza agem sem interferência humana. [...] Só com a indústria moderna aprende o homem a fazer o produto de seu trabalho passado, o trabalho já materializado, operar em grande escala, gratuitamente, como se fosse uma força natural (MARX, 2006, p. 444).

E conclui que:

A produtividade da maquinaria [...] está na razão inversa do valor que ela transfere ao produto. Quanto maior o período em que funciona, tanto maior a quantidade de produtos em que se reparte o valor transferido pela máquina, e tanto menor a porção de valor que acrescenta a cada mercadoria em particular. O período de vida ativa da máquina é, evidentemente, determinado pela duração do dia de trabalho ou do processo diário de trabalho, multiplicada pelo número de dias em que esse processo se repete (MARX, 2006, p. 461).

Desse modo, Marx explicita os fundamentos pelos quais a maquinaria consegue reduzir o preço médio dos produtos, no caso, partindo do menor desgaste relativo da máquina, fazendo-a, com isso, transferir ao produto final um valor relativamente menor que as antigas ferramentas industriais, ainda mais por terem sido fabricadas com base em princípios científicos mais avançados que aqueles disponíveis na manufatura. Diante disso, os trabalhadores passaram a acompanhar o funcionamento das máquinas, no lugar de controlá-las, como estavam acostumados a fazer com suas antigas ferramentas. Certamente, assim, intensificou-se, adicionalmente, a jornada de trabalho, cujo ritmo passou a ser ditado pela máquina, tal qual aparece magistralmente caricaturado em *Tempos Modernos* (1936), obra-prima de Charles Chaplin.

Noutra perspectiva, Marx (2006) reconhece que “[...] a máquina experimenta ainda, além do material, o desgaste moral”, ou seja: “Perde valor de troca, na medida em que se podem reproduzir mais baratas máquinas da mesma construção ou fazer melhores máquinas que com ela concorram” (MARX, 2006, p. 462).

Desse processo irá resultar uma contradição mais acirrada na medida em que o rápido desenvolvimento técnico – característica assumida, principalmente, no período da pós-grande indústria – torna obsoletos em pouquíssimo tempo os novos sistemas técnicos, ao passo que se necessita de inovações tecnológicas cada vez mais rapidamente.

No que se refere ao período da grande indústria moderna, verifica-se como a contradição referida foi superada, em princípio, pelo prolongamento da jornada de trabalho, tendo em vista o que Marx argumenta com relação à maquinaria, que: “[...] quanto mais curto o

período em que se reproduz seu valor global, tanto menor o perigo de desgaste moral, e, quanto maior a duração da jornada de trabalho, tanto mais curto aquele período” (MARX, 2006, p. 462). Por isso mesmo, a grande indústria marca o início da jornada de trabalho coletiva organizada por turnos seguidos, funcionando, aproximadamente, 24 horas por dia.

Como se não bastasse o melhor desempenho da grande indústria em termos da maior quantidade de produto realizado por tempo de produção, esta ainda tratou de ampliar o número de horas de funcionamento diário da mesma, fazendo com que um enorme volume de mercadorias viesse aflorar com preços relativamente mais baixos, principalmente, a partir das fábricas inglesas – e, posteriormente, estadunidenses – tendo em vista alcançarem mercados espalhados pelo planeta inteiro. Não à toa, surgiram verdadeiras embarcações industriais, dispostas a levar mercadorias aos destinos comerciais mais ermos do mundo, como a continuar transportando matérias-primas das regiões periféricas às metrópoles industriais capitalistas.

O ideário mais adequado a este desenvolvimento adveio, principalmente, por intermédio do liberalismo econômico, de acordo com o modo clássico que se efetivou na Inglaterra, no caso, por meio da teoria do valor-trabalho expressa pelos economistas políticos ingleses – esta, que foi capaz de expressar o desenvolvimento do trabalho industrial, como do processo de divisão do trabalho, mediante o “livre” mercado capitalista, antes mesmo de saudar ativamente a maquinaria moderna.

Marx, ainda, observa que:

Na Inglaterra, o período [...] de 1820 a 1830, destaca-se por intensa atividade científica no campo da economia política. Nesse período divulgou-se e difundiu-se a teoria de Ricardo e se travou a luta dessa teoria com a velha escola. Celebraram-se luzentes torneios. [...] O caráter imparcial dessa polêmica explica-se pelas circunstâncias da época, embora a teoria de Ricardo, excepcionalmente, já fosse utilizada como instrumento de ataque à economia burguesa. A indústria acabava de sair da infância, e a prova disso é ter ela iniciado, com a crise de 1825, o ciclo periódico de sua vida moderna. Além disso, dois fatores, um político e outro econômico, continuavam empurrando a luta entre o capital e o

trabalho para segundo plano: o político era a contenda entre os governos agrupados em torno da Santa Aliança, apoiados em forças feudais, e a massa popular conduzida pela burguesia; e o econômico, a disputa entre o capital industrial e a propriedade aristocrática da terra, que, na França, se disfarçava sob a oposição entre o pequeno e o grande proprietário de terras, e, na Inglaterra, irrompera abertamente, desde as leis aduaneiras de proteção aos cereais. A literatura da economia política na Inglaterra, durante esse período, lembra a fase de agitação ocorrida na França após a morte de Quesnay, como o verão de São Martinho recorda a primavera. Com o ano de 1830, sobreveio a crise decisiva (MARX, 2006, p. 23).

Ainda de acordo com Marx (2006):

A burguesia conquistara o poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. Todavia, mesmo aqueles importunos folhetos que a liga contra a proteção aduaneira aos cereais, chefiada pelos fabricantes Cobden e Bright, lançava aos quatro cantos, possuíam. Se não um interesse científico, pelo menos um interesse histórico, pela sua polêmica contra a aristocracia proprietária das terras. Mas, desde Sir Robert Peel, desapareceu, com a legislação livre-

cambista, esse último estimulante da economia vulgar (MARX, 2006, p. 24).

É importante esclarecer com relação à “crise decisiva” da Economia Política, que adveio em 1830, que esta se refere tanto à teoria defendida pelos economistas políticos, como à própria economia capitalista. As teorias da economia política clássica entraram em crise a partir do momento em que a economia capitalista como um todo começou a demonstrar esgotamento em sua trajetória – até então, ascendente – passando a entrar em crise periodicamente. No caso das referidas teorias, que até aquele momento mostravam-se de fato coerentes com a realidade, portanto, científicas, passaram, em vista da crise, a perder vitalidade, na medida em que não foram capazes, no geral, de elucidar a natureza caótica do capital. Como também não foram capazes de explicar porque em vista do desenvolvimento capitalista e da indústria moderna insistia em realizar-se a contínua degradação dos trabalhadores em vista da sua participação na produção, conforme Engels (1975) enfatizou com relação à situação inglesa.

Desse modo, os economistas políticos, também de acordo com Marx, fizeram ciência na medida em que foram capazes de expressar teoricamente a natureza das renovadas forças produtivas que estavam aflorando através das relações burguesas de produção. Entretanto, a natureza do método filosófico sobre o qual se baseara a economia política não habilitou seus teóricos a compreender a crise da economia moderna. O materialismo a-histórico extraído de John Locke e a filosofia utilitarista herdada de Thomas Hobbes apenas possibilitava aos economistas políticos entender o mundo burguês. Portanto, não os permitiu desvendar sua própria crise histórica.

Por sua vez, quando a crise geral se abateu sobre o “mundo civilizado”, especialmente, a partir de 1825 – em função, de um lado, da industrialização moderna e, de outro, da concomitante concentração e centralização de capitais que ocorrera naquele período – colocou em xeque rapidamente o sustento material da Economia Política moderna. Com isso, a partir daquele momento, tornou-se precisamente justo expressar, além da natureza virtuosa do capitalismo, sua negação, e, certamente, sua superação. Sem uma análise profunda da crise a que estivera submetido, periodicamente, a partir de então, o capitalismo, e sem falar na ascensão do movimento proletário em meio a este cenário,

como estaria alguém fazendo ciência? Ou seja, sem um método capaz de explicitar tais fenômenos históricos...

Tratava-se, assim, do início do ciclo periódico de crise da indústria moderna, ou seja, o começo da vida madura do capitalismo, que passou naqueles anos a dominar o poder concentrado no Estado e também esgotou o potencial científico da Economia Política, numa realidade econômica capitalista que se apresentou, a cada momento, mais crítica.

Em 1830, no entanto, as portas estiveram abertas para uma nova ascensão do ciclo econômico capitalista na Europa, aproveitando o impulso industrial ocorrido principalmente na Inglaterra, assim como a derrota da aristocracia feudal no Parlamento inglês – que contou com a reforma eleitoral aprovada em 1832, a favor dos burgueses – e, também, as primeiras conquistas dos trabalhadores através de sua maior participação no processo político em curso, especialmente, no caso da Inglaterra. Por sua vez, a insurreição de Julho de 1830, na França, abriu novas perspectivas para a burguesia francesa que, após expulsar a dinastia dos Bourbons, representante da restauração feudal, do trono francês, em favor de Luís Felipe, assistiu o mesmo governar exclusivamente em favor da “[...] chamada aristocracia financeira” (MARX, 2008a, p. 65), pelo menos, até 1848, quando este último foi deposto pela revolução republicana de fevereiro, desta vez, sob o forte apoio dos trabalhadores – desta vez, organizados sob a bandeira vermelha.

A Europa, naqueles anos, se fez, numa perspectiva, pelas ações da burguesia que, a partir da Inglaterra e, secundariamente, da França, espalharam o nacionalismo e, sobretudo, o liberalismo, contagiando países como Bélgica, que declarou sua Independência em relação à Holanda em 1830, Espanha e Portugal, que no mesmo ano derrubaram suas monarquias, sob a proteção da Inglaterra, contra a intervenção política da Santa Aliança. A reação feudal, assim, se concentrou mais na parte oriental da Europa, enquanto a modernidade brotava-lhe do ocidente. De outro lado, conforme as burguesias dos países europeu-ocidentais fizeram suas revoluções nacionais, trouxeram consigo o proletariado, desta vez, mais experiente do que quando se iniciou na luta ao lado da burguesia, em se tratando da luta contra os resquícios do mundo feudal – embora, não se possa dizer que o mesmo estivesse maduro o suficiente para superar a dominação burguesa.

A burguesia, de sua parte, mostrou, especialmente em meados da década de 1840, que havia conduzido a situação política e econômica

da Europa “moderna” ao caos, que culminou com a “[...] crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra”, a mesma que se sentiu ainda mais intensa em países como a França, marcada naqueles anos, pelo relativo subdesenvolvimento econômico e político do país – pautado pela carência de um sólido processo de industrialização nacional, no contexto de um governo dos banqueiros que vigorou até 1848, sob o império orleanista.

Marx (2008a) aponta que:

A carestia de 1847 fez estalar conflitos sangrentos não só na França, mas também no resto do continente. Frente às escandalosas orgias da aristocracia financeira: a luta do povo pelos bens de primeira necessidade! (MARX, 2008a, p. 70).

Ao passo que a burguesia francesa, em especial, a grande massa de pequenos burgueses havia ficado de fora da vitória de Julho de 1830, e a crise geral da década seguinte reforçou a pressão social instalada no país, estourou, em fevereiro de 1848, a revolução a partir da qual se constituiu a República Social na França. Segundo Marx (2008a):

O governo provisório que se ergueu nas barricadas de fevereiro espelhava necessariamente, na sua composição, os diferentes partidos entre os quais se repartia a vitória. Não podia, pois, ser outra coisa senão um compromisso das diferentes classes que, conjuntamente, tinham derrubado o trono de julho, mas cujos interesses se opunham hostilmente. A sua grande maioria compunha-se de representantes da burguesia. A pequena burguesia republicana estava representada por Ledru-Rollin e Flocon; a burguesia republicana por gente do *Le National*, a oposição dinástica por Crémieux, Dupont de L’Eure etc. A classe operária tinha apenas dois representantes: Louis Blanc e Albert. Por fim, a presença de Lamartine no governo provisório – isso não era em princípio um interesse real, uma classe determinada: era a própria revolução de fevereiro, o seu levantamento comum com as ilusões, a sua poesia, o seu conteúdo imaginário, as suas frases. De resto, o porta-voz da revolução de fevereiro,

pela sua posição como pelas suas opiniões, pertenciam à burguesia (MARX, 2008a, p.72).

Vê-se como a República Social passou, naquela situação, de solução do problema para os trabalhadores, a problema central, frente ao qual, não havia outra coisa a fazer, senão lutar, a fim de não se entregar à degradação... Antes de serem escorraçados do governo que construíram revolucionariamente os trabalhadores ainda puderam contar com sua própria disposição de não se render. Afinal de contas:

A república de fevereiro fora conquistada pela luta dos operários com a ajuda passiva da burguesia. Os proletários consideravam-se, pois, com razão, os vencedores de fevereiro e apresentaram as altivas exigências do vencedor. Era preciso que os proletários fossem derrotados na rua, era preciso mostrar-lhes que sucumbiriam logo que combatessem não com a burguesia, mas contra a burguesia. Assim como a república de fevereiro com as suas concessões socialistas tivera necessidade de uma batalha do proletariado unido à burguesia contra a realza, assim agora se tornava necessária uma nova batalha para separar a república das concessões socialistas, para se conseguir que a república burguesa fosse oficialmente o regime dominante. A burguesia tinha, pois, de, com as armas na mão, se opor às reivindicações do proletariado. E o verdadeiro berço da república burguesa não é a vitória de fevereiro, mas sim a derrota de junho (MARX, 2008a, p. 90).

O relato de Marx com relação ao período que vai de fevereiro a junho de 1848, incluído em *As lutas de classes na França*, destaca a situação de oposição aos interesses do proletariado que se formou naquele momento na França – a qual se aprofundou, principalmente, a partir de maio com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, e explodiu em junho com a insurreição dos operários, cuja derrota oficializou aquilo que se havia aprovado constitucionalmente em maio, no caso, a separação da “[...] república das concessões socialistas, para conseguir que a república burguesa fosse oficialmente o regime dominante” (MARX, 2008a, p. 90).

Por sua vez, Marx (2008a) enfatizou que:

O proletariado de Paris foi obrigado pela burguesia à insurreição de junho. Já nisso havia a sentença que o condenava. Nem a sua necessidade imediata e confessada o levava a querer derrubar violentamente a burguesia, nem estava à altura de tal tarefa. O *Moniteur* teve de fazer-lhes saber oficialmente que o tempo em que a república se vira obrigada a prestar homenagem às suas ilusões já tinha passado. E só a sua derrota o convenceu desta verdade: que, no seio da república burguesa, a menor melhoria da sua situação é uma utopia, uma utopia que passa a ser crime logo que queira se realizar. Em vez das reivindicações exaltadas na forma, mas mesquinhas no conteúdo e mesmo ainda burguesas, cuja satisfação ele queria forçar a república de fevereiro a conceder, surgia agora a audaciosa palavra de ordem revolucionária: Derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária! (MARX, 2008a, p. 93-94).

Desse modo, a derrota de junho permitiu que o proletariado identificasse com maior clareza os antagonismos presentes na sociedade moderna, cuja república social fora inaugurada com o sangue de seus mártires, ao passo que se iniciava, assim, sua atividade independente, incluindo o aprendizado revolucionário que passava a se desenvolver autonomamente.

Numa palavra: o progresso revolucionário abriu caminho não pelas suas conquistas tragicômicas imediatas, mas, inversamente, por ter criado uma poderosa e coesa contra-revolução, por ter criado um adversário na luta contra o qual o partido da subversão (*Umsturzpartei*) amadureceu, só então se tornando um partido verdadeiramente revolucionário (MARX, 2008a, p. 63).

Merece destaque a noção que Marx introduziu com relação ao “partido da subversão”, visto não ser este um partido oficializado, mas uma classe em formação que tem diante de si o desígnio histórico da

revolução – o mesmo que realizara a burguesia anteriormente. Este espaço de desenvolvimento do ser social levado a efeito pela organização autônoma da classe trabalhadora é o que se está chamando, aqui, de espaço transitório socialista – este que se inicia a partir de eventos esporádicos, conforme Engels (1986) destaca, em meio ao processo revolucionário da burguesia, ou seja, durante o espaço transitório capitalista, e passa a existir com consciência de si a partir de junho de 1848, quando o proletariado francês, representando o proletariado de todos os países, define como sua condição de existência “[...] a audaciosa palavra de ordem revolucionária: Derrubada da burguesia! Ditadura da classe operária!” (MARX, 2008a, p. 94). Ao passo que, se inicia, assim, a transição socialista, como espaço de organização independente dos trabalhadores, ademais, na perspectiva do comunismo.

Semelhante ao *Novo Aeon*, do cantor e compositor Raul Seixas (1975), este espaço “não dá no rádio, nem está nas bancas de jornais [...]”, porém, existe e se reproduz territorialmente, na medida em que “[...] um larga a fábrica, o outro sai do lar, e até as mulheres, ditas escravas, já não querem servir mais”. Portanto, ao passo que o modo de produção dominante se desenvolve de forma cada vez mais degenerativa, conforme o estágio a que chegara partindo do período da grande indústria moderna, também se explicita de forma cada vez mais efetiva e desenvolvida a atividade do espaço transitório socialista.

Desse modo, ainda que o capital tenha continuado a se desenvolver como espaço hegemônico, considera-se que tenha havido espaços organizativos com diferentes níveis de autonomia em relação ao mesmo, incluindo desde resquícios de formas sociais pré-capitalistas até germes de modos de produção superiores ao capitalismo, que se reproduzem, com maior ou menor virtuosidade, em meio à hegemonia capitalista, justamente, em função da crescente degeneração econômica, política e cultural realizada sob a dominação do capitalismo tardio.

Enfatize-se que, assim como o capitalismo, também o socialismo se reproduz ciclicamente, no caso, realizando-se em sentido inverso ao ciclo de desenvolvimento do capital. Também por este motivo, Marx passou um longo período de sua vida dedicado aos estudos, enquanto em outros momentos se viu intensamente ligado ao movimento político da classe trabalhadora, particularmente, em função da percepção que tinha da história como se realizando em ciclos, alternando, assim, períodos revolucionários e situações de calma. Por sua vez, o desenvolvimento do espaço transitório socialista atua

diretamente em função do espaço constituído hegemonicamente pelo capital tanto na perspectiva de que o capitalismo teve a virtuosidade de tornar coletivo o espaço da produção, tendo ampliado a escala de cooperação da sociedade e, com isso, o desenvolvimento do ser social, como pelo fato das limitadas relações de produção burguesas terem passado a criar cada vez mais problemas para a reprodução da sociedade, devendo ser necessariamente superadas – ao que Marx e Engels atribuem o sentido histórico da luta do proletariado.

Este último, segundo a visão marxiana, tende a se apoiar nas conquistas históricas do capitalismo, em especial, no avanço da produção coletiva. Porém, destaca-se a oposição dos trabalhadores em relação aos capitalistas, uma vez que o desenvolvimento da acumulação do capital imprime ao trabalho individual a marca da alienação em relação ao processo de produção social – que se dá mediante a crescente exclusão dos primeiros do uso do território, enquanto que os burgueses, cada vez em menor número, concentram parcelas maiores da riqueza social e, ainda por cima, continuam a se opor, como, de resto, chegam a criminalizar a organização dos trabalhadores, até hoje. Tem-se, assim, um conflito que se desenvolve, marcadamente, como resultado do avanço da grande indústria moderna, que coloca aos trabalhadores a necessidade de, como diria Hegel e, depois, Marx, superar incorporando as conquistas históricas do capitalismo. Entretanto, não basta desenvolver o capitalismo a fim de atingir o socialismo; é preciso, pois, superar o mesmo, ainda que se tenha, em alguma medida, que incorporar, basicamente, na forma, determinados aspectos técnicos de organização, em especial, no que diz respeito aos frutos da já falada cooperação social, desenvolvida sob os auspícios do capitalismo.

Provavelmente, por isso, Marx tenha sido enfático ao afirmar que: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008c, p. 207).

O socialismo, por sua vez, não estaria isento desta assertiva, precisando, assim, apoiar suas ações do desenvolvimento social realizado pelo capitalismo, ao passo de sua superação. Neste sentido, a sociedade vem alternando formas distintas de relações sociais por meio do que se desenvolve o ser social, visto que as mesmas relações que foram responsáveis em determinado período pela produção das necessidades humanas, tornam-se, a partir de dado momento, obstáculo à reprodução das mesmas; deixam de cumprir sua função enquanto

forças produtivas da sociedade e se convertem em forças socialmente destrutivas. Dessa maneira, ocorre com o capitalismo que embora tenha proporcionado o desenvolvimento do ser social, no momento em que atingiu sua maturidade passou a gerar complicações que passaram estorvar, cada vez mais, o mesmo.

A crítica de Marx, nessa perspectiva, não se resume a uma crítica moral, mas, antes, refere-se ao desenvolvimento de um determinado estágio da emancipação humana, no que toca a materialidade do ser social. O capitalismo, segundo Marx, apresenta potencialidades históricas, mas há de se considerar seus limites, em particular, no período de maior degeneração do capitalismo. Tais limites, obviamente, tendem a ser superados pela sociedade, embora se deva reconhecer, com base em Hegel, e também em Marx, que: “A coruja de minerva não levanta vôo antes do entardecer”. Nessa perspectiva, um modo de produção precisa esgotar suas potencialidades históricas antes de ser superado – desta feita, que seja baseado em novas relações de produção, superiores em termos do potencial produtivo, de modo a desenvolver o ser social. Resulta desse entendimento, por exemplo, que os comunistas organizados em torno de Marx e Engels tenham, desde as suas primeiras publicações – Engels (2005), e Marx e Engels (1982) – defendido a aliança dos trabalhadores com setores burgueses a fim de superar resquícios de modos de produção pré-capitalistas presentes no espaço; embora tivessem clareza, que o passo seguinte à ascensão da burguesia ao poder seria elevar, ainda mais, a organização dos trabalhadores, a fim de suceder a burguesia no momento em que esta viesse a fraquejar historicamente.

Importante seria, dessa maneira, organizar os trabalhadores para a batalha definitiva, cujo ritmo se daria conforme as determinações da história. Neste processo, também se tornou importante sugerir à pequena burguesia que a mesma não teria a menor sorte durante o desenvolvimento tardio do capitalismo. Foi com essa perspectiva que Engels incentivou o Partido Operário Social Democrata Alemão a dialogar com os camponeses, tendo publicado em tal situação, dentre outros escritos *O problema camponês na França e na Alemanha* (1981) e *A Marca* (2003).

Nestas duas obras, o marxismo passou a considerar a possibilidade de converter formas pré-capitalistas, em vias de dissolução pelo capital, em formas diretamente revolucionárias, sobretudo, ao passo da aliança estratégica dos referidos setores sociais com os trabalhadores assalariados, ambos em confronto direto com o capital.

É rica, portanto, a relação do marxismo com o espaço de construção independente da classe trabalhadora, já que esta mesma classe precisou desenvolver ferramentas teóricas para entender a realidade da grande indústria, que tantas riquezas anunciara e, sobretudo, miséria produzira, especialmente, para o povo trabalhador. Já não era mais possível atribuir ao poder divino a condição de miséria do povo, embora muitas religiões tenham tentando ludibriar os trabalhadores, tendo reafirmado a noção de que Deus é o responsável por todo o “vale de lágrimas”; porém, a própria economia política já havia mostrado que a riqueza ou pobreza de uma nação possuía relação direta com a produção social e o trabalho coletivo da mesma – depois a ciência econômica caminhou no sentido da vulgarização, simplesmente, a fim de conservar o desenvolvimento do capital.

Com essa perspectiva, os economistas começaram a negar as teorias clássicas da economia política, além da teoria marxiana, que se fundamentavam no valor-trabalho, substituindo-as pela denominada teoria do valor utilidade, além de sugerir que o capitalismo pudesse funcionar sem crises, ainda que a realidade material definitivamente expressasse o contrário. Os caminhos tomados, a partir de então, pela chamada economia vulgar não figuram entre os objetivos centrais desta pesquisa, cabendo aqui verificar, basicamente, por que Marx, embora tenha atribuído alguma validade às teorias dos economistas políticos, guardado, é claro, seu contexto histórico, simplesmente, passou a renegar as teorias econômicas que se desenvolveram a partir da década de 30 do século XIX, tratando-as como vulgaridades, em se tratando de discursos apologéticos, mistificadores e, essencialmente, não-científicos.

Muito diferente, entretanto, se diz da economia política clássica, como também de Marx e Engels. Neste sentido, Figueira argumenta que

Nem é necessário relembrar que a Economia Política nasce como porta-voz de uma aspiração que se confunde com a exaltação do direito à vida. Isto não significa que as suas proposições sejam, por isso, universalmente aceitas. Elas são, muito pelo contrário, rechaçadas e rebatidas, todas elas, por todos aqueles interesses que se sentem ameaçados. Os interesses que começam a se expressar na forma de Economia Política se destacam do conjunto da sociedade feudal e passam a falar a linguagem daqueles setores sociais que se sentem sufocados pela teia de

regulamentações que toda sociedade em crise terminal inventa para prolongar seus dias. Em torno desses interesses, vão se organizando todos aqueles cuja existência se vê ameaçada pelas antigas instituições. A ciência que nasce é, portanto, filha desse embate (FIGUEIRA, 2001, p. 13).

A ciência proposta por Marx e Engels também pode ser considerada filha da luta de classes, da oposição entre capital e trabalho, tendo surgido como expressão do interesse “[...] daqueles setores sociais que se sentem sufocados pela teia de regulamentações”, em se tratando da sociedade burguesa em degeneração; a Economia Política Clássica, assim, está para os setores burgueses oriundos do feudalismo em crise, como a crítica da Economia Política desenvolvida por Marx e Engels está para os trabalhadores no período do capitalismo maduro. Enfim, a Economia Política está para o período de transição do feudalismo ao capitalismo como a sua crítica está para o período de transição do capitalismo ao comunismo, no caso do espaço transitório socialista.

Por isso mesmo, o surgimento do marxismo representa, em termos práticos, um divisor de águas na história da formação da classe trabalhadora. A partir dessa situação, o proletariado alcançou um nível tal de consciência da realidade que ainda está para ser universalmente reconhecido. No caso da obra de Marx, percebe-se um determinado avanço metodológico, em se tratando da ciência em geral, que se realiza através do surgimento do método materialista-dialético, também com a decisiva colaboração de Engels.

Por isso mesmo, se buscou, até aqui, também apoiado no pensamento marxiano, compreender o espaço geográfico atual, partindo de como este se desenvolveu no período de formação do modo de produção capitalista, passando por seus antecedentes mais imediatos, até o desenvolvimento da manufatura. Esta última, primeira versão do modo de produção capitalista, que após haver germinado em meio às restrições do mundo feudal, se desenvolveu, chegando até a grande indústria moderna; durante a qual se afirma, em definitivo, a luta de classes moderna, envolvendo burgueses e proletários, de onde se distingue o espaço transitório socialista que se tem em vista apresentar. Tudo isso, como base do processo histórico a partir do qual se desenvolveu o Movimento Sem Terra no Brasil e em Santa Catarina, em particular, conforme se discutirá no último capítulo desta tese.

Acredita-se que alguns elementos tenham ficado evidentes em termos da proposta aqui reunida. No caso da metodologia apresentada, enfatizou-se inicialmente a questão da consciência e como esta se encontra intimamente relacionada com o que ocorre no mundo da produção das necessidades humanas. Em seguida, procurou-se delimitar um determinado entendimento acerca do processo histórico no qual se realiza o desenvolvimento da propriedade privada burguesa, inicialmente, por intermédio do capital comercial e usurário, de acordo com Marx, como já citado aqui, “formas que precedem historicamente a moderna forma básica do capital” e, depois, com o processo desenvolvido da manufatura e da grande indústria moderna, que aponta para a um movimento dialético, que inclui, conforme Marx resume no *Capítulo VI Inédito de O Capital* (1985), a produção, juntamente com a reprodução e a negação da sociedade burguesa. Mostrou-se, ainda, como o próprio Marx chegou a sugerir no Capítulo XXVII do Livro III de *O Capital*, que a superação da sociedade capitalista se faz, tanto negativa, como positivamente, ou seja, ao mesmo tempo em que o capital se renova em sua própria estrutura fundamental – baseada nas relações de produção assalariadas – também o faz desenvolvendo novas e superiores relações sociais de produção.

O proletariado, de acordo com Marx, como classe independente, seria o elemento social, que, diante da negação do capital, traria consigo o desígnio histórico de superar a hegemonia burguesa. Em último caso, porque é no proletariado que está o mecanismo fundamental de criação de riqueza, ou seja, a força de trabalho – esta que, embora tenha sido contestada no espaço da produção burguesa, permanece absolutamente necessária à reprodução humana. O contrário seria pensar a possibilidade de existência do espaço geográfico como um sistema de objetos capaz de funcionar de forma absolutamente autônoma, no caso, sem as ações, o que não está, de fato, colocado.

Para não cair, aqui, em simples especulações, admite-se que a força de trabalho ainda se faz essencialmente necessária ao processo produtivo das necessidades humanas. Considere-se, ainda, que as próprias ações políticas podem se tornar ações tipicamente econômicas, como de fato ocorre sempre que a crise de determinado modo de produção social exige a tomada de decisões radicais. Esta necessidade do trabalho político e científico, no caso, se tem expandido a partir do processo da industrialização moderna e tende a repercutir, ainda mais, com relação à pós-grande indústria, estando longe de ser substituída por

máquinas, ainda que se considere a verdadeira revolução operada pelas mesmas no que diz respeito ao processo de trabalho.

Na agricultura, por exemplo, as tecnologias modernas estão tendo que ser revistas e amplamente modificadas. Decerto, alguma coisa deve ficar de toda essa parafernália da Revolução Verde – operada mundialmente no século XX pelo capital transnacional – mas, em essência, a técnica atualmente utilizada pelo “agronegócio” terá que ser revolucionada em muito pouco tempo, ademais, radicalmente. Isto, porque a visão limitada e excludente da Agronomia tradicional tem gerado custos crescentes à produção agrícola e, efetivamente, vem esgotando os recursos naturais. Não havendo outras fronteiras agrícolas para onde se possam expandir, os segmentos capitalistas ligados ao segmento agropecuário no estado de Santa Catarina, por exemplo, resolveram modificar, através do governo local, o Código Ambiental do estado, resultando na diminuição das margens de preservação ambiental como um todo – ainda que, à revelia da legislação ambiental brasileira, e de qualquer estudo técnico minimamente aprofundado.

Diante disso, o grande capital admite que não pretende modificar a forma técnica pela qual vem se desenvolvendo em termos agrícolas, como também ocorre com relação à indústria – e veja-se que os países industriais de ponta são os que mais se negam a assinar “protocolos” que limitem a devastação ambiental. Desse modo, o capital respondeu, simplesmente, que ainda não desenvolveu competência científica suficiente a fim de produzir de modo a reproduzir os recursos naturais. E não que essa seja apenas uma tarefa para o capital desenvolver, pois, também, tem cabido aos trabalhadores desenvolver tecnologias capazes de melhor enfrentar a necessidade urgente de utilização e conservação dos recursos naturais – até porque, não se pode mais, simplesmente, seguir destruindo a natureza inorgânica do ser social sem a ação de reproduzi-la. Este, portanto, se tornou um imperativo técnico inadiável.

O conhecimento ecológico, assim, se faz necessário neste momento, ainda que não se possa abrir mão completamente do conhecimento técnico industrial. Porém, o que tem incomodado é que o conhecimento produzido pela sociedade industrial tem compartimentado por demais o conhecimento da sociedade. Por exemplo, um determinado estudo se refere à micro escala enquanto o outro se refere somente ao macro e, assim, sistematicamente se reproduz, em geral, esta desconexão.

A pesquisa aqui desenvolvida, por seu turno, se apóia no método histórico-dialético desenvolvido, pioneiramente, por Marx a fim de

compreender a realidade histórica e espacial, bem como no sentido de agir sobre ela, tendo em vista superar as dificuldades históricas atuais. O marxismo, como se viu, desenvolve uma visão unitária da realidade, haja vista a universalidade do ser social, embora não se abra mão de evidenciar as diferentes formas segundo as quais esta mesma realidade se afirma contraditoriamente nos vários lugares. Esta mesma concepção metodológica enfatiza, ainda, a natureza do ser social como uma “natureza humanizada”, ao passo que tenta reunir num mesmo processo histórico, a ecologia que o pensamento moderno segmentou, como de resto, as visões “macro” e “micro” da realidade, consideradas como totalidade e lugar.

Neste aspecto, deve-se ressaltar a aproximação do pensamento marxiano com a Geografia proposta por Milton Santos. O contexto histórico em que se desenvolve a referida aproximação se faz por volta da segunda metade do século XX, conforme se verá no próximo capítulo desta tese. Já o espaço transitório socialista seguiu um determinado desenvolvimento, desde o tempo em que Marx escreveu sua teoria, até hoje, também marcado pela convivência dialética com o capitalismo, ao passo que se desenvolveu dessa maneira o próprio pensamento marxista. O pensamento miltoniano, no caso, participa deste movimento de construção do socialismo, como se faz presente em meio ao próprio desenvolvimento do marxismo.

Desse modo, o próximo capítulo aborda tanto o desenvolvimento do marxismo, como o próprio diálogo com a Geografia proposta por Santos, também ao passo da degeneração do modo de produção capitalista e, sobretudo, do desenvolvimento do espaço transitório socialista que repercute, ainda que contraditoriamente, em sentido ciclicamente ascendente, situação que se coloca, ademais, como responsável pelo surgimento do Movimento Sem Terra – como se apresenta a seguir.

## Capítulo 2 – O espaço transitório socialista no período de superação da indústria moderna

Prepare o seu coração/ Prás coisas/ Que eu vou contar/ Eu venho lá do sertão  
Eu venho lá do sertão/ Eu venho lá do sertão/ E posso não lhe agradecer...

Aprendi a dizer não/ Ver a morte sem chorar/ E a morte, o destino, tudo  
A morte e o destino, tudo/ Estava fora do lugar/ Eu vivo prá consertar...

Na boiada já fui boi/ Mas um dia me montei/ Não por um motivo meu  
Ou de quem comigo houvesse/ Que qualquer querer tivesse/ Porém por necessidade  
Do dono de uma boiada/ Cujo vaqueiro morreu...

Boiadeiro muito tempo/ Laço firme e braço forte/ Muito gado, muita gente  
Pela vida segurei/ Seguia como num sonho/ E boiadeiro era um rei...

Mas o mundo foi rodando/ Nas patas do meu cavalo  
E nos sonhos/ Que fui sonhando/ As visões se clareando  
As visões se clareando/ Até que um dia acordei...

Então não pude seguir/ Valente em lugar tenente/ E dono de gado e gente  
Porque gado a gente marca/ Tange, ferra, engorda e mata  
Mas com gente é diferente...

Se você não concordar/ Não posso me desculpar/ Não canto prá enganar  
Vou pegar minha viola/ Vou deixar você de lado/ Vou cantar noutro lugar

Na boiada já fui boi/ Boiadeiro já fui rei/ Não por mim nem por ninguém  
Que junto comigo houvesse/ Que quisesse ou que pudesse/ Por qualquer coisa de seu  
Por qualquer coisa de seu/ Querer ir mais longe/ Do que eu...

Mas o mundo foi rodando/ Nas patas do meu cavalo/ E já que um dia montei  
Agora sou cavaleiro/ Laço firme e braço forte/ Num reino que não tem rei

*Disparada*

*Canção: Geraldo Vandré*

*Composição: Geraldo Vandré e Theo de Barros*

### 2.1. Aspectos gerais do espaço transitório socialista no período de superação da indústria moderna

A produção de Geraldo Vandré e Theo de Barros possui aqui uma dupla significação. Numa perspectiva, expressa o caráter técnico da produção artística realizada em meio ao processo de desenvolvimento organizativo da sociedade, e noutra, relaciona-se ao caráter político da

mesma, que abrange a luta da classe trabalhadora, tal qual ocorrera intensamente durante a década de 1960 no Brasil, para não citar outros países. No caso do brasileiro, vale considerar a estruturação dos Centros Populares de Cultura (CPC's) por iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), também articulada com outras organizações de trabalhadores urbanos e rurais. Por meio dos CPC's, os estudantes fizeram contato, ademais, com as Ligas Camponesas, também através das filmagens de *Cabra marcado para morrer*<sup>12</sup>. Dirigido por Eduardo Coutinho, o filme retrata a vida e a luta de João Pedro Teixeira e de sua família a frente das Ligas que atuaram no território brasileiro, marcadamente, na região Nordeste do Brasil, mais concentradas nos estados de Paraíba e Pernambuco, a partir de meados da década de 1950 sendo desbaratadas pela força com o golpe militar de 1964 – assim como, as demais organizações de lutas populares existentes no País<sup>13</sup>.

Com relação ao caráter técnico da produção artística e cultural acima referida, sabe-se que a poética de Vandr e e Barros foi reconhecida pela sua qualidade inovadora, bem como a canção *Disparada*, que foi aclamada – sob a interpretação de Jair Rodrigues – pelo público que compareceu ao II Festival de Música Popular Brasileira, organizado pela TV Record, em 1966, na cidade do Rio de Janeiro. Da mesma forma, pode-se dizer do cinema de Eduardo Coutinho, ou ainda do de Sergei Eisenstein, cuja produ o cinematográfica, sob o regime socialista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foi reconhecida pelas inova es técnicas e artísticas, apresentadas em imagens grandiosas e montagem original, enquanto se revela, ainda, um caráter político e ideológico, relacionado intimamente com a constru o organizativa dos trabalhadores.

---

<sup>12</sup> As filmagens foram iniciadas em fevereiro de 1964, mas, abortadas com o golpe militar de abril de 1964, sendo retomadas por Coutinho dezessete anos depois, quando os principais personagens que haviam participado do início do filme se encontravam na clandestinidade.

<sup>13</sup> Ressalve-se que as Ligas Camponesas se constituíram como resistência dos trabalhadores rurais   violência dos poderes localmente estabelecidos – incluindo os latifundiários tradicionais da região nordestina em aliança com os interesses imperialistas instalados no Brasil. Em que pese a luta pela reforma agrária como ponto de referência fundamental, as Ligas assumiram a reivindica o mais geral de transforma o da sociedade – conforme se verá com mais detalhe no próximo capítulo desta tese – chegando a influenciar diversas organiza es de trabalhadores existentes no território brasileiro, inclusive o Movimento Sem Terra.

Ainda que não se pretenda tecer uma interpretação textual da poesia citada, como também não se trata aqui de interpretar tecnicamente o cinema de Coutinho e Eisenstein, há de se ressaltar que todas essas manifestações surgiram tendo em vista algum processo de ascensão das lutas de massa dos trabalhadores, que ocorreram, no caso da Rússia, durante o período das primeiras décadas do século XX, e no Brasil, principalmente, a partir da década de 1950, até os últimos anos da década de 1960, quando entrou em vigor no país, a exemplo do que ocorreu em grande parte do mundo, especialmente, o hemisfério Sul, os “anos de chumbo” do capitalismo. Por sua vez, a produção artística acima referida atuou como meio de expressão dos interesses econômicos, políticos e culturais das massas trabalhadoras.

Enfatize-se que os referidos meios culturais fazem referência às estruturas econômicas e políticas da sociedade – conforme já se falou a respeito da atividade científica. Seja universal, ou singularmente, estes refletem as condições do modo de produção hegemônico, mas também dos modos de produção contra-hegemônicos. No caso aqui reunido, percebe-se uma contra-hegemonia – no sentido de superação – proletária, produtora de um determinado uso do território que se expressa econômica, política e culturalmente. O espaço transitório socialista, no caso, espaço autônomo de organização horizontal dos trabalhadores, tende a surgir em função da crescente negação do proletariado sob o capitalismo, tanto técnica, como politicamente, incluindo diferentes meios comunicacionais – entre os quais, se observa, além da produção de natureza artística, também, a própria atividade científica e filosófica.

A ciência, como a poesia, situa-se, em vista de um determinado meio técnico. Milton Santos (2006) identificou a existência de uma *tecnoesfera* indissociável de uma *psicoesfera*. No caso da atividade científica, observa-se um debate específico com respeito ao método de pesquisa e produção de conhecimentos, que se estrutura em diversas áreas, ou disciplinas científicas, e no contexto das relações existentes entre elas. Assim, se desenvolveram as diferentes perspectivas filosóficas e comunicacionais, intimamente relacionadas com as diversas formas de uso do território.

Com relação ao período que se processa entre a ascensão da grande indústria moderna e os dias atuais, quando predomina a chamada pós-grande indústria, observa-se a existência de um ciclo degenerativo das relações de produção capitalistas e, subjacente a isso, a ascensão econômica, política e cultural da classe trabalhadora em novas formas

de uso do território. Para efeito desse entendimento, buscou-se principalmente o diálogo com a obra de Karl Marx, seguido da contribuição de Friedrich Engels, dentre outros autores que se dedicaram a desenvolver o método de pesquisa iniciado por estes autores – voltado para o conhecimento e a ação transformadora da realidade (práxis), considerando a situação da classe trabalhadora sob o desenvolvimento do capitalismo.

As diversas expressões teóricas e comunicacionais referentes aos modos pelos quais as classes sociais expressam culturalmente suas respectivas condições de existência articulam-se, no âmbito desta tese, através do caminho (método) sugerido por Marx, bem como considerando os desenvolvimentos metodológicos ocorridos no seio do marxismo, como já discutido no capítulo anterior. Estes pensadores estiveram essencialmente ligados ao caminho percorrido pelo movimento autônomo da classe proletária e trabalhadora, ainda que o debate marxista tenha assumido, em especial, nos últimos anos, alguma importância também no meio acadêmico, em países como o Brasil, dentre outros.

Resulta daí, o próprio método de exposição desta pesquisa, pelo qual se verifica a passagem do primeiro para o segundo capítulo mediante a dimensão histórica alcançada pela classe trabalhadora, sobretudo, a partir de meados do século XIX, como ocorreu na França, e também através da atuação de Marx e Engels, dentre outros comunistas alemães, como, de resto, devido a todo o contexto de maturidade a que chegou a sociedade moderna e o modo de produção capitalista em tal situação. Ressalte-se que se trata de um marco histórico e, também, geográfico aquele que delinea os espaços de exposição desta pesquisa. Neste caso, observa-se o desenvolvimento do ser social se constituindo universalmente, porém, atuando a partir dos diversos lugares nos quais se efetivam os variados aspectos da história universal.

Em se tratando deste segundo capítulo, realiza-se uma periodização do espaço transitório socialista, partindo de meados do século XIX, quando se desenvolveu a grande indústria moderna e com ela adveio o período de maturidade do capitalismo, tendo surgido daí, ademais, a organização consciente da classe trabalhadora, até o período recente de desenvolvimento da contradição capitalista, quando se verifica a ascensão da pós-grande indústria, concomitante com a ascensão de novas formas organizativas dos trabalhadores.

A geografia da grande indústria moderna, sobretudo a partir de 1825, passou a distinguir-se pela crise cíclica crescente que se refletiu,

estrutural e periodicamente, tendo em vista, inicialmente, a situação inglesa, porém repercutiu de diferentes maneiras, não só na Europa, mas no planeta inteiro.

Com isso, os trabalhadores passaram a se organizar também em vista de sua atividade autônoma, que se desenvolveu inicialmente na Inglaterra, por meio da atividade sindical e democrático-eleitoral realizada pelas Trade Unions e pelo movimento Cartista. Em seguida, ocorreu na França, em junho de 1848, a primeira tentativa de tomada revolucionária do poder de Estado por parte do movimento independente da classe trabalhadora, conforme analisado por Marx (2008a); e entre março e maio de 1871 se realizou a Comuna de Paris, à qual Marx (2008d) atribuiu o conceito vivo de ditadura do proletariado, se referindo à conquista revolucionária do poder do Estado burguês tendo em vista a constituição do governo soberano e horizontalizado das massas trabalhadoras, em se tratando do governo exercido pela maioria da população, não-proprietária dos meios de produção, com a perspectiva a expropriação da minoria proprietária dos mesmos.

No percurso ulterior do espaço transitório socialista, e ainda com o desenvolvimento degenerativo do capitalismo ocorrido neste período, a própria organização autônoma dos trabalhadores se desenvolveu – nesta que se insere o debate em torno da perspectiva teórico-metodológica marxiana, frente às perspectivas oriundas da atividade das diferentes classes sociais em curso na realidade social.

Em se tratando da periodização proposta para este capítulo, observam-se, a partir da segunda metade do século XIX, os primeiros passos do imperialismo, que Lênin (1985) sugeriu como sendo a fase superior do capitalismo, por meio do qual se desenvolveu a hegemonia do capital financeiro e, posteriormente, a pós-grande indústria. No que se refere ao imperialismo, adverte-se para a existência de um período inicial, no qual a Inglaterra apareceu sob a bandeira do Liberalismo, e a França do Império napoleônico, assim como a Alemanha reuniu seus interesses nacionais com Bismarck à frente.

Após esse período imperialista infanto-juvenil, que decaiu com a Comuna de Paris e, principalmente, com a depressão econômica na qual a Europa se viu empantada, entre 1873 e 1896, iniciou-se uma nova fase de ascensão do movimento de massas do proletariado, notadamente, a partir da Alemanha – contando com a orientação de Engels, em seus últimos anos de vida, o qual realizou em tal situação um balanço do marxismo, ao fim de praticamente meio século de atuação do mesmo. Neste período também se desenvolveu a II Internacional dos

Trabalhadores, criada em 1889, na cidade de Paris, sob a liderança do Partido Social-Democrata Alemão, resultado da unificação dos partidos operários alemães – eisenachiano e lassaliano – durante o Congresso de Unificação de Gotha, em 1875, cujo “Programa”, Marx (2004b) submeteu a uma rigorosa análise crítica em um de seus últimos textos, intitulado *Crítica ao Programa de Gotha*.

Da crise econômica do último quartel do século XIX, sobreveio, numa outra perspectiva, uma nova atividade imperialista, desta vez, amadurecida, contando com uma nova revolução industrial, que afetou sensivelmente a escala dos meios de transporte e comunicação no planeta. Desse modo, o capitalismo adentrou o século XX como uma verdadeira máquina de guerras mundiais, submetida à vertiginosa concentração e centralização do capital, movida pelas grandes empresas capitalistas, notadamente, trustes e cartéis, descritos por diversos autores marxistas que teorizaram sobre este período (HILFREDING, 1985; LÊNIN, 1985; LUXEMBURG, 1970).

O imperialismo surgiu em função do desenvolvimento da grande indústria moderna em diferentes nações européias, além dos EUA e, posteriormente, do Japão, que resultou na disputa entre as nações capitalistas avançadas pelas áreas de influência comercial e territorial do planeta. Este movimento, além de promover o desenvolvimento tecnológico por meio da indústria bélica, também desencadeou o crescimento do capital financeiro, resultante da junção do capital bancário com o capital industrial e de sua expansão relacionada com a participação do Estado na formação do crédito moderno.

No que se refere ao movimento independente dos trabalhadores, especialmente, nesta segunda fase de desenvolvimento imperialista, houve muita polêmica, particularmente, entre os próprios marxistas da II Internacional dos Trabalhadores, no que se refere ao desenvolvimento do legado de Marx e Engels. De um lado, se posicionaram os revisionistas, seguidores de Eduard Bernstein e Karl Kautsky, acreditando ser preciso rever elementos fundamentais da obra marxiana, em especial, no que se refere ao desenvolvimento do socialismo, que se daria, em vista a situação da Alemanha em fins do século XIX e início do XX, através da conquista de reformas democráticas no interior do próprio capitalismo. De outro lado, se posicionaram os herdeiros da tradição revolucionária do proletariado; segundo eles, a revolução seria considerada um momento necessário do desenvolvimento humano, tendo em vista a situação de conflito existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e o conservadorismo das relações sociais de

produção, que nas circunstâncias históricas do capitalismo aponta para o periódico acirramento da contradição social envolvendo burgueses e proletários.

Veja-se que sob as condições iniciais do Imperialismo, o espaço transitório socialista se desenvolvera, sobretudo, em pequena escala, tanto a partir da já citada atividade democrático-burguesa e sindical, que ocorrera na Inglaterra, como por meio da revolução que se fizera na França; e, ainda, por meio da crítica da economia política que se constituiu a partir da situação alemã. Ressalte-se, ademais, a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), desenvolvida sob a liderança de Marx e Engels, entre 1864 e 1873, enquanto uma tentativa embrionária de construção do internacionalismo proletário.

Já a partir dos últimos anos do século XIX, em vista do desenvolvimento imperialista, surgiu uma organização do espaço transitório socialista, em meio a periferia do mundo capitalista, sobretudo, como revolução nacional de caráter antiimperialista. O auge desse processo ocorreu com a ascensão do bolchevismo, cuja força material e organizativa resultou na Revolução Socialista de Outubro de 1917 realizada na Rússia e nos demais países que compuseram a URSS.

Por outro lado, a difusão da perspectiva revolucionária do marxismo encontrou obstáculos, em especial, na região central do capitalismo, começando pela Inglaterra, onde se observou a intensa polêmica do Partido Trabalhista Inglês com o bolchevismo (LASKI, 1982), também seguido pela Alemanha, na qual o bolchevismo, ao lado do espartaquismo (Liga Spartacus), foi banido, em vista da forte influência revisionista presente na II Internacional dos Trabalhadores. A polêmica de Lênin com Kautsky, bem como a fundação da III Internacional Comunista (Comintern), em 1919, quando da intenção de criar uma União Mundial de Repúblicas Soviéticas, partiram da consideração da falência da II Internacional.

Com relação à polêmica de Lênin com a corrente revisionista da social-democracia alemã e europeia, Hardman (1979) esclarece que:

Para além dos fatos isolados, das personalidades, das palavras e dos discursos de dirigentes autoproclamados ‘socialistas’, Lênin, baseado em sua experiência de militante revolucionário, profundamente enraizada no movimento vivo e real da classe operária, irá desvendar o caráter essencial que já apodrecia a social-democracia na

Europa: o *social-chauvinismo*, isto é, a submissão das direções dos partidos social-democratas às suas respectivas burguesias nacionais; a capitulação diante da guerra imperialista, impondo às massas trabalhadoras os terrores e misérias da destruição e da mobilização militar obrigatória, uma forma de ‘escravidão militar’ das massas, segundo Lênin. Desse ponto de vista, a política do social-chauvinismo de apoio à guerra imperialista (que tem como marco histórico a votação favorável das bancadas social-democratas aos créditos de guerra em agosto de 1914), baseada na palavra-de-ordem de ‘unidade dos velhos partidos’, representava, isto sim, a ‘unidade’ do proletariado de cada nação com sua respectiva burguesia e real *divisão* do proletariado internacional (HARDMAN, 1979, pp. 07-08).

Pode-se, assim, considerar a profunda divisão ocorrida em meio ao movimento proletário internacional, sobretudo, mediante o avanço do imperialismo. Durante as primeiras décadas do século XX foi marcante a ruptura política entre o internacionalismo revolucionário, que predominou, em princípio, na Rússia, e o nacional-imperialismo – ou “social-chauvinismo” – produzido nos países capitalistas avançados. Estas posições se acirraram no contexto das guerras mundiais, havendo entre os operários de todos os países, em maior ou menor proporção, tanto a defesa de interesses burgueses nacional-imperialistas, como do internacionalismo proletário, este último, inspirado por Lênin, Luxemburgo, dentre outros revolucionários que buscaram construir a paz entre os trabalhadores, em lugar da guerra promovida pelos patrões.

Na Alemanha, a disputa em torno da II Internacional foi hegemonizada pela política de conciliação de classes, envolvendo os trabalhadores e a burguesia do país. Ainda que tenha havido uma cisão no interior do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) – em particular, após agosto de 1914 quando do apoio dado pela quase totalidade da bancada do SPD no *Reichtag* à aprovação dos créditos necessários à entrada da Alemanha na 1ª Guerra Mundial – a partir de quando foi criada a Liga Spartacus, com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht à frente, esta última posição precisou ser derrotada nas ruas pela porção majoritária do SPD, que estando à frente da República de Weimar sufocou a insurreição espartaquista, entre 1918 e 1919, além

de haver sequestrado e assassinado Luxemburg e Liebknecht, antigas lideranças da socialdemocracia alemã.

Os bolcheviques, por sua vez, chegaram ao poder na Rússia em outubro de 1917, por meio de uma revolução proletária, tendo os conselhos operários russos (Soviets) à frente, quando da completa inoperância da burguesia russa, sem falar do regime czarista, diante da 1ª Guerra Mundial imperialista. Já o refluxo do movimento revolucionário do proletariado no ocidente influenciou decisivamente no sentido do isolamento da Revolução Russa, que assumiu uma postura mais defensiva diante da invasão imperialista ao país, a partir daquele momento, tornando-se essencialmente nacionalista e burocrática, em especial, com a ascensão de Stálin ao poder, após a morte de Lênin, em janeiro de 1924.

A política stalinista à frente da URSS ergueu contra as teses do internacionalismo proletário e da revolução permanente, a defesa do socialismo em um só país, enquanto perseguiu abertamente as posições contrárias ao setor majoritário – altamente centralizado, diga-se de passagem – do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), controlado com “mão de ferro” por Stálin e seus “camaradas”.

Por meio da liderança stalinista a URSS passou a negligenciar os interesses gerais do proletariado em favor dos restritos interesses da burocracia instalada no país, que passou a negar apoio a todos os movimentos independentes da classe trabalhadora existentes no planeta, como ocorreu durante a Revolução Espanhola, ocorrida entre os anos de 1936 e 1939. Finalmente, a política levada a cabo por Stálin, bem como, pela casta que se formou em torno dele, abandonou por completo a III Internacional Comunista, em 1943, durante a 2ª Guerra Mundial, quando a URSS, após ter tentado fazer um acordo de paz com a Alemanha de Hitler, e ser invadida por ela, buscou acalmar os países ocidentais em troca do apoio dos mesmos contra a Alemanha fascista.

Com o fim da 2ª Guerra, embora tendo vencido o fascismo, a URSS teve seu território arrasado, ao contrário dos EUA que a partir daquele momento passou a desfrutar de grande superioridade frente a qualquer outra nação do planeta. Pelo lado do imperialismo estadunidense, fora marcante sua atuação no que diz respeito ao controle do uso do território mundial, tanto a partir das recém-criadas instituições “multilaterais”, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial (BIRD), e da Organização das Nações Unidas (ONU), como por meio das novas oportunidades abertas no campo industrial, estimuladas pela

reconstrução dos países atingidos pela guerra e pelas novas guerras que passaram a incidir, desta vez, sobre o hemisfério Sul do planeta.

As tecnologias com base nas quais se processou o novo ciclo de reprodução do capitalismo foram, então, derivadas das tecnologias da informação obtidas em função da guerra, a exemplo, das redes de comunicação que advieram em vista da 2ª Guerra Mundial. Neste mesmo sentido, se desenvolveram os meios de transporte e a atividade de logística em geral, que se converteu gradualmente em atividade ligada à produção industrial, sem esquecer os avanços industriais decorrentes do desenvolvimento da física quântica, ademais, desenvolvida no processo de criação das bombas atômicas.

Quanto à URSS, embora tenha se mantido “socialista”, é certo que não restou mais que um slogan, mascarando o sub-imperialismo impulsionado através das ações do Pacto de Varsóvia. Uma situação que merece destaque é o surgimento de movimentos de trabalhadores contrários à política imperialista da URSS nos países do Leste Europeu. Estes territórios, a exemplo do que ocorreu com a Coreia do Norte, foram anexados militarmente ao “socialismo” soviético, em função de acordos outorgados pela guerra imperialista – o socialismo não foi, então, gerado a partir de movimentos populares organizados nacionalmente, como sucedera com a própria URSS.

Estas mesmas nações tiveram, por sua vez, que lutar por sua soberania enfrentando a dominação de uma nação, em princípio, socialista, porém resumida à burocracia soviética associada ao stalinismo. Tal ocorreu, principalmente, a partir da organização dos trabalhadores húngaros, em 1956, culminando com a Primavera de Praga, em 1968, quando os trabalhadores tcheco-eslovacos resistiram fortemente à ocupação das tropas do Pacto de Varsóvia. Veja-se que, neste mesmo ano, no mês de maio, os estudantes e trabalhadores franceses chegaram a sacudir o sistema capitalista a partir de um país considerado central como a França, ainda que internacionalmente a luta proletária tenha entrado em descenso no hemisfério Norte.

Pierre Broué (1979) chegou a considerar que tais acontecimentos definiam uma nova aceleração da história. Segundo este autor observou, em 1969:

[...] em todo o mundo, do México a Leningrado, de Paris a Moscou, de Pequim a Praga, as forças sociais começam a se organizar em ordem de batalha para um novo combate que decidirá a sorte da humanidade: os combates estudantis,

sinal inicial infalível, atestam-no. O que está em jogo é aquilo mesmo que Marx designou a mais de um século: 'socialismo ou barbárie'. Conhecemos as múltiplas faces da barbárie: chamam-se hitlerismo, guerras mundiais ou coloniais, 'retorno do Vietnã à Idade da Pedra', campos de exterminação, napalm, bombas atômicas, desemprego, subalimentação, GPU, processo Slansky... A figura do socialismo, ontem a da Revolução de Outubro, é hoje a dos conselhos operários húngaros de 1956, da greve geral de maio de 1968 na França, da primavera de Praga. Ainda está mascarada aos olhos de muitos, enterrada nas prisões ou no exílio, com os poloneses Jacek Kuron e Karol Modzelewski, com os soviéticos Pavel Litvinov e Larissa Daniel, mas também está visível através dos milhares de trabalhadores em greve ou de jovens encolerizados por todo o mundo. Está enfim no coração de milhões de tcheco-eslovacos em luta contra o desespero no coração de milhões de trabalhadores do mundo. Comunistas ou não, que buscam compreender antes de pôr em movimento suas colunas com fileiras e punhos cerrados (BROUÉ, 1979, p. 34).

A nova aceleração da história de que falava Broué, estava ainda a meio caminho de se constituir num novo fortalecimento do internacionalismo proletário, sendo ainda impossível manter acesa localmente a chama do socialismo, inclusive porque apesar dos esforços de revolucionários como Leon Trotsky, uma IV Internacional Comunista não chegou a se desenvolver em maior escala, tendo antes resultado numa miríade de organizações políticas operárias relativamente isoladas.

Neste sentido, somente a partir de situações nacionais claramente obstaculizadas pelo imperialismo, como aconteceram nas revoluções Chinesa (1949), Cubana (1959) e Vietnamita (1975) foram sendo reerguidas, ainda que, sobretudo, nacionalmente as trincheiras do movimento operário internacional, que tendeu a assumir um novo caráter em vista das novas necessidades criadas pelo movimento do capital e, ademais, pela necessidade de sua auto-superação.

O capitalismo, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, com maior ênfase no período que sucedeu a crise econômica da década de

1970, desencadeou uma nova revolução industrial consubstanciada em torno da pós-grande indústria (PRADO, 2005), sobretudo, na medida em que a produção científico-tecnológica passou a estar no centro da produção social, tornando-se, por sua vez, a principal indústria capitalista. Esta mesma indústria do conhecimento, também considerada como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006) e comunicacional (SOUSA, 1999) assumiu, neste período, a supremacia do processo de produção capitalista, e nessa medida passou a concorrer diretamente com o espaço transitório socialista, o qual teve que se reestruturar profundamente, seja nos países em que a revolução socialista se sagrou vencedora, ou naqueles onde os trabalhadores sofreram derrotas frente ao imperialismo.

Observe-se que durante o período pós-2ª Guerra Mundial a organização autônoma do proletariado se apresentou particularmente em refluxo, sobretudo, entre os países do hemisfério Norte. Por outro lado, a retomada das lutas de massa dos trabalhadores se realizou inicialmente de forma bastante pulverizada, também em vista da falência, naquele momento, do internacionalismo proletário.

Os motivos que levaram ao refluxo do movimento internacionalista dos trabalhadores, em especial, no pós-2ª Guerra Mundial, são bem conhecidos e, conforme se fez referência, atuaram, também, em virtude do avanço imperialista, incluindo, em último caso, o desenvolvimento inicial da pós-grande indústria, partindo das tecnologias desenvolvidas no período entre as duas Guerras Mundiais.

Já as situações revolucionárias que passaram a existir, sobretudo, no hemisfério Sul não foram suficientes para impulsionar uma nova ampliação revolucionária internacionalista dos trabalhadores, mas em todas essas situações o espaço de organização da classe trabalhadora continuou a se desenvolver, ademais, soberanamente, embora o mesmo período tenha sido marcado pela degeneração do socialismo existente na URSS, que a partir de 1953, com a morte de Stálin, passou a denunciar seus crimes, cada vez mais, na perspectiva de uma maior integração ao capitalismo.

Também foram importantes no sentido de reerguer as trincheiras de organização da classe trabalhadora, além das lutas anticolonialistas e antiimperialistas na África, na Ásia e na América Latina, os chamados “novos movimentos sociais”, ainda que não expressassem um claro recorte de classe. No entanto, embora tanto as primeiras, como os últimos, possam ser considerados reformistas, nacionalistas, ou pequeno-burgueses, o avanço imperialista que ocorreu na segunda

metade do século XX, particularmente, em direção ao hemisfério Sul, tornou o caráter das lutas nacionalistas africanas, latino-americanas e asiáticas, e, posteriormente, os “novos movimentos sociais”, cada vez mais, socialistas, ao mesmo tempo em que o movimento proletário passou, com isso, a ter uma pauta de reivindicações mais ampla, por exemplo, a soberania de países coloniais e periféricos, além de povos tradicionais, mulheres, homossexuais, ambientalistas, trabalhadores rurais sem terra, entre outros. Tudo isso, portanto, tendo em vista o movimento real de proletarização que se desenvolveu neste período, e, marcadamente, em vista do desenvolvimento neoliberal, a partir de meados da década de 1970, quando do aumento substancial da concentração e centralização do capital no planeta, como da mais acirrada alienação do trabalho.

Por sua vez, movimentos como o MST surgiram em função do seguido enfrentamento do imperialismo aos trabalhadores em países onde foram implantadas as ditaduras militares imperialistas a partir de meados da década de 1960 e que resultaram, posteriormente, na escalada do neoliberalismo. Nessa perspectiva, a luta por Reforma Agrária em países como o Brasil, mas, também, em diversos países do hemisfério Sul, tornaram-se enfrentamentos diretos com o capital transnacional, a exemplo do conflito do MST com o chamado agronegócio, que se intensificou com o neoliberalismo – este último, que no caso da Bolívia, repercutiu como privatização das águas e recursos carboníferos por grandes empresas transnacionais.

Evidencia-se, assim, além do conteúdo cíclico da reprodução do espaço transitório socialista, que se manifestou mediante o processo da URSS e demais países socialistas do Leste europeu e, ainda, da Comuna de Paris, também a mudança qualitativa dos novos ciclos de reprodução do espaço transitório socialista, sobretudo, a partir das novas fases do desenvolvimento degenerativo do capitalismo. Portanto, eventos como a degeneração dos ciclos de reprodução socialistas, como os que existiram no hemisfério Norte, além de não representarem uma crise terminal do movimento autônomo do proletariado, repercutem, *pari passu* com a crescente degeneração do capitalismo, em renovadas formas de expressão do socialismo.

A incidência do espaço transitório socialista foi, assim, verificada tanto a partir da afirmação do espaço hegemônico capitalista, que se manifestou com a passagem a novos sistemas técnicos, como por meio da contradição social que emergiu, crescentemente, desta mesma hegemonia “incontestável” do capitalismo, diante da qual surgiram

novas ações organizativas no que se refere à atividade autonomamente constituída pelos trabalhadores. Estas, por sua vez, definiram renovadas formas de uso do território, sobretudo, virtuosamente, enquanto o capitalismo persistiu em se degenerar.

O período de desenvolvimento do espaço transitório socialista que se manifestou a partir do início da fase madura do capitalismo, até o período mais recente do mesmo é, portanto, o objetivo a ser atingido neste capítulo de tese, o qual será analisado criticamente, sobretudo, partindo do desenvolvimento capitalista, porém tendo em vista a crise e maior degeneração social produzida sob a hegemonia deste modo de produção social, que aponta para uma maior importância histórica e, por consequência, metodológica do estudo das formas e processos de desenvolvimento organizativo dos trabalhadores.

A análise crítica do espaço constituído autonomamente pelos trabalhadores será, por fim, fundamental, para a compreensão do atual período histórico, como da própria organização do Movimento Sem Terra, tal qual se pretende ressaltar neste trabalho, especialmente, no terceiro capítulo do mesmo, quando se tem em vista a análise do MST, com ênfase no estado de Santa Catarina.

Cabará, portanto, evidenciar o desenvolvimento do espaço transitório socialista, segundo suas principais tendências em se tratando do período de desenvolvimento e superação da grande indústria moderna, como do maior avanço da crise capitalista e, ademais, do desenvolvimento cíclico das próprias ações inerentes ao espaço organizativo independente dos trabalhadores – sob o avanço das quais se vai produzindo virtuosa e contraditoriamente a reprodução humana universal. Ver-se-á, assim, como se desenvolvem as condições históricas essenciais para o surgimento e emancipação do MST, dentre outros movimentos sociais, no período mais recente do processo de reprodução da humanidade.

## **2.2. O espaço transitório socialista no período inicial de superação da indústria moderna: de 1825 ao último lustro do século XIX**

O período de superação da indústria moderna se inicia com o acirramento da crise capitalista, a partir de 1825, e mais intensamente com o início da década de 1840 – período no qual já não é mais possível fazer ciência sem que se faça a crítica da economia política (MARX, 2006). O amadurecimento da grande indústria moderna repercute

radicalmente no sentido do acirramento da luta de classes entre burgueses e proletários.

Antes, porém, que viesse a se tornar universal esta contradição fundamental do modo de produção capitalista, adveio o período imperialista do capitalismo, que emergiu dos interesses nacionais dominantes no período de maturidade da grande indústria, quando a mesma passou a se desenvolver em diferentes países, além da Inglaterra, inicialmente, localizados no hemisfério Norte.

Os eventos que resultaram no advento das revoluções industriais burguesas nestes países, por sua vez, alicerçaram os processos imperialistas que advieram a partir do século XIX. Neste caso, se destacam as revoluções que ocorreram: na Inglaterra, por volta de 1689, quando a chamada Revolução Gloriosa enfraqueceu o poder da monarquia em favor da burguesia organizada no parlamento inglês; nas 13 colônias americanas que originaram os Estados Unidos da América, cuja Independência com relação à Inglaterra sucedeu em 1776; além da Revolução Francesa, iniciada em 1789, cujo desfecho em favor da burguesia repercutiu, inicialmente, através da ditadura de Napoleão Bonaparte, ainda durante os primeiros anos do século XIX e, depois, sob a farsa do seu sobrinho Luís Bonaparte, que governou a França com poderes ditatoriais a partir de 2 de dezembro de 1851, cujo golpe de Estado foi analisado por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* – e que, segundo sua análise, esteve associado à retomada do crescimento industrial inglês e, cada vez mais, estadunidense, francês e alemão, dentre outras nacionalidades, que contribuíram para a eclosão da 1ª Guerra Mundial envolvendo as respectivas potências industriais imperialistas.

Estes eventos, que resultaram na ascensão da burguesia nos países precursores do imperialismo, contaram ainda com a ascensão da Dinastia Meiji, no Japão, em 1868, que deu início à modernização daquele país e, também, com o movimento de unificação da Alemanha, realizado a partir da revolução burguesa de 1848-1849 – que Engels (2008c) analisou em *Revolução e Contra-revolução na Alemanha* – cujo desenvolvimento se deu sob o governo de Bismarck, principalmente, no período da Guerra franco-germânica. Esta última, que teve seu desfecho em maio de 1871 com a união das duas potências imperialistas em guerra no sentido de derrotar a Comuna de Paris, organizada pelos trabalhadores contrários à rendição da França frente à Alemanha.

Com o ascenso da burguesia ao poder central do Estado nas nações da Europa, particularmente, no hemisfério Norte, a atividade

independente dos trabalhadores verificou-se, sobretudo, de modo mais sistemático, em vista da crise que passou a ocasionar, periodicamente, a superprodução no mercado europeu e mundial. Tal situação, deslancha a partir da situação inglesa, a começar pela primeira crise geral ocorrida na Europa em 1825, cujo ciclo decenal de crise e prosperidade se notabilizou até atingir um longo período de depressão econômica, entre 1873 e 1896, a partir de quando o capitalismo passou a atuar por meio do processo imperialista desenvolvido – que resultou nas duas Guerras Mundiais do século XX.

Ressalte-se que, em meio a este período, a estagnação econômica ocorrida em meados da década de 1840 foi responsável pela primeira tentativa de tomada revolucionária do poder de Estado pelo proletariado francês, realizada em junho de 1848, com relação à qual, Engels (2008b) registrou, na *Introdução* que escreveu em 1895 à reedição de *As lutas de classes na França*, de Marx, que:

[...] a partir da primavera de 1850, Marx voltou a ter tempo para os estudos econômicos e empreendeu, em primeiro lugar, a história econômica dos últimos dez anos. Por esse meio, tornou-se-lhe completamente claro a partir dos próprios fatos o que até então havia concluído meio aprioristicamente a partir de um material cheio de lacunas: que a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e março, e que a prosperidade industrial, que, pouco a pouco, voltara a se manifestar desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da novamente reforçada reação européia. E isso foi decisivo. Enquanto nos três primeiros artigos (aparecidos nos números de janeiro, fevereiro e março da *Neue Rheinische Zeitung. Politisch-ökonomische Revue*, Hamburg, 1850) perpassa ainda a expectativa de um próximo ascenso da energia revolucionária, no último volume duplo (maio a outubro), publicado no outono de 1850, o quadro histórico que Marx e eu demos rompe de uma vez para sempre com essas ilusões: ‘Uma nova revolução só é possível na seqüência de uma nova crise. É, porém, tão certa como esta’ (ENGELS, 2008b, pp. 39-40).

Engels reafirmava, assim, no final de sua vida, o compromisso fundamental com o método de pesquisa e ação que ajudara a desenvolver junto a Marx, o qual enfatiza a base econômica da sociedade, enquanto base técnica de produção das necessidades sociais – do estômago e da fantasia – em torno da qual se desenvolvem os diferentes comportamentos políticos e ideologias existentes na sociedade, inclusive a crítica da economia política, que se manifesta no período de acirramento da crise capitalista.

Também, no que se refere à crise que se desenvolve na base da acumulação capitalista, fruto de sua lei geral, que Marx observa no Capítulo XXIII de *O Capital*, percebe-se o avanço das tendências de concentração e centralização do capital, bem como do aumento da pobreza entre os trabalhadores, tendo como resultado a ascensão do espaço transitório socialista, cujo desenvolvimento cíclico atua diretamente em função das necessidades sociais geradas com o processo de degeneração do capitalismo – que também atua ciclicamente, porém em sentido inverso ao ciclo do desenvolvimento da organização independente dos trabalhadores<sup>14</sup>.

No período que se está tratando, do início da fase imperialista do desenvolvimento capitalista, quando do processo inicial de superação da indústria moderna, ainda se pode observar um ciclo relativamente virtuoso do capitalismo, ou melhor, apenas tendo iniciado sua fase degenerativa, especialmente, no caso da segunda metade do século XIX

---

<sup>14</sup> Ainda que não se tenha, aqui, o objetivo central de estudar o caráter dos ciclos econômicos, políticos e culturais por meio dos quais o modo de produção capitalista se desenvolve, é possível afirmar que, neste último caso – como, ademais, no caso do socialismo – não se trata de um comportamento cíclico inteiramente regular e, portanto, não dialético, como chegaram a afirmar alguns autores, entre os quais, Kondratiev e seus seguidores. Para efeito desta pesquisa, inspirada no pensamento Marx, o sistema produtivo possui uma história, em relação à qual, e somente em função dela, podem variar, como de fato variam, as características dos ciclos econômicos, políticos e culturais através dos quais a natureza humanizada produz sua existência. A aparência dos ciclos econômicos, neste sentido, encontra-se relacionada com a fase determinada de desenvolvimento do referido sistema produtivo. Portanto, seja ele o capitalismo ou, no caso, o socialismo, importa, antes, saber se o referido modo de produção se desenvolve de forma mais, ou menos, virtuosa, para que se observem as diferenças. Por isso mesmo, não se pode afirmar que os ciclos de reprodução da sociedade atuam com imutável regularidade, como querem fazer acreditar aqueles que, em muitos casos, sugerem que “como foi, sempre será”.

– que responde pelo primeiro momento das guerras imperialistas, concomitante ao desenvolvimento inicial do sistema financeiro internacional. Tudo isso, em resposta, de um lado, à atividade autônoma dos trabalhadores e, de outro, à necessidade de desenvolvimento do próprio capitalismo, especialmente, nalgumas nações capitalistas avançadas – exibindo hierarquias efetivas entre as mesmas.

Esta primeira fase do desenvolvimento degenerativo capitalista foi profundamente estudada por Marx, notadamente, a partir de 1850, quando este autor passou a se dedicar mais intensamente aos estudos econômicos, diga-se de passagem, tendo constatado as condições imediatas do descenso da luta de massas do proletariado, no caso, em vista da: “[...] prosperidade industrial, que, pouco a pouco, voltara a se manifestar desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e 1850” (ENGELS, 2008b, p. 39).

Marx partiu, então, da economia política – assim como fizera quando dos estudos econômicos que resultaram na redação dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 – e através do método dialético que desenvolvera com a colaboração de Engels, realizou a crítica da sociedade burguesa, em especial, por meio da sua *Contribuição à crítica da economia política*, publicada em 1859, que desenvolveu quando da produção de *O Capital: crítica da economia política*. Observe-se que o Livro I, sub-intitulado *O processo de produção do capital*, foi o único a ser publicado com Marx ainda vivo, no ano de 1867, quando se passavam, aproximadamente, três anos da fundação da AIT, liderada por Marx e Engels. Neste mesmo período, iniciou-se tanto uma luta teórica contra o capitalismo, como uma luta prática, com as quais Marx e Engels contribuíram por meio do desenvolvimento de uma arma teórico-prática consistente, que se consubstanciou no marxismo, tendo em vista a emancipação da classe trabalhadora frente ao capital.

Neste período, Marx passou por sérias dificuldades a fim de concluir sua obra fundamental; foi expulso de uma série de países da Europa por haver expressado cientificamente, com base no que havia de mais desenvolvido na época em termos filosóficos, a crise da sociedade capitalista, bem como sua superação pelo proletariado organizado autonomamente – cujo “espectro” já rondava a Europa antes mesmo de eclodirem as insurreições proletárias francesas de 1848 e 1871. No primeiro livro de *O Capital* Marx fez a crítica da economia política partindo da observação de que a “riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de

mercadorias', e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza". Por isso mesmo, a investigação deste último autor, presente em *O Capital*, "[...] começa com a análise da mercadoria" (MARX, 2006, p. 57).

Com isso, Marx se propôs a abordar criticamente a teoria do valor desenvolvida pelos economistas políticos, a começar pela análise da tensão existente na mercadoria entre o valor de uso e o valor, este último que se expressa no valor de troca das mercadorias, ou seja, nas diferentes proporções pelas quais são trocadas as mesmas. Marx, então, explica que:

Só com a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Esta cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua, na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas. Desde esse momento, manifestam, efetivamente, os trabalhos dos produtores duplo caráter social. De um lado, definidos de acordo com sua utilidade, têm de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se, assim, como parte componente do trabalho total, do sistema da divisão social do trabalho que espontaneamente se desenvolve. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado com que se equipara. A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato. O produtor particular apreende esse duplo caráter social dos trabalhos particulares apenas sob os aspectos que se manifestam praticamente, no intercâmbio, na troca de produtos. Assim, percebe o caráter socialmente útil de seus trabalhos particulares sob

o aspecto de o produto do trabalho ter ser útil, e útil aos outros, e o caráter social da igualdade dos diferentes trabalhos apresenta-se a ele sob o aspecto da igualdade de valor que se estabelece entre as coisas materialmente diversas, os produtos do trabalho (MARX, 2006, p. 95).

Nessa perspectiva, a tensão histórica que se desenvolve a partir do surgimento da propriedade privada, também com o surgimento das trocas entre os produtores privados, repercute inicialmente na produção de valores de uso pela sociedade, que se tornam, ademais, portadores de valor, mediante a relação social que Marx expressou por meio do conceito de trabalho abstrato, definido, em última instância, como substância do valor, cuja quantidade pode ser medida, ainda segundo Marx, por meio do tempo de trabalho socialmente necessário à produção da referida mercadoria, também em oposição ao trabalho concreto, produtor de valores de uso.

Marx investigou, assim, a produção de riqueza da sociedade a partir do surgimento da propriedade privada, passando pela produção simples de mercadorias, a fim de compreender a contradição fundamental existente na sociedade capitalista. Segundo enfatizou:

[...] a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. [...] Esse fetichismo do mundo das mercadorias decorre, conforme demonstra a análise precedente, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. [...] Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos

privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (MARX, 2006, pp. 94-95).

Importante considerar que, ainda no Capítulo I de *O Capital*, Marx apresentou o desenvolvimento da forma valor da mercadoria tendo em vista a oposição existente entre a forma valor relativa e a sua forma equivalente, presente no intercambio entre as mercadorias. Esta mesma oposição, que se desenvolve através do surgimento do equivalente geral das trocas mercantis, materializado na forma dinheiro do valor, obscurece o caráter social dos diferentes trabalhos privados dos produtores de mercadorias. Conforme este último autor observou:

As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias, constituindo pressupostos da circulação das mercadorias, já possuem a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem em apreender, não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideram imutáveis, mas seu significado. Assim, só a análise dos preços das mercadorias levava à determinação da magnitude do valor, só a expressão comum, em dinheiro, das mercadorias induzia a estabelecer-se sua condição de valor. É, porém, essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência. Quando afirmo que casaco, botas etc. estabelecem relações com o linho, como encarnação universal do trabalho humano abstrato, causa espanto o absurdo da afirmação. Mas, quando os produtores de casaco, botas etc., estabelecem relação entre essas mercadorias e linho (ou entre elas e o ouro ou a prata, o que nada muda na substância da coisa), como equivalente universal, ou encarnação universal do trabalho humano abstrato, é precisamente sob aquela forma absurda que expressam a relação entre seus

trabalhos particulares e o trabalho social total (MARX, 2006, pp. 97-98).

Marx, desse modo, chamou atenção para a constituição do ser social, por intermédio da relação dialética existente no âmago das relações sociais que promovem a produção das mercadorias, que envolvem o trabalho numa dupla dimensão, por sua vez, como trabalho abstrato e concreto, independente da consciência dos produtores. Esta última que, por sinal, torna-se obscurecida na medida do desenvolvimento do fetichismo da mercadoria, fruto da relação social de troca entre produtores privados que faz com que as coisas apareçam como portadoras de valor por elas mesmas, mascarando a substância constitutiva do valor presente no trabalho produtor de necessidades sociais. Posteriormente, o fetiche presente na produção das mercadorias se desenvolve com o surgimento do dinheiro, criando com este último fetiche as ilusões mercantilistas a que Marx se referiu no Capítulo II de *O Capital*. Marx ainda apresentou, no Capítulo IV do referido livro, o desenvolvimento da contradição presente na circulação de mercadorias através da transformação do dinheiro em capital, mediante o surgimento do proletariado moderno, partindo da dissolução dos modos de produção pré-capitalistas, que permitem a contratação de trabalho assalariado pelos proprietários capitalistas e, com ela, a produção da mais-valia que, finalmente, impulsiona do desenvolvimento do capitalismo.

Partindo dessa mediação, Marx expressou o desenvolvimento da contradição presente na grande indústria moderna, que passa a dominar a produção de riquezas no planeta e, adicionalmente, desenvolve os efeitos da alienação do trabalho, sobretudo, aumentando do poder de uso do território pelas grandes empresas capitalistas, em detrimento da existência dos povos tradicionais e, seguidamente, dos próprios trabalhadores assalariados.

Observe-se que no período inicial de superação da indústria moderna foram marcantes os eventos relativos à ascensão organizativa dos trabalhadores, como através das já citadas lutas de classes inglesas, que contribuíram, juntamente com o próprio desenvolvimento contraditório do capital, para o surgimento das primeiras guerras imperialistas, a exemplo das guerras do ópio, que envolveram a Inglaterra em conflitos contra a China, em meados do século XIX. Também mediante o as lutas de classes francesas, foi desencadeada a guerra franco-prussiana. Já com a fundação da I Internacional, em 1864, dentre outros eventos que culminaram com a maior pressão dos

trabalhadores sobre o capital, inclusive, como já se falou, as próprias contradições internas deste último, o movimento imperialista precisou se fortalecer, para o qual contou com a união das nações imperialistas com a perspectiva de derrotar os trabalhadores. Por sua vez, a derrota da Comuna de Paris, em maio de 1871, foi diretamente responsável pelo fechamento da I Internacional. No entanto, já a partir da década seguinte, pode-se verificar o ressurgimento do movimento internacional de trabalhadores, com a fundação da II Internacional, *pari passu* com a maior difusão do marxismo, sobretudo, na Alemanha e na Rússia, mas também em outros países. Neste período se destacaram ainda com maior intensidade as guerras imperialistas, a começar pela guerra que envolveu o Japão contra a Rússia, na disputa pelos territórios da Coréia e da Manchúria, no início do século XX, que impulsionaram, ademais, a Revolução Russa de 1905.

Foi, sobretudo, marcante neste período inicial de superação da indústria moderna, pelo lado do capital, o desenvolvimento da atividade imperialista que mobilizou os países capitalistas modernos, incluindo aliança de burgueses e proletários, mediante a derrota política, econômica e ideológica destes últimos, na luta pela dominação dos territórios periféricos do planeta. A disputa pelos referidos “mercados externos”, conforme a expressão de Rosa Luxemburgo, assumiram maior importância em vista dos processos de independência que ocorreram em uma série de nações coloniais durante o século XIX – a exemplo da quase totalidade das nações latino-americanas, com exceção de Cuba e Porto Rico, que foram submetidas ao neocolonialismo – e, marcadamente, em função do avanço da industrialização moderna em diversos países do hemisfério Norte.

Desse modo, as relações entre os países se modificaram a contar do avanço da indústria moderna e da luta de classes entre burgueses e proletários que assumiu formas, cada vez, mais expressivas. Ressalte-se que conforme se acirraram as condições da luta de classes no interior das nações capitalistas avançadas, se fortaleceram as relações imperialistas, em termos da política externa dos países industrialmente desenvolvidos, ao passo de uma profunda repressão interna aos anseios revolucionários do proletariado, como ocorreu em países como a Inglaterra, a França e a Alemanha. Nessa perspectiva, a repressão interna aos trabalhadores dos países imperialistas foi sendo compensada, em certa medida, pela exploração neocolonial e imperialista fazendo com que predominasse em meio aos países imperialistas uma política “socialdemocrata” – em alusão à política reformista do Partido

Socialdemocrata Alemão (SPD), que se tornou exemplo de prática política conciliatória entre empregados e patrões, por seu turno, mediante a maior exploração das regiões periféricas do mundo por parte das nações imperialistas.

Resulta, com isso, que tenha havido uma particular distribuição territorial no planeta em se tratando, de um lado, do desenvolvimento imperialista do capitalismo e, de outro, do espaço transitório socialista. Conforme se destaca, o capitalismo se desenvolve a partir da Inglaterra, tendendo a se expandir, principalmente, em direção aos EUA, portanto, ao Oeste da Inglaterra, onde provavelmente encontrou menor resistência para se desenvolver, mediante o maior atraso relativo das relações de produção existentes nesta região do planeta. Enquanto isso, à Leste, embora o mesmo tenha se desenvolvido, especialmente, em países como a França, a Alemanha, a Holanda e a Bélgica, também em vista de suas longas tradições industriais, estes não foram capazes de fazer frente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista realizado na América do Norte. Ao mesmo tempo em que foi exatamente em países como a Rússia, a Prússia e a Áustria onde se mantiveram, inicialmente, os maiores obstáculos à ocupação do território pelo capital, predominando entre estes os maiores resquícios feudais na figura da Santa Aliança.

É importante ressaltar esta diferença entre os caminhos por onde o capitalismo se desenvolveu, sobretudo, inicialmente com maior dinamismo, pois será a partir desses países tornados “avançados” econômica e politicamente que surgirão as nações imperialistas, enquanto, nos países onde o capitalismo encontrou maior resistência para se desenvolver serão trilhados os caminhos da luta antiimperialista e do desenvolvimento revolucionário do proletariado.

Marx estava, sobretudo, ciente das dificuldades e, mesmo, impossibilidades de se desenvolver comunismo sem contar com os avanços técnicos promovidos pela indústria moderna. Foi este, por sua vez, quem primeiro chamou a atenção da ciência e, particularmente, do movimento autônomo da classe trabalhadora, quanto à importância do desenvolvimento da base técnica de produção das necessidades humanas como meio de garantir o desenvolvimento político, científico e cultural da sociedade.

Sem intenção de criar um determinismo econômico, definindo algumas categorias econômicas *a priori* – visto que em determinados momentos as ações políticas podem, e de fato desempenham legítimas funções econômicas – cabe antes evidenciar a existência de uma relação dialética incluindo a base econômica da sociedade e suas instituições

políticas e culturais que são definidas conjuntamente. A forma científica que obscurece a relação entre a produção material dos meios de vida e o pensamento está, por sua vez, relacionada com a própria materialidade por meio da qual se desenvolve a grande indústria moderna, fundada no advento da propriedade privada, que se constitui, a partir da produção de mercadorias, como estranhamento crescente em relação ao trabalho presente nos objetos produzidos como tal. O que acontece com a ciência, ao mesmo tempo em que com a filosofia idealista e, também, com as ciências da natureza, de caráter idealista, segundo Marx, acontece efetivamente com a produção das necessidades humanas, através do desenvolvimento do fetichismo do capital. É por meio deste último que os produtores se alienam materialmente com relação ao trabalho, sobretudo, em função do desenvolvimento capitalista. Isto repercute no meio científico como descompasso, de um lado, da relação da teoria com a técnica (no caso das ciências humanas) e, de outro, da teoria com relação à humanidade (em se tratando das ciências naturais e engenharias exatas). Dessa dimensão científica e intrinsecamente materialista do pensamento de Marx surgiu, ademais, uma nova perspectiva socialista da emancipação humana, por sua vez, profundamente relacionada com a atividade científica, técnica e política do proletariado.

A esse respeito, Marx (2004, p. 106) escreveu em 1844 nos *Manuscritos econômico-filosóficos*: “Que no movimento da *propriedade privada*, precisamente da Economia, o movimento revolucionário inteiro encontra tanto a sua base empírica quanto teórica [...]”. Ao mesmo tempo, este mesmo autor concluiu que:

As ciências naturais desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material sempre crescente. Entretanto, a filosofia permaneceu para elas tão estranha justamente quanto elas permaneceram estranhas para a filosofia. A fusão momentânea foi apenas uma ilusão fantástica. Havia a vontade, mas faltava a capacidade. A própria historiografia só de passagem leva em consideração a ciência natural como momento do esclarecimento (Aufklärung), da utilidade, de grandes descobertas singulares. Mas quanto mais a ciência natural interveio de modo prático na vida humana mediante a indústria, reconfigurou-a e preparou a emancipação humana, tanto mais teve de completar, de maneira imediata, a

desumanização. A indústria é a relação histórica efetiva da natureza e, portanto, da ciência natural com o homem; por isso, se ela é apreendida como revelação exotérica das forças essenciais humanas, então também a essência humana da natureza ou a essência natural do homem é compreendida dessa forma, e por isso a ciência natural perde a sua orientação abstratamente material, ou antes idealista, tornando-se a base da ciência humana, como agora já se tornou – ainda que em figura estranhada – a base da vida efetivamente humana; uma outra base para a vida, uma outra para a ciência é de antemão uma mentira. A natureza que vem a ser na história humana – no ato de surgimento da história humana – é a natureza efetiva do homem, por isso a natureza, assim como vem a ser por intermédio da indústria, ainda que em figura estranhada, é a natureza antropológica verdadeira (MARX, 2004, pp. 111 - 112).

Com isso, Marx situa, de um lado, o sentido contraditório e, mesmo, desumanizador do desenvolvimento industrial e, de outro, seu caráter civilizador e emancipatório. Considerando o desenvolvimento da grande indústria moderna como etapa do desenvolvimento do trabalho alienado Marx distinguiu sua visão com relação ao desenvolvimento da sociedade, enquanto desenvolvimento da natureza humanizada, também como superação da propriedade privada, em decorrência do acirramento desta contradição que advém no período da grande indústria moderna, de forma universal, como oposição entre capital e trabalho.

Segundo Marx sugere, ainda nos *Manuscritos* de 1844:

[...] o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão da propriedade, e o capital, o trabalho objetivo enquanto exclusão do trabalho, são a propriedade privada enquanto sua relação desenvolvida da contradição, e por isso uma relação enérgica que tende à solução (MARX, 2004, p. 103).

Observando, ademais, que:

A supra-sunção do estranhamento-de-si faz o mesmo caminho que o estranhamento-de-si. Considera-se, primeiro, a propriedade privada só em seu aspecto objetivo – mas, ainda assim, o trabalho como a sua essência. A sua forma de existência é, portanto, o capital, que deve ser suprimido ‘enquanto tal’ (Proudhom). Ou o modo particular do trabalho – enquanto trabalho nivelado, parcelado e por isso não-livre – [e apreendido como a fonte da nocividade da propriedade privada e da sua existência estranhada do homem – Fourier, que correspondentemente aos fisiocratas apreende mais uma vez o trabalho da agricultura pelo menos como trabalho por excelência, ao passo que Saint-Simon, ao contrário, declara o trabalho da indústria como tal como a essência e pretende também a dominação exclusiva dos industriais e a melhoria da situação dos trabalhadores. O comunismo é, finalmente, a expressão positiva da propriedade privada supra-sumida, acima de tudo a propriedade privada universal (MARX, 2004, p. 103).

Desse modo, Marx definiu, ainda por volta de 1844, seu pensamento sobre o comunismo, bem como sua adesão ao movimento da classe operária. E embora esta fosse uma de suas primeiras tentativas de expressar teoricamente o comunismo, no início de sua conversão ao mesmo, algumas coisas já estavam bastante claras para o autor. Uma delas, negando as tentativas segmentadas e, portanto, alienadas de superação da propriedade privada, dizia respeito à necessidade de construção universal do comunismo, enquanto superação positiva da propriedade privada, portanto, como apropriação universal da cultura produzida pela humanidade, segundo o desenvolvimento do ser social, no sentido da emancipação da classe trabalhadora. Por isso mesmo, Marx concluiu que: “O comunismo é, finalmente, a expressão positiva da propriedade privada supra-sumida, acima de tudo a propriedade privada universal”. E que, no caso: “A supra-sunção do estranhamento-de-si faz o mesmo caminho que o estranhamento-de-si” (MARX, 2004, p. 103).

O comunismo foi, assim, definido como uma força humanizadora da natureza surgida a partir do acirramento da contradição do ser social desenvolvido sob o ponto de vista da propriedade privada capitalista.

Este mesmo acirramento acontece, especialmente, durante o período de ascensão da grande indústria moderna, sob o qual se consolidou o poder da burguesia frente ao Estado moderno e, com ele, a contínua negação dos interesses objetivos do proletariado. O caminho do pensamento de Marx, neste sentido, partiu de uma dialética, no caso, apoiada na produção das necessidades sociais. Por isso, baseou-se na economia política no caminho para o aprofundamento de suas pesquisas, esta última, como expressão positiva do desenvolvimento capitalista, cuja natureza crescentemente estranhada Marx expressou, tanto negativa, como positivamente.

Este último autor, assim, definiu o “[...] comunismo na condição de supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*) humano, e por isso enquanto apropriação efetiva da essência humana pelo e para o homem”. Ainda mais, se contrapôs ao que chamou de “comunismo rude”, nascido do puro desejo de “nivelamento a partir do mínimo representado”, como também ao comunismo “ainda de natureza política, democrático e despótico”; este último, “com supressão do Estado, mas simultaneamente ainda incompleto, sempre ainda com a essência afetada pela propriedade privada, ou seja, pelo estranhamento do trabalho” (MARX, 2004, p. 105). De acordo com a crítica de Marx:

Em ambas as formas o comunismo já se sabe como reintegração ou retorno do homem a si, como supra-sunção do estranhamento-de-si humano, mas enquanto ele não apreendeu ainda a essência positiva da propriedade privada e muito menos a natureza humana da carência, ele ainda continua embaraçado na mesma e por ela infectado (MARX, 2004, p. 105).

Neste sentido, Marx apreendeu, de um lado, a “essência positiva da propriedade privada [...]”, que o autor reconheceu, sobretudo, na base produtiva da grande indústria, sobre a qual foi erguida a sociedade moderna e, de outro, na “natureza humana da carência”, que Marx encontrara, essencialmente, no proletariado moderno. Por isso, tanto a filosofia alemã influenciou o pensamento dialético de Marx, como a economia política teve grande participação na crítica desenvolvida por este autor, esta última, que resulta – partindo do conhecimento filosófico mais desenvolvido que havia em sua época – numa teoria socialista de caráter científico, que enxergou no acirramento da “oposição entre sem

propriedade e propriedade” – o principal motor de superação da história moderna, motivado, de um lado, pela riqueza apropriada de forma crescente como propriedade privada capitalista e, de outro, pela carência que se avoluma em meio à classe trabalhadora, cuja existência é gradativamente negada, em vista do desenvolvimento degenerativo do capitalismo.

O horizonte histórico da humanidade passou, assim, a ser definido como superação universal do estranhamento-de-si crescente dos produtores diretos em relação ao produto do trabalho, realizado em função do desenvolvimento da propriedade privada capitalista. A solução para este dilema profundamente sofrido pela humanidade, ainda segundo Marx, se coloca na perspectiva da atividade autônoma dos “sem propriedade”, diante dos quais a sociedade moderna e, com ela, a propriedade privada universalmente constituída se colocam como negação.

Observe-se que se trata de solucionar um problema econômico, político, ideológico, cultural etc., de ordem geral, que tende a se acirrar socialmente. Marx considerou, ademais, com relação ao processo crescente de estranhamento-de-si do produtor direto em relação à base técnica de sua reprodução social, que surge daí, além de um comunismo rude, e de uma versão basicamente política do mesmo, também, uma potência social crescente organizada a partir da carência humana do proletariado moderno, contraposta à riqueza social reunida sob a forma de capital, principalmente, a partir do desenvolvimento da indústria moderna. Desse modo, somente uma análise profunda das contradições sociais – envolvendo, além das relações políticas e culturais, também as relações econômicas, ou seja, relações de propriedade (produção) da sociedade – se pode explicar a situação de aumento da pobreza entre os trabalhadores durante o processo de desenvolvimento do capitalismo; ao mesmo tempo, somente uma mudança profunda da sociedade, levando em conta não apenas as instituições políticas e culturais, mas, ainda, as relações econômicas poderá efetivamente alterar o cenário de miséria dos trabalhadores – especialmente, durante o período de maior acirramento da reprodução degenerativa do capital – com vistas ao controle coletivo e consciente da natureza humanizada.

Conforme Marx ressaltou, como negação da negação do capitalismo:

Este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo

consumado = naturalismo. Ele é a verdadeira dissolução (Auflösung) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a verdadeira resolução (Auflösung) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-confirmação (Selbstbestätigung), entre liberdade e necessidade (Notwendigkeit), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução (MARX, 2004, p. 103 - 105).

Embora as bases fundamentais da formulação política e metodológica de Marx estivessem amplamente definidas já a partir de 1844, a mesma ainda haveria de se desenvolver tendo em vista, além do aprofundamento de seus estudos sobre a história econômica, também, uma ampla relação que o mesmo estabeleceu, juntamente com Engels, com a organização autônoma do proletariado moderno.

Os anos da segunda metade da década de 1840 foram, certamente, bastante virtuosos para Marx e Engels, em particular, no que se refere ao amadurecimento de sua concepção sobre a organização do proletariado tendo em vista a transição para o comunismo. Com base no desenvolvimento do método de pesquisa científico realizado pelos dois autores, notadamente, até a publicação de *A Ideologia Alemã*, em 1846, foi possível a ambos, a partir daquele momento, perceber os principais avanços da estratégia como da tática revolucionária do proletariado, durante o decurso da segunda metade do século XIX, período no qual estiveram profundamente relacionados com o movimento operário europeu. A teoria marxiana, neste mesmo período, expressou fielmente os ensinamentos que advieram, em primeiro lugar, da derrota da insurreição de junho de 1848 e, posteriormente, da Comuna de Paris, realizada em 1871 – quando o proletariado francês foi o principal representante do proletariado revolucionário internacional.

Conforme se pode verificar, o Junho francês de 1848 permitiu ao proletariado superar determinadas ilusões, de um lado, relacionadas com a república constitucional burguesa e, de outro, ao jacobinismo, presente na política blanquista, que partilhava a perspectiva da tomada revolucionária do poder do Estado através de um pequeno grupo de conspiradores; enquanto para o marxismo, a partir daquela situação, tornava-se evidente o caráter popular de massas da revolução proletária, que deveria desfazer-se da antiga roupagem burguesa revolucionária. A revolução proletária, neste sentido, não poderia ser outra coisa que não

uma revolução da grande maioria do povo consciente de seus interesses e com participação ativa no processo de superação do poder burguês pelo poder popular organizado, portanto, através da ditadura do proletariado.

Após ter passado vários anos dedicado aos estudos econômicos, considerando o descenso do ciclo revolucionário de organização do proletariado internacional, a partir da derrota do proletariado francês em 1848, e também com a ascensão de Luís Bonaparte (Napoleão III) ao poder central na França, por meio do *coup d'état* de 2 de dezembro de 1851, Marx retomou uma intensa militância em meio à organização da AIT, a partir de 1864, talvez sentindo a perspectiva do novo ciclo de crescimento do movimento operário revolucionário que, de fato, resultou na Comuna de Paris, iniciada em março de 1871, após a rendição de Napoleão III à força nacional-prussiana liderada por Bismark. A Comuna de Paris, apesar de ter sido derrotada, passou a figurar entre os marxistas como uma legítima construção da ditadura do proletariado, na perspectiva da transição para o comunismo.

Com a derrota da Comuna de Paris, entretanto, vieram à tona intensamente as divergências principais ocorridas no seio da I Internacional, em especial, envolvendo marxistas e anarquistas, estes últimos, liderados por Mikhail Bakunin, que fora expulso da AIT após se manter contrário às propostas fundamentais da mesma que advieram da Comuna de Paris – analisada por Marx em *Guerra Civil na França* – em termos da ditadura do proletariado, à qual os anarquistas permaneceram contrários. Com o rompimento dos anarquistas e a particular repressão sofrida pelos marxistas, após terem levantado a bandeira da Comuna de Paris, quando se deram as chamadas leis anti-socialistas na Europa, adveio, em 1876, a derrocada final da AIT.

Marx tivera, antes disso, a oportunidade de escrever sua *Crítica ao Programa de Gotha*, texto que foi publicado por Engels em 1891, após a morte do primeiro. Neste trabalho, realizado em maio de 1875, quando ocorreu o Congresso de Unificação do Partido Operário Alemão, em Gotha, Marx expressou suas diferenças em relação à política “burguesa” defendida por Ferdinand Lassalle que influenciara majoritariamente o programa socialista do Partido aprovado durante o referido congresso. Na ocasião, Marx expressou algumas de suas últimas formulações teóricas acerca da transição para o comunismo, incluindo aspectos táticos e discussões teóricas fundamentais, como a que se refere aos fundamentos do próprio modo de produção riqueza.

Segundo Marx enfatizou, nesta situação: “O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (os valores de uso são, de fato, a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, trabalho que é expressão de uma força natural, a força de trabalho do homem” (MARX, 2004b, p. 101). Com isso, ratificou sua posição com relação à existência da espécie humana enquanto uma determinada existência natural e, ademais, social; além disso, expressou a relação desse tipo de compreensão que advoga simplesmente o trabalho como fonte da riqueza com a conservação do modo de produção dominante. Conforme sua afirmação:

Os burgueses têm razões de sobra para atribuir ao trabalho esse poder sobrenatural de criação: precisamente pelo fato de o trabalho estar na dependência da natureza se conclui que o homem que possuir apenas a força de trabalho será forçosamente, em qualquer estado [situação] social e de civilização, escravo de outros homens que se tornaram proprietários das condições objetivas do trabalho. Ele não pode trabalhar nem, por conseguinte, viver, a não ser com a autorização destes últimos (MARX, 2004b, p. 102).

Importante destacar que Engels ainda desenvolveu um trabalho intitulado *A Dialética da Natureza*, onde apresentou inicialmente suas considerações sobre a evolução histórica da natureza e o lugar da sociedade em meio a este processo – dando início a uma nova natureza. Os dois autores, entretanto, não tiveram maiores condições de desenvolver suas pesquisas relacionadas diretamente com o campo da ecologia, porém, o método desenvolvido por ambos permitiu a outros autores trabalharem nessa direção, o que veio a ser realizado em alguma medida pelos estudos marxistas que se desenvolveram nos EUA, em torno da *Monthly Review*, e na Inglaterra, a partir dos trabalhos de E. P. Thompson e Raymond Williams durante a segunda metade do século XX, quando evoluiu centralmente o problema da crise ambiental no planeta (FOSTER, 2005).

Ainda nos últimos anos de vida de Marx, seu pensamento se desenvolveu na perspectiva do aprofundamento da crítica da economia política, em particular, quando o mesmo se dedicou novamente ao trabalho de elaboração de sua obra maior, *O Capital*. Este trabalho, no

entanto, ficou sem conclusão, haja vista a morte de Marx em 1883, ao passo que o trabalho por ele realizado foi posteriormente sistematizado e publicado por Engels, dando origem aos Livros II e III de *O Capital: crítica da economia política*, em 1885 e 1888, respectivamente. Durante a elaboração do Livro II de O Capital, Marx se dedicou ao estudo do processo de circulação do capital, após haver investigado no Livro I o processo de sua produção, ao passo que no Livro III tratou do processo geral de produção e circulação capitalista, bem como sua crise e superação, esta última, que o autor analisou tanto negativa, como positivamente – sem, contudo, haver sistematizado devidamente sua elaboração nos dois últimos Livros de O Capital, como já referido.

Aproximadamente um ano após a morte de seu grande companheiro de jornada, Engels publicou *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, no qual buscou dar continuidade ao programa de pesquisa orientado por Marx – e, é claro, por ele próprio. Segundo explicitou, no *Prefácio à primeira edição* deste livro:

As páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de [Lewis] Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, e somente assim, todo o seu alcance. Na América, Morgan descobriu de novo, e à sua maneira, a concepção materialista da história – formulada por Marx, quarenta anos antes – e, baseado nela, chegou, contrapondo barbárie e civilização, aos mesmos resultados essenciais de Marx. Devo assinalar que os mestres da ciência “pré-histórica” na Inglaterra tiveram, quanto ao *Ancient Society* de Morgan, a mesma atitude que já tinham assumido, em face de O Capital de Marx, os economistas oficiais da Alemanha, que andaram durante muito tempo a plagiá-lo, com zelo igual ao empenho em manter silêncio sobre ele. Meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que o meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como também de suas anotações críticas, que reproduzo aqui sempre que cabíveis (ENGELS, 1984, p. 01-02)

Em termos das contribuições trazidas neste livro, o autor destaca que:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro. Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por conseqüência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuraram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa. A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em conseqüência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais – uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que

constituem o conteúdo de toda a história *escrita*, até nossos dias (ENGELS, 1984, p. 02-03).

Desta análise, relacionada com as formações socioeconômicas pré-históricas e suas dinâmicas desenvolvidas sob a influência da ascensão histórica da propriedade privada e, posteriormente, do capitalismo maduro surgiu ainda uma particular posição política no que se refere à relação do proletariado com os setores pré-capitalistas da sociedade, submetidos a particulares contradições no período hegemonizado pelo capital. Disso resultou, o próprio diálogo que Engels procurou manter com os camponeses e povos tradicionais no intuito de aproximá-los da luta do proletariado, já que o próprio capitalismo os estava lançando à vala comum da classe proletária. Estes últimos poderiam, no caso, evitar sua completa proletarização unindo forças com o proletariado urbano e rural na luta para superar o capital.

Nessa perspectiva, Engels (2003; 1981) ainda publicou, em 1882, *A marca* e, em 1894, *O problema camponês na Alemanha e na França*, dentre outros trabalhos sobre este tema lançados após sua morte, tudo isso, com o objetivo de afastar os camponeses da influência política da burguesia, conforme ocorrera, não apenas durante a Revolução Francesa iniciada em 1789, quando Napoleão repartiu a propriedade fundiária atribuindo títulos de propriedade aos camponeses e se colocando como legítimo representante desses últimos, mas, também, quando os mesmos tentaram reviver Napoleão através da figura de seu sobrinho Luís Bonaparte; ilusão esta, que mais rapidamente do que se poderia esperar veio à tona, em função do restabelecimento do imposto sobre o vinho, em 20 de dezembro de 1849, após o “pseudo-Napoleão” ter se comprometido a suprimi-lo durante a eleição republicana francesa de 20 de dezembro de 1848, na qual “o sobrinho do seu tio” sagrara-se vitorioso, principalmente, com os votos dos camponeses (MARX, 2008a).

De acordo com Marx, neste período:

Compreende-se a situação dos camponeses franceses quando a república aos seus velhos fardos acrescenta ainda novos. Como se vê, a sua exploração só na forma se distingue da exploração do proletariado industrial. O explorador é o mesmo: o capital. Por meio da hipoteca e da usura, os capitalistas individuais exploram os camponeses individuais; pelo imposto de Estado,

a classe capitalista explora a classe camponesa. O título de propriedade dos camponeses é o talismã com que o capital até aqui o fascinava. O pretexto com que o aticava contra o proletariado industrial. Só a queda do capital pode fazer subir o camponês, só um governo anticapitalista, proletário, pode quebrar a sua miséria econômica, a sua degradação social. A república constitucional é a ditadura dos seus exploradores unidos; a república socialdemocrata, vermelha, é a ditadura dos seus aliados. E a balança sobe ou desce segundo os votos que o camponês lança na urna. É ele próprio que tem de decidir sobre o seu destino. Era isso o que diziam os socialistas em folhetos, almanaques, calendários e prospectos de toda espécie. Essa linguagem tornava-se-lhe mais compreensível através das réplicas do partido da ordem que, por seu lado, se dirigia a ele, e por meio do exagero grosseiro, pela concepção e apresentação brutal das intenções e idéias dos socialistas, tocava o verdadeiro tom camponês e sobrestimava o seu apetite pelo fruto proibido. Mas a linguagem mais compreensível era a das experiências que a classe camponesa tinha colhido com a utilização do direito de voto e a das desilusões que, no ímpeto revolucionário, golpe após golpe se abateram sobre ele. As revoluções são as locomotivas da história (MARX, 2008a, pp. 164-165).

Neste sentido, a realidade material se encarregou de aproximar os camponeses da luta proletária. Com isso, foi preciso, de acordo com Engels, citado por Ligia Silva:

[...] difundir no partido socialista alemão alguns conhecimentos básicos sobre a história do desenvolvimento da propriedade da terra na Alemanha [...] numa época em que extensas camadas de operários urbanos já estavam incorporadas ao Partido e em que era preciso ganhar para a causa os operários agrícolas e os camponeses (ENGELS apud SILVA, 2003, p. 141).

Engels teve ainda algum tempo de vida após o falecimento de Marx, que lhe foram bastante fecundos, quando se verificou, além do aprofundamento da crise capitalista em meio à depressão econômica que abalou a Europa durante o último quartel do século XIX, também as conseqüências que advieram em termos do espaço transitório socialista. Segundo Engels (2006) analisou no *Prefácio da edição inglesa de O Capital*, publicado em 1886:

O funcionamento do sistema industrial da Inglaterra – impossível sem permanente e rápida expansão da produção e, portanto, dos mercados – está emperrado. O livre-cambismo esgotou seus recursos; até Manchester perdeu a fé no seu antigo Evangelho econômico. A indústria estrangeira, que se desenvolve rapidamente, enfrenta a produção inglesa, por toda a parte, em mercados defendidos por tarifas aduaneiras, em mercados neutros e mesmo deste lado do Canal. Enquanto a produtividade cresce em progressão geométrica, a expansão dos mercados, na melhor das hipóteses, se realiza numa progressão aritmética. O ciclo decenal de estagnação, prosperidade, superprodução e crise, que se repetiu sempre de 1825 a 1867, parece ter realmente chegado ao fim; mas para lançar-nos no lodaçal desesperante de uma depressão duradoura, crônica. O almejado período de prosperidade reluta em voltar; quando acreditamos divisar os sinais que o anunciam, começam eles a desaparecer. Entrementes, em cada inverno, renova-se a pergunta: “O que fazer com os desempregados?”. Enquanto se avoluma, a cada ano, o número deles, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos prever o momento em que os desempregados perderão a paciência e encarregar-se-ão de decidir seu destino, com suas próprias forças. Num instante desses, deverá ser ouvida a voz de um homem cuja teoria é, toda ela, resultado de uma vida inteira de estudos da história econômica e da situação da Inglaterra, tendo concluído, desses estudos, que, pelo menos na Europa, a Inglaterra, é o único país onde a inevitável revolução social poderá realizar-se inteiramente por meios

pacíficos e legais. Por certo, nunca se esqueceu de acrescentar ser pouco provável que as classes dominantes inglesas se submetessem a essa revolução pacífica e legal sem *proslavery rebellion*, a rebelião pró-escravatura (ENGELS, 2006, pp. 42 - 43).

É importante destacar o caráter de síntese que tiveram os últimos textos de Engels no que se refere à concepção materialista da história. No *Prefácio* acima citado, o autor reúne em poucas páginas uma grande riqueza teórica desenvolvida em meio século de estudos científicos, além de intensa militância política, no decorrer da qual sobrevieram, além de ardentes polêmicas, bastante solidariedade junto a seus companheiros, a exemplo do que sucedeu com relação a Marx. Aliás, com qual solidariedade Engels se dedicou ao grande amigo e fiel combatente do proletariado. Com qual solidariedade entregou-se, ademais, à vida social e política em favor da organização independente da classe trabalhadora, abrindo mão, em grande medida, de um futuro pessoal “garantido” à frente dos negócios da família, para se dedicar à luta dos trabalhadores. Quem poderia dizer que em meados do século XIX haveria alguma glória em lutar ao lado desses últimos, se indispondo, afinal, com a classe dominante da sociedade moderna, no momento que o capitalismo parecia estar no auge. Diga-se de passagem, que tanto Engels, quanto Marx, sem falar de muitos outros revolucionários da história, sofreram duramente as conseqüências de suas posições teóricas e políticas. No entanto, estiveram munidos de um vasto conhecimento histórico que lhes deu a segurança necessária para continuar no caminho que escolheram.

Para eles, a derrocada do sistema capitalista, ainda que se apresentasse, naquele momento, em seu início, foi reconhecida por Marx e Engels pelo fato dos dois autores estarem preparados do ponto de vista metodológico para apreender a crise capitalista que passou a existir, decenalmente, a partir de 1825, em toda a Europa, e que Marx, mas principalmente Engels, viu cair num “[...] lodaçal desesperante de uma depressão duradoura, crônica” – que perdurou, de acordo com Hobsbawm (1979), entre 1873 e 1896.

É possível que o efeito da depressão econômica existente naquele período tenha influenciado a análise dos dois autores, no sentido de considerarem a iminência da derrocada definitiva do modo de produção capitalista de um modo que, de fato, não ocorreu. Após haverem considerado que a transição para o comunismo exigiria ainda longas

batalhas (MARX; ENGELS, 2007), passando, possivelmente, pela aliança inicial do proletariado com setores democrático-burgueses – pelo menos, até onde a burguesia estivesse disposta a cumprir suas tarefas revolucionárias frente às formas pré-capitalistas de dominação da propriedade privada, quando se daria a luta final do proletariado para superar o capitalismo (ENGELS, 2005; MARX; ENGELS, 1982) – Marx e Engels parecem ter considerado que se aproximava o dia em que a revolução proletária cumpriria sua tarefa histórica.

Segundo o que Marx escreveu no início de 1852, após o golpe de Estado que levou à derrocada da primeira República Constitucional burguesa existente na França:

[...] a revolução é radical (*gründlich*). Ela ainda está passando pelo purgatório. Cumpre a sua tarefa com método. Até 2 de dezembro de 1851, tinha terminado metade do seu trabalho preparatório; agora, completa a outra metade. Leva primeiro à perfeição o poder parlamentar, para poder derrubá-lo. Agora, conseguido isso, leva à perfeição o poder executivo, o reduz à sua expressão mais pura, isola-o, enfrenta-se com ele, como o único alvo contra o qual deve concentrar todas as suas forças de destruição. E quando a revolução já tiver levado a cabo essa segunda parte do seu trabalho preliminar, a Europa erguer-se-á e rejubilará: bem escavado, velha toupeira! (MARX, 2008c, p. 322)

Pode-se dizer que, passadas duas décadas de quando Marx escreveu o texto acima citado, houve um novo ascenso do movimento revolucionário da classe trabalhadora que se materializou na Comuna de Paris, embora ainda não tenha sido dessa vez a queda definitiva da Europa, e do mundo, diante da revolução proletária. Já que toda a Europa, incluindo a Santa Aliança, se uniu contra a Comuna, e embora esta última tenha marcado para sempre a realidade europeia e mundial, como o primeiro governo revolucionário dos trabalhadores, não conseguiu suportar o poder da contra-revolução imperialista.

Com o massacre da Comuna de Paris, por sua vez, a ascensão revolucionária do proletariado se transferiu para a Alemanha, sobretudo, durante a grande depressão industrial europeia que se estendeu até o último lustro do século XIX, quando o movimento revolucionário migrou principalmente para a Rússia. Ainda na última década do século

XIX, Engels escreveu na sua *Introdução à edição de 1895 de As lutas de classes na França*, suas observações tanto com relação à mudança tática da perspectiva revolucionária do proletariado até aquele momento, como no que se refere à iminência de uma revolução proletária, sobretudo, a partir da situação da Alemanha.

Embora a realidade não tenha transcorrido exatamente como Engels sugerir naquele momento, já que os trabalhadores não fizeram, efetivamente, a revolução na Alemanha, pode-se considerar como de suma importância as contribuições teóricas deixadas por este autor, também nos últimos anos de sua vida, que incluíram a perspectiva de atuação do partido da classe trabalhadora adicionalmente nos ambientes institucionais democrático-burgueses; segundo Engels, ao se utilizar a ordem institucional burguesa a fim de realizar as transformações revolucionárias favoráveis ao proletariado, a burguesia viria, prontamente, romper com a sua própria legalidade.

Engels, no caso, havia aprendido que a burguesia não poderia, em última instância, sustentar as regras do jogo político-democrático, proposto por ela a fim de mascarar o verdadeiro caráter despótico (de classe) da dominação capitalista, havendo, em vista do sucesso eleitoral do proletariado e do avanço revolucionário do governo operário, de romper com a institucionalidade democrática, como fizera em 2 de dezembro de 1851 – e, repetidas vezes, até os dias atuais. Segundo Engels enfatizou no seu *Prefácio à edição inglesa de 1886 de O Capital*, com relação contra-revolução que deveria existir, mesmo na Inglaterra, “[...] o único país onde a inevitável revolução social poderá realizar-se inteiramente por meios pacíficos e legais” – em função das condições técnicas ali desenvolvidas – seria “[...] pouco provável que as classes dominantes inglesas se submetessem a essa revolução pacífica e legal sem *proslavery rebellion*, a rebelião pró-escravatura” (ENGELS, 2006, p. 43).

Embora tanto Marx, como Engels possam ter considerado, diante da depressão econômica de 1873 a 1896, que o fim do capitalismo estava próximo e, como se sabe, já se passou mais de um século sem que os desempregados tenham, de fato, perdido “a paciência” e se encarregado “de decidir seu destino, com suas próprias forças”, como Engels chegou a sugerir que se daria, não se pode negar que o processo capitalista continua caminhando na direção sugerida pelos dois autores; o capitalismo provavelmente tenha se mostrado mais resistente do que Marx e Engels pensaram, mas nada essencialmente diferente do que foi sugerido, em particular, no que se refere à lei geral da acumulação

capitalista, o que termina levando a crer que se trata de uma questão de tempo até que sejam definidas universalmente as tendências de superação do capitalismo observadas pelos dois fundadores do marxismo.

Em segundo lugar, mais importante que algumas considerações teóricas pontuais dos dois autores foi o método de pesquisa e ação revolucionária inaugurado pelos mesmos, baseada na formulação geral que deixaram para que fosse desenvolvido pelas gerações futuras de revolucionários, em vista da realidade em constante mutação. É provável que Rosa Luxemburgo, por exemplo, tenha dado uma contribuição importante ao marxismo no sentido de expressar o caráter da acumulação capitalista como necessidade incondicional de expansão dos mercados a partir, fundamentalmente, dos países imperialistas – dentre outras contribuições que se seguiram ao legado de Marx e Engels, conforme se verá mais adiante.

Por sua vez, as conseqüências da atividade imperialista, realizada pelas principais nações capitalistas, foram centrais no sentido da perda efetiva de centralidade da oposição entre capital e trabalho, especialmente, nos países centrais, a partir de quando teve lugar o antagonismo entre nações centrais e nações periféricas, e o acirramento da luta de classes nesses últimos países, a começar pelo que ocorreu na Rússia, durante o início do século XX, mas que depois se estendeu a uma variedade ampla de países periféricos, incluindo a China, mas também países da América do Sul, como a Argentina e o Brasil onde passou a florescer a indústria moderna e, com ela, a organização do proletariado revolucionário.

A participação de Marx e Engels foi marcante durante todo este período, e sugere-se que o pensamento dos dois autores tende a ficar ainda mais evidente na medida do aprofundamento das tendências históricas gerais do processo da acumulação capitalista e, ainda, no que toca a construção do uso do território por meio da organização autônoma dos trabalhadores. Por este motivo, os autores acima citados foram considerados aqui com tamanha atenção, por terem sido os primeiros a expressar cientificamente o espaço de superação da propriedade privada moderna através da propriedade coletiva desenvolvida pelo proletariado, sem esquecer a centralidade técnica realizada, na situação em que viveram os dois, por meio da grande indústria moderna.

Sem abrir mão, portanto, da cultura, da arte, da política e da técnica mais desenvolvidas de seu tempo, sob a forma da grande

indústria, do socialismo, ou da ciência moderna, Marx e Engels partiram, ademais, da carência da classe trabalhadora como elemento fundamental do antagonismo presente na sociedade capitalista. Com isso, partindo da negação da maior parcela da população não-proprietária dos meios de produção e, também, por intermédio do desenvolvimento da base técnica moderna, resultado da cooperação dos trabalhadores assalariados, bem como, dos povos tradicionais expropriados pelo capitalismo, observaram as condições objetivas e subjetivas da transição socialista, sem as quais se torna impraticável a realização da mesma. Desse modo, concluíram que a superação da propriedade privada, possível a partir da ascensão da indústria moderna, bem como da crise degenerativa das relações de produção capitalistas, não pode prescindir da participação dos trabalhadores industriais modernos, bem como, de sua aliança com os demais segmentos explorados e proletarizados da sociedade.

Tanto Marx, como Engels, foram, por demais, incisivos ao demonstrarem a proximidade existente entre os trabalhadores urbanos e rurais, também incluindo os camponeses e demais povos tradicionais do planeta, no que se refere às conseqüências do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, como foi destacado, os precursores do socialismo científico abriram um enorme campo de pesquisa e conhecimento envolvendo a possibilidade de relacionamento do proletariado urbano industrial moderno com segmentos sociais que ainda sobrevivem sob condições pré-capitalistas, entre eles, nações indígenas<sup>15</sup>, camponeses etc., também ameaçados pelo avanço da acumulação capitalista; e, ademais, partindo do materialismo dialético de Marx e Engels abriu-se uma grande possibilidade de se avançar tanto em termos das “ciências da natureza”, como das chamadas “ciências humanas” na perspectiva da constituição de uma ciência unitária e não-dicotômica, sobretudo, a partir do desenvolvimento histórico-dialético da natureza humanizada e da superação das oposições materiais criadas no percurso do desenvolvimento da propriedade privada.

Por seu turno, o movimento revolucionário da classe trabalhadora não deixou de existir com o falecimento de Marx e Engels, muito menos com o desenvolvimento ulterior do reformismo existente na

---

<sup>15</sup> Na atualidade, esta perspectiva de aproximação de diferentes “razões revolucionárias”, incluindo a classe trabalhadora e os povos indígenas, tem sido desenvolvida por autores como Álvaro G. Linera (2008), atualmente, vice-presidente da Bolívia e uma das grandes lideranças do movimento revolucionário existente neste país a partir da crise do “neoliberalismo”, em fins dos anos 1990 e início do século XXI.

socialdemocracia alemã; conforme se verá a seguir, novos ciclos revolucionários do proletariado sucederam em defesa do marxismo, primeiramente, na Rússia, onde se alicerçou uma importante vitória do socialismo durante a Revolução de Outubro de 1917, que, porém, ficou restrita a esse país, e a mais alguns, que não conseguiram isoladamente fazer frente ao capitalismo.

Já a segunda metade do século XX ficou marcada pela decadência do ciclo de desenvolvimento do socialismo existente na URSS, bem como por novas ascensões nacionais antiimperialistas do proletariado que se desenvolveram, como se falou anteriormente, na China, em Cuba e no Vietnã, mas também em países africanos como o Zimbábue. Em outros países, especialmente localizados no hemisfério Sul do planeta, que na sua maioria sucumbiram aos “anos de chumbo” do capitalismo, a partir da derrocada dos seus “anos gloriosos”, surgiram, ainda, os chamados “novos movimentos sociais”. Estes que, a exemplo do que ocorreu com o Movimento Sem Terra, surgido no Brasil no último quartel do século XX, *pari passu* com o “neoliberalismo”, passaram, cada vez mais, a se identificar econômica, política e culturalmente com a luta da classe trabalhadora. E partindo dessa premissa histórica, profundamente atual, se define, ademais, a profunda atualidade do marxismo, tão freqüentemente negado pelo *mainstream* acadêmico.

Observe-se, com isso, no próximo item desta tese, o desenvolvimento do espaço transitório socialista, bem como do marxismo, enquanto expressão teórica e prática do movimento autônomo da classe trabalhadora, a partir do último lustro do século XIX, período que condiz com o desenvolvimento avançado da indústria moderna e, com ela, do imperialismo, assim como resulta na nova fase das lutas sociais movidas pela afirmação e negação deste último.

### **2.3. O espaço transitório socialista no período avançado de superação da indústria moderna: do último lustro do século XIX ao fim da década de 1970**

Os últimos anos do século XIX, e o início do século XX, foram marcantes, em termos da recuperação econômica da Europa, como de todo o mundo capitalista, que se levantou industrial e politicamente por meio, especialmente, do desenvolvimento imperialista. Em outro sentido, observou-se a maior relevância organizativa dos trabalhadores, que surgiu a partir dos anos de depressão econômica na condição de um

novo ascenso do movimento de massas do proletariado no hemisfério Norte, mas que começou a despontar também nalgumas regiões do hemisfério Sul. Este período ainda se caracterizou pela segunda fase de difusão do marxismo que adveio logo após a morte de Marx e, depois, de Engels, através da influência dos partidos socialdemocratas e da II Internacional dos Trabalhadores.

Franco Andreucci (1982), em *A difusão e a vulgarização do marxismo*, enfatizou que:

Diversos foram, na Europa, os tempos da industrialização; diversos os ritmos e as características em que ela se verificou em cada país. Apesar dessas diferenças, contudo, o processo de formação dos partidos social-democráticos se concentrou substancialmente nos aproximadamente quinze anos que vieram da metade dos anos 70 ao final dos anos 80. As motivações objetivas do processo foram, certamente, gerais, na medida em que ele se realizou em meio a uma profunda depressão econômica que golpeou entre 1873 e 1896 toda a economia mundial: as formas anteriores de existência do movimento operário, associações culturais, sociedades de socorro mútuo, corporações sindicais e toda uma riquíssima variedade de núcleos associativos que reunia os trabalhadores das novas indústrias junto com os trabalhadores das velhas manufaturas foram impelidas em direção a formas de unificação, seja pela formação de estados nacionais, seja pelo desenvolvimento industrial, seja, finalmente, pela piora geral das condições de vida e de trabalho em toda a Europa (ANDREUCCI, 1982, p. 26).

No sentido de promover a difusão das idéias marxistas, como de estender sua práxis organizativa, se desenvolveu “o partido político de tipo social-democrático, de inspiração marxista [...]”, refletindo, inicialmente, o processo de unificação dos partidos operários alemães, tendo em vista ainda o período de crise econômica prolongada do mundo capitalista ocorrido entre 1873 e 1896, sob a qual surgira a II Internacional dos Trabalhadores, em 1889, iniciando o novo ciclo organizativo do movimento operário internacional, cuja liderança se

transferiu, neste último período, da França para a Alemanha – também contando com o refluxo do movimento operário francês gerado pela derrota da Comuna de Paris.

Ainda, segundo Andreucci, este partido:

[...] tinha em si ao menos dois elementos capazes de incidir diretamente sobre os mecanismos da circulação das idéias: tinha uma vocação de massa, isto é, considerava uma de suas principais tarefas a de conquistar o maior número possível de adesões, e considerava que o instrumento principal para isso era a propaganda e a afirmação das idéias de que era portador. Todos os instrumentos da difusão das idéias da carta impressa à propaganda oral – foram retirados do acaso de uma proliferação voluntarista e submetidos a instituições conscientemente organizadas que os coordenavam. Porém o partido tinha uma segunda vocação, que incidia não sobre a intensidade e sim sobre a extensão da propaganda: o internacionalismo. A consciência da substancial unidade dos destinos do gênero humano – do ângulo particular do proletariado – apoiada na idéia da universalidade do socialismo, apoiada na certeza de que qualquer sociedade podia ser analisada e situada num determinado grau do desenvolvimento histórico, completava-se com a visão da classe operária entendida como sujeito internacional da revolução social, de modo que os caminhos da difusão abriam naturalmente para um horizonte mundial (ANDREUCCI, 1982, p. 35).

Com isso, se ampliou a difusão do marxismo, como expressão científica (filosófica) do desenvolvimento independente da classe trabalhadora, mas, também, como processo de vulgarização das teorias de Marx, ressaltando-se as polêmicas que se fizeram em torno da reprodução das mesmas, como as dissidências ocorridas no interior do próprio movimento operário marxista, ainda no contexto das contradições de classes desenvolvidas modernamente.

Andreucci observa, com relação ao processo de difusão do marxismo no período da II Internacional dos Trabalhadores, que:

O marxismo que era exportado era principalmente aquele que era elaborado na social-democracia alemã e que [...] apresentava-se como uma doutrina apta a proporcionar uma chave para enquadrar algo no desenvolvimento histórico da civilização, porém inepta para “aplicação” ao estudo das relações econômicas, sociais e políticas na particularidade delas; era um marxismo que podia explicar em que “etapa” do desenvolvimento social se achava um determinado país, mas não ajudava a compreender as dimensões originais de cada experiência singular. Arrancado ao terreno onde se haviam desenvolvido suas raízes, o marxismo que é levado para a América Latina, para a Austrália, para a China ou para a Grécia é um marxismo “pobre”, um conjunto de conceitos extremamente gerais; ou, até mesmo uma mera terminologia. [...] O marxismo [...] começou por disseminar-se na área multinacional de língua alemã, situada entre a Europa latina e a Europa eslava, limitada ao norte pelo Báltico e ao sul pelos Alpes (estendendo-se na direção sudeste, ao longo do Danúbio). Aproveitando a influência da cultura alemã, que cresceu depois de 1870, o marxismo avançou não só na direção do Ocidente como na direção do Oriente, ao sul e ao norte, na Rússia, nos países balcânicos e escandinavos (ANDREUCCI, 1982, p. 36).

Pode-se, ainda, enfatizar que, embora o marxismo se tenha difundido amplamente nos países ocidentais, foi, sobretudo, na direção da Rússia dentre outros países do Leste da Europa e da Ásia que o mesmo se fez inicialmente como teoria e prática da revolução proletária. Enquanto isso, nas regiões ocidentais, onde o capitalismo mais se desenvolveu, restaram as tendências relacionadas ao reformismo burguês, a exemplo do revisionismo de Bernstein e Kautsky, além do trabalhismo inglês, dentre outros.

A influência revisionista se deu a partir do avanço da nova fase de prosperidade capitalista ocorrida a partir dos últimos anos do século XIX e início do século XX, intimamente relacionada com o amadurecimento do imperialismo, chegando a ocupar a liderança entre os partidos operários alemães – entre eles, o SPD, principal força organizativa da II Internacional dos Trabalhadores, por onde se desenvolveu ulteriormente a polêmica revisionista.

Retomando Andreucci (1982):

A discussão sobre o revisionismo constitui a primeira censura importante na história do marxismo, de sua difusão e expansão através da social-democracia alemã. [...] Por outro lado, a discussão sobre o revisionismo teve outros efeitos, em diversos países: lançou, para a opinião pública culta de todo o mundo, os temas do debate marxista, estendendo ulteriormente e modificando os termos de uma difusão e de uma vulgarização do marxismo que ultrapassava os limites da sua relação com o movimento operário (ANDREUCCI, 1982, p. 28).

Sem negar o que ocorreu em termos da difusão do marxismo para além do movimento operário, cabe aqui ressaltar o marxismo como teoria e prática deste último movimento, entendido como movimento organizativo da classe trabalhadora. Ressalte-se que a polêmica revisionista ecoou fortemente no marxismo, também segundo o desenvolvimento do imperialismo. Por sua vez, além de haver resultado em posições antagônicas assumidas pelos trabalhadores dos diferentes países envolvidos nas guerras imperialistas, o revisionismo socialdemocrata também resultou na própria falência da II Internacional. Lênin (1979) observa com relação a esta última que:

Para formular a questão de maneira científica, isto é, da perspectiva das relações entre as classes da sociedade contemporânea, devemos dizer que a maioria dos partidos social-democratas, tendo a frente, em primeiro lugar, o maior e o mais influente dos partidos da II Internacional, o partido alemão, perfilou-se ao lado do seu Estado-Maior, do seu governo, da sua burguesia, contra o proletariado. Eis aí um acontecimento de alcance histórico mundial, e não se poderia analisá-lo senão em seus mais diversos aspectos. É sabido, de longa data que as guerras, apesar de todos os horrores e calamidades que provocam, são úteis à medida que revelam, denunciam e destroem implacavelmente, nas instituições humanas, muitos elementos podres, caducos e gangrenados. A guerra européia de 1914-1915 também começou a ser indubitavelmente útil para a

humanidade, pois mostrou à classe avançada dos países civilizados que um hediondo abscesso purulento está para rebentar no interior de seus partidos, e que algo exala insuportável odor cadavérico (LÊNIN, 1979, p. 21-22).

Com relação ao novo ciclo ascensional de desenvolvimento capitalista que motivou o crescimento revisionista, observa-se a existência de inovações tecnológicas que alteraram substancialmente o processo de produção industrial, com o avanço do conhecimento nas áreas da produção química e energética, incluindo a produção de combustíveis, que passaram à condição de força motriz da indústria moderna, como no caso dos combustíveis fósseis; também ocorreram por esta mesma época importantes avanços na indústria de meios de transporte e comunicação. Ao mesmo tempo, pode-se situar o avanço do imperialismo baseado no aumento da produção bélica e do capital financeiro, incluindo a elevação dos gastos público-estatais.

Observe-se que a atividade imperialista influenciou, primeiramente, os próprios países imperialistas, tendo levado à aliança dos trabalhadores em torno da proposta democrático-burguesa nacionalista, ao passo do abandono da luta revolucionária internacional do proletariado nestes países. Além disso, o imperialismo se colocou como importante obstáculo ao desenvolvimento das relações sociais de produção nos países periféricos – chegando a contribuir, ainda que indiretamente, para a transição socialista, por conta da impossibilidade criada pelo imperialismo de desenvolvimento do capitalismo nestas regiões. Em se tratando dessa situação, restou aos trabalhadores, em muitos casos, desenvolver as forças produtivas nacionais na perspectiva de se libertar da miséria.

Tal ocorreu, por exemplo, na Rússia, quando o czarismo russo sofreu, com a invasão imperialista durante a 1ª Guerra Mundial, sua derrota, inicialmente, por uma revolução burguesa, ocorrida em fevereiro de 1917, que também não conseguiu lidar com a guerra imperialista e com o conflito interno que se acirrou no país em vista da pressão imperialista, envolvendo também os trabalhadores, aos quais restou assumir a direção do processo revolucionário russo mediante a Revolução de Outubro de 1917, em função, como já se falou, da incapacidade da própria burguesia de conduzir o país diante do imperialismo, sem deixar de considerar a própria força e consciência de classe do proletariado russo, incluindo os operários industriais, além dos marinheiros e soldados massacrados com a guerra. Destaque-se que o

proletariado russo havia colhido as experiências revolucionárias realizadas na parte ocidental da Europa, às quais estivera ligado, em função dos constantes exílios a que foram submetidos os revolucionários russos, dadas as condições econômicas e políticas do Império russo naqueles anos que antecederam a Revolução Bolchevique.

Desse modo, assim como existe o exemplo da socialdemocracia alemã, como da maior parte dos partidos operários dos países centrais, de que o imperialismo, contando com o apoio de setores nacionalistas em meio aos trabalhadores, expulsou o legado revolucionário do marxismo do seu território, também ocorreram situações revolucionárias em países que foram obstaculizados pelo mesmo. Não que todos os países periféricos tenham percorrido o caminho da revolução proletária, naquele momento, mas, notadamente, a parte que realizou com sucesso a luta antiimperialista.

Antes, porém, de seguir com a análise do ciclo de reprodução do socialismo soviético deve-se ressaltar as condições de desenvolvimento do reformismo no interior da II Internacional dos Trabalhadores, verificando como o imperialismo atuou no caso da Alemanha e, principalmente, como os trabalhadores alemães atuaram frente ao mesmo.

No que se refere ao ciclo de desenvolvimento da II Internacional, Hobsbawn (1982) destaca que:

[...] devemos, de fato, distinguir nele ao menos três fases. Uma primeira fase abrange os anos 80 e o começo dos anos 90; caracteriza-se pelo nascimento de uma série de partidos socialistas e operários de orientação mais ou menos marxista, caracteriza-se, sobretudo, pelo avanço realizado pelos movimentos efetuados nos primeiros cinco ou seis anos de vida da Internacional. O que é mais importante nessa fase não é tanto a força organizativa, eleitoral ou sindical dos movimentos socialistas e operários (embora em diversos casos tal força tenha sido notável), mas o súbito irrompimento deles na cena política de seus respectivos países e no plano internacional (através de iniciativas como a comemoração festiva do 1º de maio); e também é de excepcional importância a impressionante onda de esperanças (às vezes carregadas de utopia) que se espalhou pela classe operária, em conexão com os referidos

movimentos. O capitalismo estava em crise, seu colapso parecia iminente, embora os acontecimentos que assinalavam o fenômeno não fossem analisados e nem ordenados na forma de uma teoria (HOBSBAWM, 1982, p. 79).

Note-se que a “primeira fase” sublinhada por Hobsbawm, dos “primeiros cinco ou seis anos de vida da [II] Internacional”, coincide com os últimos anos de vida de Engels, quando o mesmo, embora fazendo um longo balanço com relação à tática do proletariado nos seus últimos cinquenta anos, mantém-se fiel à bandeira vermelha e ao lugar da classe trabalhadora na história revolucionária da humanidade. No mesmo ano de seu falecimento, Engels escreveu na *Introdução de 1895 à edição de As lutas de Classe na França*, de Marx, que:

[...] aconteça o que acontecer noutros países, a socialdemocracia alemã tem um lugar especial e, conseqüentemente, pelo menos já, também uma tarefa especial. Os dois milhões de eleitores que envia às urnas, juntamente com os jovens e as mulheres que, não votando, se encontram por detrás deles, constituem a massa mais numerosa mais compacta, a “força de choque” decisiva do exército proletário internacional. [...] O seu crescimento dá-se tão espontaneamente, tão constantemente, tão contínuo e, ao mesmo tempo, tão tranqüilamente como um processo da natureza. Todas as intervenções do governo provaram nada conseguir contra ele. Já podemos contar com 2,25 milhões de eleitores. Se isso continuar assim, conquistaremos até o fim do século [XIX] a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequeno-burgueses quanto os pequenos camponeses, e nos transformaremos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, quer queiram ou não, terão de se inclinar. Manter ininterruptamente esse crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em lutas de vanguarda essa força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até o dia da decisão, é a nossa principal tarefa (ENGELS, 2008b, pp. 58-59).

Engels ainda sugeriu, nesta situação, que:

Existe apenas um meio que poderia levar a que o constante aumento das forças de combate socialistas na Alemanha fosse momentaneamente detido e até retrocedesse durante algum tempo: um confronto em grande escala com a tropa, uma sangria como em 1871 em Paris. Em longo prazo, acabaria por se recompor. Para fazer desaparecer do mundo, a tiro, um partido que se conta por milhões não chegam todas as espingardas de repetição da Europa e da América. Mas o desenvolvimento normal seria travado, a força de choque não estaria talvez operacional no momento crítico, a luta decisiva seria retardada, prolongada e seria acompanhada de pesados sacrifícios (ENGELS, 2008b, p. 59).

Este último autor certamente não esperava que o Partido Social-Democrata Alemão se rendesse à burguesia praticamente sem lutar; pois, a socialdemocracia alemã sucumbiu diante de suas próprias contradições, através da perspectiva que aflorou durante a guerra imperialista para que os trabalhadores alemães lutassem ao lado da burguesia localizada na Alemanha, a fim da espoliação de outros povos, considerados bárbaros, selvagens, dentre outros – opção esta que se mostrou, pelo menos, uma parcial ilusão, já que a Alemanha foi, no máximo, responsável por exercer algo como um sub-imperialismo, ficando atrás dos EUA, da Inglaterra, do Japão, e sendo derrotado, até mesmo, pela União Soviética.

A batalha no interior da socialdemocracia após a morte de Engels e, principalmente, com a nova ascensão econômica do capitalismo, a partir de 1896, foi bastante intensa, ao passo que definiu a abertura da “segunda fase” da II Internacional dos Trabalhadores a que Hobsbawm (1982) se refere. Segundo este último autor:

A segunda fase data de meados dos anos 90, quando se tornou evidente a retomada da expansão capitalista em escala mundial. Nos países onde existiam, os movimentos de massa socialistas e operários continuaram a se desenvolver em ritmo acelerado, apesar de

algumas flutuações e reflexos; em determinados países, nessa mesma fase, surgiram movimentos de massa ou outros movimentos organizados em bases mais ou menos permanentes. Por outro lado, nos países nos quais esses movimentos eram legais, ficava cada vez mais claro que o objetivo imediato deles não era nem a revolução nem a transformação radical da sociedade. A “crise no marxismo”, que observadores situados do lado de fora tinham começado a notar, sobretudo, a partir de 1898, não se limitava ao debate sobre a significação que deveria ter para o marxismo o fato de o capitalismo manter-se fecundo e mostrar sua vitalidade (o debate “revisionista”); era, também, conseqüência do aparecimento de grupos com interesses muito diversos no interior daquilo que até pouco antes aparecia como fonte unívoca do socialismo (recordemos as cisões ocorridas nos movimentos da Áustria, Polônia e Rússia) (HOBSBAWM, 1982, pp. 79-80).

Com relação ao crescimento da via reformista do Partido Social-Democrata Alemão, Augusto Buonicore (2005) enfatiza na *Introdução* do livro *Rosa Luxemburgo: vida e obra*, de Isabel Loureiro, que:

O crescimento relativamente pacífico do capitalismo alemão e a conquista de maiores liberdades democráticas propiciaram um avanço eleitoral sem precedente para a socialdemocracia. Isso levou muitos dirigentes a acalentar a esperança de que houvesse alternativa para a conquista do socialismo que não fosse a via revolucionária. O principal teórico dessa via reformista foi Edward Bernstein, dirigente do PSDA, e, até então, considerado herdeiro de Engels, do qual foi amigo. [...] Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo não levaria à monopolização crescente da economia, mas à sua democratização, com o aumento do número de proprietários via introdução das sociedades por ações. Essa tendência produziria um fortalecimento das classes médias, eliminando as previsões “catastróficas” de Marx sobre o choque inevitável

entre burgueses e proletários. [...] Essa análise o leva a elaborar uma nova tática, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. Para ele, seria através do voto que o trabalhador se elevaria “da condição social de proletário para aquela de cidadão”. A luta sindical por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através de reformas econômicas, ao socialismo. Na verdade, essas reformas já seriam a própria realização molecular da nova sociedade (BUONICORE, 2005, p. 15).

A proposta revisionista, por sua vez, esteve muito distante tanto da práxis como da tática marxista desenvolvida até aquele momento. Conforme Marx considerou na *Nova Gazeta Renana*, em dezembro de 1848, após suceder a revolução burguesa na Alemanha:

Jamais o escondemos. Nosso terreno não é o *terreno do direito* (Rechtsboden), é o *terreno revolucionário*. O governo agora acaba de abandonar, por sua vez, a hipocrisia do terreno do direito. Colocou-se sobre o terreno revolucionário, pois também o terreno *contra-revolucionário* é revolucionário (MARX, 1987, p. 35).

E mesmo Engels, convivendo com o período de ascensão eleitoral dos partidos operários alemães, em 1895, visando transformar o “direito de voto [...] em instrumento de emancipação” (ENGELS, 2008b, p. 51) não se absteve de pensar a política – e a economia, o direito, a cultura, etc. – do ponto de vista da luta revolucionária. Segundo este autor concluiu, em seus últimos dias de vida:

A ironia da história universal põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os “revolucionários”, os “subversivos”, prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram. Exclamam desesperados com Odilon Barrot: *la legalité nous tue*, a legalidade nos mata, enquanto nós, com essa legalidade, revigoramos os nossos músculos e ganhamos cores nas faces e

parecemos ter vida eterna. E se nós não formos loucos a ponto de lhes fazermos o favor de nos deixarmos arrastar para a luta de rua, não lhes restará outra saída senão serem eles próprios a romper essa legalidade tão fatal para eles. [...] Ruptura da Constituição, ditadura, regresso ao absolutismo, *regis volutas suprema Lex!* [a vontade do rei é a lei suprema! – latim] Portanto, coragem, meus senhores, deixem de conversas e arregacem as mangas! (ENGELS, 2008b, pp. 59-60).

A proposta de Engels, que ele pensou estar inscrita na atividade da social-democracia alemã, dava conta, naquela situação, da utilização dos meios legais (sindicais e eleitorais) tendo em vista a transformação radical da sociedade, não esquecendo que a própria burguesia trataria de romper a Constituição em favor de um “*proslavery rebellion*, ou rebelião pró-escravatura”, como Engels se referira no *Prefácio da edição inglesa de O Capital*, de 1886, já citado aqui, e que reforçou nesta última *Introdução de As lutas de classe na França*, lançada em 1895, na qual merece destaque a observação de Engels com relação aos partidos da ordem, que “[...] não lhes restará outra saída senão serem eles próprios a romper essa legalidade tão fatal para eles”; então, seria necessário vencer a burguesia numa batalha decisiva, aberta.

Não se considerava, na visão de Engels e do marxismo, que os antagonismos entre burgueses e proletários viessem a diminuir e nem mesmo se aventava que simplesmente por meio de reformas parciais se conseguisse superar o capitalismo, prescindindo, então, de uma ruptura revolucionária. Engels, neste sentido, preveniu os trabalhadores contra a reação conservadora da classe dominante que resultaria numa luta árdua, e que o proletariado se sagraria vencedor. Por isso, Engels conclamou os revolucionários a arregaçarem “as mangas” tanto para a luta eleitoral e sindical, como para a batalha decisiva contra a burguesia que, a depender principalmente desta última, poderia vir a ser bastante violenta, mas que, ao final deveria selar o destino da sociedade capitalista, iniciando o período consciente de si da espécie humana.

E embora Engels não tenha vivido o suficiente para assistir ao processo de degeneração da socialdemocracia alemã, que adveio por meio do revisionismo, a partir do último lustro do século XIX – assim como Lênin não viveu o bastante para ver o quadro de severa degeneração da III Internacional dos Trabalhadores (Comintern) que se

desenvolveu com o burocratismo soviético, já a partir de meados da década de 1920 – houve sempre quem se contrapusesse ao regime de conciliação dos trabalhadores com a burguesia, como ao imperialismo, a exemplo do próprio Lênin, como de uma gama ampla de revolucionários. Na luta contra o revisionismo merece destaque a atuação de Rosa Luxemburgo, a revolucionária polonesa que ajudou a fundar, em 1894, ao lado de Leo Jogiches, o Partido Socialdemocrata da Polônia, aproximadamente quatro antes de “[...] se transferir para o centro da luta de classes do momento, o coração da revolução: a Alemanha” (BUONICORI, 2005, p. 15). Luxemburgo se deparou, ademais, fortemente com o revisionismo entre os militantes do SPD e, centralmente, com Bernstein, que publicou *O Socialismo Evolucionista*<sup>16</sup>, em 1899, ao passo que a mesma publicou, um ano depois, *Reforma ou Revolução*, questionando as teses fundamentais do reformismo bernsteiniano e, sobretudo, concordado com Marx e Engels.

Luxemburgo (2010), sobretudo, enfatizou que:

Existe para a social-democracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim. [...] É na teoria de Eduard Bernstein, tal como ele expôs em seus artigos sobre os “Problemas do Socialismo”, publicados na *Neue Zeit* em 1897 e 1898, e principalmente no seu livro intitulado *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* [Os fundamentos do socialismo e as finalidades da social-democracia] que encontramos pela primeira vez esta oposição dos dois fatores do movimento operário. Praticamente, toda essa teoria só tende a aconselhar a renúncia à transformação social, à finalidade da social-democracia, e a fazer, ao contrário, da reforma social – simples meio na luta de classes – o seu fim. É o próprio Bernstein que formula de modo mais claro e mais característico o seu ponto de vista, quando escreve: “O objetivo final, qualquer que seja ele, não me importa; o movimento é que é tudo” (LUXEMBURGO, 2010, pp. 17-18).

---

<sup>16</sup> Sobre a obra de Bernstein, ver, ademais, o artigo de Ernest Mandel (1993), intitulado *A Natureza do Reformismo Social-Democrata*.

Já em 1906, Luxemburgo escreveu *Greve de massas, partido e sindicatos*, no qual discute a temática da organização do proletariado, sob o ponto de vista da tática da greve geral, desenvolvida em meio às ações do proletariado realizadas durante a Revolução Russa de 1905, segundo ela, “[...] a primeira experiência histórica na qual esse tipo de luta foi utilizado em larga escala” (LUXEMBURGO, 2005, p. 241). Este debate se realizou, de acordo com Hobsbawm (1982), no início da “terceira fase” da II Internacional, esta última que foi:

[...] inaugurada pela revolução russa de 1905 e seu encerramento pode ser situado em 1914. É uma fase caracterizada pela reanimação de amplas ações de massa – primeiro na esteira da revolução de 1905 e, em seguida, nas agitações operárias dos anos que precederam a primeira guerra mundial – e a tais ações correspondeu uma reativação da esquerda revolucionária, tanto no interior dos movimentos marxistas como fora deles (sindicalismo revolucionário). Ao mesmo tempo, continuavam a crescer as dimensões dos movimentos operários de massa organizados: entre 1905 e 1913, as inscrições nos sindicatos social-democráticos, nos países ligados à Internacional Sindical de Amsterdam, quase duplicaram, passando de 3 para quase 6 milhões, enquanto os social-democratas, com 30 ou até 40% dos votos, tornavam-se os maiores partidos existentes na Alemanha, na Finlândia e na Suécia (HOBSBAWM, 1982, p. 80).

Ainda em 1906, no texto citado acima, Luxemburgo polemizou com os anarquistas no que se refere à tática da greve de massas que, segundo ela: “[...] não pode ser ‘fabricada artificialmente’ [...]; é um fenômeno histórico que, em um determinado momento, surge das condições sociais como uma inevitável necessidade histórica” (LUXEMBURGO, 2005, p. 250). Mas, fundamentalmente, esta autora enfrentou o fenômeno do oportunismo que se desenvolvera em meio ao avanço inaudito dos sindicatos na Europa e, precisamente, na Alemanha, sem falar de outros países, como na Rússia, onde os sindicatos assumiram, naquele momento, uma perspectiva revolucionária, “[...] na esteira da revolução de 1905” (HOBSBAWM, 1982, p. 80).

A discussão sobre a organização sindical evoluiu fortemente neste período e foi pautada em congressos, reuniões operárias e na literatura socialista – marxista e não-marxista, inclusive. Buonicore (2005) explica que:

Não é sem razão que as direções dos sindicatos alemães foram tomadas de verdadeiro pavor quando a revolução russa de 1905 veio abalar o curso do desenvolvimento “pacífico” do capitalismo. O órgão oficial da central sindical socialdemocrata afirmaria: “Não somos de nenhum modo partidários das demonstrações de rua”. O congresso sindical de Colônia chegou mesmo a aprovar uma resolução contrária à greve geral como instrumento de pressão operária contra o Estado e os patrões. Para os burocratas sindicais, qualquer ação mais radical das massas levaria à desorganização dos sindicatos e o fim da sua hegemonia sindical (BUONICORE, 2005, p. 17).

Luxemburgo, por sua vez, aderiu à tática dos revolucionários russos, considerando a mesma como fruto do desenvolvimento autônomo das massas proletárias, e não como programa decidido *a priori* por um grupo de burocratas – portanto, como sistematização do conhecimento comum adquirido pela classe trabalhadora que, com isso, desenvolve seu movimento de construção soberana. E o marxismo é central no que se refere a este processo de reconhecimento do lugar do proletariado na história.

Engels, por sua vez, destacou na *Introdução de 1895* ao livro de Marx, *As Lutas de classe na França*, o que seria central para os marxistas, em se tratando do caráter das revoluções dos tempos modernos. Segundo sua observação:

[...] se abstrairmos do conteúdo concreto de cada caso, a forma comum de todas as revoluções era elas serem revoluções de minorias. Mesmo quando a maioria cooperava – cientificamente ou não, isso acontecia apenas ao serviço de uma minoria. Desse modo, porém, ou também pela atitude passiva e sem insistência da maioria, essa minoria alcançava a aparência de ser a representante de todo o povo. [...] Todas as

revoluções dos tempos modernos, a começar pra grande revolução inglesa do século 17, mostraram esses traços que pareciam inseparáveis de toda a luta revolucionária. Pareciam também aplicáveis às lutas do proletariado pela sua emancipação. Tanto mais aplicáveis quanto é certo que, precisamente em 1848, se podiam contar as pessoas que apenas em alguma medida entendiam em que direção se devia procurar essa emancipação. Mesmo em Paris, as próprias massas proletárias desconheciam absolutamente qual o caminho a tomar depois da vitória. E, contudo, o movimento existia, instintivo, espontâneo, irreprímível (ENGELS, 2008b, pp. 43-44).

Destaque-se que a compreensão deste aspecto do movimento revolucionário do proletariado foi extremamente importante visto ser ele fruto de uma situação que, no caso da sociedade capitalista, produz, a cada momento, uma identidade geral em torno da degradação da classe proletária. Não se deve confundir essa natureza da revolução proletária, que surge como ação de massas movida econômica, política e culturalmente, com a revolução sugerida a partir da consciência e dos interesses de uma minoria de supostos representantes do povo. No entanto, por ter tido a consciência de que nas condições do capitalismo moderno uma revolução somente se produz como decisão da grande massa do povo, e que, por isso, o espaço de atuação dos revolucionários não pode ser outro que não o seio desse mesmo movimento de massas do proletariado, Rosa Luxemburgo foi chamada de “espontaneista” – evidentemente, por aqueles que não reconhecem a teoria da revolução proletária esboçada por Marx e Engels, profundamente baseada no movimento real da luta de classes.

Conforme Engels sugere, ainda na *Introdução de As lutas de classes na França*:

Se em todos os períodos revolucionários mais longos as grandes massas populares podiam ser conquistadas com facilidade por meras imposturas plausíveis das minorias que empurram para diante, como haviam elas de ser menos acessíveis a idéias que eram o reflexo mais próprio da sua situação econômica, que outra coisa não eram

senão a expressão clara e entendível das suas necessidades, necessidades que elas próprias ainda não entendiam e que apenas começavam a sentir de modo indefinido? Na verdade, essa disposição revolucionária das massas dera quase sempre lugar, e na maior parte das vezes muito rapidamente, a um cansaço ou mesmo a uma mudança em sentido contrário, logo que a ilusão se esfumava e o desencanto surgia. Aqui, porém, não se tratava de imposturas, mas sim da realização dos interesses mais verdadeiros da própria grande maioria, interesses que, anteriormente, de modo nenhum estavam claros para essa grande maioria, mas que em breve haviam de ficar suficientemente claros para ela no curso da realização prática, por meio de evidência convincente (ENGELS, 2008b, p. 44).

Eis aqui uma primeira evidência do que o marxismo passou a considerar como espaço de transição socialista, representado pelo movimento histórico de ascensão dos interesses comuns das massas proletárias modernas, impulsionadas materialmente ao controle coletivo das forças produtivas sociais. O movimento de massas do proletariado é, neste sentido, de acordo com Marx e Engels, o ponto de partida da superação positiva do capitalismo.

A questão do oportunismo e da burocracia sindical do início do século XX converteu-se, ao fim do último período de vida da II Internacional descrito por Hobsbawm, com o advento da 1ª Guerra Mundial imperialista, na substância putrefeita a que Lênin fez referência no seu livro *A falência da II Internacional*, publicado em 1915. Importante ressaltar que Luxemburgo questionou, desde muito cedo, o processo degenerativo da socialdemocracia alemã e se posicionou do lado dos revolucionários que, em tal situação, se deslocavam, cada vez mais, da Alemanha socialdemocrata para a Rússia bolchevique.

De acordo com Buonicore (2005):

Em 1918, Rosa escreveria uma série de artigos em defesa da revolução socialista na Rússia, que estava sob ataque cerrado da direita socialdemocrata. “Os bolcheviques têm demonstrado que podem fazer tudo o que um partido verdadeiramente revolucionário pode fazer

nos limites das possibilidades históricas. Não procuram fazer milagres. E seria um milagre uma revolução proletária modelar impecável num país isolado, esgotado pela guerra, premido pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional. E é nesse sentido que o futuro pertence em toda parte ao bolchevismo” (BUONICORE, 2005, p. 22).

Na verdade, desde a situação revolucionária de 1905, Luxemburgo se manteve atenta ao movimento de massas do proletariado russo, apoiando irrestritamente a revolução, embora polemizando em algumas situações com os revolucionários bolcheviques, em especial, com relação a questões de organização como o centralismo democrático de Lênin e sua teoria do desenvolvimento da acumulação capitalista.

Luxemburgo, como Lênin e Trotsky, dentre outros revolucionários, manteve-se, assim, favorável ao movimento autônomo da classe trabalhadora e imbuída do objetivo de construir a revolução proletária na Alemanha e no mundo, colocando-se em oposição frontal à guerra imperialista, sendo, por isso, assassinada, juntamente com o também fiel combatente do proletariado, Karl Liebknecht, pela camarilha dos antigos “camaradas” do SPD, quando datavam 15 dias do mês de janeiro de 1919, poucos dias após os revolucionários alemães sob a liderança do Partido Comunista Alemão – fundado pelos spartaquistas<sup>17</sup>, em dezembro de 1918, a fim de organizar a insurreição proletária na Alemanha – serem derrotados.

Ainda conforme Buonicore (2005) observou:

Após a sua morte, Rosa Luxemburgo passou a ser alvo de violentas críticas, em especial dos dirigentes da socialdemocracia internacional. Em sua defesa, viriam as palavras firmes de Lênin: “A esses (críticos) responderemos com um velho ditado russo: ‘As vezes, as águias descem e voam entre as aves do quintal. Mas as aves do quintal jamais se elevarão até as nuvens’”. Rosa

---

<sup>17</sup> Integrantes da Liga Spartacus, organização revolucionária dos trabalhadores liderada por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Clara Zetkin, que teve atuação marcante na luta contra a 1ª Guerra Mundial imperialista, como na construção do Partido Comunista Alemão (KPD), que esteve à frente a insurreição dos trabalhadores alemães realizada entre 1918 e 1919.

equivocou-se em muitas coisas (...). Mas, apesar de seus erros, foi para nós e continua sendo uma águia” (BUONICORE, 2005, p. 22).

Embora não caiba aqui realizar um balanço ampliado da relação existente entre Lênin e Luxemburgo, há de se considerar alguns pontos centrais que contribuíram para o amadurecimento, naquela situação, do espaço de organização da classe trabalhadora, assim como da relação entre esta organização e o avanço imperialista. Não foi em vão que viveram e morreram pela obra do proletariado organizado autonomamente frente ao capital. O legado não apenas de Lênin e Luxemburgo, mas de tantos trabalhadores que lutaram e deram a vida pela emancipação do trabalho frente ao capital, certamente, faz toda uma diferença em termos do acúmulo histórico e territorial da classe trabalhadora, inclusive, no que se refere aos erros que, por ventura, tenham sido cometidos pela classe em formação. Foram, antes de qualquer coisa, motivações para o amadurecimento da mesma diante das tendências degenerativas do capitalismo.

Havia, afinal, entre os dois autores, além do respeito mútuo que existe entre trabalhadores que compartilham a construção de uma sociedade socialista, também um intenso debate, tanto em termos de método como de concepção do processo histórico – o qual serviu, em última instância, para enfatizar, sob diferentes aspectos, uma série de questões pertinentes ao desenvolvimento do capitalismo, como ao caminho de organização da classe trabalhadora.

Evidencia-se, primeiramente, a participação dos dois autores no seio do movimento operário internacional, atendendo à perspectiva revolucionária do movimento de massas do proletariado, tal qual se manifestou durante o primeiro quartel do século XX na Alemanha e, depois, na Rússia. Lênin, como se sabe, viveu neste último país uma situação, até certo ponto, diferenciada daquela vivida por Luxemburgo na Alemanha, onde as forças produtivas da indústria moderna se desenvolveram, inicialmente, mais que na Rússia; conseqüentemente, os trabalhadores alemães puderam gozar de condições de vida relativamente melhores que aquelas que predominaram entre os trabalhadores situados na periferia do mundo capitalista. Desse modo, a democracia burguesa também se desenvolveu mais na Alemanha que na Rússia em tal situação. Tudo isso repercutiu, ademais, numa relativa acomodação de interesses entre capital e trabalho, começando com o surgimento do revisionismo no seio do movimento operário existente na

Alemanha, que se desenvolveu ao ponto de eliminar praticamente por completo a estratégia revolucionária do proletariado neste último país – abrindo espaço, inclusive, ao desenvolvimento do fascismo.

De acordo com esta tendência de acomodação relativa da oposição entre capital e trabalho que floresceu na Alemanha, que também resultou da política externa imperialista deste país, se desenvolveu no movimento operário alemão tanto o eleitoralismo, que restringiu a luta política a uma simples disputa eleitoral, como o burocratismo sindical desenvolvido peculiarmente pela socialdemocracia alemã, tudo isso, resultando no abandono da estratégia revolucionária internacionalista dos trabalhadores. Diferentemente, sucedeu na Rússia que, dominada pelo tzarismo e sofrendo, ainda, com a dominação imperialista, proporcionou aos trabalhadores russos uma condição de vida particularmente precária que os levou a tomar decisões diferentes daquelas realizadas pelos trabalhadores alemães.

As divergências em termos da organização dos trabalhadores, também em vista da atuação diferenciada do imperialismo nesses dois países, atestam ainda as diferentes formas pelas quais se desenvolveram o marxismo nas situações vividas por Luxemburgo e Lênin. Demarcando opinião contrária a de Lênin, esta última, presente no livro *Um passo à frente, dois passos atrás*, no que se refere à organização política do proletariado, Luxemburgo escreveu em 1904, no seu artigo intitulado *Questões de organização da socialdemocracia russa*, que:

[...] a centralização socialdemocrata não pode se fundar na obediência cega, na subordinação mecânica dos militantes a um poder central. E, por outro lado, nunca se pode erguer uma parede divisória absoluta entre o núcleo do proletariado com consciência de classe, solidamente organizado no partido, e as camadas circundantes, já atingida pela luta de classes, que se encontram em processo de esclarecimento de classe. O estabelecimento da centralização na socialdemocracia sobre esses dois princípios: a cega subordinação, até nos menores detalhes, da atividade de todas as organizações partidárias a um poder central que, sozinho, pensa, cria e decide por todos, assim como a rigorosa separação entre o núcleo organizado do partido e o meio revolucionário que o cerca, tal como é defendido por Lênin, parece-nos uma transposição mecânica

dos princípios organizativos do movimento blanquista de círculos de conspiradores para o movimento socialdemocrata das massas operárias. Talvez Lênin tenha caracterizado mais penetrantemente seu ponto de vista do que qualquer dos seus adversários, ao definir seus “revolucionários social democratas” como “jacobinos ligados à organização dos operários com consciência de classe”. Mas de fato a socialdemocracia não está ligada à organização da classe operária, ela é o próprio movimento da classe operária. O centralismo social-democrata precisa, pois, ser de natureza essencialmente diferente do centralismo blanquista. Ele só pode ser a concentração imperiosa da vontade da vanguarda esclarecida e militante do operariado perante seus diferentes grupos de indivíduos. É, por assim dizer, um “autocentralismo” da camada dirigente do proletariado, é o domínio da minoria no interior da sua própria organização partidária (LUXEMBURGO, 2005, pp. 49 – 50).

No que se refere à estrutura interna da organização política do proletariado, Lênin sugere, em setembro de 1902, em *Carta a um camarada*, que:

Quanto ao dirigente prático direto do movimento, somente pode ser um grupo central especial (que podemos chamar até mesmo de Comitê Central) que se relacione pessoalmente com todos os comitês, que integre em seu seio as melhores forças revolucionárias de todos os socialdemocratas russos e comande todos os assuntos partidários: a distribuição das forças, a nomeação de pessoas e grupos para a direção de empreendimentos especiais, a preparação de manifestações de caráter nacional e também da insurreição de toda a Rússia etc. (LÊNIN, 2005a, p. 138).

Este autor, ademais, enfatizou que:

O número de membros do comitê deverá ser, na medida do possível, não muito grande (para que o

nível dos membros seja alto e sua especialização na profissionalização revolucionária completa), mas ao mesmo tempo suficiente para garantir a direção de todos os aspectos do movimento e assegurar a riqueza das reuniões e a firmeza das decisões. Caso o número dos membros seja elevado e as reuniões freqüentes se tornem perigosas, conviria destacar, do seio do comitê, um grupo dirigente especial, muito reduzido (digamos cinco pessoas, ou talvez menos), do qual deveria fazer parte necessariamente o secretário e as pessoas mais capacitadas para a direção prática do conjunto do trabalho (LÊNIN, 2005a, p. 141)

É certo que Lênin estava sob a influência de um país autocrático, além de industrialmente atrasado, ao passo que Luxemburgo viveu a luta do proletariado na Polônia e, depois, na Alemanha, saindo, assim, da periferia para uma região mais central em termos do desenvolvimento do capitalismo. Talvez por ter nascido e passado a maior parte de sua vida num país periférico Luxemburgo, assim como Lênin, tenha tido a clareza, de sua posição contra a guerra imperialista, e da necessidade de união internacional dos trabalhadores – diferente da socialdemocracia alemã.

Com relação à organização política do proletariado é possível dizer que a organização de Lênin foi mais eficiente que a de Luxemburgo, já que no caso do primeiro o proletariado logrou tomar o poder na Rússia, ao contrário da organização liderada por Luxemburgo na Alemanha. Pode-se, no entanto, considerar que mais do que uma questão de eficiência da organização revolucionária dos trabalhadores ocorreu, de fato, uma situação revolucionária na Rússia, que não sucedeu na Alemanha. Ao passo que a organização política protagonizada por Lênin foi bastante adequada às condições históricas da Rússia czarista; exemplarmente, Lênin reuniu influência, não apenas das organizações blanquistas e marxistas, mas do funcionamento da divisão do trabalho moderna, particularmente no que se refere à sua referida profissionalização da organização partidária do proletariado. Segundo ele:

Toda a arte de uma organização conspirativa consiste em saber utilizar tudo e todos, em dar trabalho a todos e a cada um, conservando ao mesmo tempo a direção de todo o movimento, e

isso entenda-se, não pela força do poder, mas pela força da autoridade, por energia, maior experiência, amplidão de cultura, habilidade. [...] uma contestação possível e comum: a de que uma centralização rigorosa possa destruir um trabalho com excessiva facilidade, se casualmente no centro se encontre uma pessoa incapaz, possuidora de imenso poder. É claro que isso é possível, mas o remédio contra isso não pode ser o princípio eleitoral e a descentralização absolutamente inadmissíveis, e inclusive nocivos ao trabalho revolucionário sob a autocracia. O remédio contra isso não se encontra em nenhum estatuto. Somente críticas fraternas podem nos fornecer parâmetros, começando com as resoluções de todos os grupos e subgrupos, seguidas de conclamações ao OC [Órgão Central] e CC [Comitê Central] e terminando, na pior das hipóteses, com a destituição da direção completamente incapaz (LÊNIN, 2005a, p. 146).

Esse tipo de organização partidária, leninista, mostrou-se basicamente superior a tudo o que existia na Rússia em tal situação, tanto em termos da autocracia czarista, como da burguesia localizada no país, tendo contribuído, particularmente, para a tomada do poder do Estado russo pelo proletariado. No entanto, a excessiva centralização do Partido Bolchevique não foi suprimida após a Revolução de Outubro de 1917, em princípio, em vista do avanço do imperialismo sobre a ditadura do proletariado. Neste sentido, a invasão imperialista ao território soviético durante o período do chamado comunismo de guerra pressionou no sentido da crescente centralização de poder nas mãos do recém-criado PCUS.

Oswaldo Peralva (1964) ainda aponta que:

Para poder sair da guerra, o governo soviético fez as pazes em separado com a Alemanha, entabulando a 5 de dezembro de 1917, em Brest-Litovsk, as negociações. Assinou então um convênio de armistício, suspenso em 10 de fevereiro de 1918 (quando os alemães, desencadeando sua ofensiva, chegaram a ameaçar Petrogrado), para afinal firmar o tratado de paz a

23 de fevereiro de 1918, em condições duríssimas para os russos (PERALVA, 1964, p. 73).

Não bastassem as condições impostas pelo tratado de paz assinado com a Alemanha durante a 1ª Guerra Mundial, a Rússia ainda sofreu com a intervenção por parte de vários países imperialistas envolvidos com a guerra, de modo que “[...] aproveitando esse fato, os contra-revolucionários desencadeavam a guerra civil [...] e] por toda parte, os invasores e os contra-revolucionários faziam causa comum e ameaçavam e sacudiam a ditadura do proletariado” (PERALVA, 1964, p. 75). Com isso:

[...] o Partido Comunista enquadrou o próprio proletariado numa disciplina de ferro, desencadeando intensa luta contra a displicência e as faltas ao trabalho: instituiu o salário por peça, combateu o igualitarismo e fez guerra de morte aos ociosos. [...] A revolução proletária significava, então, mais trabalho e mais sacrifício para todos, inclusive para o proletariado (PERALVA, 1964, p. 74).

A morte de Lênin, desse modo, não foi precedida por uma transição do poder central do PCUS que tenha resultado na manutenção dos objetivos revolucionários do leninismo por este último partido. Já Stálin mantendo uma posição oportunista de adepto incondicional das idéias de Lênin conseguiu ganhar o apoio do Partido para ocupar o lugar principal na sucessão do poder na URSS. De acordo com Peralva (1964):

O Stálin que bajulava Lênin, que citava suas frases como se fossem textos das Sagradas Escrituras, que tomava sempre, nas reuniões do governo e do Comitê Central, o partido de Lênin, chegou ao posto de secretário-geral do Partido e, a partir dessa posição, passou a dominar também o aparelho de Estado, inclusive sua polícia secreta. [...] O ambiente de terror em que mergulhou a Rússia soviética, desde 1918, foi que permitiu a ascensão vertiginosa desse astuto georgiano (PERALVA, 1964, pp. 84-85).

Neste sentido, considera-se que Lênin criou uma estrutura partidária adequada às condições da autocracia russa; sob sua direção esse organismo sabia muito bem por onde caminhar, em meio à grande massa dos trabalhadores. Por isso, inclusive, surgiu a palavra de ordem revolucionária "Todo poder aos Soviets!". A questão é que essa estrutura caiu em mãos erradas. Os motivos para isso não cabem ser respondidos no âmbito desta tese; pode-se, no entanto, dizer que teve influência a derrocada da revolução proletária no Ocidente e a invasão imperialista e contra-revolucionária na URSS, além do espírito bajulador e burocrático de Stálin, e da boa fé de revolucionários como Lênin.

Luxemburgo, por seu turno, conforme Isabel Loureiro (2005) enfatizou:

[...] ficou conhecida como a teórica pioneira do socialismo democrático, em virtude da sua defesa intransigente da autonomia criadora das massas contra o burocratismo paralisante das organizações, idéia que pode ser resumida no seguinte verso do *Fausto*, de Goethe, que ela toma por lema – No princípio era a ação. (LOUREIRO, 2005, pp. 30 – 31).

Luxemburgo não negou, assim, a consciência existente no seio do processo revolucionário, tanto é que ela foi uma assídua militante das massas proletárias, sem negar a consciência coletiva e individual que se desenvolve em meio ao processo revolucionário, conforme resgatou da concepção de revolução proletária desenvolvida por Marx e Engels, tendo em vista a ascensão do interesse econômico, político e cultural dos trabalhadores, que advém em função do desenvolvimento da alienação do trabalho e da lei geral da acumulação capitalista.

No que se refere ao desenvolvimento da acumulação capitalista, Luxemburgo observou, em 1913, no seu livro mais célebre, intitulado *A acumulação do Capital*, o que seria fundamental no processo que resultara no imperialismo em sua forma madura, tal qual se materializou nas duas grandes guerras mundiais do século XX, bem como na ascensão do capital financeiro ao domínio da sociedade. Segundo esta autora, tanto o avanço das guerras imperialistas, como a própria ascensão histórica do capital financeiro são formas do capital se reproduzir, garantindo os mercados necessários ao seu próprio desenvolvimento. De acordo com Luxemburgo, o processo de

acumulação do capital está sempre demandando mercados adicionais àqueles criados pela produção capitalista propriamente dita, tendo em vista a realização da mais-valia; de modo que o processo de acumulação capitalista se torna uma busca incessante por novos mercados – naturalmente, mercados considerados “externos” à produção capitalista.

Conforme se apreende do raciocínio da autora, a constante necessidade de expansão das economias capitalistas se deve à própria dinâmica interna da produção burguesa, segundo a qual o capitalista adquire mercadorias no valor equivalente aos objetos e instrumentos de trabalho, no caso do chamado capital constante (C), somado à quantidade de força de trabalho necessária para sua produção, ou seja, capital variável (V), no valor total de  $C + V$ . Enquanto isso, após os trabalhadores haverem produzido as mercadorias, o capitalista terá para vender no mercado um valor total equivalente a  $C + V + M$ , em vista da parcela de trabalho não-pago pelo capitalista, porém, adicionada ao processo de produção pelos trabalhadores – em se tratando da mais-valia (M). Portanto, para que o capitalista possa se apropriar desta última, na forma de lucros ou juros, terá que realizar no mercado um valor sempre maior do que aquele inicialmente demandado para efeito da produção capitalista.

Com isso, a acumulação somente prosseguirá na medida em que os capitalistas encontrem mercados adicionais àqueles criados pela sua própria produção, no valor exato da mais-valia (M) produzida. Nessa perspectiva, as guerras imperialistas teriam por objetivo, além de definir áreas de fornecimento de matérias-primas destinadas às grandes potências capitalistas, também abrir novos mercados consumidores aos produtos industrializados dos países dominantes, tudo isso, como meio indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, segundo a necessidade de obtenção dos “mercados externos” a que Luxemburgo fez referência.

Lênin, como se sabe, discordou dessa opinião relacionada com a necessidade de mercados externos para acumulação capitalista. Em sua polêmica com os economistas populistas russos, sobre a formação do mercado interno para a grande indústria, Lênin publicou *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, em 1899, no qual se baseou nos esquemas de reprodução que Marx desenvolveu no *Livro II de O Capital* a fim de apresentar a relação existente entre os diferentes departamentos produtivos, incluindo bens de consumo e bens de produção, para mostrar o que, segundo ele, seria o erro dos economistas populistas.

Conforme Lênin (1982):

Os referidos autores explicam a necessidade do mercado externo para a nação capitalista, alegando que os capitalistas não podem realizar os produtos de outro modo. Na Rússia, o mercado interno se reduz como resultado da ruína do campesinato e da impossibilidade de realizar a mais-valia sem mercado externo, e este é inacessível a um país jovem que entra demasiado tarde na via do desenvolvimento capitalista. E eis que a falta de base e o caráter natimorto do capitalismo russo são declarados demonstrados com base em meras considerações apriorísticas (e além disso teoricamente falsas)! (LÊNIN, 1982, p. 17).

Ainda de acordo com este último autor:

Essa concepção falsa leva implícito o mais profundo erro, e deste decorrem todos os outros erros posteriores da teoria populista da realização. De fato, o difícil, no problema da realização, é precisamente explicar a realização do capital constante. Para ser realizado, o capital constante deve ser reinvestido na produção, o que só pode efetivar-se diretamente para o capital cujo produto consiste em meios de produção. Se o produto que compensa a parte constante do capital consiste em artigos de consumo, sua reversão direta à produção é impossível: faz-se necessária a troca entre a seção da produção social que fabrica os meios de produção e a que fabrica artigos de consumo. É aqui que reside toda a dificuldade, que nossos economistas não percebem (LÊNIN, 1982, pp. 17-18).

Lênin, ademais, enfatizou que:

[...] se se quer falar das “dificuldades” da realização, das crises delas oriundas etc., é preciso reconhecer que tais “dificuldades” não são apenas possíveis, mas necessária para todas as partes do produto capitalista – e não somente para a mais-

valia. Dificuldades desse gênero, dependentes da distribuição desproporcional dos diferentes ramos da produção, surgem incessantemente não só na realização da mais-valia, mas ainda na do capital variável e do capital constante; surgem na realização do produto tanto em artigos de consumo quanto em meios de produção. Sem “dificuldades” desse tipo e sem crises em geral, não existe produção capitalista, produção de produtores isolados para um mercado mundial que desconhecem (LÊNIN, 1982, p. 18).

A primeira coisa a ressaltar é que a teoria de Luxemburgo não diz respeito ao que Lênin critica nos populistas russos. Parece até bastante evidente que para esta autora os “mercados externos” não são somente mercados existentes fora do país, mas toda e qualquer produção que seja externa à produção capitalista propriamente dita; neste sentido a dissolução do campesinato atua como mercados externos para a produção capitalista. Portanto, a teoria de Luxemburgo não pode ser usada para justificar qualquer teoria reacionária que preze pela manutenção do campesinato, como de qualquer outra classe social pré-capitalista frente ao desenvolvimento capitalista, como sugeriram os populistas russos com relação ao campesinato ou, ainda, Malthus que se referiu à aristocracia feudal como “classe consumidora” necessária para a superação das crises capitalistas.

A teoria da acumulação (e da crise) capitalista proposta por Luxemburgo é, em síntese, uma teoria de superprodução e não de subconsumo; pois não é que a produção capitalista reduza o mercado interno, visto que este último deve se ampliar mediante o processo da acumulação, porém a oferta de produtos realizada sob a produção capitalista supera em todas as situações a demanda por ela criada – do contrário, o capitalismo não teria, efetivamente, se desenvolvido.

A dificuldade que gera as crises capitalistas não é, finalmente, de realização deste ou daquele tipo de produto (valor de uso), seja ele bem de consumo ou bem de produção, mas repercute em termos de realização do valor equivalente à mais-valia criada. Não é, neste sentido, uma dificuldade dependente da distribuição desproporcional dos diferentes ramos de produção, pois neste caso se estaria concordando com Jean-Baptiste Say, para o qual a oferta capitalista cria a sua própria demanda, opinião que não se sustenta em termos marxistas.

É, portanto, neste campo de análise da acumulação capitalista e da teoria das crises que parecem estar colocadas as principais limitações de Lênin, ainda que o mesmo tenha se mantido fiel ao processo de organização independente do proletariado por toda a sua vida.

Por seu turno, o ciclo de desenvolvimento do socialismo protagonizado pela Revolução Russa de 1917 mostrou-se virtuoso, principalmente, até a morte de Lênin; e embora pareça que se trata de atribuir muita responsabilidade na história a uma só pessoa, no caso do referido ciclo revolucionário do proletariado que ascendera através do Partido Bolchevique parece justificável que a análise impute tanta responsabilidade a Lênin. Porque ele foi, de fato, central ao processo da Revolução, e com a sua morte e a centralização do poder nas mãos de Stálin desapareceu gradualmente, em essência, o espírito da Revolução de Outubro - em se tratando daquela postura firme, incluindo todos os avanços e recuos necessários a serem realizados em favor da organização internacionalista dos trabalhadores, ao contrário da defesa de um nacionalismo vulgar justificado a partir de uma teorização pobre e mesquinha incluindo a busca obsessiva de construção do “socialismo num só país”.

É evidente, no caso, que o socialismo possui uma base nacional, particularmente, em termos da luta antiimperialista; se se for mais longe pode-se, inclusive, dizer que as escalas de ação política, econômica, etc. podem variar desde a escala individual até a escala da sociedade inteira, como diria Neil Smith (VAINER, 2001), também próximo de Foucault (1989) quando este último se refere à microfísica do poder. A questão não é saber se o socialismo pode ter como base uma escala nacional de construção, ou mesmo local, mas indagar se é possível construir a autonomia da classe trabalhadora simplesmente a partir de um processo local. A experiência da URSS demonstra que não foi por esta via puramente nacional que se conseguiu avançar na construção do socialismo.

Neste caso, adverte-se para algo que foi perdido e, fundamentalmente, invertido a partir da morte de Lênin, que fez com que a construção social liderada pelo Partido Bolchevique deixasse de ser virtuosa em termos da construção do socialismo começando, então, o seu processo de degeneração. Foi, essencialmente, a aliança estrita com as massas trabalhadoras que moveu Lênin como revolucionário; observe-se, em particular, a defesa por este último da palavra de ordem que protagonizou a Revolução Russa, na qual se reivindicou “Todo poder aos Soviets!”.

Faltava, portanto, tornar claro para o mundo esta evidência da degeneração do socialismo na URSS, ao passo que Leon Trotsky teve papel importante nesta tarefa, já a partir de meados da década de 1920, quando da formação da Oposição de Esquerda como corrente interna do PCUS; e era realmente preciso denunciar as imposturas de Stálin e de toda a burocracia que se formou em torno dele, que vieram publicamente à tona a partir da 2ª Guerra Mundial, quando do abandono definitivo por este último da III Internacional Comunista e, principalmente, após a sua morte, em 1953, com a denúncia de seus crimes contra a classe trabalhadora.

Esta perspectiva de arrefecimento da luta proletária internacional por parte da URSS, também em vista da força do imperialismo estadunidense, não pode ser vista simplesmente como parte das circunstâncias históricas do momento, eximindo assim as responsabilidades pessoais quanto aos destinos históricos; não se pode sugerir, portanto, que qualquer um que estivesse à frente do processo soviético teria o levado ao mesmo desfecho. Muito diferente da postura de Stálin à frente da URSS foi, por exemplo, o encaminhamento dado por Fidel Castro diante da Revolução Cubana. Pode-se mesmo considerar que as condições econômicas de Cuba para enfrentar o imperialismo foram muito mais duras que as da URSS, que possuía muito mais vantagens econômicas que a primeira. No entanto, os cubanos souberam transformar consciência política em força econômica, quando, no caso, as forças políticas tiveram que agir como legítimas forças econômicas. Stálin, ao contrário, pouco fez no sentido de reunir forças em torno do proletariado internacional, antes, preferindo se render ao Ocidente capitalista.

O stalinismo cumpriu, assim, um papel central de desarticulação das forças revolucionárias de 1917, tendo se mostrado incapaz, científica e politicamente, de recuar, quando se fazia realmente necessário, contudo, sem perder a clareza dos objetivos fundamentais de organização da classe trabalhadora, tal qual ocorrera com Lênin, por exemplo, durante a realização da Nova Economia Política (NEP).

Esta atitude de saber recuar na luta, entregando algumas batalhas, a fim de se preparar melhor para as que virão marca uma grande diferença entre Lênin e Stálin, já que este último, não apenas recuou na luta de classes internacional, como abriu mão de todas as batalhas possíveis do proletariado em favor de suas próprias ambições pessoais, enquanto o primeiro, permaneceu ativo a fim de se reconstituir junto ao proletariado. O stalinismo, finalmente, encontrou sua última

possibilidade de sucesso na luta contra o inimigo fascista comum, porém mediante a opção que fez pelos acordos com o Ocidente capitalista, inclusive, inicialmente, com a própria Alemanha, se despreendeu completamente de qualquer perspectiva revolucionária e internacionalista. Ao passo que estiveram abertas as portas, após a 2ª Guerra Mundial, ao período da pós-grande industrial capitalista, quando predominou, além da ascensão da indústria de ciência e tecnologia, também a aliança dos países do Norte, liderados pelos EUA, em favor da dominação dos países do hemisfério Sul.

Com relação às condições de fortalecimento do imperialismo estadunidense, pode-se dizer que, além da supremacia tecnológica em relação aos demais países capitalistas, contou-se com a derrota do internacionalismo revolucionário da classe trabalhadora nos países centrais e na própria URSS.

O cenário de abandono da luta internacionalista dos trabalhadores que influiu na própria possibilidade de ascensão do imperialismo, foi, assim, resultante das derrotas sofridas pela classe trabalhadora em formação, incluindo a burocratização sindical e partidária que transcorreram durante o primeiro quartel do século XX na Alemanha, seguida pela degeneração da ditadura do proletariado realizada na URSS, que culminaram na decadência das Internacionais dos Trabalhadores. Para tanto, cumpriu papel importante a produção de um determinado referencial teórico responsável por justificar o abandono do internacionalismo proletário, em se tratando, inicialmente, do revisionismo produzido na Alemanha e, depois, da teoria do “socialismo em um só país”, desenvolvida por Stálin e Bukharin.

Porém, foi, ademais, a força demonstrada pelo imperialismo, no seu período entre guerras mundiais, que contribuiu para a derrota do proletariado internacionalista na Alemanha e na URSS, como também em outros países. Os fatores responsáveis pela força atribuída ao imperialismo foram gerados com o aumento do consumo de material bélico e o vertiginoso ascenso do capital financeiro, baseado, sobretudo, na elevação dos gastos públicos resultantes do endividamento estatal – que se intensificou profundamente durante o advento do chamado Estado keynesiano, notadamente, a partir da grande crise mundial iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Com isso, se viu aflorar a partir dos desenvolvimentos técnicos realizados em meio à 2ª Guerra Mundial – que se disseminaram por toda a produção industrial capitalista durante a segunda metade do século XX e, principalmente, após a crise do keynesianismo, na década de 1970 –

uma determinada base técnica, científica, informacional (SANTOS, 2006) e comunicacional (SOUSA, 1999), centrada na produção de conhecimentos científico-tecnológicos (PRADO, 2005), partindo, em síntese, do desenvolvimento da tecnologia atômica e da informática, por meio das quais vieram a se desenvolver outros ramos da pesquisa aplicada, como a engenharia genética e as nanotecnologias.

Neste último período, o refluxo do movimento operário internacionalista, associado ao avanço do imperialismo, também em virtude do advento da pós-grande indústria, rendeu aos trabalhadores do hemisfério Norte um longo período de refluxo organizativo das suas lutas de massas, salvo algumas exceções como aconteceu durante o Maio de 1968 francês e a Primavera de Praga, realizada no mesmo ano. Enquanto isso, a luta de classes envolvendo capital e trabalho se deslocou, principalmente, em direção ao hemisfério Sul.

Tratou-se, a partir de então, segundo a ascensão o imperialismo estadunidense, de dominar o avanço do socialismo no hemisfério Sul, em geral, por meio da implantação de ditaduras militares, como ocorreu na América Latina, na África e em diversos países da Ásia. Neste sentido, onde ocorreu, ainda, a Guerra do Vietnã e, com ela, a primeira derrota militar do imperialismo estadunidense – no caso, contra uma sociedade basicamente agrícola, que teve motivos suficientes para se unir em torno da defesa do seu território nacional contra a invasão imperialista. A Guerra do Vietnã, encerrada mediante a expulsão dos EUA, em 1973, e a unificação do país, em 1975, resultou, um ano depois, na criação da República Socialista do Vietnã, tendo sido a última das revoluções socialistas de caráter antiimperialista que se sagraram vitoriosas durante a segunda metade do século XX.

As revoluções nacionais socialistas realizadas, ainda no terceiro quartel do século XX, entretanto, não foram suficientes para resgatar o internacionalismo proletário, embora tenham sido pioneiras em manter acesa a chama do socialismo por todo o longo período de desestruturação da URSS, que resultou na derrocada final da “cortina de ferro”, que separava o Leste Europeu e a URSS do Ocidente capitalista. Antes disso, porém, os “novos” movimentos sociais vieram se somar ao reduzido grupo de países resistentes à nova dominação imperialista – estes últimos que, em maior ou menor medida, tiveram que passar por processos de abertura ao mercado mundial e, principalmente no caso da China, de reconversões capitalistas, embora este processo tenha se dado mais na perspectiva da ascensão de um capitalismo de Estado que por adesão ao “neoliberalismo”.

A importância do advento a partir do último quartel do século XX dos “novos” movimentos sociais não pode, portanto, ser negligenciada. Ainda mais, em vista da profunda repressão desferida pelo imperialismo naqueles anos contra os povos de praticamente todos os países do hemisfério Sul, semelhante ao que fora a violência realizada na primeira metade do mesmo século em relação aos países não alinhados do hemisfério Norte – porém, desta última vez, a violência foi realizada ainda com maior intensidade, sob a liderança dos EUA.

Neste sentido, Regina Zappa (2008) destaca com relação à Guerra do Vietnã que:

Em outubro de 1972, negociadores quase chegaram a uma solução para o conflito, que envolvia a retirada dos americanos em troca do cessar-fogo e da devolução de 566 prisioneiros americanos. Mas Richard Nixon não se sentia seguro. Mandou bombardear Hanói e Haiphong para forçar os vietcongues a se retirarem do Sul. Foi o bombardeio mais intenso da história mundial até então. Em 11 dias, 100 mil bombas foram lançadas sobre as duas cidades. O poder destrutivo foi equivalente a cinco vezes o da bomba jogada em Hiroshima. Jornais de todo o mundo acusaram o “genocídio”, a “barbárie da Idade da Pedra” e a “selvageria sem sentido”. Os norte-vietnamitas se mantiveram firmes e, em janeiro de 1973, Nixon assinava o plano de paz proposto para o ano anterior. [...] As últimas tropas americanas deixaram o Vietnã em março de 1973. Pouco depois de um ano, em abril de 1975, a Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul, dos vietcongues, entrava em Saigom para estabelecer a República Socialista do Vietnã, unificando o país. No novo governo, [Vo Nguyen] Giap<sup>18</sup> assumiu o Ministério da Defesa e foi também nomeado vice-primeiro-ministro (ZAPPA, 2008, p. 36).

---

<sup>18</sup> Giap foi, além de comandante-em-chefe do Vietnã do Norte durante toda a Guerra do Vietnã, também, companheiro de Ho Chi Minh, “líder comunista e principal articulador da luta no Vietnã contra o domínio francês e depois contra um Vietnã do Sul apoiado pelos Estados Unidos” (ZAPPA, 2008, p. 34).

A história do Vietnã, como também se pode falar de Cuba e da China, durante o terceiro quartel do século XX, representa tanto a violência do imperialismo desferida contra a independência dos povos do planeta, como a resistência realizada nacionalmente pelos mesmos – também considerando a construção do socialismo.

Observe-se, assim, juntamente com o surgimento da pós-grande indústria e o refluxo do movimento internacionalista dos trabalhadores, mediante a hegemonia do império estadunidense, também o surgimento de outros campos de luta e resistência internacional ao imperialismo, tendo em vista, como se falou anteriormente, além das revoluções nacionais antiimperialistas, os “novos” movimentos sociais. Estes últimos, por sua vez, reuniram reivindicações específicas, também associadas aos interesses dos trabalhadores, embora tenham despertado alguma polêmica quanto à sua natureza de classe. Argumente-se, neste aspecto, que no período de hegemonia do capitalismo e, particularmente, durante o desenvolvimento da pós-grande indústria são os segmentos proletários da sociedade que diretamente sofrem as conseqüências do avanço do capital, sendo, por isso, eles mesmos os principais responsáveis pela produção dos “novos” movimentos sociais.

Com relação às formas tradicionais de organização dos trabalhadores, entre elas, os sindicatos e partidos políticos, em geral, representados pelas Internacionais dos Trabalhadores, embora tenham se mantido necessárias, tornaram-se insuficientes diante da nova situação histórica dos trabalhadores e do próprio capitalismo. Os movimentos ambientalistas são também um sinal das novas dificuldades enfrentadas pelo sistema capitalista e, particularmente, pelos trabalhadores, ao passo que estão entre esses últimos aquele que têm levantado, predominantemente, a bandeira da ecologia no mundo. Algo muito semelhante se pode dizer com relação aos movimentos indígenas, camponeses e demais segmentos sociais atingidos pelo colonialismo e pelo imperialismo, como os movimentos negros e étnicos em geral. Todas essas expressões da sociedade, cada vez mais, aproximam suas reivindicações dos movimentos independentes da classe trabalhadora, essencialmente, porque o movimento capitalista na forma do imperialismo maduro e “neoliberal” acirrou, ainda mais, a contradição envolvendo proprietários e não-proprietários dos meios de produção, aproximando-os da luta da classe trabalhadora.

O processo da questão agrária no Brasil, como ocorre em diversos países do hemisfério Sul, atua como um movimento de massas na defesa do uso do território nacional pelos trabalhadores, sobretudo,

nos últimos decênios do século XX e no início do século XXI, quando da maior entrada de capitais transnacionais no território brasileiro, tornando o enfrentamento do antigo latifúndio uma luta antiimperialista e anti-capitalista levada a cabo pelos trabalhadores rurais sem terra, em aliança com os trabalhadores urbanos.

Disso resulta que a luta pela chamada “reforma agrária popular”, impulsionada pelos movimentos sociais do campo brasileiro, incluindo o MST, se coloque, se não na aparência, mas, sobretudo, na essência, como parte de uma luta socialista mais geral – desde que, é claro, a burguesia no Brasil não se colocou o papel historicamente desempenhado pela classe burguesa nos países “desenvolvidos” de fazer uma reforma agrária radical, libertando a terra do jugo do latifúndio improdutivo e tornando-a veículo da produção de bens de consumo a fim do desenvolvimento do mercado interno e do próprio capitalismo.

Uma atitude dessa natureza exigiria, além do rompimento da estrutura de poder local que, até hoje, sustentou o conservadorismo das relações de produção no Brasil, também, o combate às posições assumidas pelo imperialismo no país – fato este que encontra seríssimos obstáculos tanto no conservadorismo da burguesia existente no Brasil, como na força do imperialismo. O fato é que, até hoje, foram os trabalhadores que fizeram a luta pela reforma agrária no Brasil e por isso esta luta assume, em geral, um caráter socialista.

É importante destacar que o ascenso dos “novos” movimentos sociais, em fins dos anos 1970 e início dos 1980, também não se opôs ao surgimento de renovados sindicatos e partidos políticos operários – como, em muitos casos, contribuiu nessa direção. Este pode ser considerado o caso do MST que desde o seu nascimento apoiou o desenvolvimento do Novo Sindicalismo que adveio a partir das greves operárias ocorridas no Brasil naqueles anos de “redemocratização” do país. Neste mesmo período surgiram as ocupações de terra registradas inicialmente na região Sul do Brasil que, em janeiro de 1984, originaram formalmente o MST, enquanto o Novo Sindicalismo chegara à realização, em 1981, do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), do qual resultou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Esta última central sindical trabalhou ativamente junto aos “novos” movimentos sociais na resistência à ditadura militar pró-imperialista no Brasil, mediante bandeiras como a liberdade de expressão e a autonomia sindical – embora tenha se integrado, gradualmente, à tutela do Estado brasileiro na medida do processo de redemocratização política do país, processo este que

resultou, a partir do início de 2003, na fusão informal do sindicalismo cutista com o Estado brasileiro sob o Governo do presidente Lula da Silva.

Longe de insistir na existência de uma contradição insuperável entre os “novos” movimentos sociais e o movimento geral de organização da classe trabalhadora, o que se observa, finalmente, é uma associação crescente dos mesmos, na medida do avanço degenerativo da acumulação capitalista durante a fase superior de desenvolvimento do imperialismo, como da própria reorganização do movimento proletário durante o período da pós-grande indústria. Ademais, não apenas os sindicatos e partidos políticos, mas também os “novos” movimentos sociais estão sujeitos, por um lado, a se tornarem revolucionários e, por outro, a serem burocratizados e cooptados pela burguesia.

Com efeito, durante a fase de maior repressão às tradicionais formas de organização dos trabalhadores, também em virtude da modificação estrutural do processo de trabalho capitalista, a emergência de “novos” movimentos sociais baseados nos mais recentes enfrentamentos gerados em função do avanço estrutural do capitalismo corroborou, não com o fim da classe trabalhadora, mas com o redesenho da mesma, advindo daí uma renovada classe, em princípio, bastante pulverizada, chegando mesmo a perder de vista, especialmente, na aparência, os nexos históricos de articulação das novas formas de luta dos trabalhadores com as suas formas tradicionais.

O que sucedeu, ainda, tendo em vista o desenvolvimento do “neoliberalismo” foi o mais acirrado desenvolvimento das tendências históricas do capitalismo e, com isso, a aproximação efetiva dos “novos” movimentos sociais em relação aos interesses gerais dos trabalhadores, incluindo a luta pelo socialismo, desta vez, com base em renovadas formas históricas de organização dos trabalhadores, compatíveis com as novas exigências da acumulação capitalista e com a tarefa que compete aos trabalhadores, em especial, no período da pós-grande indústria. E assim como o capitalismo não foi capaz, em última instância, de superar o trabalho imediatamente necessário à realização das necessidades humanas, muito menos tendo superado a necessidade de mediação do valor para acesso à produção social, tornou-se ainda mais incisiva a oposição entre capital e trabalho durante as últimas décadas, da mesma forma que ganhou cada vez mais notoriedade a necessidade de organização dos trabalhadores, que se intensificou mediante a recente crise do “neoliberalismo”, como se verá no próximo capítulo desta tese.

Na perspectiva de elucidar o desenvolvimento do espaço transitório socialista no período que vai dos últimos anos da década de 1970 ao fim do primeiro decênio do século XXI, também em meio ao surgimento da pós-grande indústria e dos “novos” movimentos sociais, investigar-se-á, no capítulo a seguir, a organização autônoma dos trabalhadores em se tratando da construção do Movimento Sem Terra, no Brasil e, particularmente, em Santa Catarina no período de 1985 a 2010. O MST é, no sentido aqui sugerido, resultado de um amplo desenvolvimento histórico dos trabalhadores realizado, até hoje, também em vista do avanço do degenerativo do capitalismo – ainda que o Movimento esteja pautado, em princípio, por uma série de reivindicações democráticas – como é o caso da reforma agrária – não satisfeitas pelo desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira. Retoma-se, assim, a análise da contribuição histórica da classe trabalhadora no intuito de fazer funcionar autônoma e horizontalmente a produção das necessidades sociais e ecológicas.

## **CAPÍTULO 03: O espaço transitório socialista no Movimento Sem Terra: entre a contra-revolução imperialista e o novo ascenso dos movimentos horizontais de massa dos trabalhadores**

“Todos os reacionários são tigres de papel. Na aparência, os reacionários são terríveis, mas na realidade não são assim tão poderosos. Vendo a longo prazo, não são os reacionários mas sim o povo quem é realmente poderoso”

*Mao Tsé-Tung, O livro vermelho.*

### **3.1. Elementos teórico-metodológicos pertinentes ao espaço transitório socialista no período de ascensão do Movimento Sem Terra**

O período de surgimento do MST condiz com a fase de maior acirramento da crise do capitalismo, e particularmente do capitalismo dependente que se desenvolveu a partir da Ditadura Militar instalada no território brasileiro em 31 de março de 1964 – como também ocorreu em diversos países da América Latina, e cuja derrocada econômica, política e cultural atingiu a maioria em fins dos anos 1970 e início dos 1980. Esta mesma crise social foi seguida pela retomada das lutas de massa dos trabalhadores no continente latino-americano, incluindo os “novos” movimentos sociais e a luta pelo fim das Ditaduras pró-imperialistas observadas no continente. Enquanto as economias latino-americanas agonizavam, ao passo do sobre-endividamento público e da hiperinflação – ambas as políticas com resultados dramáticos para os trabalhadores – a luta nacional, democrática e popular pautou o processo da luta de classes nesses países.

O novo ascenso das lutas de massa dos trabalhadores latino-americanos, incluindo o caso brasileiro, onde se viu aflorar um Novo Sindicalismo, além dos “novos” movimentos sociais, foi, entretanto, simultâneo ao relativo descenso das lutas de massa dos trabalhadores nos países do hemisfério Norte, cujo derradeiro acontecimento dessa natureza ocorrera em 1968, na França, e também durante as lutas de massa dos trabalhadores localizadas nos países do Leste Europeu, contra o stalinismo, a exemplo do que ocorreu na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968.

A justificativa para o descenso das lutas de massa dos trabalhadores na maior parte do hemisfério Norte, como se disse

anteriormente, decorre de fatores econômicos, políticos e culturais relacionados com a ascensão das guerras imperialistas e do sistema financeiro transnacional, e com o desenvolvimento, a partir daí, da pós-grande indústria, cujos fundamentos técnicos (redes mundiais de informação e comunicação) foram difundidos no período pós-2ª Guerra Mundial, sob o domínio do imperialismo estadunidense, tendo em segundo plano uma série hierárquica de países, notadamente, localizados no hemisfério Norte. Após o término da 2ª Grande Guerra que sucedera, principalmente, nos referidos países do Norte, foi direcionada, sobremaneira, ao hemisfério Sul a sanha imperialista. Anunciara-se no Norte um único vencedor, o capitalismo em sua fase superior, ultra-imperialista, sob o comando dos EUA que passaram a ditar as regras de uso dos territórios de quase todo o planeta, através das chamadas empresas “multinacionais”, tendo ainda as instituições “multilaterais” – lideradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização das Nações Unidas (ONU) – como principais braços políticos e financeiros.

Os novos alvos deste imperialismo renovado passaram, então, a se localizar no hemisfério Sul, onde ainda se podia contar com regiões menos desenvolvidas do ponto de vista do modo de produção social, como no caso brasileiro, onde ainda hoje se convive, apesar do predomínio capitalista, com fortes resquícios de modos de produção pré-capitalistas – perfazendo, assim, um movimento semelhante ao que Luxemburgo definiu como imprescindível ao processo de acumulação do capital, de busca por “mercados externos” (LUXEMBURGO, 1970). Com o acirramento da dominação imperialista sobre o hemisfério Sul, o conflito de classes neste último hemisfério também passou a se intensificar.

A repercussão, no caso brasileiro, da maior pressão exercida pelo imperialismo no período pós-2ª Guerra Mundial incidiu, em primeiro lugar, com a falência da tentativa de desenvolvimento do capitalismo em escala nacional capitaneada pelo Presidente Getúlio Vargas que culminou com o suicídio deste último em agosto de 1954. Vargas expôs em sua *Carta Testamento* contra quem estava lutando a fim de levar adiante sua política nacional-desenvolvimentista. Segundo enfatizou:

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade

social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre (VARGAS, 1954)<sup>19</sup>.

Após a morte de Vargas, a participação dos interesses imperialistas no Brasil aumentou substancialmente em dois momentos: (i) durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1961, quando as empresas “multinacionais” expandiram sensivelmente sua atuação no território brasileiro, sob a permanente instabilidade política gerada por inúmeras tentativas de conspiração militar contra o governo brasileiro e, principalmente, (ii) durante a ditadura militar, implantada no país em 1964, que interrompeu o governo eleito por voto direto do Presidente João Goulart, principal herdeiro da tradição getulista. Este último governante, como se sabe, se mostrara sensível às reivindicações dos movimentos sociais existentes no Brasil que, a exemplo das Ligas Camponesas, do sindicalismo nacional, então, sob a liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do movimento estudantil realizado junto à UNE, propunham reformas estruturais na sociedade brasileira, afetando os interesses das classes dominantes do país – particularmente dependentes do imperialismo e da histórica dominação dos trabalhadores brasileiros.

Por sua vez, a queda do ritmo de crescimento econômico que se fizera sentir ao final dos “anos gloriosos” do capitalismo, notadamente, a partir de meados da década de 1960, que resultou na crise definitiva do modelo “keynesiano” de acumulação do capital a partir na década seguinte, aumentou substancialmente a pressão do imperialismo sobre os países do hemisfério Sul, na forma da implantação de ditaduras militares pró-imperialistas na maior parte desses países.

---

<sup>19</sup>Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Carta-testamento\\_de\\_Get%C3%BAlio\\_Vargas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Carta-testamento_de_Get%C3%BAlio_Vargas). Acesso em 19/12/2010.

Ressalte-se que a referida expansão imperialista possui, ademais, uma respectiva base técnica, esta que se desenvolveu na perspectiva da pós-grande indústria, como resposta à crise da acumulação capitalista que se materializou, sobretudo, no início da década de 1970. Este último desenvolvimento técnico também influenciou na direção do maior refreamento da luta socialista nos países do hemisfério Norte, afetando também os países do Sul, inicialmente, mediante a implantação das referidas ditaduras militares e, depois, com o advento do “neoliberalismo”, a partir dos últimos anos da década 1980, em que se realizou o chamado “Consenso de Washington” – uma agenda de políticas econômicas aprovada pelos países imperialistas, sob a orientação dos principais organismos financeiros mundiais, destinada a submeter os países periféricos a uma nova integração dependente no mundo capitalista.

Conforme se compreende acerca das mudanças na base técnica da sociedade, percebe-se que junto às mesmas repercutem transformações políticas e culturais; embora não seja o caso de afirmar que a base econômica, ou base técnica, determina unilateralmente a política e a produção cultural da sociedade, aliás, como se difunde vulgarmente a respeito do pensamento de Marx, como se este último autor tratasse a base material de produção das necessidades sociais separada da política e da cultura, ou seja, enquanto um segmento estanque da divisão do trabalho que domina unilateralmente os demais segmentos da sociedade e da natureza em geral, como faz a “economia vulgar”. Ao contrário disso, a economia, a política e a produção cultural da sociedade encontram-se, de fato, profundamente imbricados. Para melhor explicar o que acontece com a produção das idéias, além das instituições políticas e culturais, em termos da relação com a base econômica da sociedade, sugere-se pensar o modo pelo qual Marx fez referência à relação entre o ser social e a natureza em geral.

Segundo este autor, o desenvolvimento humano participa da evolução da natureza, ao passo do desenvolvimento de uma nova natureza, cada vez mais, econômica, política e cultural. Santos também concorda com Marx ao se referir à “segunda natureza” (SANTOS, 2006) como sinônimo de “natureza humanizada” (MARX, 2004a). Tanto Marx como Santos não deixaram de tratar a natureza por estarem se referindo à sociedade, já que esta última expressava nela mesma o desenvolvimento da natureza. Por isso, não se deve concluir que Marx e Santos tenham negligenciado o tratamento dos chamados “problemas espaciais”, como chegou a sugerir o geógrafo francês Yves Lacoste

(1986, p. 140), no seu livro *A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, publicado em março de 1976. Até onde se sabe os referidos autores buscaram fundamentalmente superar a oposição entre sociedade e natureza, em especial, por intermédio da superação material da produção social capitalista que aprofunda esta separação com base na alienação do trabalho.

Santos (2006), por seu turno, esclarece que:

O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. Segundo uma frase muito freqüentemente citada de Marx (*Capital*, I, p. 132, edição de M. Harnegger), “o que distingue as épocas econômicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho”. Esta noção tem, pois, um valor histórico e espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada (SANTOS, 2006, p. 56).

Não há, portanto, razão em afirmar que Marx ou Santos tenham negado a abordagem da dinâmica espacial, ainda que, de fato, tenha havido uma profunda cisão na ciência moderna, que se manifesta no caso da Geografia através do desenvolvimento de duas ciências separadas e radicalmente antagônicas dentro de uma mesma disciplina do conhecimento, conforme se pode verificar em termos da ruptura metodológica existente entre, de um lado, a Geografia Física e, de outro, a Geografia Humana. Há de se perguntar, evidentemente: quem terá dado melhor tratamento científico à relação entre sociedade e natureza em geral de modo a atribuir a tal relação a mais adequada significação histórica e metodológica?

Importante destacar que Marx e Santos deram um tratamento dialético à tal relação, sem esquecer que as leis da sociedade, ou da “segunda natureza” são formadas a partir das leis da “primeira natureza” que deixam de existir como tal, para serem negadas (embora incorporadas), ou seja, superadas, pelas leis da “natureza humanizada”. É necessário ainda ressaltar o direcionamento assumido pelo marxismo durante os últimos anos de vida de Engels, que se voltou, dentre outros objetivos, para o estudo da dialética da natureza – este último que vem

sendo retomado atualmente por autores como John B. Foster (2005), que escreveu *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. O marxismo tem, assim, procurado contribuir para a construção de uma ciência histórica voltada aos fenômenos da natureza em geral, incluindo o desenvolvimento do ser social.

A principal barreira no que se refere às tentativas de superação da dicotomia entre as ciências “humanas” e “naturais”, por sua vez, decorre da alienação material da riqueza, ou seja, alienação da natureza humanizada (natureza transformada pelo trabalho, ou território usado) em relação aos trabalhadores, forjando, com isso, seres humanos desumanizados. As ciências da natureza e, com elas, as chamadas “engenharias” estiveram, até hoje, separadas das ciências humanas, como estas últimas em relação às primeiras, em função da própria separação da natureza transformada pelo trabalho (meios de produção sociais) em relação à maior parte da humanidade. Desse modo, a efetiva incorporação das ciências humanas pelas ciências naturais, como também o inverso, depende, em última instância, da superação efetiva da alienação do trabalho pela humanidade, em especial, pela classe trabalhadora.

A relação existente entre economia, política e produção cultural pode, assim, ser pensada como na perspectiva que Marx e Santos pensaram a relação entre sociedade e natureza em geral; portanto, não sendo a economia que determina unilateralmente a política e a produção cultural, nem o inverso. Como já se falou, a “natureza humanizada” supera a “natureza natural”, ou “primeira natureza”, incorporando-a (*Aufhebung*). Da mesma forma, sugere-se que a relação entre economia, política e cultura seja de superação da base econômica da sociedade, ou base “técnica”, que se desenvolve, ademais, como política e cultura. Não é o caso, ainda, da cultura, ou da política, terem se desenvolvido a revelia de uma base econômica e natural; por isso mesmo, as dimensões políticas e culturais não devem ser pensadas fora do que para Santos significa o “território usado”, finalmente, uma “tecnoesfera” ligada indissociavelmente a uma “psicoesfera” (SANTOS, 2006).

Já no período da pós-grande indústria, segundo o economista Eleutério Prado, “[...] é a própria ciência embutida nos sistemas de informação e de controle que se apresenta diretamente sob a forma de capital – mais propriamente como forma privilegiada do capital fixo” (PRADO, 2005, p. 105). Desenvolve-se, assim, uma base técnica que se realiza por meio da produção científica e tecnológica, que assume a forma de laboratórios de pesquisa e universidades, incluindo

computadores, mídias eletrônicas e não-eletrônicas, cabos de fibra ótica, satélites, além dos mais diversos sistemas de informação, dentre outros objetos técnicos. Sem este meio técnico, científico, informacional e comunicacional, que atua como meio econômico e territorial não se produz ciência, e as necessidades sociais em geral, no período atual. Trata-se, assim, de um imperativo da produção social tornar-se atividade científica. A produção cultural tornou-se, nessa medida, uma atividade diretamente econômica, fazendo com que a arte, a ciência e a comunicação dependam da referida base técnica para que sejam considerados como tal, bem como a economia passe a depender do meio técnico, científico, informacional e comunicacional para que seja considerada economia.

Decorre daí que a própria atividade científica tenha se transformado e seja, atualmente, profundamente dependente do aparato técnico da pós-grande indústria. Com isso, a ciência assumiu uma forte tendência à tecnicização, o que não deixa de ser uma imensa possibilidade aberta para o desenvolvimento científico, desde que a mesma não se torne tecnicista, embora ainda haja grandes obstáculos para que a produção científica se desenvolva, efetivamente, de modo a contribuir para a superação das grandes questões candentes do mundo atual, como a crise ecológica e social.

Há de se perguntar, ademais, de que modo o poderoso avanço dos objetos de trabalho registrados na área da pesquisa científica nos anos da pós-grande indústria tem se refletido em termos da situação econômica, política, cultural e ambiental da sociedade. Observe-se, neste sentido, que apesar dos diversos desenvolvimentos tecnológicos no que se refere aos aparelhos científicos e comunicacionais – ou seja, às máquinas da pós-grande indústria – pouco se tem avançado na perspectiva da não devastação dos recursos naturais do planeta e da reprodução geral da existência social.

Sugere-se, com isso, que existe uma crise de ordem metodológica que afeta diretamente a produção social, embora se tenham desenvolvido grandiosos meios de informação, comunicação e, singularmente, de pesquisa científica – como, por exemplo, os aceleradores de partículas. Os sintomas do intenso período de crise social que atinge a humanidade é o sintoma mais evidente desta crise de ordem metodológica à qual se faz referência; a crise econômica e social se afirma, marcadamente, em vista das mais diminutas taxas de crescimento das economias capitalistas já vistas na história, ainda que se considere o fenômeno atual da China, da Índia ou do Brasil. Além disso,

a destruição dos recursos naturais permanece um problema alarmante em todo o mundo. A morosidade na descoberta da cura da Aids é só mais um exemplo de doenças da sociedade para as quais a ciência não tem conseguido dar respostas, autorizando a falar de uma vida social, cada vez mais, doentia. Esta mesma doença social, que inclui verdadeiras epidemias de violência, diferentes usos de drogas e doenças psíquico-sociais de grande magnitude, é a grande questão dos dias atuais e não se pode negar que as Igrejas, muitas vezes, têm atraído mais voluntários que as Universidades.

Isso demonstra que há uma crise de paradigma na ciência moderna, que se aprofunda no período da pós-grande indústria; esta mesma crise se refere, grosso modo, às grandes cisões científicas produzidas na modernidade, incluindo a separação entre natureza e sociedade, além da dicotomia existente entre as dimensões geral e particular da existência social. O filósofo contemporâneo Bruno Latour chegou a identificar esta característica fundamental da ciência moderna, embora não tenha avançado muito em termos da superação efetiva deste problema, sendo o livro de Latour (1994), *Jamais fomos modernos*, um típico trabalho de “ciências humanas”, por sua vez, alheio ao movimento da natureza em geral, além de negligente à relação entre singularidade e universalidade. Por outro lado, seria exigir demais de um único indivíduo a superação das cisões produzidas pela ciência moderna, porque, como já se falou, as referidas cisões estão relacionadas a profundas dicotomias historicamente produzidas entre os seres humanos e a natureza em geral (MARX, 2004a). Neste sentido, a superação das dicotomias teóricas provenientes da modernidade está relacionada, como já se falou, com a superação das dicotomias reais produzidas sob a perspectiva da modernidade capitalista, as quais se acirram, ainda mais, no período de desenvolvimento da pós-grande indústria – também em meio às ações políticas e culturais imperialistas que repercutem no cenário econômico atual.

Marcadamente, este último período contribuiu para uma maior alienação do trabalho, na forma dos movimentos de concentração e centralização do capital que se ampliam durante a maior hegemonia do “neoliberalismo”, como demonstraram os trabalhos do economista François Chesnais (1996; 1999). Com isso, se alavancou, ainda mais, a separação entre a natureza humanizada na forma de meios de produção sociais e a maior parcela da humanidade, no caso específico dos trabalhadores. Noutra perspectiva, o período da pós-grande indústria é considerado aquele no qual a produção científica tornou-se o centro do

processo de produção capitalista, o que poderia dar a entender que o desenvolvimento científico estivesse em destaque, não fosse o empobrecimento metodológico gerado, sobretudo, pela tentativa tardia do capitalismo de manter sua dominação sobre os trabalhadores.

Como se sabe, já desde Adam Smith, e é Marx quem o reconhece no Capítulo XII de *O Capital*, a divisão manufatureira do trabalho deforma, fundamentalmente, a consciência do trabalhador individual, embora esta última tenha desenvolvido também materialmente a figura do trabalhador coletivo, e haja, com isso, elevado de forma evidente a produtividade do trabalho. Essa mesma especialização da divisão do trabalho capitalista se ampliou continuamente no período da grande indústria moderna, contribuindo, ademais, para um maior estranhamento dos trabalhadores em relação ao processo geral de desenvolvimento da relação humana e natural, que repercute, ainda, como estranhamento das ciências humanas em geral relação à economia.

Apesar da contradição crescente que se desenvolve, partindo da manufatura e seguindo com a grande indústria moderna, entre o empobrecimento do trabalhador individual e o enriquecimento do trabalhador coletivo, esta última indústria ainda gerou uma nova base técnica, mais especializada ainda, tendo em vista a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, sobretudo, através da incorporação de conhecimentos oriundos da ciência moderna positivista à produção de mercadorias. Era de se esperar que, desse modo, a ciência alcançasse um elevado desenvolvimento; porém, o que se observa é a mais decidida incapacidade da mesma de propor soluções efetivas às grandes questões ecológicas e sociais da atualidade. Para não se alongar no que se refere à observação dos verdadeiros flagrantes de tal incapacidade, veja-se o desenvolvimento dos organismos geneticamente modificados (OGMs), realizado sob a imposição dos maiores grupos capitalistas do planeta, sobretudo, à revelia de qualquer perspectiva ecológica, social e, finalmente, científica. Aliás, no período em que a política das grandes empresas privadas se sobrepõe à política dos cidadãos (SANTOS, 2007) fica fora de qualquer validade o conhecimento científico ecológico e social.

A ciência atualmente hegemônica, além de conservar as bases fundamentais da ciência moderna, no que se refere à profunda especialização da produção de conhecimentos e à cisão inconciliável entre natureza e sociedade, possui, centralmente, um limite metodológico de ordem política, enraizado a partir da estrutura de classes da sociedade capitalista. Desse modo, a atividade científica no

período da pós-grande indústria, tendo ocasionado o surgimento das chamadas teorias pós-modernas, realiza uma opção pela exclusiva fragmentação do conhecimento científico – o que em Geografia se reflete no desenvolvimento de teorias puramente descritivas, além de abordagens profundamente limitadas em termos de extensão local<sup>20</sup>. Com isso, a ciência encontra-se impossibilitada de expressar teoricamente a totalidade espacial em movimento, bem como contribuir na perspectiva de superar os problemas de ordem geral que atingem a sociedade.

Nessa perspectiva, o espaço geográfico torna-se, cada vez mais, metodológico, além de técnico, científico, informacional e comunicacional, visto que as forças produtivas da sociedade, neste mesmo período, encontram-se obstaculizadas em vista da manutenção tardia das relações de produção capitalistas, que conformou um conjunto de forças crescentemente destrutivas da sociedade, tal qual Marx e Engels (2007) observaram, em 1846, n' *A Ideologia Alemã*, com relação aos períodos de estagnação do desenvolvimento das relações sociais de produção.

A práxis marxiana, incluindo pensamento e ação, de seu lado, adverte para uma possibilidade metodológica, ao mesmo tempo, histórica e dialética, que passa pela recuperação teórica e material da união entre sociedade e natureza, que inclui o conjunto dos meios de produção da sociedade e das relações sociais de produção. Tal práxis, no entanto, tem sido sistematicamente obscurecida, pairando, em geral, sobre a mesma grande desconhecimento. Ainda que seja bastante corriqueiro, ainda nos dias de hoje, falar a respeito das teorias de Marx e Engels, poucos são os acadêmicos que, de fato, empreenderam uma leitura minimamente aprofundada desses autores. Trata-se, enfim, de um obstáculo metodológico impulsionado por interesses de classe, em oposição aos interesses específicos da classe proletária, que, de acordo com os autores citados, tendem a despontar no horizonte do desenvolvimento social na perspectiva da superação positiva do modo de produção capitalista (MARX, 2008b).

---

<sup>20</sup> Milton Santos observou com relação ao “[...] tratamento dado pela geografia ao período atual [que...] como se estivesse demasiado prisioneira de uma moda, a geografia sucumbiu às fragilidades do enfoque da pós-modernidade, cuja versão mais popular é uma abordagem freqüentemente adjetival e metafórica, longe, portanto, da possibilidade da produção de um sistema. Ora, é a partir do espírito de sistema que emergem os conceitos-chave que, por sua vez, constituem uma base para a construção, ao mesmo tempo, de um objeto e de uma disciplina” (SANTOS, 2006, pp. 19-20).

Pelos motivos que dizem respeito à luta de classes, Marx tem sido chamado de economicista, no entanto, não se desenvolveu, até este momento, um meio de expressar com maior evidência as relações econômicas da sociedade, função esta que foi deixada aos “economistas vulgares” – estes últimos, que converteram a “economia” em um conjunto de dogmas baseados numa pura apologia ao capitalismo, sem qualquer perspectiva histórica e dialética. Este processo se verificou *pari passu* com o desenvolvimento das ciências humanas enquanto especialidade científica profundamente alheia à base material da natureza humanizada, ou seja, à técnica, chegando a influenciar a constituição do próprio marxismo – quando alheio, no caso, ao próprio Marx.

Contemporaneamente, Prado (2005) criticou a teoria desenvolvida pela Escola de Frankfurt, em especial, pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, no que se refere à ausência de tratamento do fenômeno técnico, aqui entendido como a dimensão econômica da sociedade. De acordo com Prado (2005):

[...] a chamada Escola de Frankfurt buscou apresentar uma teoria crítica do capitalismo apropriando-se de temas da herança marxista tais como ideologia, reificação, alienação, dominação, sem se concentrar, tal como Marx, nas leis de movimento do modo de produção capitalista, deixando de focar as formas de subordinação do trabalho ao capital e sem analisar os desenvolvimentos e os limites históricos da relação social de capital. [...] Esse afastamento da temática econômica torna-se ainda mais expressivo na teoria sociológica de Habermas, autor considerado como o principal sucessor e herdeiro dos primeiros teóricos críticos. Se aqueles mestres desenvolveram suas pesquisas sob as premissas, aí largamente implícitas, do trabalho como categoria sociológica chave, este último, com o objetivo de dar continuidade à crítica da modernização capitalista, passa a atribuir centralidade à linguagem e à comunicação (PRADO, 2005, p. 19).

Santos (2006) também chamou atenção para a “centralidade da técnica”, considerando, finalmente, que:

A idéia de técnica como algo onde o “humano” e o “não-humano” são inseparáveis, é central. Sem isso, seria impossível pretender superar dicotomias tão tenazes na geografia e nas ciências sociais, quanto as que opõem o natural e o cultural, o objetivo e o subjetivo, o global e o local etc. (SANTOS, 2006, p. 24).

Ainda segundo Santos (2006):

A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 2006, p. 23).

Esta concepção científica apóia-se, fundamentalmente, na teorização desenvolvida por Marx e Engels, na medida em que estes autores reuniram ao estudo da filosofia clássica alemã o objeto de pesquisa da economia política inglesa e, adicionalmente, do socialismo francês, ao mesmo tempo, superando-os em termos metodológicos, conforme Lênin (2006) observou em *As três fontes constitutivas do marxismo*.

O professor Idaleto Aued (2004) destaca que para Marx “[...] as condições históricas legadas pelas gerações pretéritas explicitam-se na base material da produção da vida das gerações presentes” (AUED, 2004, p. 03).

O interesse de Aued, assim como de Santos e Prado, com relação à superação do modo de produção capitalista articula-se, partindo da teorização original do marxismo, com a superação da base técnica de produção da sociedade, sujeita, por seu turno, à contradição desenvolvida do capitalismo. Aued (1999) esclarece que:

O capital é a força social que impulsiona a emancipação humana. Mas se a produção da existência dos homens se socializa pelo e no

capital, a apropriação da riqueza ainda está atada à propriedade privada. Contradição que obstaculiza a trajetória do ser social na constituição de sua plenitude. E esta só será alcançada no momento em que a produção e a distribuição da existência humana forem universalmente constituídas, isto é, quando o homem for produto do próprio homem; quando o reino da necessidade der lugar ao reino da liberdade (AUED, 1999, p. 130).

O método de pesquisa desenvolvido por Marx e Engels aborda centralmente a questão da transformação da sociedade, além da explicitação teórica da mesma, enquanto tarefa essencial dos filósofos. Conforme Marx observou em suas *Teses sobre Feuerbach*, de 1845: “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é *transformá-lo*” (MARX, 1986, p. 14). Com isso, este autor define sua perspectiva metodológica como “atividade ‘revolucionária’, ‘prático-crítica’” (MARX, 1986, p. 12), enquanto o desenvolvimento da sociedade produz materialmente uma dada contradição social, esta última que, conforme se acirra, clama por solução.

No período da pós-grande indústria, esta mesma contradição tende a se acirrar, sobretudo, em vista da capacidade de concentração e centralização da riqueza como capital, que se desenvolve através de meios econômicos, como aqueles relacionados à centralidade da produção científica no modo de produção capitalista ou, mesmo, por meios políticos, como a guerra, ou a função de engenharia financeira assumida pelos economistas vulgares que resultam na criação de capital fictício, ou seja, verdadeiras “pirâmides” financeiras que mediadas pelo aval do Estado culminam em novas extorsões dos trabalhadores, como em vista do aumento crônico da inflação – tudo isso, como meio de criar mercados externos fundamentais ao desenvolvimento da acumulação capitalista.

Prado (2005), por sua vez, acrescenta que:

Nas condições da pós-grande indústria, o capital tem de manter a dominação do trabalho de novas maneiras. Então, por um lado o neoliberalismo promove um regime de social darwinismo em todas as esferas da sociedade; por outro, requer um comportamento cooperativo de todas as pessoas da população. Em síntese: ele busca uma

corrida de ratos cooperativa! Na presença de crescente anomia, corrupção e violência, quando muitas dificuldades emergem na superfície da sociedade, ele propugna sempre pelo reforço do caráter policial e punitivo do poder da propriedade privada e do Estado (PRADO, 2005, p. 134).

Pode-se, assim, considerar que se vive atualmente uma situação semelhante àquela na qual surgiram as teorias dos economistas políticos – guardadas, é claro, as especificidades de cada período histórico. Pedro Figueira (2001) observa que durante o período de maior decadência do feudalismo “[...] começam a se expressar na forma de Economia Política [...] a linguagem daqueles setores sociais que se sentem sufocados pela teia de regulamentações que toda sociedade em crise terminal inventa para prolongar seus dias (FIGUEIRA, 2001, p. 13). Da mesma forma, se pode afirmar com relação ao marxismo, que surge modernamente, e ressurge no atual período histórico, como forma de expressão dos setores não-proprietários dos meios de produção, diante de regulamentações cada vez mais destoantes com a própria lógica econômica da sociedade, basicamente, em função de manter os interesses dos grandes proprietários capitalistas – conformando, assim, o desenvolvimento dos chamados falsos custos de produção a que Marx se refere no Capítulo XII d’*O Capital*.

Ainda conforme Prado (2005):

[...] com o advento da pós-grande indústria, o capitalismo tem de aparecer como capitalismo, quase francamente como um sistema baseado na dominação de classe. Ele surge como um sistema de relações sociais assimétricas e polarizadas e que gera inerentemente exclusão, mas com o qual é preciso se conformar, já que ele é o único que permite a liberdade empresarial e a democracia representativa. Para os atuais defensores da propriedade privada dos meios de produção esse sistema está constantemente ameaçado para usurpação dos rendimentos dos proprietários privados pelos sindicatos, pelos governos corruptos, pela política tributária criada por legisladores demagogos, pela revolta dos derrotados, etc. A contradição entre trabalho e capital não é, pois, ocultada; ela aparece de certo

modo, mas é apresentada como uma espécie de moto-perpétuo concorrencial, para o qual não há – diz o neoliberalismo – alternativa (PRADO, 2005, p. 134).

É certo que já desde Adam Smith se diz algo com “ruim com o capitalismo, mas pior sem ele”. Sobretudo, quando este último autor compara a realidade material de um grande líder selvagem a de um cidadão mediano de um determinado país capitalista, no caso, a Inglaterra, onde, segundo a argumentação de Smith, se oferece melhores condições de vida à população em geral, apesar de haver maior desigualdade entre ricos e pobres. Por isso mesmo, o cidadão de um país capitalista teria, de fato, maior acesso à satisfação de suas necessidades materiais do que o mais destacado líder selvagem. Que Adam Smith pensasse assim, é bastante compreensível, já que o capitalismo despontara naquele momento como um modo de produção vivificante da sociedade, e justamente por expressar teoricamente tais relações de produção sociais é que Smith se tornou um clássico da economia econômico. No entanto, não se pode deixar de observar a diferença entre a segunda metade do século XVIII e os dias atuais.

Centralmente, o capitalismo saiu das entranhas do decadente mundo feudal e se tornou universal, ao passo que a burguesia capitalista foi elevada ao centro do universo. Enquanto isso, a relação de produção burguesa desenvolveu contradições sociais de grande intensidade, que resultaram em crises cada vez mais acirradas; de modo que no atual período histórico já não se pode dizer que as relações de produção capitalistas, fundadas no assalariamento, ampliam as possibilidades de reprodução da humanidade. Parece evidente que o modo de produção capitalista atua, sobretudo, politicamente, no sentido do seu desenvolvimento atual, tornando o Estado burguês ainda mais autocrático, enquanto se degeneram os fundamentos econômicos do sistema do capital.

A contradição social capitalista se explicita teoricamente em vista das verdadeiras oposições que afloram no horizonte da produção material burguesa, ainda mais, contando com a maior possibilidade absoluta de acesso à informação pela população, que, no entanto, se reproduz de forma profundamente hierarquizada. Os entraves de ordem política e metodológica, por sua vez, clamam por superação na medida em que o capitalismo se desenvolve de forma crescentemente degenerativa. Adverte-se, ainda, para evidência de que uma situação

revolucionária só pode ser produzida segundo o aprofundamento da degeneração capitalista.

Ressalte-se, como faz Aued (2004), que conforme:

[...] a reprodução degenerativa dos homens, no modo de produção capitalista, [...] tornou-se uma universalidade na atualidade, não me resta outra alternativa, como pensador, senão investigar, nesse mundo do século XXI, a possibilidade de caminhos que conduzam a humanidade para além do existente, mesmo porque “tudo o que é sólido se esfuma pelo ar” (AUED, 2004, pp. 02-03).

Há de se considerar, nesta perspectiva, que, a partir da década de 1970, com o desenvolvimento crescentemente degenerativo da produção capitalista, foram retomadas as condições para um novo ascenso organizativo da classe trabalhadora. Esta, no entanto, passou a atuar por meio de formas bastante fragmentadas, tendo em vista as condições, de um lado, do desenvolvimento do capitalismo que advieram no período da pós-grande indústria e, de outro, da própria organização autônoma dos trabalhadores.

Com relação às primeiras, há de se ressaltar, resumidamente: 1) a centralidade assumida pelo trabalho científico em meio à produção capitalista e as conseqüências que se seguiram em termos de organização do processo de produção e circulação das mercadorias, com elevado percentual de substituição da força de trabalho em diversos setores produtivos, perfazendo a chamada “reestruturação produtiva”, também analisada por autores como Ricardo Antunes (1997) e David Harvey (1998); 2) a nova fronteira representada pelos países do Sul ao avanço imperialista, desta vez, como hegemonia capitalista dominada conjuntamente pelos países do Norte, com os EUA à frente, conformando, finalmente, o chamado “neoliberalismo”; 3) o ampliado processo de captura do poder do Estado em favor dos interesses privados das grandes empresas capitalistas, localizadas originalmente no hemisfério Norte, através do recurso de um sem número de ditaduras militares como as que ocorreram no Brasil e na maior parte dos países do hemisfério Sul – com exceção dos que fizeram suas revoluções nacionais socialistas durante o período pós-2ª Guerra Mundial, como China, Cuba e Vietnã; 4) a ampla disposição por parte dos governos ditatoriais capitalistas em combater as organizações autônomas dos trabalhadores, com ênfase nas suas formas tradicionais, como partidos

políticos e sindicatos; 5) a concentração de riquezas que adveio neste último período em todo o planeta, com graves conseqüências para as condições de vida da classe trabalhadora.

Deve-se, ainda, enfatizar com relação a uma propalada perda de centralidade do trabalho por intermédio da produção capitalista, com base no desenvolvimento técnico do período da pós-grande indústria, que não se trata, em primeiro lugar, de uma perda de centralidade do trabalho, entendido como atividade de mediação entre os seres humanos e a natureza em geral, pela qual são produzidas as necessidades humanas, embora se possa falar de uma perda de centralidade do trabalho realizado por meio da tradicional indústria moderna. Como também não se trata de uma perda de centralidade do trabalho abstrato, enfim, substância do valor, mas do trabalho concreto produtor de valores de uso relacionado, especificamente, com a indústria moderna.

No que se refere às mudanças no processo de trabalho ocorridas durante o período da pós-grande indústria, Prado critica a teorização de André Gorz com relação à produção do valor. Conforme Prado (2005), Gorz afirma que:

[...] em virtude de uma metamorfose do próprio trabalho, o capitalismo perdeu sua medida reguladora interna. Se o valor era a norma do modo de produção capitalista no século XIX, agora ele não tem mais qualquer norma. Se os preços no século XIX eram regulados pelo valor, agora os preços tornaram-se puramente relativos. E a causa dessa formidável mudança, segundo ele, deve ser encontrada no fato de que o trabalho tornou-se “imaterial” (PRADO, 2005, p. 71).

Prado (2005), por seu turno, explica, com base em Marx, que:

A mercadoria é uma unidade de contrários: valor de uso e valor. O trabalho produtor de mercadoria também é uma duplicidade antitética: concreto e abstrato. O primeiro responde pelo valor de uso e o segundo é a substância do valor. O trabalho concreto é o trabalho como o conhecemos na vida cotidiana. É atividade com um conjunto determinado de qualidades capaz de gerar um objeto de uso característico. Já trabalho abstrato é puro dispêndio de força humana de trabalho e,

como tal, é a substância do valor. Sua existência depende de um processo social de redução que abstrai o conjunto das qualidades constitutivas do trabalho concreto, para que uma delas seja posta como quantidade (PRADO, 2005, p. 73).

Segundo Prado (2005) “[...] Gorz identifica a forma da relação de capital com os conteúdos materiais que lhe dão suporte, o que indica que ele cai também na ilusão fetichista” (PRADO, 2005, p. 76). Assim, “[...] confunde as duas dimensões inerentes ao trabalho no capitalismo: trabalho concreto e trabalho abstrato” (PRADO, 2005, p. 73).

Como se sabe, o preço das mercadorias não necessariamente coincide com o valor das mesmas, já que o preço pode variar, e de fato varia, em função de diferenciais de monopólio – e oligopólio – presentes no mercado. No entanto, no período de desenvolvimento da indústria moderna o valor continua regulando em grande medida os preços e, com ele, as trocas. Resta saber se uma determinada relação de valor continua a existir no período de desenvolvimento da pós-grande indústria ou se, de fato, os preços se tornaram “puramente relativos”. Há, ainda, a possibilidade de concordar com Prado (2005) no sentido de que:

Segundo Marx, o desenvolvimento da grande indústria conduz o modo de produção capitalista para uma fase de transição (aqui denominada, como já se disse, pós-grande indústria). Nessa etapa, a geração de valor deixa de depender inteiramente do tempo de trabalho, passando a se sujeitar também ao emprego de recursos sociais de produção que o ato de trabalhar mobiliza durante o tempo de trabalho (PRADO, 2005, p. 83).

Prado (2005), ademais, reproduz uma citação de Marx dos *Grundrisse*, de 1857-1858, na qual este último autor observa que:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, ou seja, a posição do trabalho social na forma de contradição entre o capital e o trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor. O pressuposto dessa produção é, e segue sendo, a massa de tempo de trabalho imediato, a

quantidade de trabalho empregada como fator determinante na produção de riqueza. Todavia, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza real torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregada, passando a depender mais da capacidade conjunta dos agentes postos em ação durante o tempo de trabalho, capacidade cuja eficácia (*powerful effectiveness*) não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção (MARX *apud* PRADO, 2005, p. 83).

Observe-se que para Marx “[...] à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza real torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregada, passando a depender mais da capacidade conjunta dos agentes postos em ação durante o tempo de trabalho”; embora, veja-se que, basicamente, “a eficácia” de tal capacidade “não mantém nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que sua produção exige; depende do estado geral da ciência e do progresso técnico, ou da aplicação da ciência à produção”, ao passo que “o pressuposto dessa produção é, e segue sendo, a massa de tempo de trabalho imediato, a quantidade de trabalho empregada como fator determinante na produção de riqueza” (MARX, *apud* PRADO, 2005, p. 83).

Neste sentido, não é que o trabalho abstrato tenha deixado de ser a substância do valor, ou que este último tenha deixado de ser o elemento regulador das trocas, apesar dos preços se diferenciarem ainda mais em relação ao valor, dado o maior grau de monopolização do mercado pelo grande capital. Mas, também, não se pode dizer que haja uma desmedida do valor, como afirma Prado (2005), pois, simplesmente, a “eficácia” do trabalho deixou de depender do tempo imediato de produção das mercadorias, embora o tempo de trabalho empregado diretamente na produção das mesmas continue como medida do valor produzido; fazendo com que o tempo de formação (aprendizado técnico) do trabalhador intelectualizado da pós-grande indústria tenha passado a determinar, de forma crescente, a produtividade do trabalho durante a produção da riqueza.

É também Prado (2005) quem reconhece:

[...] que o trabalho complexo na formulação original de *O Capital* não representa problema algum para o desenvolvimento dos primeiros passos da teoria do valor, pois, de acordo com esse autor, ele “vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado” (MARX, 1983a, p. 51-52). O trabalho complexo, segundo ele, é constantemente reduzido a trabalho simples pelo processo social, em proporções determinadas, e isto ocorre sem que os produtores se apercebam, parecendo-lhes que são dadas pela tradição. Nos primeiros capítulos de *O Capital*, que são os mais abstratos de toda a obra, essa redução é pensada sob a suposição de que tanto o trabalho simples quanto o trabalho complexo possam ser medidos apenas pelo tempo de um modo economicamente significativo (PRADO, 2005, p. 75).

Pode-se, assim, considerar que o trabalho da pós-grande indústria está para o trabalho da grande indústria moderna, da mesma forma que, para Marx, o trabalho complexo está para o trabalho simples; ou seja, o trabalho da pós-grande indústria “vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado” (MARX, *apud* PRADO, 2005, p.75). Desse modo, permanece em vigor no período da pós-grande indústria a teoria do valor-trabalho desenvolvida por Marx.

Permanece, ainda, o limite metodológico da ciência positivista oriunda da modernidade, cada vez mais, em oposição ao conhecimento efetivo da natureza. Havendo, portanto, um grave obstáculo à formação intelectual dos trabalhadores da pós-grande indústria, que se reflete segundo as contradições de classe que permeiam a sociedade capitalista, no caso da mais acirrada oposição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção sociais.

É importante, com isso, considerar, de um lado, as consequências negativas do processo de desenvolvimento capitalista no período da pós-grande indústria, conforme se falou, em se tratando da classe trabalhadora, e, de outro, as novas formas de organização soberana desta última classe social, tendo em vista a superação das atuais dificuldades enfrentadas em função do mais amplo desenvolvimento degenerativo da acumulação capitalista. Disso resulta, ademais, a possibilidade de crítica metodológica da ciência moderna, em meio ao processo de emancipação política e econômica, além de cultural, da classe trabalhadora.

Adverte-se, assim, para o fato de que no processo de emancipação dos trabalhadores a sociedade tende, ainda, a experimentar uma nova revolução científica e tecnológica. E embora esta transição se processe, de início, nos marcos da produção de valor, que, aliás, é anterior ao próprio capital, atua na perspectiva do processo de organização independente dos trabalhadores, “para além do capital”, como diria Mészáros (2002).

Prado (2005) ainda ressalta com particular acerto que:

É a ideologia que defende o sistema capitalista quando a relação de capital se tornou potencialmente supérflua e quando a autogestão dos processos de produção pelos próprios trabalhadores começa a se mostrar uma opção efetiva, mais produtiva inclusive do que a opção gerencial, e que permite um maior grau de auto-realização (PRADO, 2005, pp. 136-137).

Disso resulta, finalmente, um vasto campo de investigação científica relacionado com o que se chamou até aqui de espaço transitório socialista, ou seja, o espaço horizontalmente soberano de organização dos trabalhadores, haja vista as potencialidades e limitações produzidas de forma crescente pelo avanço capitalista na atualidade.

Nessa perspectiva, proceder-se-á a análise crítica relacionada com a especificidade do Movimento Sem Terra, no período que vai da primeira metade da década de 1980 ao ano de 2010, com ênfase no estado de Santa Catarina, Brasil, em vista da elucidação das atuais tendências de desenvolvimento do espaço transitório socialista.

### **3.2. Antecedentes do surgimento do MST – incluindo a especificidade do território brasileiro**

O período que antecede o surgimento do MST condiz, imediatamente, com a fase de relativo descenso das lutas de massa dos trabalhadores no hemisfério Norte. Porém, se refere, ademais, à ascensão das lutas de massa dos trabalhadores no hemisfério Sul e às novas identidades surgidas em meio ao processo de reorganização da classe trabalhadora realizado durante a década de 1970, onde se inserem os “novos” movimentos sociais – entre eles, os movimentos étnicos, como de povos indígenas, afro-descendentes, etc., os movimentos

reivindicatórios de direitos civis relacionados ao gênero, entre os quais, movimentos de mulheres e homossexuais, além dos movimentos camponeses, ambientalistas e da ascensão dos movimentos de trabalhadores intelectuais, conforme ocorreu de forma relativamente isolada na França, em maio de 1968, mediante a organização comum de estudantes e professores universitários em meio à luta da classe trabalhadora.

O fato a ser registrado é que o MST, a exemplo de outros movimentos sociais, surge como resultado do desenvolvimento degenerativo das relações de produção capitalistas, em se tratando do avanço da alienação do trabalho como capital e, sobretudo, como espaço de organização independente dos trabalhadores, que evolui conforme se aprofunda ciclicamente a crise capitalista.

De acordo com a professora Célia Vendramini:

O sem-terra constitui-se como classe na luta de classes. Nesse sentido, a vinculação a uma classe social é determinada estruturalmente, pela posição que se ocupa num sistema de produção, e também pela capacidade de organização e mobilização (VENDRAMINI, 2004, p. 218).

Esta mesma autora enfatiza, citando Wright, que:

As diversas relações de classe que vinculam de forma objetiva os seus agentes numa situação comum de classe podem ser divididas em duas categorias: “os vínculos gerados diretamente pelos fatos estruturais da sociedade capitalista e os que são constituídos pela organização consciente daquela classe. As primeiras podem ser chamadas capacidades estruturais, e as segundas, capacidades organizacionais de uma classe” (WRIGTH, 1981, p. 91 e 92) (VENDRAMINI, 2004, p. 219).

Conforme se evidenciou, até aqui, com relação ao desenvolvimento organizativo da classe trabalhadora, frente às condições estruturais delineadas pelo imperialismo, houve um particular descenso das lutas de massa dos trabalhadores, em especial, no hemisfério Norte, após o processo de degeneração da URSS, para o qual contribuiu tanto a morte de Lênin e a ascensão de Stálin ao poder neste

último país e a frente da III Internacional Comunista, finalmente, extinta por este último, em 1943, como a derrota sofrida pelos trabalhadores na Alemanha, em 1919, quando foram assassinados Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, dentre outros revolucionários. Há de se considerar que todo este processo prático vivido pela classe trabalhadora foi acompanhado por um processo teórico no qual as teorias revolucionárias foram também derrotadas. Vale citar, neste sentido, a ascensão do Revisionismo de Bernstein na Alemanha e da teoria stalinista do “Socialismo em um só país” na URSS<sup>21</sup>.

A derrota da organização autônoma do proletariado no hemisfério Norte, finalmente, favoreceu a ascensão das guerras imperialistas, também sustentadas pela expansão mundial do capital financeiro. Já com o fim da 2ª Guerra Mundial, conforme o avanço do imperialismo capitaneado pelos EUA sobre o hemisfério Sul, foram crescentemente mobilizadas as forças de organização dos trabalhadores neste último hemisfério do planeta.

No caso do Brasil, foram realizados importantes movimentos de massa dos trabalhadores já a partir dos últimos anos da 2ª Guerra Mundial, quando teve influência, ainda que por um curto período, a vitória militar da URSS contra o Fascismo alemão, que resultou numa breve abertura democrática incluindo a legalização nacional PCB, em 1946, aproximadamente três anos após este partido haver refundado seu Comitê Central clandestinamente, depois da intensa repressão sofrida pelos comunistas em meio à ditadura do “Estado Novo”. A referida

---

<sup>21</sup> No caso da URSS, há de se considerar a tentativa de Trotsky de levar adiante o internacionalismo proletário, primeiramente, organizando a Oposição de Esquerda no interior do PCUS, durante a segunda metade da década de 1920, e após sua expulsão do país, quando chegou a fundar a IV Internacional Comunista, em 1938, particularmente, após o abandono da Revolução Espanhola, em 1936, pelo stalinismo. Trotsky profetizara – utilizando a expressão de Isaac Deutscher (1984) – a degeneração da URSS que foi considerada por ele um Estado operário burocratizado, na mesma linha do que se tornou a III Internacional. Sua trajetória política ficou expressa teoricamente em textos como *A Revolução Traída* (2005) na qual Trotsky expôs uma análise profunda da contradição existente na URSS, partindo do surgimento da burocracia stalinista e do reforço a esta última, também em vista do abandono do internacionalismo proletário na Europa. Entretanto, após a morte de Trotsky, em 1940, assassinado por um agente do stalinismo, o que restou da inspiração revolucionária deste último ficou bastante difuso e fragmentado, em meio a diversas tendências políticas que passaram a disputar o legado “trotskista” – o que, em grande parte, resultou no desenvolvimento de tendências esquerdistas, embora tal caracterização não se atribua a todos os que seguiram a tradição de Trotsky, muito menos, a ele mesmo, que lutou decididamente contra a degeneração do processo de organização independente da classe trabalhadora na URSS.

abertura democrática, entretanto, foi bastante efêmera, e PCB teve novamente seu registro cassado alguns meses depois das eleições brasileiras de 1946, quando o Partido obteve expressiva votação nacional e Luís Carlos Prestes, sua principal liderança, foi eleito o senador mais votado do país.

Ainda no que se refere ao Brasil, há de se observar o surgimento de inúmeros movimentos de trabalhadores rurais, explicitando o problema pendente de forma explosiva no meio rural brasileiro. Não por acaso as Ligas Camponesas chegaram a preocupar os burocratas de Washington nos anos que se seguiram ao fim da guerra (SANTIAGO, 2006), como contribuíram para a realização do golpe militar de 1964 no território brasileiro, sobretudo, pelo horror que despertaram em meio à classe capitalista nacional e transnacional. A situação de miséria existente no Nordeste brasileiro, bem como a singular opressão existente sobre o povo nordestino, por meio de relações sociais marcadamente atrasadas, inclusive em relação ao restante do Brasil, despertou uma enorme radicalidade popular que confluiu em torno das Ligas Camponesas. Esta mesma atitude radical pode ainda ser considerada esquerdista, conforme a ênfase atribuída por Bernardete Aued (2006); e de fato o foi se considerada a situação política brasileira em geral, ainda que a violência protagonizada pelas Ligas pudesse ser compatível com a estrutura de poder existente, singularmente, no Nordeste do Brasil<sup>22</sup>.

Não foram, por fim, somente as Ligas Camponesas que enfatizaram o problema da propriedade da terra neste último país no período que antecede o golpe militar de 1964. Veja-se, ainda, o movimento de caráter majoritariamente sindical organizado pelo PCB no campo brasileiro, além de uma série de movimentos autônomos organizados localmente. Clodomir Moraes (2006) divide o período de 1945 a 1964 em três períodos distintos, entre eles: o período de 1945 a 1947, quando os movimentos camponeses foram organizados prioritariamente pelo PCB, em que se estruturaram pela primeira vez as Ligas Camponesas no território brasileiro, ainda que numa fase prévia à ascensão principal das mesmas; o período de 1948 a 1954, quando, após a proscrição do PCB, “[...] destacaram-se os núcleos de posseiros que, considerando a posseção uma presumível propriedade, decidiam defender sua parcela com o mesmo fervor do possuidor de grandes

---

<sup>22</sup> Ver, sobre as condições de surgimento das Ligas Camponesas, o artigo de Joseph A. Page, intitulado *Caos no Campo*, incluído na coletânea de textos organizada por João P. Stedile (2006) *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964*.

extensões de terra” (MORAES, 2006, p. 25); e o período de 1955 a 1964, quando do ressurgimento das Ligas Camponesas, bem como da ascensão do movimento predominantemente sindical organizado pelo PCB.

Com relação ao período de 1945 a 1947, Moraes (2006) situa “[...] o Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais”, embora fosse muito difícil e, sobretudo, arriscado organizar os camponeses e assalariados rurais no Brasil, tendo em vista, “até 1963, [...] *de facto*, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários”. Mesmo assim, “[...] os ativistas do Partido Comunista” realizaram, neste período, “[...] uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniram milhares e milhares de pessoas” (MORAES, 2006, p. 21). Moraes (2006) observa, ademais, que: “consoante a própria estrutura orgânica do Partido Comunista, tratava-se de um movimento camponês altamente centralizado” (MORAES, 2006, p. 22). Segundo este mesmo autor:

A proscricção do Partido Comunista em 1947 significou, principalmente, o fechamento das Ligas Camponesas, e foi no setor rural que ocorreu a maior parte dos assassinatos, prisões e perseguições com que o governo Dutra marcou a adoção daquela medida arbitrária (MORAES, 2006, p. 23).

Ao passo da repressão direta ao movimento organizado pelo PCB, emergiram fortemente os movimentos espontaneamente organizados por camponeses no meio rural brasileiro, tendo em vista, centralmente, o avanço das empresas capitalistas sobre territórios controlados por posseiros.

Moraes (2006) considera que:

Quatro importantes acontecimentos marcaram os movimentos camponeses dessa época: a guerrilha de Porecatu, a revolta de Dona Noca, o território livre de Formoso e o primeiro Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas. Sobretudo nos três primeiros acontecimentos mencionados, é quase nula a influência dos operários urbanos (MORAES, 2006, p. 25).

Este foi, ainda, o caso da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná, embora tendo ocorrido poucos anos depois do período citado, cujo conflito originário das ações de empresas colonizadoras que tentavam tomar as terras dos posseiros da região forjando documentos falsos chegou ao limite em outubro de 1957, quando seis mil posseiros armados, com espingardas e revólveres, ocuparam a cidade de Pato Branco para resistir à ação das empresas que haviam contratado jagunços para expulsar os camponeses das terras. Os jagunços ainda fugiram para Francisco Beltrão onde ficavam as sedes das empresas, mas no dia seguinte os posseiros ocuparam Francisco Beltrão onde destruíram os escritórios das empresas e a documentação que haviam sido forçados a assinar em favor das empresas. Este movimento assume importância adicional no Brasil por ter sido considerado o primeiro movimento organizado por pequenos proprietários fundiários a derrotar o avanço das grandes empresas capitalistas colonizadoras de terras no país. Muito embora fosse um movimento ainda bastante localizado, atuou no sentido de estimular o forte crescimento da organização dos camponeses e trabalhadores rurais que se desenvolveu no território brasileiro, marcadamente, a partir de 1955.

Além do ressurgimento das Ligas Camponesas, renovada do ponto de vista da orientação tática e estratégica, também se desenvolveu no campo brasileiro o movimento de massas predominantemente sindical liderado pelo PCB, resultando numa nova fase de ascensão dos movimentos de trabalhadores rurais organizados no país, caracterizada, ainda, pela existência de organizações regionais e nacionais envolvendo os trabalhadores rurais em todo o país. Também se destaca, neste último período, a organização de movimentos localizados em nível estadual, como o Movimento de Agricultores Sem Terra (Master), criado em 1960 no Rio Grande do Sul, estado brasileiro no qual, deve-se ressaltar, despontou a organização do MST – aproximadamente, vinte anos depois das ocupações de terra organizadas sob a liderança do Master.

Mitsue Morissawa (2001) destaca que:

Em 1962, havia mais de 5 mil pessoas acampadas na periferia da Fazenda Sarandi, localizada no município gaúcho de mesmo nome, que possuía 24 mil hectares. Eram organizadas pelo Master. Com a pressão, a fazenda foi desapropriada pelo governador Leonel Brizola. Para isso, ele utilizou uma lei estadual, que dispunha sobre utilidade

pública, já que na época não existia nenhuma lei de reforma agrária. A fazenda foi dividida em lotes, mas não foi possível distribuir todos, porque o mandato de Brizola terminou e seu candidato ao governo não foi eleito. Além disso, logo em seguida veio o golpe militar (MORISSAWA, 2001, p. 123).

Foram, assim, bastante numerosos e, porque não dizer, diversificados os movimentos de massa que ecoaram no Brasil entre 1945 e 1964<sup>23</sup>. Há de se ressaltar que os movimentos organizados por camponeses e trabalhadores rurais atuaram, em geral, com maior radicalidade que os movimentos de trabalhadores urbanos realizados no território brasileiro no mesmo período, ainda que nas cidades do país também tenham se desenvolvido poderosas organizações proletárias, como organizações sindicais e estudantis. Porém, o meio rural no Brasil apresentava um maior atraso histórico relativo às principais cidades brasileiras, nas quais o “trabalhismo” se encarregara de desenvolver, em certa medida, as relações sociais de produção<sup>24</sup>.

Não se pode dizer, entretanto, que tenha havido consenso, neste período, entre as principais organizações de trabalhadores rurais existentes no Brasil. Observem-se as diferenças, por exemplo, entre as Ligas Camponesas e o sindicalismo rural liderado pelo PCB. Embora existissem semelhanças entre os dois movimentos, como a perspectiva de se colocarem como organizações nacionais dos trabalhadores rurais, também articuladas internacionalmente – o que influenciou, decididamente, a organização do Movimento Sem Terra – houve, ainda, diferenças profundas entre os mesmos, a começar pela estrutura interna das duas organizações e, também, a relação de ambas com os demais segmentos organizados da sociedade. Tudo isso reflete uma rica trajetória de organização dos trabalhadores rurais brasileiros que irá contribuir para a organização do MST, especialmente, quando da falência estrutural do projeto pró-imperialista materializado na ditadura militar implantada no Brasil entre 1964 e 1985.

Por outro lado, não apenas os movimentos organizados no campo brasileiro neste período inspiraram o surgimento do MST, como a

---

<sup>23</sup> Leonilde Medeiros (2006) oferece uma cronologia dos movimentos sociais existentes no campo brasileiro no período de 1945 a 1964.

<sup>24</sup> Ver Francisco de Oliveira (1981) sobre a influência da legislação trabalhista implantada no Brasil a partir da década de 1930 em meio ao processo da modernização capitalista do país.

própria ditadura militar então realizada no Brasil. Ainda que as condições locais tenham participado em meio aos condicionamentos históricos gerais da ascensão do referido movimento social no território brasileiro. Por sua vez, as professoras Bernardete Aued e Edna Fiod enfatizam que:

1. a constituição do MST se configura com o destino dos imigrantes que é engendrado no processo de emprego e desemprego europeu. Com a mudança das pessoas, desloca-se também o eixo de uma grave crise que atravessa muitos países europeus. Em decorrência da imigração, cria-se uma poderosa sobrevida à acumulação capitalista no século XIX;
2. apesar da especificidade, o MST não deixa de refletir a generalidade dos confrontos históricos e os problemas que desafiam a criatividade humana há um certo tempo e;
3. o MST configura a luta entre o velho e o novo, entre uma sociedade que “verte água” e uma outra que pode ser vislumbrada nas franjas dessas relações sociais, cujo esgarçamento histórico vem se tornando irreversível na forma de nômades que vagueiam pelo mundo em busca de trabalho (AUED; FIOD, 2004, p. 174).

Há, ainda, que acrescentar, juntamente com o processo da grande indústria moderna, durante o “[...] século XIX, época em que são engendradas as condições que impulsionam o movimento colonizador” (AUED; FIOD, 2004, p. 174), o próprio surgimento da pós-grande indústria e as contradições daí decorrentes, sobretudo, a partir da década de 1970, sem falar no processo histórico horizontal de organização soberana dos trabalhadores que antecede o surgimento do MST e que lhe serve de inspiração.

Neste sentido, tanto ocorreram outras fases de desenvolvimento do capitalismo entre o século XIX e o período de surgimento do MST, como se desenvolveram poderosos movimentos de organização revolucionária dos trabalhadores, que devem ser levados em consideração no que se refere aos antecedentes históricos do Movimento Sem Terra, ainda que se possa ter como base a formulação de Aued e Fiod acima referida.

Ou seja, é preciso atualizar a referência histórica que define a “luta entre o velho e o novo”, partindo do desenvolvimento degenerativo da sociedade capitalista, iniciado em 1825, cujo processo de afirmação, crise e superação foi inicialmente explicitado por Marx em *O Capital*, com base no desenvolvimento da indústria moderna, também através da luta de classes moderna. Diante disso, buscou-se no segundo capítulo desta tese evidenciar o desenvolvimento das ações autônomas dos trabalhadores pertinentes ao espaço transitório socialista, em luta contra o espaço degenerativo capitalista, até o período que sucede a 2ª Guerra Mundial, em torno do qual se reflete o surgimento do MST, quando se configuram, além da pós-grande indústria, os “anos de chumbo” do capitalismo, aos quais se segue o período “neoliberal”; enquanto afloram, ademais, as novas formas de organização dos trabalhadores, entre as quais o nacionalismo revolucionário e os “novos” movimentos sociais, ambos com caráter essencialmente antiimperialista.

Já, neste terceiro capítulo, tem-se como objetivo, em vista do recente desenvolvimento da acumulação capitalista, investigar as ações de massa dos trabalhadores realizadas no hemisfério Sul e, particularmente, no Brasil, que resultaram no surgimento do MST. Ao passo dessa compreensão, seguir-se-á na perspectiva de uma periodização referente ao desenvolvimento do MST nos seus 25 anos de existência, observando com maior ênfase a realidade do Movimento Sem Terra no estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil, bem como suas relações com o desenvolvimento do espaço transitório socialista.

Por sua vez, os movimentos de trabalhadores organizados no campo brasileiro possuem particular relevância em termos do desenvolvimento do MST, ainda que este último não negue influências bastante mais profundas em termos de movimentos sociais de luta pela terra e, ainda mais, de movimentos de transformação geral da sociedade, sem falar no processo hegemônico de degeneração do modo de produção capitalista que, em última instância, determina o desenvolvimento do espaço transitório socialista, enquanto espaço horizontal de organização soberana da classe trabalhadora.

Neste sentido Morissawa (2001) acrescenta que:

O MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Podemos dizer que a história das Ligas tem sua continuidade no MST. Por quê? Essencialmente

porque elas, tal como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas principalmente porque defendiam uma reforma agrária, para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante (MORISSAWA, 2001, p. 120).

Por seu turno, João P. Stedile (*apud* Santiago, 2006), grande liderança do MST, até hoje, enfatiza que:

Nos primeiros encontros e reuniões que realizamos naquele período de 1979 a 1984, quando o MST nasceu como movimento, encontros estimulados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), havia uma referência básica: sempre procurávamos refletir a partir das experiências das organizações que haviam existido antes. Ou seja, havia uma vontade de querer aprender com os que nos antecederam. Nesse sentido, as experiências das Ligas e as conversas com Julião e outros dirigentes das Ligas que ainda estavam vivos, como Clodomir Moraes, os livros do mestre Manuel Correia de Andrade, de Josué de Castro, nos ajudaram muito. Os movimentos sociais, como o MST e outros, são processos de organização social, coletivos. Eles não são frutos de vontades pessoais ou determinados exclusivamente por essa tese, essa experiência ou esses ensinamentos. O MST considera-se um descendente, um seguidor das Ligas Camponesas e, nesse sentido, da experiência e vida também de Julião e de tantos outros líderes das Ligas, como João Pedro Teixeira, José Porfírio, Clodomir, Elizabeth Teixeira, o padre Alípio de Freitas e outros menos conhecidos (STEDILE *apud* SANTIAGO, 2006, pp. 184-185).

Ainda no que se refere aos movimentos de trabalhadores rurais organizados no território brasileiro, no período posterior à 2ª Guerra Mundial e, centralmente, entre 1955 a 1964, há de se observar com

maior evidência o desenvolvimento do sindicalismo rural liderado pelo PCB e o movimento das Ligas Camponesas.

Com relação ao primeiro, sabe-se que resultou numa poderosa estrutura organizativa articulada nacionalmente, partindo da criação de inúmeras associações de lavradores e pecuaristas fundadas durante o período de maior repressão à criação de sindicatos no campo brasileiro – principalmente, até 1962, quando o governo de João Goulart regulamentou o processo de sindicalização rural no Brasil, fazendo com que as tradicionais associações de trabalhadores rurais fossem, em geral, transformadas em sindicatos. Por volta deste período, os sindicatos de trabalhadores rurais liderados pelo PCB passaram a se organizar em diversas federações estaduais e, finalmente, na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 22 de dezembro de 1963, no estado do Rio de Janeiro<sup>25</sup>.

Vale ressaltar, que o movimento sindical em questão, organizado segundo a inspiração do PCB tem origens, de um lado, relacionadas ao movimento proletário internacional, em particular à tradição dos partidos comunistas da III Internacional, enquanto, de outro, refere-se ao próprio movimento proletário existente no meio rural brasileiro, de onde advém na segunda metade do século XX uma particular situação revolucionária. Disso resulta, certa ambigüidade, visto que: i) a situação internacional ditada pela URSS e pela tradição sepultada da III Internacional apontava para um descenso do movimento de massas dos trabalhadores; e, ii) a questão nacional brasileira, como de quase todo o hemisfério Sul do planeta e, particularmente, a questão agrária no Brasil explodia em contradições, ao passo que ascendiam lutas sociais importantes, com os trabalhadores se organizando em massa e radicalmente.

Pode-se considerar, entretanto, que foram mais radicais as ações organizadas pelas Ligas Camponesas, em termos da ocupação de terras, que as atividades sindicais do PCB, embora fosse um verdadeiro crime na situação existente no campo brasileiro no período que sucede a 2ª Guerra Mundial falar tanto em ocupações de terras, como em sindicatos de trabalhadores rurais. E o próprio PCB chegou a organizar ocupações de terras em determinadas situações, embora não fosse o foco principal do trabalho do Partido no campo brasileiro.

---

<sup>25</sup> De acordo com o site desta última entidade: “Na época existiam 14 federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais”. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em 12/01/ 2011.

A diferença entre os dois movimentos, por seu turno, não se limitava à forma de luta imediata, mas possuía raízes nas próprias estratégias de luta. O PCB, efetivamente, realizou no meio rural brasileiro o que o “trabalhismo” cumpriu nas cidades do país em termos de modernização das relações de produção, embora o Partido tivesse como estratégia a construção do socialismo mediante a mobilização de massas dos trabalhadores – diferentemente da tática e estratégia do trabalhismo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, não esquecendo, ainda, que a modernização das relações de produção no campo se tratava de um papel histórico essencial, pelo menos, ao desenvolvimento capitalista, que a burguesia situada no território brasileiro não esteve disposta a cumprir.

Com relação às Ligas Camponesas, sabe-se que tiveram, durante o seu ressurgimento, um forte elemento espontâneo, embora também estratégico, a contar pela influência de lideranças como José dos Prazeres e Francisco Julião. As reivindicações das Ligas estavam relacionadas com as dificuldades excepcionais de sobrevivência dos camponeses e demais trabalhadores rurais existentes na região Nordeste do Brasil; partindo da situação específica do aumento do foro (aluguel anual) cobrado aos arrendatários pelo proprietário do engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco (há 50 Km de Recife) – quando também se manifestara a necessidade dos trabalhadores do engenho Galiléia de ter seu próprio caixão, em seu falecimento, a fim ser sepultado. Surgiu, assim, no ano de 1955, a Sociedade Beneficente dos “Defuntos” e do Povo, ou Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (Ligas Camponesas), tendo sido escolhido Zezé da Galiléia para a condição de primeiro Presidente das Ligas (COUTINHO, 1984).

Moraes (2006) destaca que:

A Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) teve, em seus inícios, dias muito difíceis. Isso foi a partir do momento em que seu presidente de honra, Oscar Beltrão, que era o próprio dono do engenho Galiléia, declinou do cargo honorífico e passou a perseguir os camponeses. [...] Nos meses de março e abril de 1955, surgiram as primeiras arbitrariedades policiais (MORAES, 2006, p. 29).

Neste momento, José dos Prazeres, “antigo militante das causas sociais [...]” e “criador tradicional de ligas camponesas em anos anteriores”, entrou em contato com os camponeses do engenho Galiléia “[...] desembocando na tentativa mais importante de reorganizar os camponeses de Pernambuco” (MORAES, 2006, pp. 28-29).

Ainda segundo Moraes (2006): “Prazeres queria evitar que a polícia continuasse sua repressão contra os camponeses do Galiléia”, passando a fazer articulações na capital do Estado (Recife), a fim obter “respaldo político para os camponeses” (MORAES, 2006, p. 29). Este último autor observa que:

O trabalho de Prazeres na capital teve pleno êxito. Os deputados Ignácio Valadares Filho, José Dias da Silva, do Partido União Democrática Nacional; Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista; Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador José Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista, Cunha Primo, do Partido Social Democrático, e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista, constituíram inicialmente o organismo informal de apoio urbano de alto nível às Ligas Camponesas. [...] Dessa maneira, surgiu na atividade prática o embrião do futuro Conselho Regional das Ligas Camponesas, o que constituiria posteriormente uma peça decisiva no desenvolvimento inicial desse movimento camponês brasileiro (MORAES, 2006, p. 30).

O surgimento “na atividade prática” da estrutura organizativa central das Ligas Camponesas, formada por trabalhadores do campo e da cidade, incluindo políticos e pelo menos um advogado, demonstra uma característica peculiar deste movimento que, sob a influência decisiva de Francisco Julião, vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), vinculou-se profundamente ao movimento da Revolução Cubana<sup>26</sup>, ao ponto de fazer com que as Ligas se tornassem, de acordo

---

<sup>26</sup> Moraes (2006) afirma que: “A Revolução Cubana exerceu grande influência no conteúdo político e no crescimento das Ligas Camponesas. Em abril de 1960, dois dirigentes das Ligas (Francisco Julião e Clodomir Moraes) acompanharam o candidato à presidência da República Jânio Quadros, em sua viagem a Havana e Caracas, de onde regressaram entusiasmados com a reforma agrária cubana e com o grande movimento

com Clodomir Moraes, “[...] o movimento precursor, no Brasil, da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira” (MORAES, 2006, p.71).

Ressalte-se, ademais, a situação em que, conforme Vandek Santiago (2006): “[...] o gaúcho João Pedro Stedile – hoje coordenador do MST – encontrou-se com o pernambucano Francisco Julião” em Cuernavaca, no México, entre 1976 e 1978, enquanto o primeiro realizava estudos no país e o segundo cumpria seu exílio forçado pela ditadura militar existente no Brasil. Em entrevista concedida a Santiago, Stedile relata como foram seus encontros com Julião.

Fui várias vezes visitá-lo em Cuernavaca, onde ele morava. Encontramo-nos muitas vezes. Eu sempre procurava conhecer, saber da história do Nordeste, das Ligas, do golpe etc. Ele era um homem simples e sóbrio. E bom contador de histórias, um velho rábula, com jeito de camponês. [...] Ele contou muitas histórias, muitas lições, que dariam um livro e que fazem parte da história das Ligas, e não apenas da experiência pessoal dele. Mas, dos ensinamentos que mais me marcaram, foi o de que devemos partir do nível de cultura e conhecimento do camponês. Não adianta querer despejar doutrinas... Impressionou-me a forma como eles usavam a lei e a bíblia para convencer o camponês e tirá-lo do nível da consciência ingênua para uma consciência crítica. Dos muitos erros de que me falou, sempre comentava a necessidade de os movimentos camponeses terem autonomia dos partidos políticos que, segundo ele, minaram a Liga, a ponto de, ao final, a própria Liga quase se ter transformado num partido. E a necessidade de formar quadros, militantes. Também a importância da cultura, de como o camponês expressa suas idéias e seus ideais pela cultura. Ele comentava também sobre a importância de ter um movimento camponês nacional, de que as Ligas infelizmente eram muito nordestinas, e que precisariam ter sido mais nacional (STEDILE apud SANTIAGO, 2006, pp. 183-184).

---

rural que se realizava na Venezuela, com mais de mil sindicatos agrícolas e umas 300 ligas camponesas” (MORAES, 2006, p. 45).

Salta aos olhos que o “ensinamento” que mais chamou a atenção de Stedile, nas conversas com Julião, tenha se dado a partir de um comentário de corte profundamente metodológico, a tirar pela expressão “devemos partir do nível de cultura e conhecimento do camponês. Não adianta querer despejar doutrinas...”, que Stedile afirma ter assimilado de Julião. Aliás, tem-se, neste sentido, uma tese importante no que se refere ao processo de produção do conhecimento, ou às teorias que explicam tal produção. Parece algo, no mínimo, diferente do que se tem praticado em termos de produção do conhecimento pela maior parte dos acadêmicos e militantes políticos. Sobretudo, porque quando se está falando em produzir conhecimento se está afirmando a transformação da sociedade, bem como esta última também repercute como produção de conhecimentos – algo que, aliás, é bastante importante para os marxistas, embora não somente a estes caiba o conteúdo metodológico que advoga a necessidade de se produzir conhecimento junto ao povo; veja-se, afinal de contas, o próprio cristianismo, que a exemplo da maior parte das religiões, teve em sua origem um educador popular, que construiu ao seu modo – no caso, religiosamente – um determinado conhecimento junto às massas populares. Diga-se de passagem, que tais educadores surgiram em momentos de profunda dificuldade social e atuaram como elementos de união popular em torno de determinados entendimentos da realidade, bem como, de um determinado modo de vida.

O fato adicional é que, com o desenvolvimento do ser social, a filosofia e, posteriormente, a ciência moderna, assumiram o lugar das religiões no que se refere ao estatuto socialmente reconhecido da produção de conhecimentos. E assim como muitas religiões o fizeram, também a filosofia e a ciência moderna se afastaram em grande medida das massas populares, a fim de, tão somente, tirar vantagem sobre elas. Parece evidente para alguém que faz parte da chamada “base da pirâmide”, ou que esteja entre a grande maioria da população que se define como não proprietária dos meios de produção, que as universidades e os laboratórios de pesquisa deveriam abrir suas portas para as questões que afligem o povo, assim como deveriam estar dispostos a construir conhecimento junto à grande maioria da população proletária e trabalhadora.

Contudo, existem forças atuando na sociedade que prezam, mais ou menos explicitamente, por um movimento de privatização do conhecimento científico, esforço do qual fazem parte as grandes

empresas privadas existentes na atualidade, para as quais o conhecimento científico deve ser guardado a sete chaves a fim de que possa exercer o que consideram sua função mais importante: produzir diferenciais de competitividade (e lucratividade) entre as empresas privadas para que os mesmos se revertam em novo acúmulo de capital.

Neste sentido, a proposta teórico-metodológica enfatizada por movimentos de trabalhadores como as Ligas Camponesas, ou o próprio MST, refere-se, primeiramente, a uma efetiva forma de militância, ou seja, de ação transformadora da realidade social. No caso, uma coisa não acontece sem a outra; seguindo a tradição de Marx, não basta produzir conhecimentos sobre a realidade, é fundamental transformá-la. Ademais, a transformação da realidade passa por uma identidade criada material e teoricamente junto às massas proletárias organizadas horizontalmente, portanto, rompendo a dicotomia produzida historicamente entre teoria e materialidade<sup>27</sup>.

Por isso, quando Stedile afirma: “Impressionou-me a forma como eles usavam a lei e a bíblia para convencer o camponês e tirá-lo do nível da consciência ingênua para uma consciência crítica”, não se percebe que haja uma submissão pura e simples da ciência ao conhecimento predominante entre os camponeses, e também não quer dizer que este último conhecimento não tenha validade, ou que exista qualquer submissão do conhecimento dos camponeses em relação à ciência. Até porque, a ciência sempre esteve profundamente estruturada a partir de interesses de classe profundamente contraditórios; e em se tratando da ciência praticada atualmente pode-se dizer que a mesma caminha, marcadamente, à revelia dos interesses da maioria da sociedade. De modo que, a proposta de Julião, como de Stedile, em termos do método de produção de conhecimentos visa basicamente produzir “consciência crítica” junto ao povo, ampliando a consciência das contradições históricas existentes a cada momento, culminando individual e coletivamente com a transformação das condições de vida dos trabalhadores.

Como Stedile sublinha “[...] não adianta querer despejar doutrinas...”, seja porque as doutrinas são questionáveis à luz dos interesses de classe existentes na sociedade, ou porque a produção de

---

<sup>27</sup> Vendramini (2004) relembra, ao discutir a natureza de classe dos trabalhadores sem terra, que: “Marx e Engels na Ideologia Alemã [...] consideram a possibilidade de construção de uma verdadeira coletividade tendo como base uma massa totalmente ‘destituída de propriedade’, e que se encontre em contradição com um mundo de riquezas” (VENDRAMINI, 2004, p. 221).

conhecimentos se faz como dialogicidade, utilizando a expressão do educador popular Paulo Freire (2005); enfatize-se que o diálogo sugerido se faz, prioritariamente, entre segmentos sociais cuja realidade material pressupõe uma determinada identidade capaz de alicerçar transformações sociais, no caso, “[...] tendo como base uma massa totalmente ‘destituída de propriedade’, e que se encontre em contradição com um mundo de riquezas” (VENDRAMINI, 2004, p. 221).

Já no que se refere aos erros cometidos pelas Ligas Camponesas, ainda de acordo com o relato de Stedile, considerou-se “[...] a necessidade de os movimentos camponeses terem autonomia dos partidos políticos, que segundo [Julião...], minaram a Liga, a ponto de, ao final, a própria Liga quase se ter transformado num partido”. O que se pode observar é que, inicialmente, as Ligas Camponesas tiveram um elemento espontâneo muito forte, visto terem surgido da situação explosiva existente no campo brasileiro e, especialmente, do Nordeste do país, embora não se possa deixar de considerar o seu aspecto político. Durante seu ressurgimento, as Ligas organizaram uma direção ampla do ponto de vista político, a partir do que Moraes afirma ter sido o “embrião do futuro Conselho Regional das Ligas Camponesas” (MORAES, 2006, p. 30). Esta que foi em princípio uma virtuosidade do movimento, pois exaltou a reivindicação imediata dos camponeses e demais trabalhadores rurais de realização da reforma agrária – no caso, sem dar maior importância ao direcionamento político que, em última instância, as Ligas teriam que assumir – passou a se colocar como entrave efetivo ao movimento de massas dos trabalhadores, já que conforme Rosa Luxemburgo enfatizou em *Greve de massas, partidos e sindicatos*:

Não existem duas lutas diferentes da classe operária, uma econômica, outra política, mas, sim, uma única luta de classes, que aponta, ao mesmo tempo, para a diminuição da exploração capitalista no interior da sociedade burguesa e para a abolição da exploração juntamente com a sociedade burguesa (LUXEMBURGO, 2005, p. 321).

Já o fato mais explícito com relação às Ligas Camponesas é que somente em fins de 1963, quase dez anos depois de terem sido criadas, passaram à construção de sua própria organização política.

De acordo com o documento de janeiro de 1964 do Conselho Estadual de Pernambuco (Ligas Camponesas do Brasil), publicado originalmente no jornal *A Liga*:

Foram levadas em conta as condições peculiares do trabalho no campo, ou seja, junto ao campesinato e sua coordenação com o trabalho das massas urbanas, da pequena burguesia e do proletariado, em que o movimento camponês tem encontrado enorme apoio, manifestado, de maneira concreta, na criação das Ligas Urbanas, Ligas Femininas, Ligas de Estudantes, Ligas de Sargentos etc. [...] O campesinato, dessa forma, cada vez mais se integrando no trabalho de formação da aliança operário-camponesa, por meio das Ligas, tem estabelecido vínculos com a cidade, não podendo se furtar, pois, da tarefa de ajudar a criação das organizações das massas urbanas (LIGAS CAMPONESAS DO BRASIL *apud* STÉDILE, 2006, p. 209).

Luxemburgo (2005), por seu turno, esclarece que:

Na realidade, a separação e a independência da luta política e da luta econômica é apenas um produto artificial, embora determinado pela história do período parlamentar. Por um lado, no curso pacífico, 'normal', da sociedade burguesa, a luta econômica encontra-se fragmentada em uma série de lutas isoladas em cada setor da produção e em cada empresa. Por outro lado, não é a própria massa quem dirige sua luta política na ação direta, mas em concomitância com a forma do Estado burguês, através de seus representantes parlamentares. Já no começo do período de lutas revolucionárias [...] desaparece a separação entre as lutas econômica e política, assim como a forma indireta de luta política através do Parlamento. Na mobilização revolucionária de massas, as lutas política e econômica se fundem em uma só e a separação artificial entre sindicalismo e socialdemocracia, como duas formas de organização do movimento operário totalmente

independentes entre si, é varrida do mapa (LUXEMBURGO, 2005, p. 321).

Notadamente, a complexidade da situação específica do campo brasileiro refere-se à luta por reforma agrária numa fase tardia do desenvolvimento histórico universal. Em outras palavras, o meio rural brasileiro encontra-se em atraso, por exemplo, com relação à situação da Alemanha, ou mesmo da Polônia, em que nasceu Rosa Luxemburgo, onde, há bastante tempo, foram superados tanto o latifúndio improdutivo, como o trabalho escravo, dentre outras formas pré-capitalistas de relações sociais de produção. No Brasil, entretanto, o meio rural, em muitos casos – ainda que não predominantemente – nem mesmo se atingiu o desenvolvimento capitalista por meio do chamado agronegócio – embora não seja o caso de sugerir que todos os lugares tenham que cumprir da mesma forma as diferentes etapas históricas ao passo que o desenvolvimento degenerativo do capitalismo não parece ser o único caminho a ser construído no campo brasileiro.

A luta pela terra no Brasil, ainda nos dias de hoje, entretanto, não deve criar constrangimento ao entendimento da situação específica da luta de classes existente no país. Há de se enfatizar que a mesma encontra-se, basicamente, identificada com a luta proletária internacional. E quando se fala em proletariado não se está referindo simplesmente ao proletário industrial, mas, antes, à essa massa totalmente destituída de propriedade de que fala Vendramini com base no que Marx e Engels enfatizam n’*A Ideologia Alemã*. Aliás, antes de o proletário estar na grande indústria ele esteve na manufatura, e o que o define, em princípio, é ter sido geneticamente arrancado da terra, onde ganhava a vida como camponês, e jogado no mercado de trabalho como massa totalmente destituída de propriedade.

Neste sentido, a “formação da aliança operário-camponesa” não é mera formalidade, mas decorre da profunda identidade histórica dos camponeses com os proletários, sendo estes últimos originários da expropriação dos camponeses pelo capital<sup>28</sup>. O trabalhador rural sem

---

<sup>28</sup> Marx observa, no Capítulo XXIV de *O Capital*, que: O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 1984, p. 263).

terra, neste sentido, enquanto massa totalmente destituída de propriedade é um legítimo proletário. É claro que a figura do proletário passou a se identificar com a indústria moderna, ou com o “chão de fábrica”, na medida da revolução industrial inglesa e, em certa medida, dos estudos de Marx e Engels. Esses dois autores se depararam com a economia e, desde cedo, destacaram a importância do conteúdo técnico universal presente na Inglaterra do século XIX, na forma da grande indústria moderna; no entanto, partiram adicionalmente da filosofia e da política, por intermédio de um método simultâneo de pesquisa e militância (transformação da realidade).

A atividade autônoma da classe trabalhadora, por sua vez, não pode senão restabelecer a unidade entre economia, política e cultura. O proletário industrial, no caso da teorização de Marx e Engels, seria central no processo de transformação social justamente pelo fato de não se poder prescindir da economia, muito menos, como processo virtuoso de produção das necessidades sociais, em se tratando da luta política e ideológica, ainda que também a luta econômica não possa prescindir da luta política e cultural em geral. O proletariado, neste caso, não se resume à massa totalmente destituída de propriedade que trabalha nas fábricas da indústria moderna; inclusive, embora estas últimas tenham sido centrais no processo de produção social, de certa forma, perderam centralidade no atual período histórico. Sabe-se, ademais, com que centralidade se pode considerar a pós-grande indústria na atualidade.

Neste sentido, a transformação da realidade social, partindo da identidade formada por uma massa totalmente destituída de propriedade, além de confrontada com um mundo de riquezas, não pode prescindir do meio técnico do período da pós-grande indústria, de modo que os trabalhadores desta última indústria devem assumir crescente centralidade no processo revolucionário socialista. Mesmo assim, considerando a centralidade da pós-grande indústria no processo atual de transformação da sociedade, não é o caso de sugerir a auto-suficiência de qualquer segmento do proletariado em se tratando do movimento socialista, muito menos dos trabalhadores intelectuais, inclusive, tendo em vista a perspectiva de rompimento da histórica dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual no interior do processo revolucionário socialista. Há ainda que destacar a aproximação histórica dos interesses do proletariado com os do chamado “semi-proletariado” – a exemplo da pequena burguesia, dos camponeses e povos tradicionais em geral. Esses últimos, sob a perspectiva de se tornarem proletários, em especial, na fase de maior

degeneração do capitalismo, devem, provavelmente, seguir juntos na luta socialista<sup>29</sup> – sem falar do lumpemproletariado, que deve ser chamado a compor as fileiras do proletariado em luta para que não caia, mais uma vez, no domínio da burguesia contra a classe trabalhadora.

A questão fundamental, como se pode verificar, é de método; tanto método de produção de conhecimentos, como, simultaneamente, de transformação da realidade – tendo em vista, em último caso, a reprodução do ser social. A discussão do sujeito histórico revolucionário deve, enfim, se tornar central para a ciência. E no que se refere a esta pesquisa, há de se observar, ainda, a particular atuação do atual sujeito social revolucionário no contexto das ações de construção do MST. Segue-se, assim, uma periodização mais intimamente relacionada ao desenvolvimento do espaço transitório socialista no MST, no Brasil e, particularmente, em Santa Catarina, entre os anos da ditadura militar pró-imperialista ocorrida no território brasileiro e os dias atuais, incluindo o período propriamente dito de existência do MST, entre 1985 e 2010.

### **3.3. Periodização sobre o desenvolvimento do espaço transitório socialista no MST – com ênfase no estado de Santa Catarina**

Os anos que antecederam o aparecimento do MST no território brasileiro – inicialmente, registrado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, na primeira metade dos anos 80 do século XX – foram marcados pela intensa repressão ao avanço da organização autônoma do proletariado rural e urbano no país, em vista da implantação de uma ditadura militar que submeteu, decididamente, a partir de 1964, os rumos da produção nacional brasileira aos interesses da acumulação capitalista transnacional – numa nova versão de imperialismo, tendo os EUA à

---

<sup>29</sup> O próprio marxismo, originalmente, ou seja, partindo da teorização de Marx e Engels, chegou a admitir a importância dos camponeses, das classes médias, como dos povos tradicionais, e mesmo das forças da natureza exteriores aos seres humanos, no processo de superação do capitalismo, ainda que tendo em vista o processo da alienação do trabalho, materializado, de um lado, na grande indústria moderna e, de outro, no sujeito histórico revolucionário que emerge do desenvolvimento da referida contradição social – observem-se, neste sentido, as já citadas publicações dos textos de Engels em seus últimos anos de vida, entre as quais: *A marca, O problema camponês na França e na Alemanha, A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e *A dialética da natureza*.

frente, seguido hierarquicamente pelos países do hemisfério Norte, em vista da dominação do planeta.

A ditadura militar ocorrida no Brasil a partir de 1964 esteve, portanto, integrada a uma política deliberada por parte dos países imperialistas, contando com o apoio das elites instaladas no país, contrariando, ademais, o esforço organizativo da grande maioria do povo brasileiro. Para compreender o surgimento do MST é, por sinal, de suma importância resgatar histórias que foram caladas pela força da ditadura militar pró-imperialista existente no Brasil. Aliás, somente um recuo a tantas histórias de luta dos trabalhadores, que atravessaram todo o período de desenvolvimento capitalista, pode dar a dimensão do que significa historicamente o MST. Suas verdadeiras origens estão relacionadas com a luta da sociedade por sua existência, que hoje se desenvolve como superação da crise degenerativa do sistema econômico, político e cultural capitalista, este último, que se fundamenta em determinada luta de classes, envolvendo, de um lado, os proprietários privados dos meios de produção sociais e, de outro, a grande maioria da sociedade crescentemente destituída do uso do território.

No período de surgimento do MST são, particularmente, as condições de vida dos trabalhadores as mais afetadas. Pode-se, em se tratando do período que antecede imediatamente tal surgimento, partir do golpe de Estado pró-imperialista realizado no Brasil em 1964. Observe-se que o Presidente João Goulart tentara conciliar oposições produzidas no interior do processo capitalista existente no Brasil, sob a égide de uma proposta “nacional-desenvolvimentista”, pautada na realização de reformas estruturais no território brasileiro. Porém, dizer que “Jango” queria implantar o comunismo no Brasil foi o discurso que os militares brasileiros usaram para dar o Golpe na democracia brasileira. É certo que o governo “Jango” estava propondo a realização de reformas estruturais nas relações de propriedade instaladas no Brasil, mas com intuito de fortalecer o mercado interno e o desenvolvimento capitalista do país.

O clima político, porém, esquentou quando os movimentos de trabalhadores rurais chegaram às cidades brasileiras trazendo a bandeira da reforma agrária e, juntamente com os trabalhadores urbanos, empunharam a bandeira antiimperialista no Brasil, tendo o governo Goulart como porta-voz das “reformas de base” no país. A burguesia imperialista, no entanto, interessada em se livrar das reivindicações do proletariado brasileiro passou a infiltrar seus agentes no Brasil a fim de

criar um clima político favorável à realização do golpe de Estado, de um lado, insuflando desmesuradamente o radicalismo das massas e, de outro, fazendo contato e articulando com os segmentos mais conservadores do país, incluindo, as classes dominantes pré-capitalistas preservadas no país, sobretudo, em favor dos interesses coloniais e imperialistas.

Vandeck Santiago (2006) destaca que:

Foi também em 1961 que começou o aumento do número de vistos solicitados pelo Departamento de Estado dos EUA ao Itamaraty. A maioria vinha morar no Nordeste. Só em 1962, o total de cidadãos estadunidenses desembarcados no Brasil foi de 4.968 – número que, segundo o cientista político Moniz Bandeira era superior a todos os registrados nos anos anteriores, incluindo o período da II Guerra Mundial, quando os EUA tiveram bases militares no Nordeste. Muitos desses estadunidenses, conforme Moniz Bandeira, faziam parte das Special Forces (os chamados Green Berets, “Boinas Verdes”), especializadas em enfrentar tentativas de revolução (SANTIAGO, 2006, pp. 159-160).

A oportunidade para o Golpe de Estado no Brasil contou ainda com a fragilidade econômica do governo de João Goulart, sobre o qual pesava a inflação crescente e o declínio do crescimento da produção.

De acordo com o economista Celso Furtado (1981):

O aumento considerável do investimento público não reprodutivo que acompanha a construção de Brasília, na segunda metade dos anos 50, produz um estreitamento da capacidade de financiamento criada no começo do decênio [seguinte]. As tensões inflacionárias que daí resultam e a instabilidade política que se segue limitam, ademais, o acesso a recursos financeiros externos. As possibilidades de crescimento da atividade industrial, dentro do quadro estrutural existente, reduzem-se consideravelmente, entrando a economia numa fase de turbulência e de

subutilização da capacidade produtiva  
(FURTADO, 1981, p.32).

Goulart e seu Ministério – com San Tiago Dantas no Ministério da Fazenda e Celso Furtado no Planejamento – já haviam tentado a solução do problema econômico com a implantação do Plano Trienal, que objetivava reduzir o déficit público, além de captar recursos externos para a realização das reformas de base. Estas incluíam: uma reforma educacional, visando eliminar o analfabetismo no país, também uma reforma universitária, que vinha sendo construída pela UNE, além de uma reforma urbana, a fim de acabar com a falta de habitação popular no país; também, constava na pauta uma reforma tributária, pela qual se passaria a controlar a remessa de lucros das empresas transnacionais ao exterior, e uma reforma agrária, que propunha a desapropriação das grandes extensões de terra existentes no território nacional; como, finalmente, uma reforma eleitoral, visando ampliar o acesso do povo brasileiro à democracia eleitoral existente no país.

Porém, em vista do enfraquecimento político a que foi submetido o governo Jango, principalmente, durante os primeiros anos de sua gestão (1961-1963), quando foi adotado o regime parlamentarista no Brasil, em função da ameaça representada por Jango e seus aliados aos interesses da elite brasileira e mundial, suas propostas reformistas foram rejeitadas pelo Congresso Nacional, o que comprometeu o sucesso do Plano Trienal. A própria tentativa de lidar com o problema da taxa de juros negativa gerada pela inflação – que comprometia a capacidade de financiamento do Estado brasileiro – por meio da criação da correção monetária, através do Projeto de Decreto Legislativo 156-A/ 1962 enviado ao Congresso Nacional foi rechaçada. Conforme o economista Ignácio Rangel, “[...] tratava-se de evitar uma medida conducente à estabilização do governo vigente” (RANGEL, 1985, p. 44).

O projeto de criação da correção monetária foi, todavia, aprovado pelo governo militar, em seus primeiros dias, e veio ampliar as possibilidades do governo brasileiro de vender títulos públicos sob condições de mercado, pela garantia de que os credores da dívida do governo estariam protegidos da inflação e, conseqüentemente, da taxa de juros negativa que impedia o aumento da receita dos investidores privados, oriunda do endividamento público-estatal. Ao lado da Lei bancária de 1964 e da reforma do mercado de capitais do ano seguinte, a correção monetária ratificou a opção dos governos militares de se ajoelharem frente ao capital financeiro transnacional, na perspectiva de

conseguir recursos para suprir gastos públicos realizados, grosso modo, com as chamadas “obras faraônicas” de infra-estrutura – como a Transamazônica e as Usinas da Angra I, II e III – e, ainda, com o financiamento do consumo de determinados segmentos privilegiados da população brasileira.

Os intermediários financeiros foram, por ocasião da ditadura militar pró-imperialista, beneficiados com “[...] grande autonomia na criação de liquidez, no manejo dos recursos financeiros e na captação de poupança externa”, fazendo com que sua participação na renda nacional crescesse “de forma exorbitante” (FURTADO, 1981, p. 39). Com isso, os financiamentos externos garantiram os recursos necessários para o “milagre brasileiro”, entre 1968 e 1973 – período no qual o Brasil aumentou seu produto interno a uma taxa média de 10% ao ano, com inflação declinante – e continuaram sustentando a economia do país, pelo menos, até o final da década de 1970. Tais recursos eram, na sua maior parte, destinados a financiar o consumo de bens duráveis dos segmentos de renda média e alta da população brasileira, produzidos por empresas transnacionais, presentes no Brasil desde a sua entrada maciça no país durante a segunda metade dos anos 1950, quando do governo de JK.

Os militares brasileiros, basicamente, ratificaram o processo de conversão da economia brasileira em braço da acumulação capitalista transnacional. Por sua vez, a industrialização brasileira, que até os primeiros anos da década de 1950 desenvolveu-se com alguma autonomia frente ao imperialismo, chegando a constituir uma importante indústria de bens de consumo não-duráveis e dando os primeiros passos para a criação de uma indústria de bens de produção, apoiada, em grande parte, por recursos próprios, rendeu-se fortemente aos propósitos dos grandes capitais do planeta. Abandonou-se, assim, o esforço de industrialização do país com base no fortalecimento do mercado interno. O último momento em que tal se verificou foi durante o governo de João Goulart, através da tentativa – sem sucesso – de aprovação das reformas de base.

O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, é, concretamente, o anúncio de que as contradições do nacional-desenvolvimentismo estavam se acirrando no território brasileiro. O presidente da República do Brasil, naquele momento, não suportou as pressões que se fizeram abater sobre ele; de um lado, advindo de setores populares interessados em aprofundar as medidas popular-desenvolvimentistas e, de outro, oriundo da grande burguesia imperialista – fortalecida ao final da 2ª

Grande Guerra, sob a liderança dos EUA – visando eliminar o protecionismo estatal e a estratégia desenvolvimentista realizada no território brasileiro – como também ocorreu em diversos países da América Latina e do hemisfério Sul.

O governo de JK, ainda que tenha empunhado a bandeira do nacional-desenvolvimentismo, levou adiante a tarefa de abrir as portas do Brasil para as grandes empresas transnacionais de bens de consumo duráveis – especialmente, do setor automobilístico – tendo, com isso, se alinhado aos EUA. A partir daí se abandonou o objetivo de desenvolver a indústria brasileira de bens de consumo duráveis sobre bases nacionais; passou-se, então, a modernizar a infra-estrutura do país, através da criação de rodovias, hidrelétricas, etc., além de levar adiante o projeto de construção da nova capital federal, Brasília. As grandes transnacionais foram, ainda, beneficiadas com o crédito destinado pelo governo ao consumo dos novos bens duráveis, tudo isso, através do farto endividamento do país, cujas conseqüências se fizeram sentir no início da década de 1960, com a forte escalada da inflação e a maior dificuldade gerada no balanço de pagamentos da economia brasileira em função do incremento estrutural da remessa de lucros e juros ao exterior.

Os militares pró-imperialistas – também sob a bandeira do nacionalismo – reforçaram a participação das empresas transnacionais no território brasileiro; canalizaram todo esforço de poupança do país, realizado através do endividamento público-estatal, para o consumo dos bens duráveis produzidos por empresas estrangeiras – radicadas no Brasil ou não. Quando não radicadas, o governo brasileiro facilitava a entrada de bens duráveis de consumo e equipamentos de produção no país – normalmente, através de sobrevalorização da moeda nacional e da garantia de elevadas reservas internacionais.

A industrialização do chamado Departamento II (de bens intermediários) da economia brasileira tornou-se, na mesma medida, acessório das referidas empresas transnacionais. Este foi o caso da indústria de metais básicos que, entre 1960 e 1980, cresceu a uma taxa média anual de 8,7%, servindo diretamente à indústria automobilística – incluindo ônibus e caminhões, automóveis de passageiros e tratores agrícolas; e, também, da própria indústria química, cujo crescimento, no mesmo período, alcançou a expressiva taxa média de 9,9% ao ano<sup>30</sup>. As referidas indústrias foram, ainda por cima, base para a modernização capitalista da agricultura brasileira – realizada a partir da importação de

---

<sup>30</sup> De acordo com dados do: Statistical Yearbook, UN *apud* Rangel, 1985, p. 57.

tecnologias desenvolvidas no hemisfério Norte havia, pelo menos, meio século, incluindo o uso em larga escala de fertilizantes químicos e agrotóxicos, além de máquinas agrícolas; tudo isso, a fim de produzir bens primários destinados à exportação (*commodities*).

Finalmente, para que se produzisse tal “modernização” do setor agropecuário brasileiro, o governo disponibilizou crédito público em larga medida aos maiores proprietários de terra do país – em particular, produtores das regiões Sul e Sudeste do Brasil – enquanto lançou milhares de famílias sem terra à Amazônia e ao Mato Grosso, sem que lhes fossem dadas quaisquer condições “modernas” de produção. Ao mesmo tempo, as reivindicações dos trabalhadores tanto no campo, como nas cidades brasileiras, foram violentamente reprimidas, ao passo da diminuição do nível geral de salários pagos no país durante os vinte anos de ditadura. Desta forma, foi produzido o tal “milagre” brasileiro, ao custo de muito sangue e suor da classe trabalhadora no Brasil.

Contudo, já a partir de 1973, o cenário propício ao crescimento dependente da produção brasileira começou a mudar. Com o primeiro choque do petróleo, que elevou substancialmente o preço do principal recurso energético do planeta – e deu linhas gerais à profunda crise econômica mundial – os termos de troca a que estava submetida a economia brasileira deterioraram-se rapidamente, tendo em vista que o país importava grande parte do petróleo que necessitava, enquanto os preços dos produtos que exportava não acompanhavam a elevação sofrida pelos importados. Este cenário reforçava a pressão sobre o balanço de pagamentos brasileiro, que já operava sob a incidência de uma política de sobrevalorização cambial, favorável à entrada no país de bens duráveis de consumo e equipamentos industriais importados.

A partir daquele momento, o Brasil empenhou-se, ainda mais, na obtenção de recursos externos, oferecendo como contrapartida elevadas taxas de juros, além de garantias cambiais, na forma de abundantes reservas.

De acordo com a observação de Celso Furtado (1981):

Tudo indica que a entrada de recursos externos reais constituiu tão-somente uma operação destinada a absorver pressão inflacionária, ela mesma em parte gerada pela acumulação de reservas de câmbio. A brusca intensificação do fluxo de recursos externos, que permitiu o substancial aumento das importações no começo do período e a subsequente acumulação de

reservas de câmbio, operou de forma similar a uma degradação nos termos do intercâmbio, dando origem a um processo circular pelo qual o efeito perverso inicial requereu novo influxo de recursos para compensá-lo e assim por diante (FURTADO, 1981, pp. 54-55).

Desse modo, a entrada de recursos externos que garantia o nível elevado de reservas internacionais e o fluxo positivo de produtos importados no Brasil – e, com isso, atuara como medida antiinflacionária – se reverteu, em última instância, em nova deterioração dos termos de troca, pressionando de forma persistente o balanço de pagamentos da economia brasileira. A esquizofrenia de novos empréstimos externos ainda permaneceu durante toda a segunda metade da década de 1970, fazendo com que a dívida externa, entre os anos 1964 e 1978, aumentasse de 3 para 45,5 bilhões de dólares (FURTADO, 1981, pp. 41 - 52).

A falência definitiva desse processo de desenvolvimento dependente ocorrido durante a ditadura militar pró-imperialista no Brasil ainda teria que esperar a chegada dos primeiros anos da década de 1980 para ocorrer – imediatamente, como resultado da rápida elevação das taxas de juros pagas pelo governo dos EUA, no ambiente de elevado déficit público e crescimento da taxa de inflação daquele país, que ocasionou a explosão da dívida pública brasileira, esta última, em grande parte, regulada por taxas de juros pós-fixadas, portanto, sensíveis aos aumentos crônicos das taxas de juros mundiais que passaram a ocorrer em função do elevado endividamento público e privado ocorrido em todo o mundo capitalista a partir do predomínio das “políticas keynesianas”.

Os últimos anos da década de 1970, porém, já haviam revelado profundas contradições sociais no território brasileiro, acirradas por quase duas décadas de ditadura militar, quando se desenvolveu no país um modelo de “modernização” intensamente destinado à expropriação da classe trabalhadora, bem como ao enriquecimento do capital imperialista. Este “modelo” de desenvolvimento que submeteu mais uma vez o Brasil à condição de país primário-exportador teve, ainda, como sócios menores os capitalistas brasileiros, incluindo, principalmente, os empresários rurais, ou o chamado “agronegócio” que despontou no país com o processo de “modernização” da agricultura ocorrido durante a ditadura militar – sem esquecer os outros setores que serviram de aporte à entrada das grandes empresas transnacionais no

país, e os latifundiários brasileiros que não tiveram capacidade de se modernizar.

O avanço da modernização capitalista no campo brasileiro, ademais, acirrou profundamente as contradições existentes no meio rural do país. As empresas capitalistas passaram, com isso, a disputar com maior liberdade o já conflituoso campo brasileiro, que passou a produzir exércitos cada vez mais numerosos de trabalhadores rurais sem terra no território nacional, como aqueles “proletários livres como pássaros”, a que Marx se refere no texto citado anteriormente do Capítulo XXIV de *O Capital*; entretanto, com a diferença básica de que o proletariado produzido com a “modernização” capitalista do campo brasileiro já não encontrou lugar nas cidades do país e não teve para onde migrar, como um dia foram levados a fazer os proletários europeus – sobretudo, os excedentes de desempregados produzidos pela indústria moderna. E quanto às cidades capitalistas, na medida em que deixam de oferecer condições de vida para o proletariado expulso do campo, tornam-se espaços degenerativos.

Nesta situação, Morissawa (2001) questiona:

Expulsos do campo pela modernização da agricultura, expulsos da cidade pelo fracasso da industrialização, fica no ar então a pergunta que será respondida pela própria história do MST: que perspectivas restaram aos sem-terra? (MORISSAWA, 2001, p. 122).

O aumento do número de trabalhadores rurais sem terra no campo brasileiro passou a se identificar como movimento de massas de trabalhadores rurais, principalmente, a partir das ocupações de terras realizadas no estado do Rio Grande do Sul (RS) nos últimos anos da década de 1970. O problema do uso da terra estava pendente naquele estado, no mínimo<sup>31</sup>, desde a década de 1960, quando das ocupações de

---

<sup>31</sup> Fala-se “no mínimo” para não citar toda a história de luta pela terra existente no Brasil, como: a luta do Contestado, realizada em Santa Catarina no início do século XX, também citada por Bernardete Aued (2004); a luta de Canudos, na Bahia; Caldeirão, no Ceará; Quilombo dos Palmares, entre os atuais estados de Alagoas e Pernambuco, também citados por Lucíola Maia (2008), sem falar na resistência de uma grande diversidade de povos indígenas, até hoje. Neste sentido, foi feita uma opção nesta pesquisa por priorizar os mais recentes movimentos de luta pela terra (e por Reforma Agrária) existentes no Brasil, a fim de que se possa enfatizar as mais recentes influências históricas dos referidos movimentos sobre o MST, que, em última instância, apresentam uma maior articulação com a luta internacional dos trabalhadores.

terra promovidas pelo Master. Entre estas, um sem número de famílias ficou sem acesso à terra por terem sido interrompidas as desapropriações das fazendas ocupadas pelo Master a partir do Golpe de 1964 (MORISSAWA, 2001). Segundo Morissawa (2001), naquele momento:

Muitas das famílias que não receberam lote foram mais para o norte, onde fica o município de Nonoai. Ali existe uma reserva indígena caingangue, com mais de 15 mil hectares, reconhecida pelo governo desde 1847. Durante a década de 1960, muitos sem-terra entraram nela como posseiros ou até como arrendatários da Funai, que estranhamente estimulava a ocupação. No final dos anos 70, já havia mais de 1.200 famílias ali. [...] Em maio de 1978, com o apoio do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), os cainganges expulsaram essas famílias de suas terras. Afinal, elas lhes pertenciam e delas tiravam seu sustento. Diante disso, o governo gaúcho iniciou, junto com o governo federal, um processo de transferência desses sem-terra para o Mato Grosso. Grande parte das famílias aceitou, mas cerca de 500 não quiseram sair do estado (MORISSAWA, 2001, p. 123).

As áreas de fronteira agrícola oferecidas pelo governo aos trabalhadores rurais sem terra, em tal situação, estavam bastante esgotadas e existiam terras improdutivas no próprio RS, apesar do avanço do agronegócio, especialmente, da grande lavoura de soja. As famílias que não aceitaram sair do estado, então, passaram a organizar ocupações e montar acampamentos em beiras de estradas e glebas de terra como ocorreu durante o segundo semestre de 1978 em “uma das áreas remanescentes da Fazenda Sarandi”, ocupada primeiramente pelo Master, ainda em 1962. No entanto, “[...] essa área havia se tornado reserva florestal” (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Ainda conforme Morissawa (2001):

O resultado mais importante desse início de organização dos sem-terra foi que, em seguida, começaram a discutir, realizar assembléias em cada acampamento e analisar quais seriam as saídas. Nesse processo de conscientização, eles se juntaram aos acampados militantes da CPT e da

reforma agrária, passando a buscar soluções coletivas. Esses grupos de discussão e conscientização foram a semente de um novo movimento social (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Este movimento logo se expandiu aos demais estados da região Sul do Brasil, além de São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazendo com que o MST viesse a se manifestar formalmente a partir de janeiro de 1984, porém, partindo das ocupações de terras que povoaram os últimos anos da década de 1970 e o início dos anos 1980<sup>32</sup> – enfim, como negação ao avanço do desenvolvimento degenerativo das relações de produção capitalistas no território brasileiro.

Ressalte-se, neste período, além da situação espontaneamente explosiva do campo brasileiro, que contara com a modernização capitalista ocorrida, em especial, nas regiões Sul e Sudeste do país, a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na organização dos trabalhadores rurais no Brasil, a partir do desenvolvimento de uma série de grupos de reflexão, os quais se revestem de maior importância por se tratar, naquele momento, de um período no qual era vedado o direito dos trabalhadores brasileiros de se organizar. A influência particular da Igreja Católica na organização dos trabalhadores rurais sem terra, nesta situação, pode ser explicada, sobretudo, segundo o surgimento da Teologia da Libertação, a partir do Concílio Vaticano II, realizado durante a gestão do Papa João XXIII, nos primeiros anos da década de 1960, que ratificou o compromisso dos católicos com a solução dos problemas do povo, numa tentativa de reaproximação da Igreja com os princípios comunitários originalmente difundidos pelo cristianismo.

Já por volta de 1986, quando a jornalista Elaine Tavares (2008) acompanhou o processo da ocupação da Fazenda Annoni<sup>33</sup>, no

---

<sup>32</sup> Sobre este período inicial de organização das ocupações de terra e acampamentos de trabalhadores sem terra, especialmente, sobre o histórico acampamento da Encruzilhada Natalino, realizado no estado do RS, entre 1980 e 1983 (no qual os trabalhadores sem terra foram bastante pressionados pelas forças de repressão do governo, mas desenvolveram sua organização, bem como sua força junto à sociedade, até conseguirem resistir na luta, tendo significado uma das grandes vitórias do movimento social que se tornaria o MST), ver: MÉLIGA, Laerte; JANSON, Maria (1982) e MARCON, Telmo (1997).

<sup>33</sup> “De 9.000 hectares, localizada em Sarandi (Rio Grande do Sul), desapropriada em 1975 e que permaneceu em litígio judicial até 1987, quando mais de 2.000 famílias do MST a ocuparam. Passaram a pressionar o governo e o Judiciário para que fosse efetivado o assentamento, o que finalmente ocorreu em 1992. Em função do assentamento, deu origem a um novo município de Pontão, cujo prefeito atual é Nelson

município de Sarandi/ RS – também abordando sua trajetória pessoal em direção ao que chamou de jornalismo libertador, baseado na “ética de libertação” proposta pelo filósofo Enrique Dussel – observou-se que:

Esmeraldo, um colono atarracado com cara de mexicano, pés descalços, mãos calejadas, rodava o mate e contava porque estava ali na Anonni, se arriscando a ser preso, a morrer até.

- Sempre trabalhei de empregado, nunca tive direito a nada, nem a aposentadoria podia pensar. Fazia o trabalho duro e pra mim só sobravam migalhas. Quando vinha a colheita, todo o fruto do meu trabalho ia para o patrão. Por quê? Sou eu quem planta, sou eu quem trabalha...

E lembrava de como tinha entrado nesta briga:

- Foi através da igreja, né? A gente ia pros grupos de reflexão. A gente lia então sobre o povo oprimido no Egito e a caminhada que eles fizeram com Moisés em busca da terra prometida. É assim que a gente tá, caminhando em busca da terra que é nossa (TAVARES, 2008, pp. 17 - 18).

Também no estado de Santa Catarina observou-se uma forte participação da Igreja junto à organização das famílias de trabalhadores sem terra, em especial, por parte da Diocese de Chapecó, sob a liderança de Dom José Gomes. A participação de Dom José à frente da referida diocese, localizada na região Oeste de Santa Catarina, inicia-se em 1968 quando este último passou a promover a organização dos grupos de reflexão junto ao povo do campo e da cidade, a fim de evidenciar os problemas enfrentados, sobretudo, pelos mais pobres, além de planejar ações visando à superação de tais dificuldades.

A mobilização dos trabalhadores rurais catarinenses, por seu turno, iniciou-se a partir dos últimos anos da década de 1970, quando fora montada uma farsa para fazer com que os produtores de suínos independentes, do município de Chapecó, fossem obrigados a eliminar seus rebanhos, em vista de uma suposta “peste suína africana”, que estaria atingindo os rebanhos tradicionais da região. Em vista disso, estes últimos passaram a ser abatidos em massa, gerando enormes

---

Gracielli, assentado e antigo militante do MST” (FERNANDES; STEDILE, 1999, p. 149)

prejuízos para os pequenos produtores familiares do município, muitos dos quais se viram, em tal situação, completamente arruinados.

Morissawa (2001) chama atenção para que “desde os anos 1940, Chapecó [...] tem como principal atividade a criação de porcos” (MORISSAWA, 2001, p. 129), mas, a partir do final da década de 1970, este município, além de outros da região Oeste de Santa Catarina, como Concórdia, assistiram a entrada de grandes agroindústrias capitalistas em seu no território, como parte do esforço de “modernização” capitalista do campo brasileiro, que gerou a exclusão da maior parte dos pequenos produtores rurais das referidas localidades – em especial, do município de Chapecó, tendo em vista o drama particular da farsa da “peste”.

José Fritsch, ex-prefeito de Chapecó, também citado por Morissawa (2001), enfatiza que:

Foi uma farsa sem tamanho. Surgiu de uma articulação nacional e até internacional, para obrigar os produtores a comprar novas linhagens de suínos do Canadá e forçá-los a vender os seus aos frigoríficos por pouco mais de 25% do valor de mercado. [...] Muitos produtores foram à falência, porque o projeto era para dizimar o sistema tradicional e excluir agricultores. [...] Para pôr fim àquele esquema que gerava sofrimento, prejuízo, êxodo e exclusão, passamos a fazer grandes mobilizações, com sindicatos, igrejas e a própria organização dos produtores. Dizíamos: ‘Chega de matança, chega de prejuízo’. Chegamos a colocar 15 mil produtores no Estádio Índio Condá, pedindo o fim de tudo aquilo. Provamos que era um golpe, uma forma de enganar o produtor. Mas uma coisa, lamentável, é certa: muita gente ficou sem nada (FRITSCH *apud* MORISSAWA, 2001, p. 129).

Depois desse período, os produtores rurais passaram a produzir, basicamente, tendo por objetivo a venda de seus produtos para as agroindústrias, assumindo o pacote tecnológico das empresas capitalistas que inclui, além de especificações técnicas relacionadas diretamente com a produção, também, normas de mercado monopolistas, como a definição do preço do produto feita de forma unilateral pela agroindústria capitalista. O fato é que a maior parte dos

produtores abandonou a produção de porcos, quando foram excluídos do mercado – inclusive pela farsa da “peste”, que não deixa de ser uma regra de monopólio, pois quem, além de um grande capitalista, poderia mobilizar governos municipais e regionais numa atitude tão enganadora e mesquinha, contrariando a maior parte da população?

O fato adicional é que, os poucos produtores de “suínos” que restaram na região tiveram que se dedicar ao regime de produção “integrado” com a agroindústria, forçando os camponeses a deixarem de produzir a diversidade de produtos anteriormente realizada, tornando-se, assim, produtores dependentes do mercado dominado por grandes empresas, sejam aquelas que vendem ao agro-pecuarista os insumos de que necessita, aquelas que compram seus produtos, ou mesmo, aquelas por meio das quais este último consegue acesso ao crédito.

Com isso, intensificou-se, marcadamente, a incidência de trabalhadores rurais sem terra no estado de Santa Catarina, em especial, nas regiões rurais do estado em que se fez mais forte a entrada das grandes empresas capitalistas. Os trabalhadores rurais sem terra, por sua vez, encontraram no ambiente da Igreja, por intermédio da CPT e das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), um meio de elevação da sua consciência crítica, ao passarem a refletir sobre a situação material da coletividade durante os círculos bíblicos e grupos de reflexão – podendo, a partir de então, serem identificados na grande massa os mesmos problemas materiais gerais, quando se passou a questionar conjuntamente o porquê daquela situação.

Desta mesma elevação de consciência crítica coletiva, relacionada com a situação dos trabalhadores rurais existente na região Oeste de Santa Catarina, adveio o movimento social que passou a realizar as primeiras ocupações de terra no estado, especialmente, em municípios localizados às margens das áreas de ocupação das grandes agroindústrias capitalistas. Aliás, fazia pouco mais de dois anos que a farsa da “peste suína africana” havia marcado a instalação do grande capital agroindustrial no oeste catarinense, quando surgiram as primeiras ocupações de terra no estado.

A Igreja, por seu turno, contribuiu com a organização e disciplina dos trabalhadores sem terra, sobretudo, com base num método específico de trabalho e educação popular, o qual Frei Betto (1981) analisou em seu livro *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Segundo este autor:

Para que a Igreja participe efetivamente do processo de libertação do povo latino-americano, conforme sua missão específica e revelando em sua presença a comunhão de Deus com Seu povo, é necessário que ela esteja comprometida com as classes populares, o que implica em ruptura com os interesses e privilégios das classes dominantes. “Ninguém pode servir a dois senhores”. (Mt. 6, 24). A Igreja não pode servir ao mesmo tempo ao Deus que faz justiça aos oprimidos e aos senhores do capital, que mantêm a opressão. Pretender reconciliar estes pólos antagônicos é ignorar a natureza e o caráter do conflito que travam (BETTO, 1981, p. 12).

E foi, essencialmente, com base neste método popular de produção de conhecimento e transformação da realidade que se desenvolveram as primeiras ocupações de terra que originaram o MST no estado de Santa Catarina.

Mitsui Morissawa (2001) destaca que:

Em maio de 1980, os trabalhadores rurais sem terra da região de Campo Erê haviam sido informados por técnicos do Incra de que uma fazenda da região seria desapropriada. Ficaram aguardando o decreto de desapropriação e, assim que ele saiu, cinco trabalhadores de uma mesma família ocuparam por engano uma área de um latifúndio chamado Burro Branco. Souberam disso duas semanas depois, mas decidiram permanecer, já que se tratava de um latifúndio improdutivo. Tiveram de enfrentar os jagunços da fazenda, a polícia e o Exército, mas acabaram atraindo cerca de 350 famílias de toda a região. [...] A diocese de Chapecó e a Igreja Luterana também apoiaram, coletando alimentos nas paróquias, assessorando-os juridicamente e acompanhando-os nas negociações com o governo. [...] O latifundiário entrou na Justiça com o pedido de reintegração de posse e foi atendido. Os advogados da CPT tentaram adiar o despejo e pressionaram o governo federal para desapropriar a área. As negociações e a firme determinação dos acampados em permanecer na

fazenda levaram a que, em 12 de novembro de 1980, o presidente da República desapropriasse a Fazenda Burro Branco. Foi a primeira ocupação de terra do oeste catarinense e a semente do MST em Santa Catarina. Parte da primeira colheita foi doada pelos assentados às famílias acampadas na Encruzilhada Natalino (MORISSAWA, 2001, pp. 129 – 130).

As massas populares tinham como ponto de partida de sua ação coletiva organizada a identidade que se desenvolveu em função da própria dinâmica estrutural da sociedade, que se explicitou como problema comum dos trabalhadores rurais sem terra a partir do trabalho de base realizado pela Igreja, como método de libertação popular.

Observe-se, ainda, por volta deste período, o reaparecimento dos movimentos de trabalhadores nas cidades brasileiras, a começar pelas greves de massa organizadas nos últimos anos da década de 1970 na indústria moderna instalada no país – em geral, empresas transnacionais localizadas na região metropolitana de São Paulo, mas também em alguns centros industriais menores, dispostos, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste do país, como em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O poderoso sindicalismo que passou a atuar em praticamente todo o Brasil a partir daquele momento surgiu, ademais, de uma situação econômica dramática segundo o ponto de vista dos trabalhadores brasileiros, conforme se fez referência ao período dos “anos de chumbo” realizados também no Brasil, como surgiu da união dos trabalhadores enraizada nos locais de trabalho e de moradia, sob a liderança de Luís I. da Silva – o Lula.

Com a ascensão do Novo Sindicalismo (NS), como passou a ser chamado este renovado movimento sindical, intimamente relacionado com as instâncias de base dos trabalhadores industriais<sup>34</sup> existentes no Brasil, também em oposição aos sindicatos “pelegos” tradicionais, se passou a uma nova estrutura sindical no país que resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esta última, fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

---

<sup>34</sup> Sobre a organização autônoma de base dos trabalhadores construída com o NS, ver documentários: *Linha de Montagem* (2007) e *Peões* (2004), dirigidos por Renato Tapajós e Eduardo Coutinho, respectivamente.

(CONCLAT)<sup>35</sup>, sob a bandeira principal da autonomia sindical, pelo não atrelamento dos sindicatos ao governo, especialmente, ao governo militar. O NS passou, assim, a se somar ao movimento pela redemocratização do país, a exemplo do movimento “Diretas Já!”, realizado nos primeiros anos da década de 1980, em especial, quando do agravamento, em 1981, da situação econômica do país em função da “crise da dívida externa” brasileira.

Naquele momento, surgiram ainda outros movimentos populares nas cidades brasileiras, como o movimento das associações de bairros e favelas, reivindicando melhores condições de moradia e serviços públicos essenciais, em vista do crescimento urbano desordenado, marcado pelo intenso êxodo rural da década de 1970; entretanto, destacam-se, principalmente, as ações movidas pelo NS como movimento que hegemonizou o meio urbano brasileiro e, em certa medida, o país inteiro, tendo chegado, por último, à Presidência da República do Brasil, em 2002. Este último movimento será analisado sob o ponto de vista da relação estabelecida com o Movimento Sem Terra, segundo a ascensão do sindicalismo cutista e do Partido dos Trabalhadores (PT) – organizado em 1981, como braço político deste movimento – como, ainda, do governo do Presidente Lula da Silva, realizado entre 2003 e 2010.

Pode-se dizer, inicialmente, que foram intensas as relações entre o NS e o MST, já a partir das primeiras ocupações de terra realizadas na região Sul do Brasil, tanto no que se refere ao apoio recebido pelo MST durante as ocupações de terra, partindo de setores urbanos ligados ao movimento cutista, como em vista do forte envolvimento do Movimento Sem Terra com o processo das oposições sindicais que ascendeu nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e que levou à derrota do “peleguismo” remanescente do período ditatorial brasileiro. No mais, o MST se envolveu intensamente com o desenvolvimento do PT.

Destaque-se que o MST desenvolveu importantes relações não apenas com o NS, mas com diversos movimentos de trabalhadores surgidos no campo brasileiro durante os primeiros anos da década de 1980, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Morissawa (2001), ademais, observa que:

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>. Acesso em 20/01/2011.

A partir de 1981, a CPT começou a promover debates e encontros entre as diversas lideranças da luta pela terra no país. Os principais do período, ligados à formação do MST, foram o Encontro Regional do Sul e o seminário do Goiânia, que constituíram as bases da realização do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra (MORISSAWA, 2001, p. 136)

Durante esses encontros, foram se desenhando, além de problemas comuns envolvendo os trabalhadores rurais sem terra relacionados ao problema do uso da terra no Brasil, também estratégias e táticas do novo movimento social que estava se definindo, cada vez mais, em nível nacional<sup>36</sup>. Por meio desses encontros, o povo sem terra pôde concluir que:

[...] o maior inimigo dos trabalhadores é o modelo de desenvolvimento econômico, porque vislumbra apenas os interesses dos latifundiários, grileiros e grandes empresários. Além disso, reconheceram que uma das instituições oficiais que mais estavam prejudicando os sem-terra era o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] (MORISSAWA, 2001, p. 136).

Também foram definidas novas formas de luta pelos trabalhadores sem terra, junto às ocupações e acampamentos que continuavam a se realizar, sobretudo, nos estados da região Sul e Sudeste.

Durante o Encontro Regional do Sul ficou decidido:

[...] formar comissões de sem-terra nos sindicatos; desenvolver maior articulação e

---

<sup>36</sup> Observe-se que entre o primeiro desses encontros, o Encontro Regional do Sul, realizado de 09 a 11 de julho de 1982, em Medianeira, no estado do Paraná, e o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, realizado em Cascavel, também no Paraná, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, quando se deu formalmente o nascimento ao MST, o número de estados participantes elevou-se de 05 para 12, passando a envolver trabalhadores rurais de todas as regiões do país. Neste 1º Encontro Nacional também participaram representantes de entidades sociais como a Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Cimi (Comissão Indigenista Missionária) e a Pastoral Operária de São Paulo (MORISSAWA, 2001).

solidariedade entre os movimentos; realizar encontros estaduais e regionais; [além de...] criar boletins informativos para cada movimento (o da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, que circulava apenas no Rio Grande do Sul, foi escolhido como órgão de divulgação dos cinco estados do Sul)<sup>37</sup> (MORISSAWA, 2001, 137).

Já em janeiro de 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, o movimento de “luta pela reconquista da terra” apresentou suas primeiras “vitórias”, incluindo as “Fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS); Burro Branco e Aldarico Azevedo (SC); Fazendas Annoni e Cavernoso (PR); Cachoeirinha (MG); Castilhos e Primavera (SP)”; neste encontro também se ratificou o objetivo estratégico do MST de “agir contra o projeto da burguesia latifundiária”, ao mesmo tempo, “no campo e na cidade”, ainda continuando com “os acampamentos, as ocupações, pelo cumprimento do Estatuto da Terra, até a luta por um governo eleito pelos trabalhadores”. Finalmente, foi definida a primeira palavra de ordem no Movimento Sem Terra em nível nacional, reivindicando: “A terra para quem nela trabalha e vive!” (MORISSAWA, 2001, p. 139).

Observe-se que a partir de 1984 a economia dos EUA começou a dar sinais de retomada do crescimento, após a grave crise dos anos 1970, também conforme as medidas “neoliberais” desencadeadas neste último país, a partir de 1980, quando do governo do Presidente Ronald Reagan, como fizera a Inglaterra, após a posse da Primeira-Ministra Margareth Thatcher, em 1979. O Brasil, por sua vez, que recorrera durante a “crise da dívida externa” ao FMI, passou por um processo de ajustamento das suas contas externas ditado pelo Fundo Monetário, de acordo com o economista Antonio Lanzana (1992), “dirigido no sentido de obter superávits comerciais (estímulo das exportações e/ou redução

---

<sup>37</sup> Morissawa (2001) observa, ademais, com relação aos avanços organizativos dos trabalhadores rurais sem terra nos primeiros anos da década de 1980, no caso, intimamente ligados à experiência obtida no acampamento da Encruzilhada Natalino, que: “Apesar da precariedade das condições do acampamento, [os trabalhadores rurais sem terra] trataram de se organizar em grupos, setores e comissões, e de eleger uma coordenação. Dessa luta nasceu o *Boletim Sem Terra*, o primeiro órgão de comunicação do Movimento, e uma secretaria administrativa em Porto Alegre para buscar solidariedade” (MORISSAWA, 2001, 125).

das importações)” (LANZANA, 1992, p. 453), a fim de garantir os recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida externa.

Segundo este último autor:

Concluído o processo de ajustamento, o País encontrava-se com as contas externas praticamente equilibradas e com elevado grau de ociosidade, gerado exatamente pelo processo recessivo. A significativa expansão da economia americana, que se verificou em 1984, resultou numa importante expansão da demanda por produtos brasileiros, criando assim condições para a retomada do crescimento no Brasil (LANZANA, 1992, p. 455).

É certo que o crescimento da economia brasileira neste período não foi capaz de manter a ditadura pró-imperialista no poder à frente do país. O movimento pela redemocratização no Brasil conseguiu garantir o retorno da democracia eleitoral em 1985, ainda que as eleições tenham sido, naquele ano, indiretas. O novo presidente da república brasileira eleito no Congresso Nacional foi Tancredo Neves, embora este último tenha falecido antes mesmo de assumir a presidência, ao passo que José Sarney tornou-se o novo presidente do Brasil, em 21 de abril de 1985. Sarney sempre fora um político conservador, tendo sido, por último, criador do Partido da Frente Liberal (PFL), pelo qual se lançou a Vice-Presidente na chapa formada com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de Tancredo Neves. Com isso, conduziu o país, durante o processo da redemocratização, em vista de assegurar os interesses políticos e econômicos tanto dos latifundiários existentes no Brasil, como da burguesia imperialista.

Do ponto de vista da política econômica, o Governo Sarney tentou controlar a inflação por meio de uma série de “Planos de Estabilização”, a começar pelo Plano Cruzado que em suas duas versões, realizadas em 1986, foi, essencialmente, uma tentativa recorrente de controlar a inflação no Brasil por meio de tabelamento dos preços, medida, aliás, há muito, considerada ineficaz, ainda mais, em uma economia de mercado dominada por grandes oligopólios<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Ver, inclusive, a crítica feita por Trotsky, em *A revolução traída*, à tentativa do governo soviético de controlar artificialmente os preços de mercado.

É certo que, de início, os trabalhadores assalariados tiveram benefícios com a realização dos Planos Cruzado I e II, que mantiveram “congelados” os preços praticados no país, além de ter sido criado um “gatilho salarial” que passou a ajustar os salários em função da inflação de cada período<sup>39</sup>. No entanto, com o aumento da demanda interna e o boicote dos produtores capitalistas ao “congelamento” dos preços, elevou-se a pressão visando elevar os preços dos produtos que começaram a faltar no mercado. O governo ainda lançou mão de uma política cambial que favoreceu a entrada de produtos importados no país como forma de combater a inflação, através do aumento da oferta de produtos, no entanto esta política acabou por pressionar rapidamente o balanço de pagamentos da economia brasileira reduzindo drasticamente as reservas internacionais do país, ao ponto do Brasil não poder pagar os juros da dívida e precisar recorrer a uma moratória no início de 1987.

A partir deste momento, a inflação voltou a subir rapidamente, e foi somente com a posse do novo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que o quadro da política econômica brasileira foi alterado no sentido da garantia de novos superávits comerciais, a fim de que se pudesse voltar a saldar os compromissos com os credores transnacionais. Além de uma política cambial marcada por medidas valorizações do Cruzado, pela qual se buscou elevar a capacidade de exportação nacional, conforme Lanzana (1992), durante este período:

Os instrumentos de redução da demanda interna também foram acionados: *a*) a extinção do gatilho e o congelamento dos salários em níveis mais reduzidos garantiam um maior controle sobre a procura interna; *b*) o governo reduziu seus gastos, cortando parcela significativa dos subsídios ao trigo; *c*) a política monetária foi conduzida de forma a manter as taxas reais de juros fortemente positivas (LANZANA, 1992, p. 457).

As garantias para se retomar o pagamento da dívida externa foram, assim, geradas com a redução das condições de vida dos trabalhadores que tiveram seus salários reais rebaixados em uma situação, ao mesmo tempo, de congelamento de salários e elevação das

---

<sup>39</sup> Conforme Lanzana (1992), durante este período “[...] verificou-se uma forte ampliação nos ganhos reais da mão-de-obra, com o salário médio na indústria paulista crescendo 14% em 1986 e a massa real de salários 25%” (LANZANA, 1992, p. 455).

taxas inflação, sem falar no aumento do desemprego ocorrido com o inexpressivo crescimento da produção nacional durante este período, em função das altas taxas de juros cobradas no país. Com mais algumas tentativas frustradas de controlar a inflação no Brasil, realizadas até o ano de 1989, quando foi substituído na Presidência da República por Collor de Melo, o governo Sarney pode ser lembrado pelo fraco crescimento econômico nacional registrado, ademais, numa situação de crescimento da economia dos EUA. Ainda por cima, Sarney pode ser acusado de haver obstaculizado, enquanto lhe foi possível, o processo de Reforma Agrária no território brasileiro.

De acordo com Morissawa (2001):

Era visível o esforço do governo federal para deixar o assunto “reforma agrária” para a Constituinte, na qual os “contra” tinham chances de obter maioria. Entre outras jogadas, não oferecia recursos para o Incra e o Mirad encaminharem os processos de assentamento e, ao mesmo tempo, iludia a população urbana propagandeando a reforma agrária. Enquanto isso, crescia a violência contra os sem-terra. [...] Foi nesse contexto que se deu o assassinato do padre Josimo Tavares. [...] Afinal qual era o verdadeiro plano de Sarney? Sua idéia era oferecer crédito para investimentos e planos de irrigação a proprietários de terras de 100 e 1.000 hectares, e conseguir o apoio destes contra os setores que lutavam por uma reforma agrária radical (MORISSAWA, 2001, p. 143).

Porém, os trabalhadores rurais sem terra, desde o seu 1º Congresso, em 1985, tinham decidido “[...] não fazer pacto com o novo governo. Com a convicção maior de que a reforma agrária só avançaria se houvesse ocupações, lutas de massa. Daí a nova palavra de ordem ‘Ocupação é a única solução’” (MORISSAWA, 2001, p. 141).

Há de se destacar que as ocupações de terra foram, até hoje, os meios principais de desapropriação de terras consideradas improdutivas para a criação de áreas de assentamento. Segundo a pesquisa intitulada *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro* – realizada por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sob a coordenação de Sérgio Leite [et al.] (2004), por

meio da qual foram levantadas informações em seis *manchas* amostrais espalhadas pelo Brasil, consideradas como regiões de maior incidência de criação de Projetos de Assentamento (PA's) no país – de um total de 92 PA's pesquisados, 82 deles tiveram a iniciativa dos próprios trabalhadores quanto ao pedido de desapropriação da terra; enquanto nove (9) dos PA's pesquisados (aproximadamente 10% do total) tiveram a iniciativa por parte do INCRA com relação a tal pedido; ao passo que um (1) PA partiu da iniciativa de outro órgão público (LEITE, 2004, p. 41).

Além disso, a pesquisa revela que “as ocupações massivas e públicas de terra” estão entre as formas de luta utilizadas pelos trabalhadores apontadas em 51% (47) do total de casos pesquisados (92). Já em 14% (13) dos casos a forma de luta utilizada são ocupações paulatinas, ou “silenciosas, via de regra em pequenos grupos de posseiros que querem criar benfeitoria e ter, dentro de um certo tempo, o seu direito de posse reconhecido”. Enquanto isso, em 15% (14) dos assentamentos pesquisados a forma de luta utilizada pelos trabalhadores foi a resistência na terra, que “inclui todos os casos de luta de trabalhadores rurais (moradores, parceiros, arrendatários, posseiros) por permanecer na terra onde trabalhavam e/ou moravam, contra a vontade do proprietário ou pretensão proprietário”. Por sua vez, em 13% (12) dos casos pesquisados foram identificadas formas mistas de luta dos trabalhadores, ou seja, com “combinação de duas ou mais formas anteriores, sem que haja dominância muito nítida de uma delas”, ao passo que em 7% (6) dos PA's pesquisados foram utilizadas “outras” formas de luta – o que “abarca ações de trabalhadores e movimentos [...] não enquadráveis nas categorias anteriores, bem como os casos em que a iniciativa não pertenceu aos trabalhadores e seus movimentos” (LEITE, 2004, p. 43).

Destaque-se que na região Oeste de Santa Catarina, escolhida como uma das seis *manchas* amostrais onde foram levantadas as informações da pesquisa acima referida, o percentual de “ocupações massivas e públicas de terra” entre as formas de luta utilizadas pelos trabalhadores sobe para 84% (16) do total de PA's pesquisados na região (19), enquanto 16% (3) dos casos se referem à utilização de “outras” formas (LEITE, 2004, p. 43).

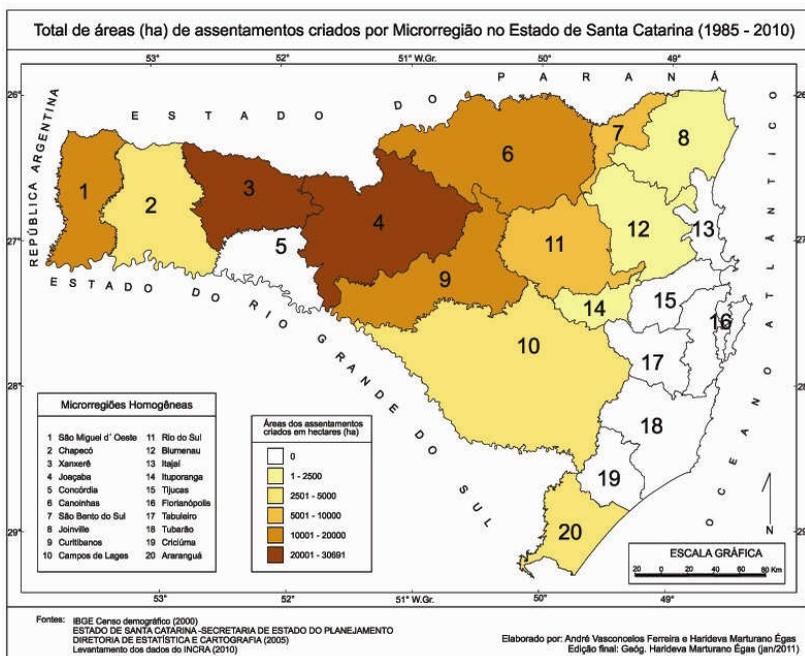
Observe-se, com relação ao estado de Santa Catarina, que, entre 1985 e 2010, foram assentadas 5.450 famílias, em 137 assentamentos criados, totalizando uma área de 91.970,17 ha de terras (Conforme

dados cedidos pelo Inca de Santa Catarina a esta pesquisa. Ver Tabela 6, em Apêndice).

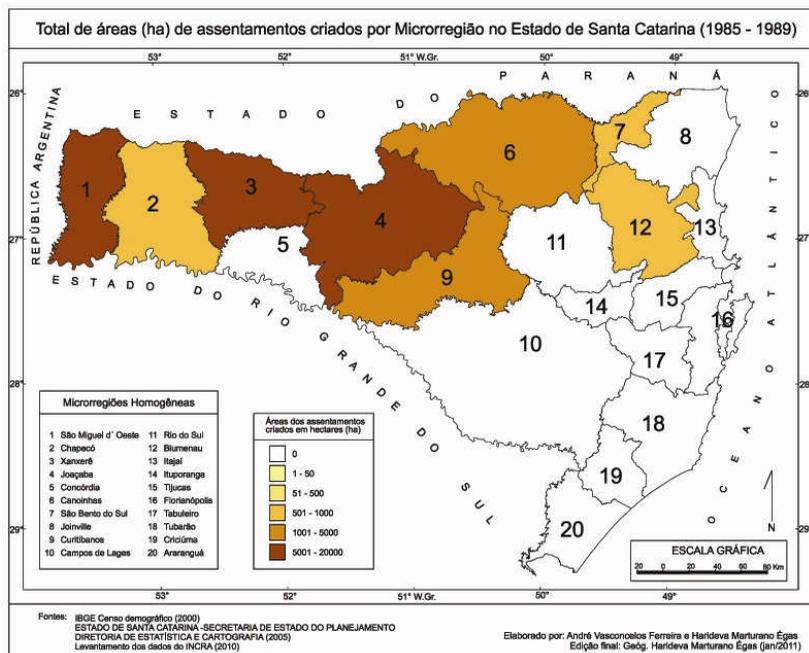
Com relação à distribuição das áreas de assentamentos criadas durante este período, de acordo com a Figura 1 (Mapa), verifica-se que foram criados assentamentos em quase todo o estado, com exceção das áreas densamente ocupadas por investimentos capitalistas, a exemplo da maior parte do litoral catarinense e da microrregião de Concórdia, onde se desenvolveu, marcadamente, o agronegócio no estado, assim como acontece em outras regiões catarinenses, porém em menor proporção. Entre as microrregiões com maior número de áreas convertidas em assentamentos, destacam-se Xanxerê, com 30.690,92 ha de terras apropriadas – em especial, nos municípios de Abelardo Luz e Passos Maia – e Joaçaba, com 24.087,93 ha, onde se enfatiza a criação de assentamentos nos municípios de Calmon, Água Doce, Fraiburgo e Lebon Régis.

Já no que se refere ao período inicial de criação dos assentamentos em Santa Catarina, entre 1985 e 1989, durante os primeiros anos de atuação do MST no estado, chegou-se a um total de 1.937 famílias assentadas, em 43 assentamentos, ao passo que foram destinados 34.164,15 ha de terra ao assentamento das mesmas (Ver Tabela 1, nos Apêndices). Ressalve-se, como se pode verificar na Figura 2 (Mapa), com relação ao total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião de Santa Catarina, que neste período os mesmos se localizaram, em sua maioria, na região Oeste do estado; concentrados, ademais, nas microrregiões de Joaçaba, onde foram desapropriados 11.908,39 ha de terra para a criação de assentamentos, de Xanxerê, com 7.859,40 ha desapropriados, e de São Miguel do Oeste, com 6.036,90 ha de assentamentos criados (Tabela 1).

**Figura 1:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1985 – 2010).



**Figura 2:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1985 – 1989).



Em termos da localização das áreas de assentamentos criados em Santa Catarina, entre 1985 e 1989, pode-se observar uma menor concentração nas microrregiões com maior incidência de investimentos capitalistas, a começar pelo litoral do estado, onde se localiza a capital Florianópolis e municípios como Joinville, Itajaí e Balneário Camburiu, na região nordeste do estado, como em Tubarão e Criciúma na região sudeste, também, onde mais se desenvolveu, até hoje, a ocupação capitalista do território catarinense. Além disso, pode-se ressaltar uma maior ocupação por parte dos grandes investimentos capitalistas, no caso das agroindustriais, nas microrregiões de Campos de Lages, Concórdia e Chapecó – esta última, que embora tenha apresentado alguma incidência de assentamentos criados no referido período aparece como enclave em termos da criação de assentamentos quando relacionada com as microrregiões vizinhas de Xanxerê, São Miguel do Oeste e Joaçaba.

É possível sugerir que, com a “modernização” agropecuária capitalista da década de 1970, realizada, principalmente, nas regiões Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina – a exemplo do que ocorreu com a chegada da produção de soja realizada pelo agronegócio no estado do Rio Grande do Sul – originou-se o processo da expulsão da terra das famílias de pequenos agricultores (“colonos”), na sua maioria, descendentes de imigrantes europeus chegados ao Brasil após a Revolução Industrial de fins do século XVIII e século XIX; muitos dos quais possuíam algum tipo de lote, mas, de algum modo, foram sendo expropriados em suas condições de existência.

É claro que a origem do Movimento Sem Terra relacionada com a imigração européia no Brasil – embora, sobretudo, com a chegada dos investimentos capitalistas na agricultura brasileira durante a década de 1970 – tem ainda maior importância neste primeiro lustro de desenvolvimento do MST, ao passo que deve ser enfatizado, especialmente, neste momento. Já com o desenvolvimento ulterior do MST no Brasil, o Movimento passou a encontrar suas origens em camadas mais amplas da população brasileira, incluindo segmentos sociais de origem africana e indígena, além de européia.

Enfatize-se, assim, que, desde o seu início, o MST encontrou muita resistência para que pudesse se desenvolver, tanto por parte de segmentos atrasados existentes tardiamente no campo brasileiro, ligados ao latifúndio improdutivo e escravista, como, principalmente, junto aos grandes investimentos capitalistas, cuja hegemonia no uso do território catarinense, brasileiro e mundial foi diretamente ameaçada em vista da

decisão coletiva dos trabalhadores rurais Sem Terra de reconquistarem o campo. E ainda que os últimos tenham lutado por algo que está na Constituição brasileira de 1988 – que determina a necessidade de cumprimento da função social da propriedade da terra (Art. 184), e especifica os requisitos que devem ser cumpridos para que a mesma seja considerada produtiva (Art. 186) – foram perseguidos e violentados, como são, até hoje.

De acordo com a jornalista Natalia Viana é preciso esclarecer: “Como é possível, em plena democracia, a ocorrência de assassinatos políticos?” (VIANA, 2007). Sobretudo, quando:

Segundo os cadernos “Conflitos no Campo”, nos três primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2005), foram assassinadas 146 pessoas no campo, enquanto no mesmo período no governo anterior houve 76 mortes. Ou seja, um aumento de quase 100% - e isso se deu durante o governo do primeiro operário a chegar à presidência deste país, alguém que já foi um representante do movimento social, um sindicalista perseguido por sua militância (VIANA, 2007, p. 20).

O fato a ser destacado é que a Nova Republica Federativa do Brasil quando de seu surgimento, em 1985, também se realizou *pari passu* com o aumento da violência no campo brasileiro. O também geógrafo Ariovaldo de Oliveira (1989, p. 33) mostra o aumento expressivo do número de mortes em conflitos de terra no Brasil a partir de 1984, cujo aumento gradual ocorre já desde a segunda metade da década de 1970.

Nem por isso a ditadura militar pode ser caracterizada como sendo menos violenta e repressiva que os governos “democráticos” brasileiros; como o governo Lula também não pode ser acusado de desferir maior violência contra os movimentos de trabalhadores rurais que os seus antecessores. O que parece mais evidente é que, tanto a passagem da ditadura militar à Nova República, como a passagem do período de hegemonia do imperialismo “neoliberal”, durante a década de 1990, ao Governo Lula, iniciado em 2002, foram resultado de períodos de relativo ascenso das lutas de massa dos trabalhadores. Ao passo que os períodos que sucedem as fases de relativos ascensos das lutas de massa são, geralmente, períodos de intensa repressão política de

classe, o que em alguma medida independe do governo em exercício, sendo dependente em maior proporção da luta de classes junto ao Estado e ao território usado como um todo.

Por sua vez, o ascenso das lutas de massa dos trabalhadores ocorrido a partir do final da década de 1970, que resultou no fim da ditadura militar brasileira em 1985, começou a perder força durante a segunda metade da década de 1980, embora a luta no campo brasileiro tenha, simplesmente, explodido com a perspectiva do governo Sarney e da recém-criada União Democrática Ruralista (UDR)<sup>40</sup> de desmobilizar a Reforma Agrária nacionalmente.

Nas cidades brasileiras, entretanto, a luta de massas dos trabalhadores entrou em descenso, seja em vista dos sucessos iniciais dos Planos de Estabilização do governo daquele período, ou em função de uma relativa acomodação política dos partidos de esquerda, em especial o PT, junto à democracia burguesa – já que o PCB e o PCdoB estavam engessados há muito mais tempo. Para se ter uma idéia, em 1987 o Partido dos Trabalhadores aprovou no seu Encontro Nacional o abandono dos núcleos de base como instrumentos orgânicos de deliberação partidária. A partir desse momento, o PT se dedicou tão somente ao objetivo de disputar eleições e eleger Lula Presidente do Brasil. O objetivo de organização dos núcleos de base que haviam dado vida ao Novo Sindicalismo, como ao próprio PT, enquanto um autêntico movimento de massas dos trabalhadores achou de ser abandonado pelo partido de Lula. No caso dos núcleos de base – tal qual as grandes assembléias de trabalhadores realizadas durante os primeiros anos da década de 1980 no Estádio da Vila Euclídes, em São Bernardo do Campo/ SP, como extensão desses últimos – observa-se a mais elementar fonte de vitalidade do NS e do PT, sem os quais ambos tornaram-se estruturas, cada vez mais, burocráticas e putrefeitas.

Praticamente sozinhos na frente de batalha, os trabalhadores Sem Terra tiveram que recuar politicamente, sobretudo, a partir da intensa violência desferida contra os movimentos de trabalhadores do campo

---

<sup>40</sup> De acordo com Morissawa (2001): “No início do mês de junho [de 1986], a UDR inaugurou sua sede nacional em Brasília. Os objetivos eram iniciar uma campanha para desmoralizar a Igreja e as entidades que apóiam os sem-terra e arrecadar fundos para eleger representantes na Constituinte, os quais esperavam (e conseguiram) derrotar o PNRA [Plano Nacional de Reforma Agrária]. A UDR tinha então apenas 1 ano de vida, contava com 3 mil associados e estava organizada em São Paulo, Goiás, Minas Gerais, no sul do Pará e no Maranhão” (MORISSAWA, 2001, p. 143).

durante a segunda metade dos anos 1980 e, particularmente, quando em 1989, caiu o “comunismo” stalinista no Leste europeu e o “mundo” passou a acreditar que o socialismo, de fato, morrera, e a luta dos trabalhadores tornara-se uma luta inglória.

Para completar o quadro de repressão aos movimentos do campo, no Brasil, em 1989, elegeu-se um latifundiário para o cargo de Presidente da República com a missão de abrir as portas do país a mais uma investida do imperialismo estadunidense, sob as regras definidas no “Consenso de Washington”, com o slogan do “neoliberalismo”. Até se poderia imaginar que, segundo os interesses das elites mundiais: “Ninguém melhor que um latifundiário para exercer uma política pró-imperialista”; não fosse este último tão mais anacrônico do que se poderia pensar a seu respeito – tendo sido deposto por corrupção a partir de uma ampla pressão popular, que chegou a contar com o apoio da própria burguesia instalada no país.

Os desafios dos assentamentos, por sua vez, foram redobrados, partindo da segunda metade da década de 1980, em vista, não apenas, de terem que resistir do ponto de vista econômico, em meio à concorrência mercantil, mas de resistir na luta política contra os governos “democráticos” que se sucederam no Brasil a partir de 1985; também contra a UDR; e contra o imperialismo, sobretudo, quando da derrocada final do socialismo nos países do Leste europeu; e, ademais, com a eleição de Collor de Melo à presidência da República.

Os trabalhadores rurais Sem Terra, neste período, foram buscar conhecimentos adicionais, a fim de resistir econômica e politicamente, para além da união que lhes fortaleceu inicialmente, por meio das formas de cooperação que utilizaram nos anos que resultaram na constituição do Movimento, entre 1979 e 1985, “em que a orientação política do MST era a de constituir grupos coletivos, mutirões e associações”, enquanto no “período de 1985 a 1989 [...], multiplicaram-se as associações também nos assentamentos” (MST/ CONCRAB, 1999, p. 06).

De acordo com a Direção Política da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)/ MST:

No início de 1989 percebeu-se que essa forma de organização tinha limites políticos e legais para responder às necessidades dos assentamentos como forma de organização econômica dos mesmos. A constatação destes limites levou a direção do MST à discussão e estudo de outras

formas de organização para dar organicidade aos assentamentos em todo o Brasil. A direção do MST deu dois encaminhamentos políticos para buscar a solução do problema: o primeiro foi de fazer um estudo sobre o pensamento clássico do associativismo, como também encaminhou outro estudo sobre a legislação cooperativista. O segundo encaminhamento foi conhecer várias experiências nos diversos países sobre o associativismo (MST/ CONCRAB, 1999, p. 06).

Ressalte-se, ainda, com relação a este período, segundo o documento citado acima, intitulado *A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)*, que:

[...] a discussão sobre a organização dos núcleos de base e sobre as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) foi em função do período de repressão intensa que o MST foi submetido. Os núcleos e as CPA's tinham a função neste período de ser a retaguarda de organização política, resistindo política e economicamente. [...] No Plano Nacional do MST de 1989 a 1993, assinalava-se os principais problemas constatados no associativismo assim como definia-se as orientações que estimulavam novos tipos de cooperação agrícola contribuindo para resistência e o avanço econômico, político, técnico e ideológico dos pequenos agricultores (CONCRAB/ MST, 1999, p. 06).

Há de se considerar o caráter, ao mesmo tempo, “econômico, político, técnico e ideológico” da produção coletiva dos trabalhadores rurais Sem Terra, bem como a tentativa de desenvolver essas diversas perspectivas em conjunto. Já o período de 1989 a 1993 foi de transformação para o MST, partindo da tentativa de superação dos limites oriundos das primeiras formas de cooperação desenvolvidas pelo Movimento, tendo por objetivo a construção dos núcleos de base articulados organicamente com as CPA's, integrando, assim, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Para se ter uma idéia dos objetivos do MST durante a construção do SCA observem-se as principais linhas políticas que orientaram sua

organização. Ainda conforme o documento publicado pelo MST/CONCRAB (1999), tratava-se de:

1. Desenvolver e estimular as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade, como: - compra de máquinas e meios de produção; - trabalho coletivo, com maior divisão do trabalho; moinhos comunitários e outras agroindústrias; - armazéns e todo tipo de benfeitoria; 2. Avançar o máximo para desenvolver a cooperação agrícola dos níveis mais complexos, socializando a terra e todos os meios de produção. 3. Desenvolver, através da cooperação agrícola, a apropriação da tecnologia disponível, estimulando a mecanização de todas as atividades possíveis e aumentando a escala de produção, de forma adequada à realidade sócio-econômica e de recursos naturais do assentamento. 4. Garantir que o processo de desenvolvimento da cooperação agrícola não represente apenas avanços econômicos, mas que seja acompanhado por um processo de discussão político e de integração de companheiros cooperantes nas demais organizações sociais. 5. Estimular a implantação de associações de cooperação agrícola em dois níveis: a) pequenas associações em grupos coletivos, buscando o máximo de coletivização da terra e dos meios de produção; b) grandes associações, que possam envolver o número máximo de companheiros dos assentamentos em grandes atividades produtivas, com grandes insumos indivisíveis, como por exemplo: exploração de madeira, olaria, moinhos, máquinas [...], agroindústrias, etc. 6. Estimular o desenvolvimento das centrais de comercialização reunindo muitos assentamentos ou grupos coletivos que sejam a nível estadual ainda que, inicialmente, aglutinem apenas uma região prioritária. 7. Garantir que as centrais de comercialização para compra e venda de produtos de necessidade dos assentamentos, sejam implantados em maior escala possível, para poder competir no mercado. 8. Estimular a possibilidade

de participação de outros grupos de cooperação agrícola de pequenos agricultores, não assentados nas centrais de comercialização. 9. Trabalhar na perspectiva de, nos próximos anos, ter uma empresa nacional para as atividades de comercialização. 10. Estimular, através de cooperação agrícola, a implantação de agroindústrias nos assentamentos para aproveitar nossos produtos e matérias-primas ou recursos naturais disponíveis. 11. Estudar a possibilidade de implantação nos assentamentos, com maior número de pessoas, indústrias que absorvam muita mão de obra. 12. Buscar, através da cooperação agrícola, outras alternativas de produção agropecuária nos assentamentos, viáveis economicamente como por exemplo: criação de animais confinados, criação de rãs, criação de aves, etc. 13. Estimular o intercâmbio nacional no campo da cooperação agrícola e troca de experiências.

Importante assinalar os principais objetivos políticos e econômicos do MST de modo a perceber as propostas de ações coletivas levantadas pelo Movimento, a fim de superar os problemas efetivos com os quais se depararam os trabalhadores Sem Terra em seu processo organizativo – cabendo, ainda, observar como as soluções sugeridas foram confrontadas com a realidade durante sua efetivação.

Com relação aos objetivos de criação do SCA, a partir de 1989, há de se destacar, primeiramente, o objetivo citado acima de “desenvolver e estimular as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade”, o que, por sinal, tem relação direta com o objetivo de “avançar o máximo para desenvolver a cooperação agrícola dos níveis mais complexos, socializando a terra e todos os meios de produção”. Cabe enfatizar a complexidade que se coloca em termos dos dois objetivos acima referidos. Afinal de contas, uma coisa é desenvolver formas de cooperação em geral nos assentamentos, enquanto outra coisa é “avançar o máximo para desenvolver a cooperação agrícola dos níveis mais complexos [...]”. Entende-se que os “níveis mais complexos” de cooperação, que sugerem a socialização da “terra e todos os meios de produção”, são dados segundo mudanças nas relações sociais de produção, cuja efetivação, diga-se de passagem, não depende apenas do

MST, mas também dele, como de toda a sociedade e, particularmente, da classe trabalhadora.

Portanto, começa aí a discussão de se o MST de fato avança no sentido do desenvolvimento de novas relações sociais de produção, ou “níveis mais complexos” de cooperação; pois o próprio Movimento, embora possa estar munido de tais intenções, não dispõe sozinho de autonomia para construir relações amplamente desenvolvidas em relação ao universo da natureza humanizada, como se estivesse à revelia do que se passa com o desenvolvimento universal das relações de produção e, particularmente, com o horizonte da luta de classes em meio ao capitalismo.

Portanto, é importante ver, na prática, como se desenvolvem não apenas as maiores dimensões quantitativas da cooperação (trabalho operado coletivamente, ou trabalho coletivo), mas também o desenvolvimento qualitativo da mesma, tanto no caso do MST, como de toda a sociedade catarinense, brasileira e mundial.

Com relação ao caráter quantitativo da cooperação realizada no campo brasileiro, pode-se dizer que o MST representa um verdadeiro divisor de águas. A organização das associações, mutirões e grupos coletivos dos primeiros anos de organização do Movimento já representam um grande salto em termos da organização dos trabalhadores rurais no Brasil e, certamente, a construção do SCA representa um salto ainda maior. É certo que muito do que foi inicialmente projetado não se consolidou, como, aliás, acontece com a maior parte dos pequenos empreendimentos produtivos submetidos, em especial, na atualidade, à concorrência mercantil. Mas, o que, realmente, se consolidou não pode ser negado, a não ser que a própria realidade coloque em desuso o que se encontra em operação – como a rede territorial criada em Santa Catarina em torno da cadeia produtiva do leite, com destaque para o fato de que após a tentativa de organizar o SCA em escala nacional, restaram, principalmente, articulações produtivas estaduais, por meio das quais o MST passou a cooperar, notadamente, a partir do final da década de 1990.

Neste sentido, a necessidade de desenvolvimento da cooperação realizada no Movimento Sem Terra está, constantemente, exigindo novas mudanças, como acontece com toda a sociedade. Resta, no caso, perceber como o MST tem respondido às exigências do seu período de gestação e desenvolvimento histórico. Conforme se fez referência, o período de maior repressão ao MST foi também um período no qual o Movimento buscou se fortalecer internamente, tanto por meio do desenvolvimento quantitativo, como qualitativo, da cooperação – e aqui se destacam os dois primeiros objetivos citados acima, da construção do SCA como síntese da perspectiva de desenvolvimento econômico, político e cultural do MST.

Conforme se pode verificar com relação ao período iniciado em 1990 é evidente a queda do número de assentamentos criados no Brasil, como também acontece no caso de Santa Catarina. Vejam-se os dados fornecidos pelo Dataluta 2000 (*apud* LEITE, 2004) que indicam que no período de 1985 a 1989 foram criados 614 assentamentos no Brasil, o que equivale a 14,4% do total, enquanto entre 1990 e 1994 o número caiu para 470 assentamentos, ou 11% do total, ao passo que posteriormente, entre 1995 e 1999, o número de assentamentos criados no Brasil voltou a se elevar, dessa vez, consistentemente, chegando a 3.180 assentamentos, ou 74% do total de assentamentos criados entre 1985 e 1999.

Com relação ao estado de Santa Catarina registra-se algo semelhante ao que ocorre em nível nacional, embora com alguma especificidade. Segundo a pesquisa organizada por Leite [et al.] (2004), nos assentamentos pesquisados na região Oeste do estado verificou-se que 57% dos mesmos foram criados no período entre 1985 e 1989, ao passo que de 1990 a 1994 foram criados apenas 6% do total de assentamentos pesquisados, enquanto entre 1995 e 1997 o número de assentamentos criados voltou a se elevar chegando a 37% do total – neste caso, em apenas três anos.

No que se refere aos dados coletados nesta pesquisa relacionados ao estado de Santa Catarina verificou-se entre 1990 e 1994 a apropriação de 5.436,34 ha em favor da criação de assentamentos, onde foram assentadas 648 famílias, ao passo que posteriormente, no período entre 1995 e 1999, a área destinada à criação de assentamentos saltou para 36.062,49 ha e o número de famílias assentadas foi para 2.234, superando, inclusive, a marca anterior, de 1985 a 1989, quando foram convertidos em assentamentos 34.164,15 ha de terra e 1.937 famílias foram assentadas (Ver Tabelas 1, 2 e 3, nos Apêndices). Veja-se que os dados de Santa Catarina seguem uma tendência cíclica muito semelhante ao que ocorreu no Brasil; com o período da segunda metade da década de 1980 representando um primeiro auge na criação de áreas assentamentos, contrastando com o que ocorreu na primeira metade da década de 1990, quando esse número despencou, voltando a uma nova alta na segunda metade da década de 1990, quando ocorreu um novo auge das áreas de assentamento criadas – sendo este último ainda mais intenso que o primeiro.

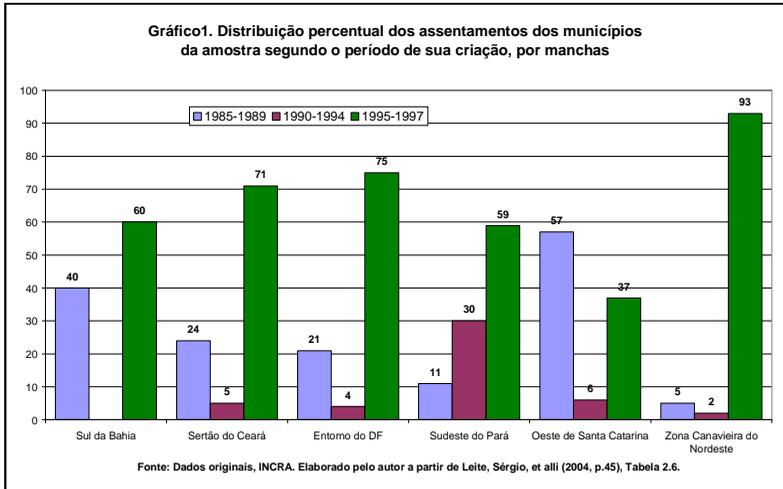
Os dados relacionados à Santa Catarina demonstram, ademais, certa especificidade com relação ao Brasil, visto que nacionalmente o segundo período de auge da criação de assentamentos, ocorrido entre 1995 e 1999, foi ainda mais intenso em relação ao auge ocorrido entre 1985 e 1989 que em Santa Catarina, onde o auge da segunda metade da década de 1990,

praticamente, se equivale ao auge de criação de áreas de assentamento da segunda metade da década de 1980.

Por sua vez, os dados obtidos na pesquisa organizada por Leite [et al.] (2004), relacionados com o período de criação dos assentamentos pesquisados, segundo as *manchas* regionais identificadas com as áreas de maior incidência de assentamentos no Brasil, sintetizados no Gráfico 1, abaixo, apontam para o crescimento mais intenso do número de assentamentos durante o período da segunda metade da década de 1990, no restante do país, enquanto Santa Catarina, apresenta um maior peso relativo na criação dos mesmos durante o último lustro dos anos 1980.

Já com relação aos dados coletados nesta pesquisa, no que se refere ao estado de Santa Catarina, observa-se que o período entre 1995 e 1999 apresenta uma maior área de assentamentos criados, bem como maior número de famílias assentadas, em relação ao período de 1985 a 1989; este número, porém, relacionado à segunda metade dos anos 1990, não é tão maior que o auge da segunda metade dos anos 1980 como acontece no caso brasileiro.

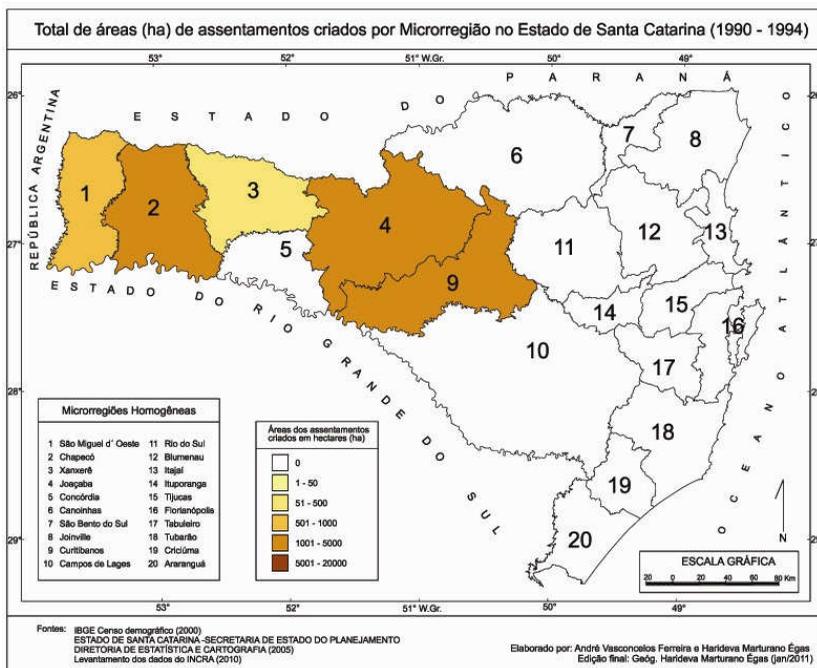
Esta diferença pode ser explicada em função do MST haver despontado primeiramente entre os estados da região Sul do Brasil, como Santa Catarina, ao passo que o período da segunda metade da década de 1980 foi mais marcante nesta região, enquanto a quantidade de assentamentos criados durante o último lustro dos anos 1990 foi relativamente mais intenso no restante do país, para onde o MST se expandiu, sobretudo, neste último período. Salvo a referida especificidade, pode-se considerar que a exemplo do que ocorreu no restante do Brasil, também se verificou no estado de Santa Catarina um crescimento inicial, entre 1985 e 1989, das áreas de assentamentos conquistadas, seguido de um período de queda do total de áreas conquistadas, entre 1990 e 1994, que foi sucedido por um novo auge na criação de assentamentos, ainda mais vigoroso, entre 1995 a 1999.



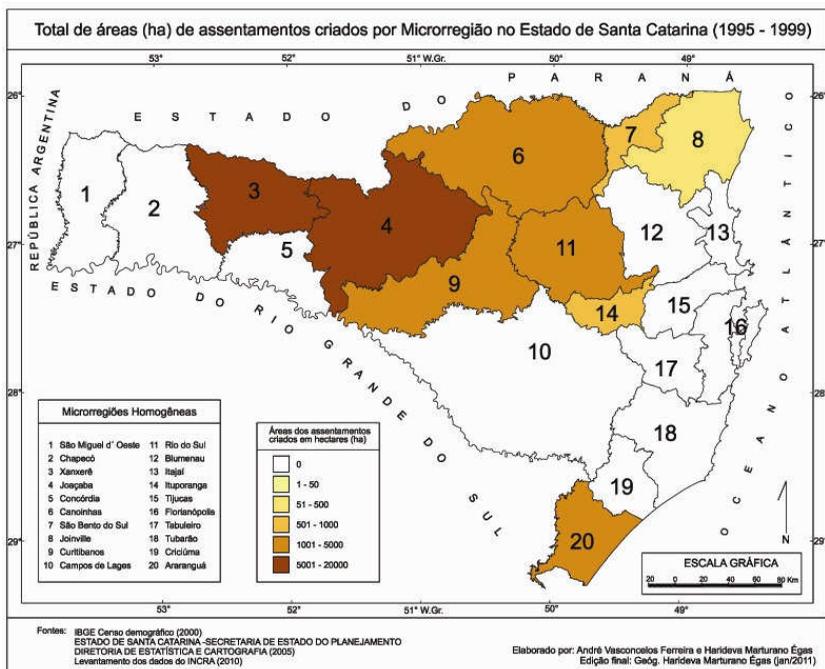
Conforme se pode, ademais, observar em termos do processo da criação de assentamentos no estado de Santa Catarina, segundo as Figuras 3 e 4 (Mapas), abaixo relacionadas, existiu, além de uma clara diminuição da área de assentamentos criados no estado durante o período de 1990 a 1994, comparado tanto ao período de 1985 a 1989, como se viu anteriormente, como em relação ao período de 1995 a 1999, também um visível deslocamento dos assentamentos criados em direção à região Leste do estado, onde tradicionalmente estão concentrados os maiores investimentos capitalistas do território catarinense – como na microrregião de Joinville, onde chegaram a ser criados dois assentamentos no período de 1995 a 1999, nos quais foram assentadas 25 famílias – também, como parte da estratégia do Movimento Sem Terra de ocupar territórios não apenas nas margens da sociedade capitalista, mas avançando em direção ao centro do território controlado pelo sistema do capital, e conforme o fortalecimento interno do MST no período de 1990 a 1994, quando foram desenvolvidas as relações de cooperação subjacentes à criação do SCA.

Há ainda que ressaltar as condições gerais da luta de classes no Brasil e, particularmente, na América Latina, onde teve início uma nova, embora, relativamente efêmera, ascensão das lutas de massa dos trabalhadores, como resultado inicial da crise do “neoliberalismo”, notadamente, a partir da segunda metade dos anos 1990, que atingiu o centro do sistema, aproximadamente, dez anos depois.

**Figura 3:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1990 - 1994).



**Figura 4:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (1995 – 1999).



Veja-se que o início da década de 1990 foi um período de intensa repercussão do “neoliberalismo” no Brasil, como aconteceu em diversos países do mundo – ainda que guardadas as diferenças entre cada uma das situações existentes. Ocorre que, neste período, foram tomadas várias medidas políticas com base no, já falado, “Consenso de Washington” no intuito de dar maior fluidez territorial ao desenvolvimento das grandes empresas capitalistas, sob a liderança do capital financeiro transnacional.

No Brasil, tais medidas foram aplicadas inicialmente pelo governo do Presidente Collor de Melo, a partir de 1989, e estiveram centradas, ao mesmo tempo, na “liberalização” da taxa de câmbio que significou a adoção do câmbio flutuante, ou regulado pelo mercado de divisas, que passou a manter a moeda brasileira com preço elevado em relação às moedas internacionais, fazendo ainda com que os produtos brasileiros chegassem ao exterior com preços relativamente mais caros. Não bastando isso para a entrada massiva de produtos importados no Brasil, foram, ademais, reduzidas drasticamente as tarifas alfandegárias, tornando o produto importado ainda mais barato no mercado interno brasileiro. Disso, resultaria já um forte impacto em termos do rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora no país, visto o desemprego gerado, primeiramente, em função da falência de boa parte da indústria e agropecuária brasileira. Porém, outro fator importante para o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, foi a desregulamentação das relações trabalhistas que se realizou neste período, a qual incluiu a perda de direitos sociais conquistados historicamente, como previdência, saúde e educação públicas. Além disso, os Planos de Estabilização da economia realizados em tal situação foram conjugados com um amplo processo de desregulamentação financeira, dando às instituições financeiras privadas uma maior capacidade de atuação no mercado, ao contrário das instituições públicas que tiveram seu poder relativamente reduzido.

Milton Santos (2006) explica com relação ao período de maior hegemonia da “globalização” capitalista, bem como da teoria e ação política “neoliberal”, que:

Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2006, p. 259).

Este mesmo autor, porém, enfatiza:

Mas a eficácia dessa união vertical está sempre sendo posta em jogo; e não sobrevive senão à custa de normas rígidas – ainda que com um discurso liberal. Enquanto isso, as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. Um exemplo é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, permitindo-lhes passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido. Devemos ter isso em mente, ao pensar a construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização (SANTOS, 2006, p. 259).

A superação da globalização capitalista seria, neste sentido, uma negação coletiva às ações verticais movidas pelo capitalismo, na condição de interesses comuns do povo formados a partir de escalas locais, no entanto, com vistas a uma disputa mundial de hegemonia frente ao capital, sobretudo, por meio de ações populares horizontais. Santos (2006), ademais, aponta que:

Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual (SANTOS, 2006, p. 259).

O MST, por seu turno, também com a perspectiva de elevar às escalas mais altas o movimento da classe trabalhadora, teve, apesar disso, que recuar com relação à perspectiva de ocupação de novas áreas de terra, sobretudo, em função da realidade existente ao final da década de 1980, em que se observou o profundo aumento da repressão sobre os trabalhadores rurais Sem Terra no Brasil. Neste momento, o MST foi impulsionado a buscar novos conhecimentos e desenvolver renovadas ações coletivas a fim de se fortalecer internamente, para que, de um lado, pudesse resistir ao ataque operado pelo

capital e, de outro, estivesse preparado para a ocupação subsequente de novas extensões de terra e do território como um todo.

De acordo com o que se falou anteriormente, pode-se partir do entendimento de que o desenvolvimento do SCA, entre 1989 e 1993, proporcionou o aumento das forças produtivas organizadas em torno do MST, de modo que o mesmo foi capaz de não apenas responder ao ataque contra ele desferido, com entrada do “neoliberalismo” no Brasil, como voltou a expandir as ocupações de terra durante a segunda metade da década de 1990, desta vez, em praticamente todo o Brasil. A pergunta que se faz, portanto, não é se o MST foi capaz de ampliar internamente a dimensão quantitativa da cooperação, mas se o mesmo, em meio ao desenvolvimento geral da sociedade, foi capaz de fazer avançar a cooperação a “níveis mais complexos” – conforme expunha o segundo objetivo definido pelo Movimento quando da construção do SCA.

A resposta a essa pergunta tem sido dada de diferentes maneiras. Examinar-se-á duas das posições gerais existentes no debate atual, consideradas aqui como sendo mais importantes teórica e política. Em primeiro lugar, verifica-se entre os geógrafos que se dedicam ao estudo do “movimento social como categoria geográfica”, a exemplo de Bernardo Fernandes (2000), ou que enfatizam a “geografia da nova radicalidade popular”, como Jean-Yves Martin (2002), que tomaram o MST como um elemento central em suas pesquisas, que os mesmos têm se referido à construção efetiva das relações de produção no interior do Movimento Sem Terra como construção de uma chamada “existência camponesa”. Estes autores, por sua vez, seguem uma tradição teórica relacionada com os estudos do também geógrafo Ariovaldo de Oliveira (1989; 1997), que se fundamenta nos estudos feitos sobre o “campesinato” por Alexander Chayanov (1981) e José de S. Martins (1981).

Em última análise, tais autores discutem o desenvolvimento da acumulação capitalista em situações de países de desenvolvimento capitalista retardatário, ou tardio, como a Rússia, no caso de Chayanov, e o Brasil, no que se referem aos demais autores, primeiramente, considerando alguma superioridade em termos do que chamam de “existência camponesa” e, depois, no caso desses últimos, chegando à conclusão de que o MST significa a “resistência do campesinato brasileiro” ao processo da acumulação capitalista, ao passo que, “nessa luta, revela-se uma identidade camponesa jamais verdadeiramente reconhecida até hoje” (MARTIN, 2002, p. 23).

Chayanov, como inspirador dessa tendência, parte das categorias da economia capitalista (como preço, capital, salários, juros e renda) tentando mostrar as diferenças entre, de um lado, a produção familiar camponesa e, de

outro, a produção tipicamente capitalista (baseada nestas últimas categorias). A diferença, segundo ele, ocorre já que “numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo” (CHAYANOV, 1981, p. 136). Chayanov mantém-se, ainda, no âmbito das categorias da economia capitalista a fim de demonstrar a viabilidade da produção familiar camponesa frente ao desenvolvimento da acumulação capitalista, argumentando em favor da “modernização” da unidade de produção camponesa que, para Chayanov, acontece sem maiores problemas.

Este último autor, parte da consideração de que:

Exaustivos estudos empíricos das explorações camponesas na Rússia e em outros países nos permitem estabelecer a seguinte tese: o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho (CHAYANOV, 1981, p. 139).

Desse modo, apoiado em uma tese típica da microeconomia neoclássica, Chayanov chega a uma análise previsível, segundo a qual:

Uma unidade econômica [camponesa] que opera com os princípios esboçados acima não é necessariamente extravagante em sua conduta econômica, pois geralmente os objetivos que proporcionam o mais elevado rendimento do trabalho por unidade de trabalho aplicada, e os que garantem o máximo lucro líquido possível a uma unidade capitalista, são aproximadamente os mesmos (CHAYANOV, 1981, p. 140).

Ou seja, de acordo com a “lógica” definida *a priori* por Chayanov os camponeses, ainda que mantendo alguma especificidade com relação à produção capitalista, no caso, tendo a sua produção regulada pela realização das necessidades familiares, encontra meios para se reproduzir, ainda com base no desenvolvimento da economia capitalista, já que, em último caso, não há obstáculos para a família camponesa “modernizar” sua produção – da mesma forma que a teoria neoclássica da firma define o acesso à tecnologia e à força de trabalho como uma escolha a-histórica definida, simplesmente, pelo critério de maximização dos lucros pelos capitalistas, que no caso da

economia camponesa atuaria de modo semelhante, porém, com a perspectiva de maximização das necessidades familiares.

Desse modo, partindo das condições históricas que ele mesmo criou, no intuito de justificar sua opinião de que a produção camponesa coexiste com a produção capitalista, ao invés de ser por ela superada, Chayanov (1981) conclui, também *a priori*:

[...] que o futuro da teoria econômica não reside na construção de uma única teoria universal de vida econômica, mas em conceber vários sistemas teóricos, adequados ao elenco de ordens econômicas presentes e passadas, que revelem as formas de sua coexistência e evolução (CHAYANOV, 1981, p. 163).

Por sua vez, a Geografia, quando baseada em tal teorização, termina se referindo ao MST e ao processo das ocupações de terras “[...] como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação” (FERNANDES, 2000, p. 61). João Fabrini afirma, ainda, que “[...] os camponeses têm construído seu lugar social por meio das lutas, como é o caso daquela desenvolvida pelos sem-terra nos assentamentos” (FABRINI, 2002, p. 76). Este último autor chega a concluir que “[...] os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento territorial elaborado pelo MST”, visto que “no projeto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de desenvolvimento territorial dos assentamentos, operacionalizado pelas cooperativas, o camponês não tem lugar”. Ao passo que, com isso, os camponeses, segundo Fabrini (2002):

Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade, dentre outras formas (FABRINI, 2002, p. 76).

Com relação a estes autores, pode-se dizer que os mesmos se prendem mais ao conceito que à própria história. Veja-se que o camponês, inicialmente caracterizado por trabalhar com força de trabalho basicamente familiar, passou a criar grupos coletivos, associações, etc. Ao passo disso, esquecem que desde os seus primeiros dias o Movimento Sem Terra buscou apoio para a luta no campo junto

aos trabalhadores tanto do campo, como da cidade. Será que se os camponeses tivessem somente criado e recriado sua identidade camponesa teriam tido sucesso na luta contra a ocupação do campo pelo capital? Neste sentido, há de se ter em mente o que de fato se passou na história, até o momento atual. E, neste sentido, o MST não apenas recebeu apoio de movimentos de trabalhadores urbanos, e se fortaleceu com isso, como contribuiu para o fortalecimento desses últimos, por entender que o enfrentamento sofrido pelos camponeses e trabalhadores rurais em geral, não pode ser vencido sem a criação de uma identidade mais ampla que a simples identidade camponesa – o que, em última instância, surge com a própria história do desenvolvimento capitalista.

Portanto, considera-se que a identidade criada pelos trabalhadores rurais Sem Terra é, prioritariamente, uma identidade criada enquanto classe trabalhadora. E, embora haja algumas resistências em meio aos assentados no que se refere ao projeto de desenvolvimento majoritariamente defendido pelo MST, o que tem essencialmente ocorrido, como foi mostrado nos mapas acima referidos, é uma tendência de aproximação dos novos assentamentos rurais criados pelo MST dos centros urbanos – sem negar, assim, que neste último ambiente encontra-se parcela bastante considerável da riqueza social. E ainda que a mesma esteja alienada na forma do capital, não se pode desprezá-la, quando se tem em vista, além da resistência ao capitalismo, sua superação.

Já a chamada “existência camponesa” a que Fabrini (2002, p. 76) se refere “como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade, dentre outras formas”, não pode, nem mesmo, ser considerada a proposta inicial de desenvolvimento do MST, superada por suas próprias limitações históricas, ao final da segunda metade dos anos 1980, pois se estaria, assim, deixando de considerar as intensas relações desenvolvidas pelo Movimento Sem Terra, desde o seu surgimento, em meio à classe trabalhadora – ao passo que não chega a ser esta a polêmica principal existente no interior dos assentamentos e do MST como um todo. Com isso, não se está negando o fato de que o MST assume, efetivamente, uma identidade como camponeses, ou trabalhadores rurais, porém, esta é apenas uma especificidade diante da sua identidade essencial – surgida em torno da contradição central – pela qual se constituiu, até hoje, o Movimento Sem Terra.

Noutra perspectiva, Idaletto Aued e Marlene Grade (2000) explicitam o que, efetivamente, se faz prioritário, como contradição

interna do Movimento Sem Terra, porém deixam a desejar no que se refere à efetiva delimitação do problema, bem como à perspectiva de sua solução. Segundo a opinião de Aued e Grade (2000) a oposição fundamental existente no MST diz respeito à existência de relações de produção capitalistas, *pari passu* com a luta socialista existente no seio do Movimento. Segundo a ênfase atribuída pelos dois autores:

O vir-a-ser, entendido como sociedade igualitária e socialista, perde-se nos assentamentos pela forma com que os homens assentados organizam a sua base material de produção da vida. O que é uma possibilidade nos acampamentos tende a desaparecer nos assentamentos (AUED; GRADE, 2000, p. 22).

De acordo com Aued e Grade (2000), isto ocorre ainda que se reconheça que “nos acampamentos, a velha ordem social explicita-se através da constituição de Cooperativas de Trabalho, cujo objetivo é a venda da força de trabalho das famílias acampadas” (AUED; GRADE, 2000, p. 22).

Entretanto, é nos acampamentos que o MST mostra a sua essência, ainda que permeado pela velha sociedade que impede a sua consolidação como uma nova possibilidade de reprodução da vida. É nesta etapa da luta que o MST indica a base para o surgimento de um novo homem, com outra perspectiva: constituir-se como ser solidário. [...] A solidariedade, sob qualquer forma e de onde quer que se origine, possibilita a construção desse novo homem que vive coletivamente. Ao relacionar-se com outros homens o faz unicamente pela imposição de se reproduzir como ser humano. A partir dessa base, a consciência em germinação reflete o novo e rompe com as relações sociais impostas pelo modo de produção capitalista. Nos acampamentos forjam-se novos homens que estruturam, solidificam e afirmam o Movimento (AUED; GRADE, 2000, pp. 22 - 23).

Ainda segundo os mesmos:

O MST delega às cooperativas a cooperação e a organização dos assentados. Entretanto, as Cooperativas refletem a dinâmica do capital, porque são moldadas através das variáveis dinheiro e mercadoria, que no interior dos assentamentos se impõem sob a forma burguesa (AUED; GRADE, 2000, p. 25).

O problema, assim, parece estar mal colocado visto que as cooperativas refletem, sim, a dinâmica do capital – embora se deva discutir até que ponto isso acontece; e não “porque são moldadas através das variáveis dinheiro e mercadoria”, mas somente na medida em que são moldadas através da “variável” capital. Desse modo, as cooperativas organizadas pelo MST apenas “refletem a dinâmica do capital” na medida em que produzem mediante relações de trabalho assalariadas, o que no caso do MST, embora seja praticado, não se pode dizer *a priori* que domina todo o Movimento, e nem que tende a dominá-lo. Ainda mais, porque não é apenas nos acampamentos onde são praticadas as relações solidárias no MST.

Como foi ressaltado por Aued e Grade (2000), durante o acampamento são os próprios trabalhadores Sem Terra que vendem sua força de trabalho – não se podendo negar que exista alguma virtuosidade em se produzir uma cooperativa de trabalho, gerida horizontalmente pelos trabalhadores, a fim garantir um preço mais alto pela venda da força de trabalho, individualmente, por meio de negociação coletiva.

Já nos assentamentos verifica-se um grande número de formas de organização da produção; conforme a pesquisa coordenada por Leite [et al.] (2004), em nível nacional, 78% das formas de organização da atividade produtiva desenvolvidas nos lotes dos assentamentos são produções individuais e familiares, ao passo que 1% das formas de organização da produção nos lotes são coletivas e 20% são formas mistas de organização<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> De acordo com Leite (2004): “As formas de organização totalmente coletivas são importantes estrategicamente no caso do Oeste de Santa Catarina, em especial no assentamento localizado no município de Dionísio Cerqueira [Assentamento Tracutinga, ou Conquista na Fronteira, como é conhecido]; no Sul baiano, com ênfase no projeto situado em Camacan; e no Sertão cearense, em projetos de Quixeramobim e Santa Quitéria. Aliás, é justamente no Ceará [...] que predominam as formas mistas (parte das atividades realizadas individualmente e parte em grupos coletivos), refletindo a situação de 90% dos lotes visitados” (LEITE, 2004, p. 86).

Ainda de acordo com a pesquisa organizada por Sérgio Leite [et al.] (2004), na região Oeste de Santa Catarina 85% dos lotes pesquisados organizam sua produção de forma individual ou familiar, enquanto 13% o fazem de forma coletiva e 2% de forma mista. O que se pode verificar com relação ao estado de Santa Catarina é que a maior parte dos produtores organiza a produção no interior do lote de forma individual e, principalmente, familiar, porém, neste caso, cada família entrega seu produto – no caso da maior parte dos produtores assentados do estado, o leite – para uma agroindústria da qual os assentados são sócios e atuam junto a ela de forma relativamente horizontalizada. Já no interior dessas cooperativas se produz, geralmente, com força de trabalho assalariada, a exemplo do que acontece na Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste), que funciona como uma cooperativa de prestação de serviços (CPS), localizada no município de São Miguel do Oeste, no extremo oeste do estado (Ver Figura 8, nos Apêndices).

Em entrevista obtida junto à página eletrônica do Movimento Sem Terra<sup>42</sup>, realizada em 28 de julho de 2009, o Presidente da Cooperoeste Euclides dos Santos Rodrigues observou que:

A história da Cooperoeste está ligada à história do Movimento e do setor de produção de Santa Catarina. Ela surgiu a partir de uma necessidade que tinha na região, de industrialização e de comercialização do leite, que é o principal produto dos assentamentos da região extremo oeste do estado. Inclusive, antes da fundação da Cooperoeste, existia e existe até hoje, a Associação 25 de Maio, que foi o embrião da Cooperoeste. Esta Associação começou com o processo de envase do leite tipo C e é uma experiência muito importante que envolve um assentamento. Mas é muito limitada, geograficamente falando, pois contempla só o assentamento e industrializa o leite tipo C, com curto prazo de validade, apenas quatro dias. Então surgiu a necessidade de criar uma organização que tivesse uma abrangência regional e que fosse um instrumento dos assentamentos da região. E também para resolver o problema do leite tipo C,

---

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7748>. Acesso em 25/02/2011.

que é um produto que agrega bastante valor, mas tem limites na comercialização em função do curto prazo de validade. Foi a partir dessa necessidade que se pensou – na época, foi uma atitude audaciosa por parte do povo da direção – criar uma indústria de leite Longa Vida, que foi o primeiro investimento de grande porte no estado, financiado pelo extinto Proceara (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária). Então, passados 13 anos, estamos lá pelejando!

Já em dezembro de 2008, durante entrevista realizada no âmbito desta pesquisa, o diretor da Cooperoeste e também dirigente do MST em Santa Catarina, Celestino Drazewiski, destacou que:

Quando o MST começou a organizar a produção nos assentamentos, o agronegócio também foi se fortalecendo, e os pequenos agricultores começaram a ser expulsos do campo e começou a dar uma certa turbulência. O movimento viu que era preciso pensar uma estratégia da produção, para nós começarmos a agregar valor, industrializar. E nós aqui na região fomos pioneiros desse desafio.

Drazewiski, ademais, explicou que:

De 1985 até 1995, existiam algumas experiências de trabalho cooperado, mas o lote sendo individual. Também, se fez compra de máquinas em conjunto, associações comunitárias, coletivos de famílias e a Cooperunião. Naquela época estávamos inseridos na produção; cada assentado vendia isoladamente sua produção no comércio local tradicional, sem uma organização da produção. Nós, naquela época, já tínhamos fundado a Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA), e aí em nível de estado se começou a fazer uma discussão de organizar a produção e a possibilidade de industrialização. Foi uma coisa nova para nós. [...] Depois, foram criadas as cooperativas regionais: a Cooperoeste, Coopercontestado, Cooperjus que são filiadas à Cooperativa Central.

A Associação 25 de Maio foi o começo. Nós começamos somente com a produção dos nossos associados. Aí, com o passar do tempo, a rota que era da outra cooperativa [Cooper São Miguel, atual Cooperalfa] passou para nós e continua até hoje. Aí foi aumentando o volume de produção... Em 1º de abril de 1996 nós entramos com o primeiro litro de leite no mercado local aqui de São Miguel do Oeste; depois abrangeu Maravilha, no caminho pra Chapecó, e Chapecó. Depois saiu a indústria de conserva e depois a gente fundou a Cooperativa [Cooperoeste]. A CooperUnião já tinha uma experiência socializada naquela época, só não tinha industrialização. Hoje eles têm. Existem hoje cerca de trezentos produtores integrados com a Associação 25 de Maio. Em junho de 1996 foi fundada a Cooperoeste, que juntou os associados da Associação 25 de Maio, uma associação de São José do Cedro e uma de Anchieta. Dessas três associações nós fundamos a Cooperativa Regional [Cooperoeste]. E depois foi ampliando para os outros assentamentos que não tinham associações. Hoje deve ter em torno de setecentos e cinquenta associados na cooperativa. Em 1998, começamos a construção da unidade do Leite Longa Vida.

O que se pode observar é que o MST passou por diversas fases durante o processo de seu desenvolvimento, as quais resultaram em diferentes formas de organização da produção da vida, não apenas no nível dos assentamentos, mas do Movimento como um todo, que inclui, além destes últimos, os acampamentos, as associações, as cooperativas, as marchas, as manifestações, os congressos, os encontros e toda a organicidade do Movimento Sem Terra, desde os núcleos de base, passando pelas brigadas<sup>43</sup>, até sua direção nacional, suas direções estaduais, além das coordenações nacional e estaduais – estas últimas que contam, além da participação das respectivas direções, com os representantes dos setores específicos de organização do Movimento,

---

<sup>43</sup> As brigadas passaram a fazer parte da organicidade do MST a partir do seu 4º Congresso Nacional e incluem, em geral, por volta de 500 famílias organizadas regionalmente.

entre os quais, destacam-se: Produção e Meio Ambiente, Saúde, Educação, Comunicação, Direitos Humanos, Gênero, Juventude, Cultura, Relações Internacionais, Finanças e Frente de Massas (Ver Figuras 14 e 15, nos Apêndices).

Toda essa construção, além das instâncias imediatamente políticas em meio às quais o Movimento Sem Terra encontra-se relacionado, ao lado de outros movimentos de trabalhadores urbanos e rurais (Ver Figura 17, nos Apêndices), não pode ser negligenciada quando se observa a produção da vida realizada pelo MST. Assim, o primeiro problema que salta aos olhos nas análises apresentadas aqui sobre a organização da produção, incluindo as formas de cooperação existentes no MST, tem haver com a parcialidade com que são observadas as relações de produção em questão. Não se pode focar a análise somente nos assentamentos, ou acampamentos, como se o Movimento produzisse sua existência apenas nesses territórios. Aliás, uma das características iniciais desenvolvidas pelo mesmo foi, de certa forma, unir economia e política, além da produção cultural, em sua auto-produção (Ver Figuras 10 e 11, nos Apêndices).

Sem uma análise geral da estrutura produtiva dos assentados, acampados e demais territórios integrantes do Movimento Sem Terra se poderia pensar que se vive, de fato, uma situação de “existência camponesa” nos assentamentos, já que conforme foi apresentado, com base na pesquisa desenvolvida por Leite [et al.] (2004), em nível nacional, 78% das formas de organização da atividade produtiva desenvolvidas nos lotes dos assentamentos são produções individuais e familiares, e em Santa Catarina esse percentual se eleva a 85%. Neste sentido, Aued e Grade (2000) estão corretos em recolocar a questão da produção do MST em bases que incluem as cooperativas do Movimento, além dos próprios acampamentos e assentamentos, porém, além disso, é preciso considerar que a produção da vida no âmbito do MST extrapola o horizonte dos acampamentos, assentamentos e, mesmo, das cooperativas. Não é possível pensar esses territórios sem pensar o trabalho político do MST, também como parte da atividade econômica e cultural do Movimento; então, os chamados “liberados”, que Aued e Grade dão pouca importância, conseguem garantir por meio do trabalho político que realizam o acesso a créditos, a assistência técnica, além de uma série de políticas públicas voltadas à construção de escolas, postos de saúde e infra-estruturas diversas nos assentamentos, como da formação profissional e política dos trabalhadores Sem Terra.

E como funciona essa estrutura? Será que são somente relações capitalistas que estão sendo produzidas nesses territórios e, particularmente, nos assentamentos? E a solidariedade estabelecida com os trabalhadores da cidade e do campo na construção da luta cotidiana pelos militantes do MST? É um fato que nos acampamentos as relações sociais são praticadas com muita união e solidariedade<sup>44</sup>, até porque o objetivo de conseguir a terra unifica um número maior de pessoas do que o objetivo posterior que diz respeito ao que fazer com a terra – muito embora, não seja o caso de imaginar que são somente relações de solidariedade que existem nos acampamentos. Já com relação aos assentamentos, ainda que o Movimento Sem Terra estimule não apenas a ampliação quantitativa da cooperação, mas sua complexificação, por meio da socialização dos meios de produção, os resultados obtidos são necessariamente contraditórios, inclusive porque o que ocorre no interior do Movimento Sem Terra não depende apenas deste último. Além do mais, o Movimento não impõe aos beneficiários da Reforma Agrária uma forma de produção.

Porém, é também evidente que a maioria dos assentados continua apoiando o Movimento até o momento atual, em particular, por meio da liberação de militantes para a luta imediatamente política – que, aliás, como se falou anteriormente, também atua como luta econômica. Também, não há como separar a organização dos acampamentos do MST da organização dos assentamentos, sobretudo, em vista da solidariedade realizada por esses últimos em termos da liberação de militantes da Reforma Agrária, dentre outros apoios materiais – que contribuem de forma decisiva para a organização da solidariedade existente nos acampamentos.

Em termos das cooperativas, e particularmente da Cooperoste, tomada aqui como exemplo, há de se ressaltar que, embora se utilize o recurso do assalariamento da força de trabalho, não se deve esquecer que essas últimas – talvez, mais que qualquer outro setor do Movimento Sem Terra – contribuem ativamente com a liberação de militantes e mesmo de gêneros alimentícios para muitas das atividades políticas e de

---

<sup>44</sup> Ver entre os Apêndices a transcrição parcial da entrevista realizada no âmbito desta pesquisa, incluindo a colaboração de Ricardo P. Pazello, com Altair Lavratti e Daniela C. Rabaioli, respectivamente, membros da Direção Estadual do MST e da Secretaria Política do Movimento em Santa Catarina (com sede em Florianópolis), sobre a história do Movimento Sem Terra no estado e, ainda, sobre a solidariedade existente nos acampamentos, como também a importância da solidariedade existente para além desses últimos no que se refere à concretização dos mesmos.

formação do Movimento, inclusive para os acampamentos. Por outro lado, beneficiam os assentados através de um preço por produção *in natura* um pouco mais alto que o preço pago por outras agroindústrias da região e, principalmente, através das “sobras” da cooperativa que no caso da Cooperoeste são divididas entre os, aproximados, setecentos e cinquenta associados. Neste sentido, não se pode negar que os assentados do MST praticam, até certo ponto, relações de caráter solidário, ainda mais, neste último caso, entre eles mesmos, ainda que assalariem um conjunto de trabalhadores durante uma parcela importante da sua produção coletiva.

Não se está negando, com isso, que haja uma ambigüidade, ou uma contradição, em meio às relações de produção realizadas pelo MST, embora não se deva esquecer que a contradição faz parte da vida em todas as suas dimensões. A questão que se coloca aqui é definir qual é, efetivamente, a contradição que existe no interior do Movimento Sem Terra e como ela tende a ser superada historicamente.

Há de se considerar que a contradição envolvendo relações de produção capitalistas e relações socialistas é, de fato, a mais central no interior do Movimento Sem Terra, embora não seja suficiente dizer, como fazem Aued e Grade (2000), que nos acampamentos o MST produz relações socialistas e nos assentamentos este Movimento produz de forma capitalista, ou que a produção material do MST seja capitalista e a sua produção cultural socialista<sup>45</sup>, até porque, como já se falou, é preciso pensar a produção política e cultural do Movimento Sem Terra como elementos efetivos da sua produção material. Há de se ressaltar que no campo da produção imediatamente política e cultural são bastante intensas as relações solidárias no interior do MST, como em meio à classe trabalhadora<sup>46</sup>; embora também não sejam desprezíveis as

---

<sup>45</sup> De acordo com Aued e Grade (2000): “A tentativa do MST em tecer uma base produtiva através da cultura e da implantação de novos valores estabelece uma base insuficiente que não se afirma enquanto Movimento. A estratégia montada pelo Movimento para forjar novos homens a partir da instituição de valores, ideologias, símbolos, mística revela-se frágil e não se sustenta como base material do próprio Movimento, ou seja, não há uma base material que o produza. Tais elementos, embora importantes, não conseguem materializar homens novos que confirmam o MST e o seu ideário” (AUED; GRADE, 2000, p. 29)

<sup>46</sup> É importante fazer referência, no caso das atividades imediatamente políticas e culturais do MST, à construção em nível nacional, de pelo menos três iniciativas por parte do Movimento, como poderiam ser citadas outras, mas estas são centrais e servem como exemplo do modo de organização da produção em questão. A primeira delas diz respeito à atividade produtiva da editora Expressão Popular; criada há pouco mais de dez anos, esta editora tem conseguido produzir uma grande variedade de publicações,

experiências coletivas e mistas de produção dos assentamentos, ou mesmo a solidariedade existente entre os integrantes do MST no caso das cooperativas que produzem com base no trabalho assalariado.

Observe-se, ainda, que não são todas as cooperativas no interior do Movimento Sem Terra que se reproduzem por meio do trabalho assalariado. O Assentamento Conquista na Fronteira, no município de

---

incluindo os maiores clássicos do marxismo e da literatura crítica mundial, além de alguns livros técnicos sobre agroecologia, dentre outros, com preços médios inferiores a praticamente todas as editoras brasileiras, especialmente, com base no trabalho de pouco mais de dez pessoas que recebem salário e trabalham “fixos” na empresa, além de mais de duzentos colaboradores voluntários, muitos dos quais doam os direitos autorais de suas obras à Expressão Popular. Cabe, ademais, ressaltar que o trabalho de distribuição dos livros é feito, basicamente, pela própria militância do MST e demais movimentos de trabalhadores, ao passo que mediante a venda dos livros esses últimos apropriam-se de 30% do preço final dos mesmos, o que, normalmente, é internalizado no próprio movimento como atividade de finanças, com vistas à produção material e teórica do movimento. Outro exemplo que pode ser citado é o da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), construída a partir do trabalho de milhares de voluntários, além de uma série de contribuições sociais, hoje a ENFF funciona com alguns trabalhadores assalariados e grande participação, quanto à organização de suas atividades, de todos os que fazem cursos na escola. As turmas de estudantes presentes na Escola se dividem para dar conta de atividades como limpar o refeitório a cada café da manhã, almoço e jantar, além de servir a comida durante as três refeições, e também durante os lanches da manhã e da tarde. Além disso, as turmas se revezam em atividades como a limpeza dos banheiros de toda a escola, fazendo, assim, com que se reduza bastante o custo de manutenção da mesma, e sirva, ao mesmo tempo, como excelente atividade formação, para que os militantes de base e os dirigentes do Movimento não esqueçam que são trabalhadores, da mesma forma que aquelas pessoas que limpam os banheiros e servem a comida nas escolas e restaurantes privados. No mais, a ENFF sobrevive de doações por parte de outras organizações de trabalhadores, nacionais e internacionais, que contribuem solidariamente com projeto político-pedagógico da Escola. Cabe, por último, enfatizar a organização do V Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Brasília, entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, que envolveu a participação de “17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades” (segundo a página eletrônica do Movimento Sem Terra, disponível em <http://www.mst.org.br/node/7701>. Acesso em 27/01/2011). Enfatize-se com relação a este evento que foi cobrada uma taxa de inscrição para cada participante ao preço de R\$ 10,00, com direito ao material didático do Congresso, incluindo bolsa e uma série de textos, alojamento e três refeições organizadas por estado, além de banheiros e demais infra-estruturas – como cinderam infantil que durante todo o evento cuidou de mais de 1.000 crianças. Ver mais sobre a organização do V Congresso Nacional do MST no “relato” feito por este pesquisador, disponível entre os Apêndices deste trabalho. As informações sobre os três exemplos acima foram colhidas *in loco* por meio de anotações de campo, sobretudo, em entrevistas com os organizadores dos eventos citados. Há também um documentário produzido pela ENFF sobre o processo de organização da escola.

Dionísio Cerqueira/ SC, é um exemplo de assentamento onde se produz de forma coletiva – sendo um dos mais antigos do estado de Santa Catarina, criado em 1988<sup>47</sup>.

Com relação a este último, observa-se que foi formado a partir de um grupo de 60 famílias, inicialmente, divididas em dois grupos: 35 das quais estava a três anos vivendo em acampamentos organizados nos municípios catarinenses de Abelardo Luz e Taiópolis, e que por serem os mais jovens entre os acampados foram ficando por último na ordem de prioridade para serem assentados; até que inspirados por experiências de assentamentos coletivos que conheceram naquele mesmo período – um deles localizado em Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul – optaram por organizar seu próprio assentamento de forma coletiva. Segundo eles, a própria geografia do lugar onde estão localizados os 1.198 ha do assentamento, formada por morros, e sendo 40% do território do assentamento destinado à reserva ecológica, contribuiu para a decisão em favor da organização coletiva. Além dessas famílias, outras 25, originárias do município de Dionísio Cerqueira, foram assentadas mediante indicação da Prefeitura do Município.

Sabe-se que entre 1988 e 1991 os assentados receberam curso de formação e que durante este período, em outubro de 1990, foi fundada no assentamento a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Cooperunião), uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) – inspirada nas CPA's cubanas (Ver Figuras 9, 12, 13 e 16, nos Apêndices). Entre 1991 e 1993 realizou-se o processo de unificação dos dois grupos de assentados.

Os assentados em questão tiveram, inicialmente, que produzir suas próprias necessidades básicas até conseguirem realizar os primeiros excedentes no mercado. Entre as atividades exercidas, chegaram a produzir fumo e fabricar jeans, porém, ambos os produtos foram abandonados. Depois, passaram a produzir frango, leite, erva mate e peixe, além de grãos e, também, a maior parte dos gêneros alimentícios necessários para o autoconsumo das famílias. Em 1998, iniciaram o processo de agroindustrialização no assentamento, com a criação de uma fábrica de ração; tendo sido criado mais recentemente um frigorífico com abatedouro de aves.

Atualmente, a cooperativa reúne 136 sócios organizados de forma horizontal, por equipes de trabalho, e tem como carro-chefe a produção

---

<sup>47</sup> As informações sobre o Assentamento Conquista na Fronteira foram colhidas por meio de anotações de campo feitas em entrevistas com os assentados, durante visita realizada ao mesmo em dezembro de 2008.

de frangos, que dispõe de 12 aviários, cada um com dimensão de 600m<sup>2</sup> e capacidade para 7.000 aves; esta última também se encontra integrada com a produção agrícola para a qual produz fertilizante aproveitando o resíduo dos aviários. A Cooperativa também dispõe de uma unidade mecanizada de produção de ração, para a qual são comprados 100% do farelo de soja e 35% do milho necessários como insumo à produção. Os 65% dos grãos de milho restantes são produzidos em áreas do próprio assentamento e em 14 ha de terras vizinhas, arrendadas ao custo de 20% do produto, o que faz com que a produção de ração tenha custo reduzido e, principalmente, que a produção de frangos reduza seus custos com ração. A cadeia produtiva do frango reúne ainda um abatedouro com frigorífico localizado no próprio assentamento, que recebe frangos *in natura* por um custo mais baixo do que se fossem adquiridos junto ao mercado da região.

Pode-se destacar que se tornou praticamente inviável a produção de frangos por pequenos produtores, principalmente, a partir da década de 1990 quando foram à falência a maior parte dos produtores que trabalhavam em regime de “integração” junto às agroindústrias capitalistas. Portanto, as agroindústrias estão tendo que internalizar a produção de frangos *in natura* a fim de reduzir custos, por meio das economias de escala que lhes são acessíveis, especialmente, quando não conseguem dispor de grandes produtores de frango *in natura* trabalhando em regime de integração – ainda que, para isso, tenham que assumir o risco de lidar com um produto sujeito a “instabilidades”, especialmente, quando a “natureza” dá sinais de estar “fora de controle”.

A Cooperunião não participa com a mesma intensidade das economias de escala obtidas pelas grandes agroindústrias capitalistas que atuam neste setor, no entanto, tem como diferencial econômico positivo o fato de poder contar com maiores economias de escopo. No caso, além da relação positiva da produção de frangos *in natura* com a agricultura, que ocorre por meio da transferência gratuita de esterco para esta última, também se produz todo o volume de frango que os assentados necessitam para o autoconsumo das famílias, o que torna mais baixo o custo de reprodução da força de trabalho do assentamento.

O abate dos frangos, no caso, se dá com aproximadamente 44 dias, enquanto em outras empresas este período pode chegar a 36 dias. Esta diferença se revela em função da não utilização de hormônios de crescimento na ração dos frangos da Cooperunião, o que em mercados mais especializados resultaria em algum diferencial positivo no preço final do produto da Cooperativa.

Com relação à produção de leite realizada na Cooperunião, sabe-se que a mesma está organizada com base em 150 vacas leiteiras em um sistema de pastoreio rotativo conhecido como *Voisin*, organizado em piquetes. Se produz uma média diária de 14,5 L de leite por animal – a média da região é em torno de 12 a 15 L – sendo o total da produção vendido para a Cooperoeste. Pode-se considerar, neste caso, a maior escala de produção realizada pela Cooperunião com relação aos pequenos produtores de leite da região, incluindo os pequenos produtores assentados, o que permite a obtenção de custos fixos mais baixos, além da utilização de menos trabalhadores na produção, com relação à média dos pequenos produtores, tornando o custo médio de produção do leite na Cooperunião mais baixo, ainda que se trabalhe, até certo ponto, com recursos técnicos semelhantes – melhoramento genético do rebanho, produção a base de pasto selecionado e organizado por piquetes, ordenha mecanizada, etc.

Além de economias de escala, os integrantes da Cooperunião dispõem, também no caso da produção leiteira, de importantes economias de escopo. Um exemplo disso é que, além de conseguirem produzir leite de forma competitiva no mercado, abastecem o assentamento com o leite que produzem, incluindo seus derivados, reduzindo, ainda mais, o custo de reprodução da sua força de trabalho. Outro ganho que têm com a integração das referidas produções é a utilização de praticamente todo o resíduo da produção leiteira, no caso do esterco bovino, como insumo para a produção de fertilizante orgânico na agricultura.

No que se refere às produções de peixe e erva-mate realizadas pelos integrantes da Cooperunião, pode-se considerar que seguem parâmetros de economias de escopo semelhantes àquelas indicadas acima, porém com alguma restrição. Por exemplo, a produção de erva-mate não é diretamente consumida pelos assentados, como no caso do frango, do leite e de seus derivados, porém, utiliza gratuitamente parte dos resíduos da produção leiteira e dos aviários como fertilizante. Já com relação à produção de peixes, que conta com dois açudes com capacidade para produção de 28.000 Kg de pescado, por safra, em cada um deles, sabe-se que a maior parte da produção é vendida para uma empresa privada com sede em São Paulo e que o restante abastece o Assentamento. Ainda durante a realização desta pesquisa estava em andamento a reorganização, após um período de crise, da Cooperativa Regional de Comercialização Justino Drazewiski (Cooperjus), em Abelardo Luz/ SC, na qual estava previsto entre suas atividades

produtivas o beneficiamento de pescado, o que fará com que a Cooperunião possa vir a vender sua produção em condições um pouco mais vantajosas do que o faz atualmente.

Além disso, as produções de peixe e erva-mate contam com relativa eficiência na utilização da força de trabalho; em vista da sazonalidade das mesmas, tem-se a possibilidade de alocar os trabalhadores em outras atividades em momentos que demandam menor esforço produtivo, assim como reuni-los em maior escala nos momentos de maior necessidade – apesar de que nos períodos de maior intensidade de trabalho no assentamento chega-se a contar com força de trabalho assalariada, ainda que em reduzida proporção.

Os outros dois setores de trabalho da Cooperativa, que atendem pela produção das construções e dos alimentos destinados ao autoconsumo dos assentados, estão relacionados com a produção das necessidades internas das 60 famílias do assentamento, incluindo seu consumo direto e indireto (este último, relativo ao chamado “consumo produtivo” dos assentados). As construções servem como apoio a praticamente todos os setores do assentamento, desde a produção de infra-estruturas produtivas, até a construção de moradias. Em ambos os casos, o autoconsumo permite que se obtenham ganhos na produção, por meio da redução de custos. Basta observar que se os assentados tivessem que contratar serviços de construção, ou comprar alimentos orgânicos no mercado, conforme suas necessidades, certamente, teriam um custo mais elevado do que o que gastam efetivamente com a produção interna destes setores.

Já o setor da lavoura, responsável pela produção de 65% do milho que a cooperativa necessita na fabricação de ração para a produção de aves, trabalha com técnica convencional – utiliza agrotóxicos, fertilizantes químicos e mecanização pesada na plantação. Sua economia de escala é, provavelmente, menor que a praticada por grandes lavouras capitalistas, porém permite aos assentados economizar na compra de insumos relacionados com a produção de ração.

Os custos gerenciais da Cooperunião também devem ser ressaltados como relativamente baixos, pois sua diretoria, assim como a coordenação do assentamento, atende aos diversos setores de produção presentes neste último – e todos juntos representam uma escala de produção considerável. Ressalte-se ainda o fato de que o valor pago por hora de trabalho a esses funcionários é compatível com o de todos os outros trabalhadores, portanto abaixo do valor pago por hora de trabalho aos administradores das agroindústrias capitalistas. Ademais, a

cooperativa pode contar com o fato de que seus gerentes são, normalmente, mais fieis aos interesses da empresa em que trabalham que os “executivos” das empresas capitalistas, já que os primeiros são também proprietários dos meios de produção e lhes interessa não apenas o salário que recebem, mas a maximização do interesse de sua própria empresa – o que é muito diferente da “participação nos lucros” promovida por empresas capitalistas.

No Assentamento Conquista na Fronteira funciona, ainda, uma ciranda infantil e uma escola de 1ª a 4ª série, na qual trabalham profissionais do próprio assentamento, pagos pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira; os alunos das séries posteriores estudam na sede do município, e alguns deles cursam nível superior em centros urbanos maiores. É importante destacar que todos os envolvidos na produção do assentamento recebem seus rendimentos por hora trabalhada, sendo a hora de trabalho paga de forma igual para todas as funções – inclusive os funcionários da escola que, embora sejam pagos pela Prefeitura, incluem seu salário no orçamento da Cooperativa e recebem de acordo com a alíquota paga aos outros funcionários. A Cooperunião ainda remunera, conforme a renda média dos cooperados, seis trabalhadores liberados para atividades políticas e acadêmicas realizadas fora do assentamento; também contribui com doações para o Movimento Sem Terra, dentre outros movimentos de trabalhadores, e possui entre seus sócios um vereador municipal eleito pelo Partido dos Trabalhadores – do qual, este é, também, presidente municipal.

Com relação ao acesso da Cooperunião a recursos públicos, há de se considerar que o MST, ao longo dos seus 25 anos, tem conseguido aumentar sua influência política, de forma a incomodar os próprios “ruralistas”, que passaram a organizar, além de outras ações contrárias ao Movimento, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI’s) – que somente têm confirmado a eficiência, acima da média nacional, das organizações ligadas ao Movimento Sem Terra na gestão dos recursos públicos que lhes são concedidos.

O que se pode, finalmente, ressaltar com relação à Cooperunião é que esta organização permite que os assentados avancem em termos da escala de cooperação que realizam, principalmente, com relação à maior parte dos pequenos produtores rurais brasileiros. Por outro lado, é provável que a Cooperativa permaneça aquém da escala de cooperação da maior parte das agroindústrias capitalistas localizadas em Santa Catarina; porém, este fato é, em alguma medida, compensado pela vantagem que dispõem os assentados da Cooperunião na obtenção de

economias de escopo, em função da diversidade e complementaridade dos bens produzidos.

Além disso, destaca-se a própria qualidade da cooperação que realizam os referidos assentados, em meio à qual se supera, em larga medida, o antagonismo presente na relação entre capital e trabalho<sup>48</sup>; de modo que a cooperação organizada horizontalmente na Cooperunião afirma-se como sendo relativamente mais eficiente que a cooperação capitalista.

Não se pretende, com isso, diminuir a importância das reflexões críticas sobre o MST acima referidas, principalmente, na medida em que identificam questões centralmente existentes no Movimento Sem Terra. No entanto, o modo como foram explicitadas as referidas contradições, não satisfazem o ponto de vista aqui reunido, como também deixam a desejar as soluções requeridas por tais contradições pelos referidos autores. Ainda conforme Aued e Grade (2000):

A saída proposta é o caminho via solidariedade: o MST produz arroz, feijão, peixe ou outro produto qualquer para, através dele, relacionar-se concreta e diretamente com outros produtores que, por sua vez, irão produzir as casas do MST, ou o sapato, com a sua força de trabalho, porque o Movimento – e aí ele está vivo, presente, forte, engendrando o novo e fortalecendo-se – estará produzindo o arroz desses trabalhadores sem a mediação do mercado, do capital (AUED; GRADE, 2000, p. 34).

O que se verifica, entretanto, é que desde o final da década de 1980 o MST tem como objetivo, não apenas ampliar a cooperação em

---

<sup>48</sup> Há de se enfatizar, acordo com Marx, que: “As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção” (MARX, 1983, p. 334).

meio aos integrantes do Movimento, como desenvolvê-la em nível mais complexo, por meio da socialização dos meios de produção sociais. Neste sentido, não foi por falta de consciência com relação à necessidade de desenvolver a solidariedade no interior do MST, especialmente por parte da Direção do Movimento, que as relações capitalistas se desenvolveram no interior do mesmo. Como não foi por falta de consciência, quanto à necessidade de desenvolver a solidariedade em meio à classe trabalhadora, que as formas de produção capitalistas se desenvolveram nos territórios ocupados pelo MST.

Falta dizer que o que ocorre no interior do Movimento Sem Terra depende não apenas da consciência existente no Movimento, mas do processo da luta de classes que acontece no Brasil e, em última instância, no mundo. Como falta dizer que no caso do MST a disputa entre capital e trabalho não está definida em favor do capital.

Não se vê, finalmente, nas análises acima referidas, sobre as relações de produção praticadas no interior do MST, um estudo que relacione as condições da luta de classes no Brasil e no mundo com a estratégia econômica, política e cultural do Movimento Sem Terra.

Com relação a tal, há de se observar que o último período de relativa ascensão das lutas de massas dos trabalhadores ocorreu durante a segunda metade dos anos 1990, em meio à crise inicial do imperialismo em sua fase “neoliberal”, localizada na periferia do sistema capitalista. Observe-se o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, quando fora iniciada a construção do Mercado Comum dos países da América do Norte (NAFTA). Neste mesmo ano, o México, ao lado da Argentina, enfrentou uma das maiores crises de sua história, em função da sobrecarga que afetou o balanço de pagamentos do país, gerada pela política “neoliberal” que manteve o câmbio sobrevalorizado até a falência total da capacidade de pagamento da dívida pública mexicana, que levou a uma moratória e, logo depois, a uma grande desvalorização da moeda nacional, à qual se seguiu a falência de uma série de empresas instaladas no país, além do aumento substancial do desemprego e da pobreza tanto no México, como na Argentina – embora neste último país a crise tenha se manifestado mais fortemente nos primeiros anos do século XXI.

Também em torno da segunda metade da década de 1990, foi desencadeada, em outubro de 1997, a crise da Ásia, com efeitos similares às crises do México e da Argentina, a qual contagiou ainda a

Rússia e o Japão, em agosto de 1998<sup>49</sup>. Neste mesmo período, o governo “neoliberal” de Gonzalo Lozada, na Bolívia, emitiu um decreto, praticamente, entregando os recursos hidrocarboníferos do país a empresas transnacionais, como a Repsol, a Petrobrás e a British Gas. O povo boliviano passou a ir às ruas protestar contra as medidas do governo, que, ao final, reagiu com verdadeira matança contra a população do país. Diante disso, povo boliviano, por meio de uma série de organizações de base, não se intimidou e impôs duas grandes derrotas ao “neoliberalismo”; primeiro, em abril de 2000, na cidade de Cochabamba, onde teve lugar o movimento popular conhecido como Guerra da Água, que resultou na expulsão da empresa que privatizara a água no país; e, depois, na cidade de El Alto, entre 2002 e 2003, onde se deu o triunfo popular conhecido como Guerra do Gás, que resultou na renúncia do governo assassino de Gonzalo Lozada<sup>50</sup>.

Em abril de 2002, o povo venezuelano também foi às ruas a fim de restituir o governo eleito democraticamente do Presidente Hugo Chaves, após a tentativa de golpe de Estado organizado por setores pró-imperialistas localizados na Venezuela<sup>51</sup>.

Ademais, no Brasil, também foram acirradas as lutas de massa dos trabalhadores a partir da segunda metade da década de 1990, no contexto das crises econômicas do período, que influenciaram diretamente o Brasil, que se tornou o epicentro da crise mundial em janeiro de 1999, a partir de uma ampla evasão de divisas, que teve como resultado a sensível desvalorização do Real, seguido pelo aumento da inflação e da pobreza no país. Veja-se que, já a partir do início da década de 1990, o povo brasileiro passou a sofrer com a implantação das medidas “neoliberais”, que resultaram em desemprego e elevação da pobreza; situação, esta, que foi se agravando até chegar ao auge, em janeiro de 1999.

Com relação ao período de relativo ascenso do movimento de massas dos trabalhadores realizado nos países latino-americanos, sobretudo, a partir de 1994, com o Levante Zapatista, mas, também, em outros países, onde se destaca, ademais, a criação da Via Campesina, entre 1992 e 1993, sabe-se que atravessou a segunda metade da década

---

<sup>49</sup> Informações disponíveis na página do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE): <http://www.dieese.org.br/esp/real/crisereal.xml>. Acesso em 27/01/2011.

<sup>50</sup> Ver documentário de Carlos Pronzato (2003).

<sup>51</sup> Ver documentário de Kim Bartley e Donnacha O’Brian (2003).

de 1990, além dos primeiros anos do século XXI, envolvendo, ainda, a criação de movimentos antiglobalização no hemisfério Norte – porém, de forma mais esporádica.

Ainda no que se refere ao Brasil, pode-se observar, neste período, um novo incremento da criação de áreas de assentamentos, sobretudo, em função das ações movidas pelo Movimento Sem Terra. Este aumento, como se viu nesta pesquisa, também envolveu o estado de Santa Catarina, embora tenha sido ainda mais expressivo em outras regiões do país, por onde o MST, dentre outros movimentos de luta pela terra, foram se consolidando.

Mitsue Morissawa (2001) destaca que neste período:

[...] além do 3º Congresso [Nacional do MST], outros fatos ocorridos no ano de 1995 puseram o foco sobre a questão agrária: o calote dos latifundiários no Banco do Brasil, a crise geral da agricultura provocada pelo projeto neoliberal e a reação da sociedade diante do massacre de Corumbiara (MORISSAWA, 2001, p. 153).

Morissawa (2001) enfatiza que:

A manutenção dos preços baixos dos produtos que compõem a cesta básica de alimentação desestimulou a agricultura. Em safras anteriores foram produzidos 80 milhões de toneladas, a de 1995 ficou abaixo de 70 milhões. O governo FHC fez pouco caso em relação a essa queda de produção, alegando que a agricultura representa apenas 15% do PIB e a população rural, somente 22% do total da população brasileira. [...] No mês de abril de 1996, o MST voltava a ocupar a mídia. O caso de Eldorado dos Carajás deixou a população brasileira perplexa (MORISSAWA, 2001, p. 155).

Em seguida, realizou-se a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária:

Iniciada no dia 17 de fevereiro de 1997, partindo de três pontos do país, foi programada para alcançar Brasília no dia 17 de abril, primeiro aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás.

[...] O percurso de cada coluna foi de cerca de mil quilômetros. As três contavam com acampados e assentados [...] A chegada a Brasília, no dia 17 de abril, foi celebrada com um grande ato público, congregando diversos setores da sociedade. Havia mais de 100 mil pessoas presentes no ato. Simultaneamente a marcha programada em cada estado do Norte e do Nordeste atingiu as capitais (MORISSAWA, 2001, pp. 158 - 159).

Neste mesmo período, ainda conforme Morissawa (2001):

O MST [...] realizou grandes mobilizações, entre as quais a mais importante foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça [...], além de 180 ocupações em todo o país, superando o recorde anterior, e avançou nas diversas atividades internas: alfabetização de 7 mil pessoas; inauguração da Escola Técnica Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul; mais de 30 assentamentos estavam com agroindústrias em funcionamento ou em construção. E a sociedade continuava dando suas demonstrações de apoio ao Movimento: estava em preparo um CD com as músicas do MST cantadas por Beth Carvalho, Djavan, Leci Brandão, Zé Geraldo, Antônio Gringo, Chico César e outros; saíram cinco filmes sobre o MST, feitos por produtores independentes; prêmios internacionais Rei Balduino, da Bélgica, e de Direitos Humanos, da França. Em sua Jornada Nacional de Lutas, de 16 a 20 de março de 1998, acampados e assentados do MST ocuparam delegacias do Ministério da Fazenda e do Incra em 16 estados. O objetivo era pressionar o governo a manter o orçamento original estabelecido pelo Incra para 1998. As verbas para a reforma agrária, o Procer e o Lumiar haviam sido drasticamente reduzidas. [...] Em agosto, mais de 70 colunas reunindo trabalhadores do campo e da cidade realizaram a Marcha pelo Brasil, do interior rumo às capitais. O objetivo era percorrer mais de mil municípios para discutir os problemas do país com as

comunidades (MORISSAWA, 2001, pp. 158 – 162).

Além disso, observe-se que:

[...] em março de 1999, os sem-terra protestaram em vários estados contra medidas do governo, como o Banco da Terra, a tentativa de extinção do Procerá e o projeto de emancipação dos assentamentos. Houve diversas ocupações de latifúndios, sendo 43 somente em Pernambuco. [...] A grande mobilização de 1999 foi a Marcha Popular pelo Brasil, coordenada por entidades como a CUT, o MST, a CMP, o MMTR, o MPA e a CNBB. Largando em 26 de julho, da frente da sede da Petrobrás, no Rio de Janeiro, cerca de mil trabalhadores caminharam até Brasília, em defesa do Brasil, por terra, trabalho e democracia. [...] O ano de 1999 terminou com mais de 500 acampamentos do MST, agrupando em torno de 72 mil famílias (MORISSAWA, 2001, p. 162).

Ademais, com o início do ano 2000 tiveram lugar as manifestações urbanas e rurais denunciando a farsa montada durante a comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, quando “na semana de 17 a 24 de abril de 2000 [...] o MST ocupou mais de 150 latifúndios improdutivos no país, envolvendo perto de 20 mil famílias” (MORISSAWA, 2001, p. 163).

Neste momento, a reação do governo contra as mobilizações dos trabalhadores rurais Sem Terra incluiu acusações na imprensa como a de que “o MST goza de total impunidade”; enquanto isso, o MST respondeu que:

Desde a redemocratização do país (1985-1999) foram assassinadas 1.169 pessoas no campo (lideranças de trabalhadores, religiosos, sindicalistas, advogados dos trabalhadores, dois deputados etc.). Apenas 58 pessoas foram incriminadas e julgadas; dessas, apenas 11 foram condenadas e 47 foram inocentadas apesar das provas; dos 11 condenados, apenas 3 continuam presos. Portanto quem de fato goza de impunidade neste país? (MORISSAWA, 2001, p. 164).

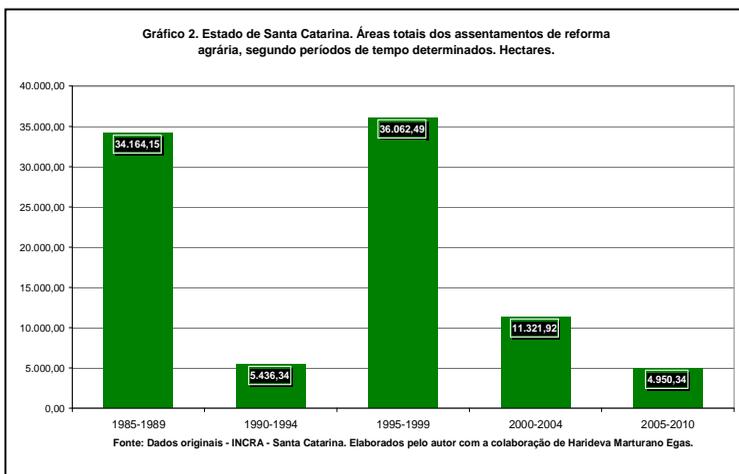
Ainda no ano 2000, entre 07 e 11 de agosto, o MST realizou seu 4º Congresso Nacional, em Brasília, quando estiveram:

Presentes mais de 11 mil militantes do MST, vindos dos 23 estados onde o Movimento está organizado, simpatizantes, 107 estrangeiros de 25 países, representando 45 organizações e comitês de amigos. A palavra de ordem foi **“Por um Brasil sem latifúndio”**. O número de congressistas constitui prova de que, apesar das imensas dificuldades pelas quais o Movimento estava passando, o ânimo da militância permanecia inabalado (MORISSAWA, 2001, p. 165).

Este período de relativo ascenso do movimento de massas no território brasileiro, entretanto, voltou a refluir a partir dos primeiros anos do século XXI, também com a eleição de Lula à Presidência da República, em fins de 2002, para a qual o MST e o relativo ascenso das massas trabalhadoras do referido período tiveram participação central. O Governo do Presidente Lula da Silva manteve sob diversos aspectos a política de cunho “neoliberal” no Brasil, principalmente, no que se refere aos compromissos assumidos com o sistema financeiro transnacional, que mantiveram no país taxas de juros entre as mais altas do mundo; porém, em alguns aspectos, este governo ampliou gastos sociais, como através de maiores investimentos em educação, programas de renda-mínima e crédito para a pequena produção, incluindo maiores incentivos à “economia solidária” e à chamada “agricultura familiar”.

Com isso, houve um relativo descenso da pressão popular que incidiu, particularmente, na redução do número de grandes manifestações populares que marcaram a segunda metade da década de 1990; também, no caso do estado de Santa Catarina, pode-se verificar uma forte diminuição da quantidade de áreas de assentamentos conquistadas pelos trabalhadores rurais Sem Terra.

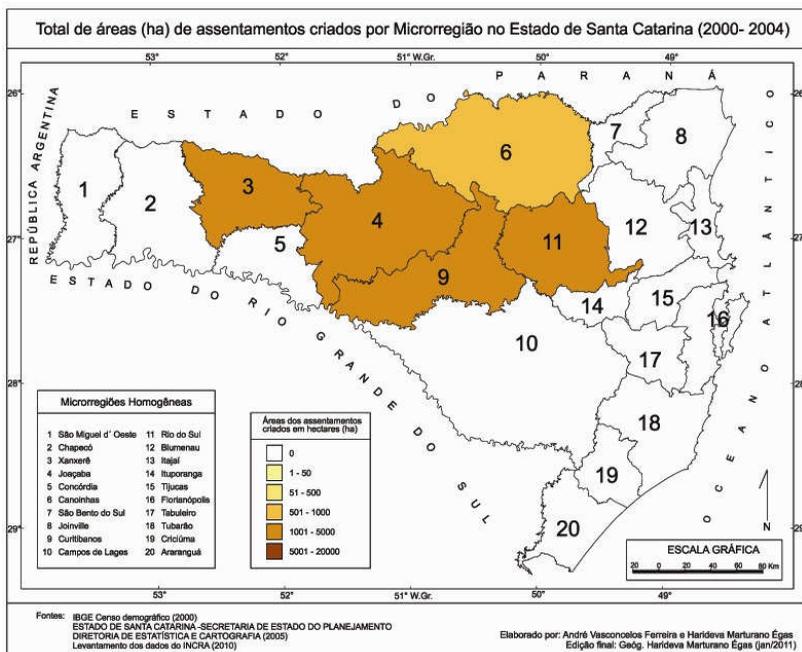
Conforme se destaca no Gráfico 2, abaixo, com relação ao estado de Santa Catarina, no período de 2000 a 2004 houve 11.321,92 ha de áreas convertidas em novos assentamentos, enquanto no período de 1995 a 1999 este número somara 36.062,49 ha. Como se não bastasse, este montante ainda diminuiu para 4.950,34 ha entre 2005 e 2010. Destaque-se, mais uma vez, o conteúdo cíclico das ações desenvolvidas pelo movimento de criação de assentamentos liderado pelo MST, também no estado de Santa Catarina, o



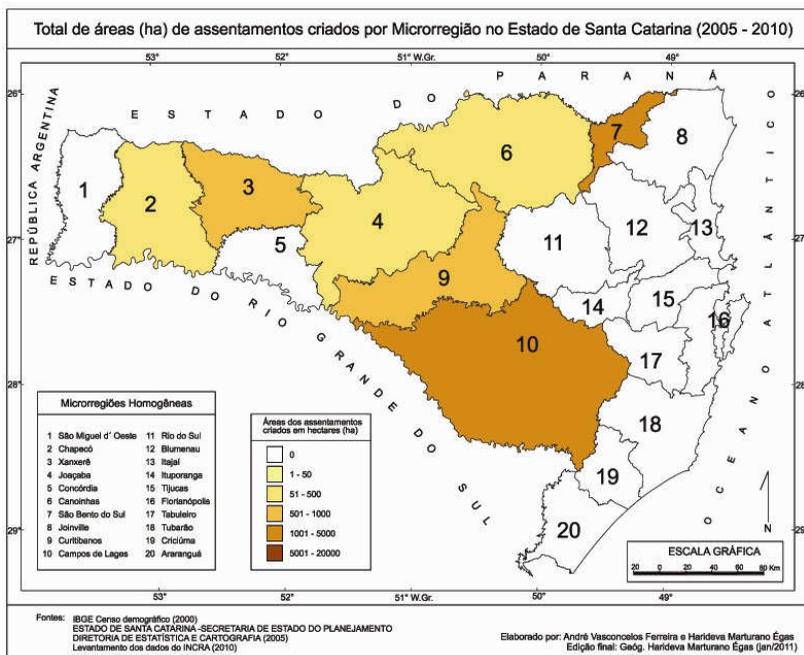
qual acompanha, como já se falou, o ciclo de desenvolvimento ascensional do movimento autônomo da classe trabalhadora. (Ver Tabelas 3, 4 e 5, nos Apêndices).

Verifica-se, ademais, nas Figuras 5 e 6 (Mapas), que seguem, no que se refere ao total de áreas de assentamentos criados por microrregião do estado de Santa Catarina, que estes últimos se concentraram entre as regiões Centro e Norte do estado, especialmente, no período de 2000 a 2004; enquanto no período entre 2005 e 2010 as novas áreas de assentamentos criados se deslocaram em direção ao Leste de Santa Catarina. Há ainda que destacar, que entre 2000 e 2004 não houve novos assentamentos criados na microrregião de São Miguel do Oeste onde tradicionalmente foram conquistadas áreas importantes em favor da Reforma Agrária, provavelmente, indicando uma relativa escassez de novas áreas de terras improdutivas na microrregião; também não foram criados assentamentos em microrregiões como Chapecó, Concordia e Campos de Lages, em vista da expansão do “agronegócio”, que se manifesta mais fortemente nessas últimas, e ainda nas microrregiões da planície litorânea do estado onde os investimentos capitalistas também predominam. Por outro lado, é ainda possível observar com relação a este período uma consolidação da influência do Movimento Sem Terra em áreas como as microrregiões de Xanxerê, Joaçaba, Curitibaanos e Canoinhas, além da expansão relativamente consolidada do Movimento em novas áreas, neste caso, localizadas na microrregião de Rio do Sul, na região central do estado.

**Figura 5:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (2000 – 2004).



**Figura 6:** Mapa do Total de áreas (ha) de assentamentos criados por microrregião no Estado de Santa Catarina (2005 – 2010).



Já durante o período de 2005 a 2010, embora tenha havido um decréscimo do número de novas áreas de assentamentos no estado de Santa Catarina, pode-se observar, além da confirmação de uma saturação de novos assentamentos criados na microrregião de São Miguel do Oeste, também o avanço do Movimento em áreas tradicionalmente resistentes à criação de assentamentos, como a microrregião de Chapecó e, também, em regiões mais próximas do litoral do estado, como nas microrregiões de São Bento do Sul, onde se destaca o município de Rio Negrinho, com 1.397,62 ha de novas áreas de assentamentos criados no período, e Campos de Lages, especialmente, no que se refere ao município de Correa Pinto, onde foram convertidos 1.169,03 ha à criação de assentamentos, particularmente, em dezembro de 2006, quando da criação do Assentamento Pátria Livre, onde foram assentadas 80 famílias (Ver Tabela 5, nos Apêndices).

Há de se enfatizar que apesar do profundo decréscimo do número total de áreas de assentamentos criados em Santa Catarina neste último período, houve também um persistente deslocamento das novas áreas de assentamentos criados para regiões mais próximas do Litoral do estado, além de outras tradicionalmente dominadas pelo “agronegócio”, como Chapecó e Campos de Lages, embora a microrregião de Concordia tenha se mantido resistente à criação de áreas de assentamentos.

Com isso, se verifica a proposta estratégica do Movimento Sem Terra de ocupar áreas de terras improdutivas, mas, também, de avançar em direção às áreas mais centrais do desenvolvimento capitalista, ou seja, não apenas ocupar as “franjas” do sistema dominante, mas se aproximar do seu núcleo central, onde está concentrada a força impulsionadora do mesmo, sob a forma das maiores riquezas já produzidas pela humanidade. A questão que se coloca é, neste sentido, avançar na luta pela superação do capital como única forma de levar adiante a Reforma Agrária, *pari passu* com a construção de um novo projeto político, econômico e cultural para o Brasil, no contexto da luta de classes internacional.

Não se pode, neste sentido, deixar de observar que o Movimento Sem Terra tem criado escritórios políticos e secretarias nas diversas capitais brasileiras, bem como em algumas cidades têm sido criados alojamentos do Movimento, a fim de receber o grande número de militantes que se desloca cotidianamente aos centros urbanos do país em vista da realização de cursos – como os diversos cursos de nível superior que hoje funcionam em diferentes universidades brasileiras – além de reuniões, dentre outros trabalhos políticos e de formação profissional.

No estado de Santa Catarina foi criada, em 2008, uma Brigada Urbana do MST, a partir da identificação de uma série de trabalhadores urbanos,

especialmente, de Florianópolis, com a luta do Movimento – e, é claro, segundo a identificação deste último com a luta dos trabalhadores urbanos. A Brigada Mítico, como é chamada – em homenagem a Milton Mongliotti, sindicalista já falecido do SINDPD (Sindicato de Processamento de Dados de Santa Catarina), que abriu as portas de Florianópolis ao MST – tem por objetivo construir a unidade dos trabalhadores rurais Sem Terra com os trabalhadores urbanos tanto no que se refere à luta pela Reforma Agrária, como por um amplo Projeto Popular para o Brasil – no caso deste último, um conjunto de propostas políticas formadas a partir das diversas reivindicações surgidas em meio aos movimentos de trabalhadores existentes no país.

Uma das iniciativas que vem merecendo atenção por parte da Brigada Mítico, bem como das outras brigadas do MST de Santa Catarina, a exemplo do que tem sido feito em outros estados brasileiros, é a organização do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), onde participam, principalmente, estudantes universitários que, após uma preparação teórica e organizativa que acontece no decorrer do ano, fazem um período de aproximadamente 20 dias de vivência nas áreas de assentamentos rurais do MST e de outros movimentos do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>52</sup>.

É importante enfatizar, neste sentido, tanto o apoio que o MST vem dando à organização dos trabalhadores urbanos, como também o apoio recebido pelo Movimento por parte desses últimos, em especial, dos setores mais combativos entre os mesmos, cuja vitalidade aponta para a reconstrução dos movimentos de massa da classe trabalhadora, sobretudo, a partir da criação de “horizontalidades”, no caso, as únicas capazes de fazer a humanidade escapar da armadilha da globalização perversa em favor de uma “outra globalização” – movida pelo povo e para o povo.

Ainda, um bom exemplo de horizontalidade criada nos centros urbanos sob a motivação do MST tem sido a Rede de Comunicadores em Apoio à Reforma Agrária, lançada por trabalhadores em comunicação, em 2010, como forma de se contrapor à rede de difamações da grande mídia capitalista no que se refere ao Movimento Sem Terra<sup>53</sup>.

Deste modo, o MST vai efetivando seu Projeto Popular, dentro e fora dos acampamentos e assentamentos, incluindo não só o campo mas também as cidades, a fim de avançar com relação às formas de cooperação, chegando

---

<sup>52</sup> Ver mais sobre o Estágio Interdisciplinar de Vivência realizado no estado de Santa Catarina em: <http://www.eiv.libertar.org/>. Acesso em: 08/02/2011.

<sup>53</sup> Ver mais sobre a rede de comunicadores que apóiam a Reforma Agrária em: <http://www.youtube.com/watch?v=H0vEInicGq8>. Acesso em: 14/12/2010.

até os níveis mais complexos desta relação, por meio de uma atividade ao mesmo tempo política, econômica e cultural envolvendo os trabalhadores em geral, no Brasil e também no mundo. Ao passo que cabe não apenas ao MST, mas ao proletariado de todos os países, a construção de relações emancipadas, não apenas no interior dos assentamentos, mas em todos os lugares do planeta.

De modo que a contradição entre capital e trabalho, também presente no interior do Movimento Sem Terra, como sua efetiva superação, evolui de acordo com a luta de classes brasileira e internacional, esta última que sofre influência direta das ações levadas a cabo, de um lado, pelo processo da organização autônoma dos trabalhadores e, de outro, pelo imperialismo estadunidense, incluindo os principais países capitalistas, grosso modo, localizados no hemisfério Norte. Neste caso, se pode observar, numa dada perspectiva, a tentativa de superação da crise econômica que atinge centralmente esses últimos países, processo este que deverá impulsionar de forma crescente a ações políticas dos mesmos sobre o restante do planeta.

Enquanto isso, se colocam numa outra perspectiva as ações organizadas pela classe trabalhadora, tanto no interior de países imperialistas, como em países periféricos, como é o caso do Brasil. Neste último país, como já se falou, o Governo do PT vem fazendo uma opção política que, por um lado, oferece alguns benefícios econômicos aos trabalhadores, segundo a aliança de setores operários liderados pelo Partido dos Trabalhadores com setores capitalistas nacional-desenvolvimentistas, enquanto, noutra perspectiva, vem desarmando ideológica e politicamente os trabalhadores para o enfrentamento que, cada vez mais, tende a se acirrar envolvendo os interesses dos trabalhadores brasileiros e as ações movidas pelo imperialismo.

Neste sentido, acredita-se que o Governo petista no Brasil, ainda que tenha permitido um relativo arrefecimento da luta de classes no interior do país, tende a acirrar, de forma crescente, a oposição entre os interesses nacionais brasileiros e a perspectiva imperialista, sobretudo, como forma de superação da crise econômica que, neste momento, assola majoritariamente os países capitalistas centrais.

Contudo, há de se ressaltar que o Movimento Sem Terra, ou pelo menos a maior parte de seus militantes, vem impulsionando a criação de uma nova perspectiva política, especialmente, a partir de 1997, quando da criação do Movimento Consulta Popular – atualmente, Consulta Popular – que se afirma como instrumento político para além do ciclo político encabeçado pelo PT, na perspectiva da construção horizontal de um Projeto Popular para o Brasil. Com este objetivo, a Consulta, como é chamada, vem buscando, ao lado de outros movimentos sociais, contribuir com a organização autônoma dos trabalhadores, estando “vinculada permanentemente com as massas, para

elevar o nível de consciência e de organização, capaz de alterar a correlação de forças na sociedade, rumo às mudanças necessárias” (MOVIMENTO CONSULTA POPULAR, 2005, p. 66).

Para tanto, a Consulta Popular trabalha a partir da organização de núcleos de base e assembleias populares, também inspirada segundo a organização existente no Movimento Sem Terra – este último, provavelmente, o maior incentivador da construção de um novo ciclo político no Brasil, partindo do seguido afastamento do Partido dos Trabalhadores, como de outros partidos de esquerda existentes no país, em relação às organizações autônomas de base da classe trabalhadora.

Cabe, finalmente, destacar uma contradição que, embora não seja central como a oposição entre capital e trabalho, também se desenvolve no interior do MST e afeta, marcadamente, o horizonte de organização da classe trabalhadora. Trata-se da oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual que evolui, adicionalmente, de acordo com o processo da pós-grande indústria capitalista. Os entrevistados desta pesquisa tanto no caso da Cooperunião, como da Cooperoeste, se referem a esta mesma contradição quando enfatizam um problema que, em certa medida, assola o MST, qual seja, o de que os integrantes dos assentamentos saem para estudar e, em muitos casos, não querem mais voltar para o trabalho no interior do Movimento.

Com relação a esta oposição que se estabelece também no âmbito do MST, há de se destacar que a mesma tende a se consolidar, principalmente, na perspectiva de uma maior influência das relações de produção capitalistas no interior do Movimento Sem Terra, como esta mesma contradição pode vir a reforçar o desenvolvimento capitalista no interior do MST. Isto acontece, também, na medida em que com o desenvolvimento da pós-grande indústria capitalista tende a se aprofundar a diferença entre trabalho simples e trabalho complexo, sendo este último considerado como trabalho simples potenciado, portanto, como elemento multiplicador do valor produzido pelo trabalho. Com isso, os trabalhadores do MST, ao acessarem o conhecimento técnico passam a se diferenciar, cada vez mais, dos trabalhadores que realizam um trabalho mais simples, inclusive, do ponto de vista do preço pago pela força de trabalho de cada um dos dois tipos de força de trabalho.

Desse modo, ao acessarem conhecimentos adicionais os trabalhadores dificilmente querem executar o trabalho simples que realizavam anteriormente. Neste sentido, a formação continuada dos militantes termina criando uma pressão para que este tipo de trabalho possa ser assimilado no interior do próprio Movimento, porém, quando há uma saturação desta opção, estes últimos tendem a procurar no mercado de trabalho em geral uma

remuneração condizente com sua formação, o que é extremamente legítimo do ponto de vista dos seus interesses pessoais.

A questão que se coloca encontra-se, mais uma vez, relacionada, com a luta de classes existente na sociedade e com a perspectiva universal de superação das relações de produção capitalistas, ainda que diga respeito, adicionalmente, à própria formação técnica e política dos trabalhadores, incluindo os integrantes do MST. É claro que se o objetivo for, de fato, a construção do socialismo, há de se investir, cada vez mais, numa formação unitária, ou seja, simultaneamente técnica e política, além de cultural, não apenas com a perspectiva de conhecer a realidade, mas de transformá-la profunda e socialmente. Supõe-se que esta lógica, em alguma medida, tenha orientado as ações de formação do MST – observe-se, por exemplo, a tentativa de integrar, partindo de conhecimentos técnicos, políticos e culturais, o currículo dos cursos de agroecologia organizados pelo Movimento Sem Terra, em parceria com os movimentos que compõem a Via Campesina no Brasil e com a Universidade Federal do Paraná, realizados nas escolas Iraci Salete Strozak, em Cantagalo/ PR, Milton Santos, em Maringá/ PR e José Gomes da Silva, em São Miguel do Iguçu/ PR. Ao passo que é preciso avançar nesta perspectiva, superando barreiras metodológicas persistentes entre as chamadas ciências humanas e naturais, sem falar das “engenharias”, de modo a avançar na formação de trabalhadores com perfil, ao mesmo tempo, técnico, político e cultural, capazes de contribuir com a superação das oposições existentes entre os próprios trabalhadores e, particularmente, entre capital e trabalho.

Adverte-se, assim, o MST, como a classe trabalhadora em geral, para o fato de que não é com qualquer método de pesquisa que se estrutura o objetivo acima referido de construção de uma formação técnica, política e cultural unitária. A proposta desta tese foi, de certa forma, incentivar o debate teórico-metodológico em meio à classe trabalhadora, através de uma conjugação de esforços em pesquisa científica e militância política, também no interior do Movimento Sem Terra, incluindo a construção do processo horizontalizado de transição socialista.

## Considerações finais



**Figura 7:** Manifestantes são atacados pela polícia egípcia na ponte Qasr al-Nil, perto da Praça Tahrir, no Cairo, em 28 de janeiro de 2011.

“Num certo momento, havia uma cortina de gás lacrimogêneo por cima das águas do Nilo, enquanto as milícias antitumultos e os manifestantes combatiam sobre as grandes pontes sobre o rio. Incrível. A multidão levantou-se e não mais aceitará a violência, a brutalidade, as prisões, como se essa fosse a parte que lhe coubesse na maior nação árabe do planeta. Os próprios policiais pareciam saber que estavam sendo derrotados. ‘E o que podemos fazer?’ – perguntou-nos um dos guardas das milícias antitumulto. ‘Cumprimos ordens. Pensam que queremos isso? Esse país está despencando ladeira abaixo’. O governo impôs um toque de recolher noite passada. A multidão ajoelhou-se para rezar, à frente da polícia”.

### *A multidão contra o ditador*

*Reportagem: Robert Fisk (The Guardian, 2011)*

*Tradução: Coletivo Vila Vudu/São Paulo<sup>54</sup>*

Em sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, publicada em 1843, Karl Marx (2005b) escreveu o que se tornaria uma frase célebre: “A religião é o ópio do povo”. Este autor teve como objetivo criticar a atividade religiosa, tal como a encontrara na Alemanha e em toda a Europa, durante o século XIX, quando a classe dominante da época utilizava a atividade religiosa para fins de dominação do povo, atitude

---

<sup>54</sup> Disponível em: <http://parallaksismundo.blogspot.com/2011/01/multidao-contra-o-ditador.html> Acesso em 30/ 01/ 2011.

que pode ser percebida em tantas outras situações históricas. Marx ressaltou que a religião estava sendo usada a fim de aplacar a iniciativa popular autônoma, por meio da tentativa da classe dominante de explicar a realidade através do recurso a um plano puramente sobrenatural, por sua vez, alheio à sociedade. A transformação da realidade material seria, segundo tal visão alienada do ser social, um desígnio exclusivo de Deus – que se tornava o único responsável pela miséria do povo, como pela riqueza de seus opressores.

Também, Friedrich Engels (1986), em seu livro *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, publicado em 1880, fez uma crítica ao uso político da religião pela classe dominante capitalista existente na Inglaterra, que se tornara profundamente “religiosa”, no sentido mais alienante do termo, embora anteriormente esta mesma classe tenha realizado a Revolução Burguesa sob a influência determinante do materialismo de Bacon e Locke. Engels, porém, considerou que o apoio dado pela burguesia inglesa ao Exército da Salvação poderia, ademais, se voltar contra ela, na medida em que tal segmento religioso buscava solucionar os problemas do povo, em alguma medida, aproximando-se dos princípios originalmente populares do cristianismo.

O que dizer, então, de uma religião que expresse seus objetivos fundamentais por meio da tentativa de explicar (e solucionar) as misérias humanas através das próprias relações sociais, incluindo neste âmbito as relações com Deus? Afinal, eram estes os objetivos dos grupos de reflexão e círculos bíblicos organizados pela Igreja Católica durante o período de surgimento das primeiras ocupações de terra que originaram o Movimento Sem Terra no Brasil. Não à toa, os precursores da Teologia da Libertação foram perseguidos e, muitas vezes, excomungados da Igreja Católica, por cometerem a “infâmia” de refletir ativamente sobre as condições de vida do povo. Por que a religião seria considerada, neste caso, o “ópio do povo”?

Os exemplos referentes ao modo como a atividade religiosa exerceu papel relevante em processos de libertação popular não se limitam aos exemplos supracitados. Pode-se, ainda, verificar o caso do movimento rastafári, que tem no cantor e compositor Bob Marley um de seus intérpretes. Este movimento ressoou na Jamaica, entre os trabalhadores da cidade e do campo, organizando a resistência popular no país contra o imperialismo inglês – também sob a inspiração do povo etíope que, liderado por Hailê Selassiê, tornou a Etiópia o único país independente do continente africano, após haver derrotado o colonialismo europeu em luta contra a ocupação italiana. Selassiê

tornou-se uma inspiração para os povos africanos e afro-descendentes na sua busca por soberania, sendo considerado, assim, um legítimo representante de Deus na Terra.

Marley, por sua vez, sabia bem o que queria com sua religiosidade. Suas canções podem ser consideradas expressões conscientes do movimento de libertação popular, tal qual pode-se observar em sua canção intitulada *Work*:

We Jah people can make it work/ Come together and make it work  
We can make it work/ We can make it work

Five days to go working for the next day/ Four days to go working for the next day  
Say we got three days to go working for the next day  
Two days to go working for the next day  
Say we got one day to go working for the  
Everyday is work, work, work, work

We can make it work/ We can make it work

We Jah people can make it work/ Come together and make it work  
We can make it work/ We can make it work

Five days to go working for the next day/ Four days to go working for the next day  
Three days to go working for the next day/ Two days to go working for the next day  
Say we got one day to go working for the next day/ Every day is work, work  
I work in the mid-day sun, work/ I work till evening come, work  
If you ain't got nothing to do, work/ We got some work for you<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> *Trabalho*: Nós, povo de Jah podemos fazer isso funcionar!/ Vamos juntos e façamos funcionar!/ Nós podemos fazer isso funcionar!/ Nós podemos fazer isso funcionar!/ Cinco dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Quatro dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Falei temos três dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Dois dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Falei, temos um dia pela frente trabalhando para/ Todo dia é trabalho, trabalho, trabalho, trabalho/ Nós podemos fazer isso funcionar!/ Nós podemos fazer isso funcionar!/ Nós, povo de Jah podemos fazer isso funcionar!/ Vamos juntos e façamos funcionar!/ Nós podemos fazer isso funcionar!/ Nós podemos fazer isso funcionar!/ Cinco dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Quatro dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Três dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Dois dias pela frente, trabalhando pelo próximo dia/ Um dia pela frente trabalhando pelo próximo dia/ Todo dia é trabalho, trabalho./ Eu trabalho no sol do meio-dia, trabalho/ Trabalho ao entardecer, trabalho/ Se você não tem nada para fazer, trabalho/ Nós temos algum trabalho para você [Tradução do autor].

A quem será que Bob Marley se refere nesta composição? Quem são aqueles para os quais está definido que todo dia é dia de trabalho, os quais somente têm a desfrutar de canções de liberdade (*redemption songs*, como afirmou em outra de suas canções)? Que sentido histórico, portanto, terá uma religião à qual interessa tão diretamente o dia a dia do povo trabalhador (bem como sua libertação)? Será que tal atividade religiosa não estaria cumprindo o papel que seria, em princípio, da ciência, ou do próprio marxismo?

Para não ir mais longe em termos dos exemplos de como a atividade religiosa pode converter-se num fator de libertação popular, cabe, por último, observar o papel que tem desempenhado atualmente a religião em meio aos países do chamado mundo árabe, como o Egito, que vem protagonizando as maiores iniciativas populares da história contemporânea, em meio às quais as mesquitas muçulmanas têm servido como instrumento de organização do povo em luta por liberdade. Será que, neste caso, a religião não estaria cumprindo um papel de ampliação da consciência histórica do povo, coisa que, aliás, as universidades brasileiras têm feito muito pouco nos últimos anos?

E o que dizer do marxismo? Será que este último sempre esteve de mãos dadas com o objetivo fundamental expresso por Marx e Engels, dentre outros autores marxistas, de servir ao conhecimento e transformação da realidade social, por intermédio da emancipação da classe trabalhadora? O fato existente, no caso, é que muitos foram os que levantaram a bandeira do marxismo, como também da própria ciência, com a perspectiva de manipular e oprimir o povo – estando, assim, em total dissonância com a práxis marxiana e científica. Da mesma forma que muitos foram os religiosos que levantaram bandeiras que destoaram essencialmente dos objetivos de seus inspiradores.

Nesta tese, enfim, buscou-se trabalhar na perspectiva de uma leitura histórica da realidade, e em menor proporção realizar uma construção dogmática da mesma, com todas as limitações que cabem a um pesquisador realizar tal tarefa. Perseguiu-se, neste sentido, a verdade – ainda que o termo tenha sido usado de forma pejorativa na Academia – em oposição às explicações vazias e preconcebidas. Pois, embora se saiba da incognoscibilidade absoluta da realidade, admite-se que existe uma dinâmica histórica efetiva, e que esta é a chave, em última instância, do conhecimento científico.

Com base nisso, partiu-se da orientação metodológica desenvolvida por Marx e Engels, de acordo com a qual, bem como se fez referência na *Introdução* deste trabalho: “Ali onde termina a

especulação, na vida real, começa também [...] a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Partindo de tal pressuposto, procurou-se identificar as causas efetivas dos problemas sociais existentes na atualidade, com a perspectiva de contribuir para a solução dos mesmos. Em termos dos referidos problemas históricos, observou-se, primeiramente, que durante o processo de desenvolvimento do ser social, a humanidade contraiu determinadas relações de produção fundadas na propriedade privada, as quais potencializaram – até certo ponto – o crescimento das forças produtivas sociais. Porém, estando essas últimas, sobretudo, alienadas em relação à maior parte da sociedade, estabeleceu-se um processo crescente de negação das próprias forças produtivas sociais, que se converteram, cada vez mais, em forças destrutivas da sociedade – também, com a passagem do período manufatureiro à grande indústria moderna e, por último, mediante a ascensão da pós-grande indústria.

A perspectiva teórica desta pesquisa – também com base no pensamento de Marx e Engels – reconheceu o desígnio histórico da classe trabalhadora de emancipar a humanidade da contradição histórica que representa o desenvolvimento capitalista, especialmente, partindo da ascensão da Grande Indústria quando se deu o início da fase madura do referido modo de produção social. Disso resultou o objetivo do trabalho aqui reunido – visando o estudo do espaço transitório socialista e o modo como este se realiza no Movimento Sem Terra, em Santa Catarina, Brasil, de 1985 a 2010 – assim como a organização dos capítulos desta tese.

Deve-se ressaltar que a opção de realizar um estudo do espaço transitório socialista partindo da sua gênese (e não, simplesmente, da sua atualidade) se deu em função do período particular de refluxo organizativo da classe trabalhadora em grande parte do planeta, além da profunda hegemonia assumida pela ideologia capitalista na atualidade. Pode-se, ainda, dizer que esta mesma opção ocorreu tanto em termos da necessidade de reafirmar a existência efetiva do referido processo histórico, como de repensá-lo à luz da necessidade atual de sua reorganização, sobretudo, diante do movimento avançado de degeneração do capitalismo e, particularmente, dos trabalhadores, sob as condições de dominação deste último.

Com relação às considerações realizadas nos capítulos desta tese, destacou-se, em meio ao primeiro capítulo, em termos da gênese do espaço transitório socialista, o entendimento de que este último reflete

uma dinâmica histórica que condiz com o desenvolvimento do capitalismo, em função da particular negação dos trabalhadores que tem lugar no processo contraditório da alienação do trabalho realizado sob o avanço capitalista. O socialismo, neste sentido, não se refere a uma simples utopia produzida pela imaginação dos trabalhadores, mas às condições materiais do desenvolvimento da propriedade privada capitalista – conforme a opinião de Marx e Engels, que permitiu a este último falar do socialismo científico como contradição desenvolvida da produção social burguesa, em contraponto ao socialismo utópico, fruto da simples imaginação de seus precursores.

Disso resulta, ademais, que no período anterior ao estabelecimento do capitalismo como modo de produção dominante da sociedade não tenha sido possível o desenvolvimento efetivo do socialismo. Ainda que a contradição entre capital e trabalho estivesse colocada no seio do desenvolvimento da manufatura, esta apenas despontava como embrião de uma contradição que somente veio a se manifestar como fator determinante da história com a ascensão do capitalismo à condição de modo de produção socialmente hegemônico, portanto, a partir da ascensão da indústria moderna durante o final do século XVIII e, sobretudo, após 1825, quando do advento das crises econômicas modernas.

Neste sentido, o pensamento de Marx – como, em certa medida, o de Engels – encontra-se, no referido capítulo, como expressão teórica da gênese histórica do espaço transitório socialista, enquanto espaço sistemático de organização independente da classe trabalhadora, realizado a partir do desenvolvimento maduro do modo de produção capitalista – fundamentalmente, partindo da contradição central envolvendo capital e trabalho.

Em se tratando do segundo capítulo, observou-se o processo histórico de desenvolvimento do espaço transitório socialista, partindo da maturidade do modo de produção capitalista até o período atual, quando do desenvolvimento da pós-grande indústria, na qual a produção científico-tecnológica – também informacional e comunicacional – assume o lugar de maior destaque em meio a produção social.

Conforme se observou, o socialismo teve seu desenvolvimento a partir de uma escala local, em se tratando da insurreição dos operários parisienses ocorrida em junho de 1848 e, notadamente, da Comuna de Paris, realizada em 1871, até atingir escalas multinacionais, como sucedeu durante o processo da Revolução Russa de 1917. Nesta fase, a configuração do socialismo no mundo esteve marcada, particularmente,

por sua localização no hemisfério Norte, como pela luta popular antiimperialista. Tanto em Paris, como na Rússia, a luta socialista contou com a resistência à ofensiva imperialista realizada, respectivamente, em meio a Guerra Franco-Prussiana e a 1ª Guerra Mundial.

Já a partir da 2ª Guerra Mundial, embora o caráter antiimperialista da luta socialista tenha se mantido, a hegemonia assumida pelo imperialismo no hemisfério Norte, sob a liderança dos EUA, fez esfriar o conflito entre ocidente (capitalista) e oriente (socialista) neste último hemisfério, ao passo do aumento da oposição entre países imperialistas localizados no hemisfério Norte e países antiimperialistas, grosso modo, localizados no hemisfério Sul. Esta nova configuração da luta de classes internacional ocasionou, em particular, nos países do hemisfério Sul, de um lado, a realização de um novo ciclo de revoluções socialistas, tal qual ocorreu na China, em Cuba e no Vietnã, e, de outro, a ascensão de inúmeras ditaduras militares pró-imperialistas, em países que não conseguiram resistir à força do imperialismo, como aconteceu na maior parte da América Latina.

Neste último continente, como em outras regiões do hemisfério Sul, foi durante os chamados “anos de chumbo” do capitalismo que as contradições sociais cresceram exponencialmente – em especial, segundo o desenvolvimento capitalista dependente. Com isso, surgiram novas formas de enfrentamento ao movimento do capital – principalmente, a partir da crise do modelo keynesiano de acumulação capitalista – como através dos “novos” movimentos sociais que eclodiram na América Latina a partir do final dos anos 1970, a exemplo do MST, que se desenvolveu no Brasil.

O surgimento do MST, conforme se verificou no terceiro capítulo desta tese, refletiu centralmente a oposição entre capital e trabalho. Ainda que no Brasil ainda se pudesse – como ainda se pode – observar a existência de formas pré-capitalistas de produção social, entre as quais, a propriedade da terra mantida improdutiva, e a produção realizada mediante trabalho escravo, estas últimas são, basicamente, formas secundárias mantidas sob a dominação do modo de produção capitalista, particularmente, tendo em vista a aliança pró-imperialista que se desenvolveu nacionalmente. No campo brasileiro, por seu turno, a entrada de grandes capitais agropecuários durante o período da ditadura militar implantada no Brasil, entre 1964 e 1985, foi o elemento principal que motivou a atividade organizada dos trabalhadores em torno do MST. Neste sentido, a luta por reforma agrária levada a efeito

pelo Movimento Sem Terra, já desde o seu início, é, fundamentalmente, uma luta antiimperialista e anti-capitalista – embora possa assumir, sobretudo na aparência, o papel de uma luta contra o latifúndio improdutivo, ou outras formas de produção pré-capitalistas remanescentes no Brasil.

Não se justifica, entretanto, pensar a luta do MST, simplesmente, como uma luta da pequena propriedade fundiária contra o latifúndio – ainda que esta assim se manifeste à primeira vista. O que se verifica na realidade é que o latifúndio ao qual o MST se opõe é o latifúndio capitalista – ou, essencialmente, dominado pelo capital. Isto fica evidente ao se observar o processo de formação do MST em Santa Catarina, no qual a entrada de grandes capitais agropecuários ligados, principalmente, à suinocultura – enquanto no Rio Grande do Sul, por exemplo, este processo esteve relacionado à cultura da Soja – fez eclodir o Movimento, ao se inviabilizar a produção da existência dos pequenos proprietários tradicionais da região, que, diga-se de passagem, não encontraram opções de sobrevivência nas cidades, demonstrando a inviabilidade do processo clássico de êxodo rural de que fala a história do desenvolvimento capitalista.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que o espaço transitório socialista também se desenvolve no caso do MST, ainda que a aparência possa sugerir que a luta do Movimento Sem Terra se coloque apenas como uma luta por reformas no interior do capitalismo. Veja-se, assim, que a construção do espaço socialista, enquanto movimento de organização soberana da classe trabalhadora, não acontece em vista de uma simples opção ideológica assumida pelos trabalhadores, mas decorre da própria estrutura de desenvolvimento da produção social e das contradições oriundas da materialidade em curso, que tende a repercutir também ideologicamente. É por isso que a reforma agrária protagonizada pelo MST não se enquadra nos moldes de uma reforma agrária clássica (burguesa) visto que as condições históricas em que esta se desenvolve são muito diferentes daquelas em que se realizaram as reformas agrárias protagonizadas pela burguesia.

Basta, inclusive, uma rápida olhada em torno dos setores sociais que apoiaram a luta do MST, desde o seu surgimento até hoje, para que se perceba que são, essencialmente, os trabalhadores os atuais responsáveis pela reforma agrária no Brasil. Já a burguesia brasileira sempre esteve vinculada aos interesses do imperialismo, incluindo os grandes capitais fundiários instalados nacionalmente mediante interesses estrangeiros. Mesmo o Governo Lula da Silva, numa tentativa, algo

extemporânea, de desenvolver o capitalismo no Brasil, apoiado em interesses minimamente nacionais, não foi capaz de fazer a reforma agrária avançar no país. Aliás, conforme demonstram os dados cedidos pelo INCRA a esta pesquisa, a área dos assentamentos de reforma agrária criados no estado de Santa Catarina, entre 2000 e 2010, diminuiu sensivelmente, sobretudo, em relação aos cinco últimos anos das décadas de 1980 e 1990. Os motivos para isto estão ligados a um conjunto de políticas econômicas e sociais realizadas durante o Governo do Partido dos Trabalhadores, ao passo tanto da geração de empregos assalariados, como da assistência aos pobres, que fizeram diminuir a pressão sobre a ocupação de terras realizada por trabalhadores no país. Neste caso, duas evidências chamam a atenção. Primeiro, que a reforma agrária não foi uma das políticas escolhidas para desenvolver o capitalismo no Brasil – ao contrário do que fizeram originalmente os países capitalistas desenvolvidos. E, segundo, que é bastante questionável supor que o capitalismo possa se desenvolver com alguma autonomia no Brasil, sendo, antes, mais provável que a burguesia brasileira, no momento em que a contradição entre os interesses nacionais e imperialistas venha a se acirrar de forma irremediável, fique do lado desses últimos, na tentativa de preservar seus interesses privados. Restará saber, a partir de então, em quem o PT irá se apoiar para levar adiante seu projeto nacional; ou se abrirá de vez as portas do território brasileiro ao imperialismo.

Em se tratando do espaço construído pelo Movimento Sem Terra no Brasil e, particularmente, no estado de Santa Catarina, há de se considerar que este também se encontra, em alguma medida, permeado pela contradição existente entre capital e trabalho, ainda que o MST tenha como um de seus objetivos declarados a constituição de formas superiores de cooperação. A solução para tal ambigüidade, por sua vez, não decorre unicamente das ações realizadas pelo Movimento Sem Terra, embora se deva admitir que este último também é responsável pelo destino comum da sociedade, do qual participa mediante um determinado método de produção social. Ainda assim, o que acontece no interior do MST diz respeito, adicionalmente, ao contexto de desenvolvimento da luta de classes no planeta e, particularmente, à luta dos trabalhadores, em vista da superação do modo de produção capitalista.

Em se tratando da luta de classes na atualidade, salta aos olhos, de um lado, a grande fragmentação das lutas autônomas dos trabalhadores, principalmente, após a segunda metade do século XX,

quando se deu a maior repressão aos movimentos organizados da classe trabalhadora. Estes últimos, quando não regrediram historicamente em termos do modo de produção social, apareceram como lutas no interior da ordem burguesa. Mesmo na China, em Cuba e no Vietnã, onde as revoluções socialistas sagraram-se vencedoras, realizaram-se diferentes formas de reconversão das lutas dos trabalhadores ao modo de produção capitalista, tendo em vista o relativo isolamento das mesmas. De outro lado, o desenvolvimento atual do capitalismo dá conta de um período de grande degeneração social, quando as relações entre capital e trabalho, cada vez mais, deixam de produzir a existência humana, ao mesmo tempo em que são impulsionadas novas ações pelos movimentos autônomos dos trabalhadores.

Neste contexto, surgiram os “novos” movimentos sociais, entre eles o MST, além dos movimentos indígenas, camponeses, e outros movimentos populares existentes em países latino-americanos, como a Bolívia, o Equador e a Venezuela; ainda no sentido da referida fragmentação das lutas independentes dos trabalhadores, estes se desenvolveram como lutas aparentemente não-socialistas. Entretanto, o ambiente histórico no qual emergiram não deixa lugar a dúvidas quanto à sua condição essencialmente socialista – o que fez, inclusive, com que a América Latina se tornasse, em fins da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, um verdadeiro foco de resistência do socialismo internacional. Ainda assim, o caráter, até certo ponto, ambíguo de tais movimentos chegou a despertar certa confusão na cabeça dos analistas especializados, com ênfase para aqueles mais distanciados das lutas populares.

Uma consideração adicional com relação à luta de classes e ao espaço transitório socialista na atualidade diz respeito ao processo da pós-grande indústria e às mudanças ocorridas na produção social, que repercutem, ademais, em termos do sujeito das transformações sociais em curso. Cabe lembrar que a posição assumida por Marx e Engels com relação ao chamado sujeito revolucionário situa como central a participação do proletariado industrial no processo de transformação da sociedade, tendo em vista o caráter indissociável das mudanças técnicas, políticas e culturais. Há, ainda, que se considerar que, conforme estes autores, a centralidade do proletariado industrial no processo de transformação da moderna sociedade não excluía a necessidade do diálogo deste último com outras classes sociais singularmente atingidas pelo desenvolvimento capitalista, como classes médias e povos tradicionais, que em vista da perspectiva histórica de serem lançadas

pelo capital à condição de proletários, deveriam cerrar fileiras junto ao proletariado industrial no intuito da superação do capitalismo.

Com base nisso, situa-se aqui a discussão do sujeito revolucionário na atualidade, que, mesmo não tendo deixado de ser o proletariado, na perspectiva da negação da negação do modo de produção capitalista, há de se levar em conta que, com a ascensão da pós-grande indústria, criou-se uma nova camada de trabalhadores que se tornou central ao processo da produção social, como ao próprio avanço da luta socialista atual. Trata-se dos trabalhadores da indústria produtora de ciência e tecnologia, presentes nas universidades e laboratórios de pesquisa, bem como em outros segmentos tornados responsáveis por inovações no processo de produção social da atualidade, com relação aos quais não se pode abrir mão no que se refere ao movimento independente da classe trabalhadora, sobretudo, reconhecendo-se a indissociabilidade entre economia, política e cultura. Tudo isso, ainda que se reconheça a necessidade de cooperação, junto a este segmento social, de outros setores da sociedade atingidos pelo desenvolvimento degenerativo do capitalismo, a exemplo de camponeses, artesãos, pequeno-burgueses e povos tradicionais.

Já com relação ao método de produção social protagonizado pelo MST, observou-se, nesta pesquisa, uma tentativa de superação das oposições historicamente constituídas entre economia, política e cultura. Isto ficou demonstrado em vista da complementaridade existente entre os espaços imediatamente econômicos, presentes nos assentamentos, associações e cooperativas, e os espaços mais diretamente políticos e culturais do Movimento, como marchas, escolas, acampamentos e demais instâncias organizativas do MST. A opção da maior parte dos assentados por se manter, em alguma medida, apoiando a luta do Movimento, embora tendo acesso a terra, demonstra a tendência de se manterem em luta junto aos trabalhadores, ainda que numa condição de pequenos proprietários fundiários. Esta última consideração, por seu turno, contradiz a versão bastante difundida no campo de estudos da Geografia Agrária segundo a qual os trabalhadores assentados praticam a chamada existência camponesa.

No caso desta pesquisa, procurou-se evidenciar que foi, prioritariamente, a oposição entre capital e trabalho que motivou o processo organizativo do MST, incluindo as mudanças ocorridas em termos da cooperação praticada no seio do Movimento ao longo de sua existência. E em se tratando das contradições sociais que sobrevivem em meio a este último, pode-se dizer que se referem, principalmente, à

oposição entre capital e trabalho e menos à oposição entre o capital e à existência camponesa – e, muito menos, envolvendo esta última e a proposta de cooperação levada a cabo pela Direção do MST. Aliás, a própria agricultura camponesa reivindicada pelo Movimento Sem Terra diz respeito a um projeto essencialmente vinculado à classe trabalhadora.

Com relação à contradição entre capital e trabalho presente no interior do MST, considera-se que a mesma não chega, neste momento, a obscurecer o caráter socialista do Movimento. Inclusive porque os próprios assentados continuam a se reconhecer em termos da luta dos trabalhadores, na medida em que contribuem com a luta do MST, e que este último atua como importante protagonista no processo de construção independente da classe trabalhadora no Brasil e no mundo. Ainda assim, o conflito entre capital e trabalho está colocado hegemonicamente na sociedade e não se pode garantir que não venha a hegemonizar também o interior do MST. As condições para isso, como já se falou, dependem tanto de fatores internos, como externos, ao Movimento Sem Terra.

Esta pesquisa, por seu turno, buscando dialogar com o método de produção da vida realizado pelos integrantes do MST, com vistas ao movimento de superação da alienação do trabalho, enfatiza a necessidade de se recorrer a um método de produção de conhecimentos e também de transformações práticas da realidade vivida, incluindo o processo de trabalho, mediante o mais profundo “[...] estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época” (MARX; ENGELS, 2007, p. 95). Continua válido, neste sentido, o entendimento de que somente a verdade é revolucionária, e apenas por meio dela se poderá libertar a sociedade da opressão do homem pelo homem. Por sua vez, a busca pela verdade tenderá a animar a história social sempre que a mesma se encontre ameaçada, seja partindo de uma igreja, de uma universidade, ou das ruas, reconhecendo-se que, como diria Rosa Luxemburgo, numa frase coloca nas paredes da Escola Nacional Florestan Fernandes: “Não estamos perdidos. Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender”.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **O fim da história - de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBSBAWM, Eric [et al.]. **História do Marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

AUED, Bernardete W. Nos caminhos da cisão – 1986. In: STEDILE, João P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. MST: exceção ou regra? In: AUED, Bernardete W.; PAULILO, Maria I. (orgs.). **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

AUED, Bernardete W.; FIOD, Edna G. M. Origens dos Movimentos Rurais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho, mas não do assalariamento). In: AUED, Bernardete W.; PAULILO, Maria I. (orgs.). **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

AUED, Idaleto. **Estratégias e contradições na construção da sociedade socialista soviética: socialismo de menos, capitalismo de mais (1917-1929)**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, Bernardete W. (org.). **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx**: ou de como libertar o trabalhador do trabalho. Araraquara, SP. Tese de Pós-Doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, 2004.

AUED, Idaletto; GRADE, Marlene. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: fabricando uma nova sociedade. *In: Desafio: Revista de Economia e Administração*. Campo Grande/ MS, 2000.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BOTTOMORE, Tom. Lumpemproletariado. *In: BOTTOMORE, Tom (org.) Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BROUÉ, Pierre. **A primavera dos povos começa em Praga**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1979.

BUONICORE, Augusto. Introdução. *In: LOUREIRO, Isabel Maria. Rosa Luxemburgo: vida e obra*. 5ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. (org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1999.

COELHO, Maicol M. de L. **Civita Solis: a utopia da Cidade do Sol**. Revista Arscientia (2007). Acesso em: 16/02/2010. Disponível em: [http://www.arscientia.com.br/materia/ver\\_materia.php?id\\_materia=370](http://www.arscientia.com.br/materia/ver_materia.php?id_materia=370)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988.

COSTA, Ricardo da. Revoltas camponesas na Idade Média. 1358: a violência da *Jacquerie* na visão de Jean Froissart. *In: CHEVITARESE, André (org.). O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2002.

Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/univ/jacquerie.htm>. Acesso em: 10/02/ 2010.

DEUCTSCHER, Isaac. **Trotsky – O Profeta Banido: 1929 – 1940**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

\_\_\_\_\_. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privado e do Estado**. 9ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1984.

\_\_\_\_\_. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 8ª edição. São Paulo: Global Editora, 1986.

\_\_\_\_\_. A Marca. In: **Revista Crítica Marxista**. Nº 17, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Princípios do Comunismo. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Edição Inglesa. In: **O Capital**: crítica da economia política: livro I, volume 1. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 24ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **A revolução antes da revolução**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. Introdução a edição de 1895 de As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850. In: **A revolução antes da revolução**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

\_\_\_\_\_. Revolução e Contra Revolução na Alemanha. In: **A revolução antes da revolução**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

FABRINI, João E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. In: **Revista Terra Livre**. Nº 19. São Paulo, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. Movimento social como categoria geográfica. In: **Revista Terra Livre**. Nº 15. São Paulo, 2000.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FIGUEIRA, Pedro de A. O Significado Histórico da Economia Política. In: SMITH, Adam. [et. al]. **Economistas Políticos.** São Paulo: Musa Editora; Curitiba: Sugesta Editora, 2001.

FOSTER, John B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GORENDER, Jacob. **O fim da URSS: origens e fracasso da perestroika.** 2ª edição. São Paulo: Atual, 1992.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado - para Além do Socialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

HARDMAN, Francisco. Prefácio *in* LENIN, Vladimir. A falência da II Internacional. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda., 1979.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 7ª ed. São Paulo: edições Loyola, 1998.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, Eric. Marx, Engels e o Socialismo Pré-marxiano. In: HOBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo.** Tradução: Carlos N. Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** 17ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

HUNT, E. K. **Historia do pensamento econômico: uma perspectiva crítica.** 4ª edição. Rio de Janeiro/ RJ: Campus, 1986.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

LANZANA, Antonio E. T. O Setor Externo da Economia Brasileira. In: PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de. (orgs.) **Manual de Economia**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 1992.

LASKI, Harold. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LENIN, Vladimir. **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1979.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.

LENIN, Vladimir. **As Três Fontes**. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LINERA, Álvaro G. Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias. In: **Cadernos do Pensamento Crítico Latino-Americano – Volume 1**. São Paulo: CLACSO/ Expressão Popular, 2008.

LOUREIRO, Isabel M. **Rosa Luxemburgo**: vida e obra. 5ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. Greve de Massas, Partido e Sindicatos. In: BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política**: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Questões de organização da socialdemocracia russa. In: LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo: vida e obra**. 5ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005

\_\_\_\_\_. **Reforma ou revolução?** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAIA, Lucíola A. **Mística, Educação e Resistência no Movimento dos Sem-Terra – MST**. Fortaleza: Edições UFC; Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MANDEL, Ernest. **Socialismo X Mercado**. São Paulo: Ensaio, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Reformismo Social-Democrata: A Social-Democracia Sem Amparo**, 1993. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/1993/09/21.htm>.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino: História da Luta pela Reforma Agrária**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. In: **Revista Terra Livre**. Nº 19. São Paulo, 2002.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III, tomo 1: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, tomo 2: O processo de produção do Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004a.

\_\_\_\_\_. Crítica ao Programa de Gotha: observações sobre o Programa do Partido Operário Alemão. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004b.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, volume 2. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 20ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005b.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, volume 1. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 24ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Ad Feuerbach (1845). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. As lutas de Classes na França – de 1848 a 1850. In: **A revolução antes da revolução**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: livro III: O processo global de produção capitalista, volume 5. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

\_\_\_\_\_. 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **A revolução antes da revolução**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008c.

\_\_\_\_\_. A Guerra Civil na França. In: **A revolução antes da revolução**. Volume 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008d.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: LASKI, Harold. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MCLELLAN, David. A concepção materialista da história. In: HOBBSAWM, Eric (org.). **História do Marxismo**. Tradução: Carlos N. Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MEDEIROS, Leonilde S. de. Cronologia dos Movimentos Sociais no Campo – 1945-1964. In: STEDILE, João P. (org.). **A Questão Agrária**

**no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MÉLIGA, Laerte D.; JANSON, Maria do C. **Encruzilhada Natalino.** Porto Alegre/ RS: Editora Vozes Ltda.; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAIS, Clodomir S. de. História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969. *In:* STEDILE, João P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO CONSULTA POPULAR. **Documentos básicos.** Cartilha nº 16, 2005.

MST/ CONCRAB. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999).** Caderno de Cooperação Agrícola Nº 08. São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo.** 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil.** 3ª edição. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira:** crítica à razão dualista. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1981.

PERALVA, Oswaldo. **Pequena História do Mundo Comunista.** Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

PEREIRA, Astrogildo. **Antecedentes da Fundação do PCB.** Sem data.

PRADO, Eleuterio. **Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria.** São Paulo: Xamã, 2005.

RANGEL, Ignácio. **Economia:** milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o Golpe militar de 64. In: **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964**. STÉDILE, JOÃO P. (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço do Cidadão**. 7ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Ligia O. Notas introdutórias ao texto de F. Engels sobre a marca. In: **Revista Crítica Marxista**, N° 17, São Paulo, 2003.

SMITH, Adam. Esboço primitivo de parte de *A Riqueza das Nações*. In: SMITH, Adam. [et. al]. **Economistas Políticos**. São Paulo: Musa Editora; Curitiba: Sugesta Editora, 2001.

SOUZA, Maria A. A. de. **Território, Soberania e Mundo Novo**. Ciclo de Debates sobre Políticas Macroeconômicas – Alternativas para o Brasil. Belo Horizonte, 1999.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: **Revista Discente Expressões Geográficas**. N° 03, 2007.

TAVARES, Elaine. **Porque é preciso romper as cercas. Do MST ao Jornalismo de Libertação**. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2008

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas/ SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída: o que é e para onde vai a URSS**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2005.

TSÉ-TUNG, Mao. **O livro vermelho**. São Paulo. Editora Martin Claret, 2002.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Anais IX Encontro Nacional da ANPUR**. Volume 1. Rio de Janeiro, 2001.

VENDRAMINI, Célia R. A Natureza de Classe dos Trabalhadores Sem-Terra. In: AUED, Bernardete W; PAULILO, Maria I. (orgs.). **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

VIANA, Natalia. **Plantados no Chão**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968**: eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

## **PÁGINAS ELETRÔNICAS**

**EIV**: <http://www.eiv.libertar.org/>

**INCRA**: [http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=271&Itemid=287](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=271&Itemid=287)

**CONTAG**: <http://www.contag.org.br/>

**CUT**: <http://www.cut.org.br/institucional/38/historico>

**DIEESE**: <http://www.dieese.org.br/esp/real/crisereal.xml>

**ITERRA**: [www.iterra.org.br](http://www.iterra.org.br)

**MST**: <http://www.mst.org.br/node/7701>.

**MST**: <http://www.mst.org.br/node/7748>

**PARALLAKSIS MUNDO**:

<http://parallaksismundo.blogspot.com/2011/01/multidao-contra-o-ditador.html>

**YOUTUBE**: <http://www.youtube.com/watch?v=H0vEInicGq8>.

## **FILMOGRAFIA:**

**A revolução não será televisionada**

Longa-metragem, documentário – 75 min – cor

Ano: 2003 – Direção: Kim Bartley e Donnacha O’ Briain

### **Bolívia, a Guerra do Gás**

Longa-metragem, documentário – 60 min – cor

Ano: 2003 – Direção: Carlos Pronzato

### **Cabra marcado para morrer**

Longa-metragem, documentário – 119min - P&B /cor.

Ano: 1984 – Direção: Eduardo Coutinho

### **Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá.**

Longa-metragem, documentário – 89min – cor

Ano: 2006 – Direção: Silvio Tendler

Produção: Caliban Filmes

### **Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF: uma escola em construção.** Curta-metragem, documentário - 14min - cor.

Ano: 2010 – Direção coletiva: Setor de Comunicação e Cultura do MST

Produção: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

### **Linha de Montagem**

Longa-metragem, documentário - 90min - cor.

Ano: 2007 – Direção: Renato Tapajós.

Produção da Tapari Cinematográfica.

### **No Amor**

Curta-metragem, ficção - 11min – cor.

Ano: 1982 – Direção: Nelson Nadotti

Produção: Casa de Cinema de Porto Alegre

### **Peões**

Longa-metragem, documentário - 84min - cor.

Ano: 2004 – Direção: Eduardo Coutinho

Produção: VideoFilmes

### **Tempos Modernos**

Longa-metragem, ficção – 87min – P&B

Ano: 1936 – Direção: Charles Chaplin

### **MUSICOGRAFIA:**

**Disparada.** Geraldo Vandré e Théo de Barros, 1966

**Novo Aeon.** Raul Seixas, 1975.

**Work.** Bob Marley, 1980.

## **APÊNDICES**

**Apêndice 1. Indicadores gerais sobre os assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina, segundo microrregiões e períodos de tempo determinados.**

| <b>Tabela 1. Estado de Santa Catarina. Indicadores gerais do total de assentamentos implantados por microrregiões no período 1985-1989.</b> |                  |                       |                            |
|---|------------------|-----------------------|----------------------------|
| <b>Microrregiões</b>  | <b>Área (ha)</b> | <b>Nº de Famílias</b> | <b>Nº de assentamentos</b> |
| Criciúma  | -                | -                     | -                          |
| Blumenau  | 713,08           | 25                    | 1                          |
| Lages   | -                | -                     | -                          |
| Canoinhas   | 4.016,63         | 139                   | 5                          |
| Chapecó   | 662,78           | 46                    | 2                          |
| Concórdia   | -                | -                     | -                          |
| Curitibanos   | 2.004,39         | 85                    | 1                          |
| Florianópolis   | -                | -                     | -                          |
| Florianópolis   | -                | -                     | -                          |
| Itajaí  | -                | -                     | -                          |
| Ituporanga  | -                | -                     | -                          |
| Joaçaba   | 11.908,39        | 639                   | 12                         |
| Joinville   | -                | -                     | -                          |
| Rio do Sul  | -                | -                     | -                          |
| São Bento do Sul  | 962,57           | 63                    | 2                          |
| São Miguel d Oeste  | 6.036,90         | 398                   | 11                         |
| Tabuleiro   | -                | -                     | -                          |
| Tijucas   | -                | -                     | -                          |
| Tubarão   | -                | -                     | -                          |
| Xanxere   | 7.859,40         | 542                   | 9                          |
| Araranguá   | -                | -                     | -                          |
| <b>Total</b>  | <b>34.164,15</b> | <b>1937</b>           | <b>43</b>                  |
| Fonte: Dados originais - INCRA - Santa Catarina. Elaborados pelo autor com a colaboração de Harideva Marturano Égas.                        |                  |                       |                            |

**Tabela 2. Estado de Santa Catarina. Indicadores gerais do total de assentamentos implantados por microrregiões no período 1990-1994.**

| <b>Microrregiões</b> | <b>Área (ha)</b> | <b>Nº de Famílias</b> | <b>Nº de assentamentos</b> |
|----------------------|------------------|-----------------------|----------------------------|
| Criciúma             | -                | -                     | -                          |
| Blumenau             | -                | -                     | -                          |
| Lages                | -                | -                     | -                          |
| Canoinhas            | -                | -                     | -                          |
| Chapecó              | 1105,53          | 50                    | 1                          |
| Concórdia            | -                | -                     | -                          |
| Curitibanos          | 1234,39          | 67                    | 1                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Itajaí               | -                | -                     | -                          |
| Ituporanga           | -                | -                     | -                          |
| Joaçaba              | 1941,21          | 120                   | 4                          |
| Joinville            | -                | -                     | -                          |
| Rio do Sul           | -                | -                     | -                          |
| São Bento do Sul     | -                | -                     | -                          |
| São Miguel d Oeste   | 971,20           | 398                   | 3                          |
| Tabuleiro            | -                | -                     | -                          |
| Tijucas              | -                | -                     | -                          |
| Tubarão              | -                | -                     | -                          |
| Xanxere              | 184,01           | 13                    | 1                          |
| Araranguá            | -                | -                     | -                          |
| <b>Total</b>         | <b>5.436,34</b>  | <b>648</b>            | <b>10</b>                  |

Fonte: Dados originais - INCRA - Santa Catarina. Elaborados pelo autor com a colaboração de Harideva Marturano Elas.

**Tabela 3. Estado de Santa Catarina. Indicadores gerais do total de assentamentos implantados por microrregiões no período 1995-1999.**

| <b>Microrregiões</b> | <b>Área (ha)</b> | <b>Nº de Famílias</b> | <b>Nº de assentamentos</b> |
|----------------------|------------------|-----------------------|----------------------------|
| Criciúma             | -                | -                     | -                          |
| Blumenau             | -                | -                     | -                          |
| Lages                | -                | -                     | -                          |
| Canoinhas            | 2.018,65         | 127                   | 5                          |
| Chapecó              | -                | -                     | -                          |
| Concórdia            | -                | -                     | -                          |
| Curitibanos          | 2.444,33         | 150                   | 5                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Itajaí               | -                | -                     | -                          |
| Ituporanga           | 914,10           | 63                    | 2                          |
| Joaçaba              | 6.552,28         | 432                   | 10                         |
| Joinville            | 145,53           | 25                    | 2                          |
| Rio do Sul           | 1.014,40         | 33                    | 1                          |
| São Bento do Sul     | 917,96           | 59                    | 4                          |
| São Miguel d Oeste   | -                | -                     | -                          |
| Tabuleiro            | -                | -                     | -                          |
| Tijucas              | -                | -                     | -                          |
| Tubarão              | -                | -                     | -                          |
| Xanxere              | 19.863,24        | 1295                  | 24                         |
| Araranguá            | 2.192,00         | 50                    | 1                          |
| <b>Total</b>         | <b>36.062,49</b> | <b>2234</b>           | <b>54</b>                  |

Fonte: Dados originais - INCRA - Santa Catarina. Elaborados pelo autor com a colaboração de Harideva Marturano Elas.

**Tabela 4. Estado de Santa Catarina. Indicadores gerais do total de assentamentos implantados por microrregiões no período 2000-2004.**

| <b>Microrregiões</b> | <b>Área (ha)</b> | <b>Nº de Famílias</b> | <b>Nº de assentamentos</b> |
|----------------------|------------------|-----------------------|----------------------------|
| Criciúma             | -                | -                     | -                          |
| Blumenau             | -                | -                     | -                          |
| Lages                | -                | -                     | -                          |
| Canoinhas            | 793,79           | 70                    | 4                          |
| Chapecó              | -                | -                     | -                          |
| Concórdia            | -                | -                     | -                          |
| Curitibanos          | 2054,92          | 140                   | 5                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Itajaí               | -                | -                     | -                          |
| Ituporanga           | -                | -                     | -                          |
| Joaçaba              | 3260,54          | 233                   | 7                          |
| Joinville            | -                | -                     | -                          |
| Rio do Sul           | 2976,91          | 40                    | 2                          |
| São Bento do Sul     | -                | -                     | -                          |
| São Miguel d Oeste   | -                | -                     | -                          |
| Tabuleiro            | -                | -                     | -                          |
| Tijucas              | -                | -                     | -                          |
| Tubarão              | -                | -                     | -                          |
| Xanxere              | 2235,76          | 152                   | 5                          |
| Araranguá            | -                | -                     | -                          |
| <b>Total</b>         | <b>11.321,92</b> | <b>635</b>            | <b>23</b>                  |

Fonte: Dados originais - INCRA - Santa Catarina. Elaborados pelo autor com a colaboração de Harideva Marturano Elas.

**Tabela 5. Estado de Santa Catarina. Indicadores gerais do total de assentamentos implantados por microrregiões no período 2005-2010.**

| <b>Microrregiões</b> | <b>Área (ha)</b> | <b>Nº de Famílias</b> | <b>Nº de assentamentos</b> |
|----------------------|------------------|-----------------------|----------------------------|
| Criciúma             | -                | -                     | -                          |
| Blumenau             | -                | -                     | -                          |
| Lages                | 1.169,03         | 80                    | 1                          |
| Canoinhas            | 136,89           | 10                    | 1                          |
| Chapecó              | 443,58           | <b>36</b>             | 1                          |
| Concórdia            | -                | -                     | -                          |
| Curitibanos          | 864,13           | 51                    | 1                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Florianópolis        | -                | -                     | -                          |
| Itajaí               | -                | -                     | -                          |
| Ituporanga           | -                | -                     | -                          |
| Joaçaba              | 425,52           | 27                    | 2                          |
| Joinville            | -                | -                     | -                          |
| Rio do Sul           | -                | -                     | -                          |
| São Bento do Sul     | 1397,62          | 80                    | 1                          |
| São Miguel d Oeste   | -                | -                     | -                          |
| Tabuleiro            | -                | -                     | -                          |
| Tijucas              | -                | -                     | -                          |
| Tubarão              | -                | -                     | -                          |
| Xanxere              | 513,58           | 22                    | 1                          |
| Araranguá            | -                | -                     | -                          |
| <b>Total</b>         | <b>4.950,34</b>  | <b>306</b>            | <b>8</b>                   |

Fonte: Dados originais - INCRA - Santa Catarina. Elaborados pelo autor com a colaboração de Harideva Marturano Elas.

**Tabela 6. Estado de Santa Catarina. Área total dos assentamentos de reforma agrária, segundo períodos determinados.**

| Período      | Área             |               | Famílias     |               | Assentamentos |               |
|--------------|------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
|              | (ha)             | (%)           | Nº           | (%)           | Nº            | (%)           |
| 1985-1989    | 34.164,15        | 37,16         | 1.937        | 33,63         | 43            | 31,16         |
| 1990-1994    | 5.436,34         | 5,91          | 648          | 11,25         | 10            | 7,25          |
| 1995-1999    | 36.062,49        | 39,23         | 2.234        | 38,78         | 54            | 39,13         |
| 2000-2004    | 11.321,92        | 12,32         | 635          | 11,02         | 23            | 16,67         |
| 2005-2010    | 4.950,34         | 5,38          | 306          | 5,31          | 08            | 5,80          |
| <b>Total</b> | <b>91.935,23</b> | <b>100,00</b> | <b>5.760</b> | <b>100,00</b> | <b>138</b>    | <b>100,00</b> |

Fonte: Dados originais - INCRA - Santa Catarina. Elaborados pelo autor com a colaboração de Harideva Marturano Elas.

## Apêndice 2. Figuras 8 a 17: Fotos

**Figura 8:** Produção agroindustrial de laticínios organizada pelo MST na Cooperoeste. São Miguel do Oeste/ SC. Maio de 2010. Foto: José A. Bran – Arquivo André V. Ferreira.



**Figura 9:** Produção agroindustrial de frangos organizada pelo MST na Cooperunião. Dionísio Cerqueira/ SC. Maio de 2010. Foto: José A. Bran – Arquivo André V. Ferreira.



**Figura 10:** Comemoração dos 25 anos do MST no Assentamento 25 de maio. Abelardo Luz/ SC. Maio de 2010. Foto: José A. Bran – Arquivo André V. Ferreira.



**Figura 11:** Símbolo da primeira ocupação do MST realizada no estado de Santa Catarina, em 25 de maio de 1985. Abelardo Luz/ SC. Maio de 2010. Foto: José A. Bran – Arquivo André V. Ferreira.



**Figura 12:** Símbolo da luta do MST em parede do Assentamento Conquista na Fronteira. Dionísio Cerqueira/ SC. Maio de 2010. Foto: José A. Bran – Arquivo André V. Ferreira .



**Figura 13:** Símbolo da organização interna do Assentamento Conquista na Fronteira. Dionísio Cerqueira/ SC. Maio de 2010. Foto: José A. Bran – Arquivo André V. Ferreira.



**Figura 14:** Atividade do Setor de Educação do MST: Encontro das Crianças Sem Terrinha. Florianópolis/ SC. Outubro de 2008. Foto: André V. Ferreira.



**Figura 15:** Atividade do Setor de Frente de Massas do MST: Ocupação de terra. Taió/ SC. Agosto de 2009. Foto: André V. Ferreira.



**Figura 16:** Produção agroindustrial de ração organizada pelo MST na Cooperunião. Dionísio Cerqueira/ SC. Outubro de 2008. Foto: André V. Ferreira.



**Figura 17:** Coletiva de Imprensa organizada pelo MST, por ocasião da prisão de dois integrantes do Movimento, quando do apoio à luta pela resistência na terra de comunidades tradicionais em Imbituba/ SC. Florianópolis/ SC. Janeiro de 2010. Foto: Elisa R. Dassoler – Arquivo André V. Ferreira.



### **Apêndice 3. Entrevista<sup>56</sup> com Altair Lavratti e Daniela C. Rabaioli<sup>57</sup>**

**Entrevista realizada em fevereiro de 2010, por André V. Ferreira e Ricardo P. Pazello, na Sede da Secretaria Política do MST, em Florianópolis/SC.**

#### **ANDRÉ**

Para contextualizar a pesquisa que estou fazendo, minha intenção aqui é discutir com vocês as formas de cooperação que são praticadas no MST, tendo em vista que a cooperação dominante no modo de produção capitalista é caracterizada pelo assalariamento, então essa é a forma que domina, e a classe que assalaria, domina a sociedade e o Estado. No entanto, partindo do entendimento que esse modo de produção é contraditório, e que na medida em que ele desenvolve as forças produtivas, as indústrias, ele acirra a contradição, a miséria, o desemprego e os problemas sociais, a própria sociedade se motiva, para poder continuar existindo, a criar novas formas.

Como é que a sociedade vem se organizando coletivamente para produzir suas necessidades, já que essa forma dominante do capital é uma forma que tem seu aspecto degenerativo? Então a pesquisa é por esse espaço, que a gente está chamando de espaço transitório socialista, ou de transição do capitalismo para o comunismo, por que não é transição para qualquer lugar; e a gente entende que dentro dessa contradição, a classe dos não-proprietários – a classe trabalhadora – é a classe que vai assumindo o ônus dessa contradição, enquanto uma outra classe está cada vez melhor, por que domina o trabalho acumulado da sociedade. E se é a classe trabalhadora que está assumindo o ônus, é essa classe que tem interesse de transformar a sociedade – e criar novas formas de produção.

Quando a gente fala que o espaço da nossa pesquisa é um espaço transitório socialista, então a gente está supondo, mas a gente tem evidências históricas que comprovam isso, que a classe trabalhadora está criando uma nova sociedade ao longo do tempo, desde a Comuna de Paris; e essa construção vem evoluindo. Não é um socialismo utópico, é

---

<sup>56</sup> Transcrição parcial.

<sup>57</sup> Dirigente estadual e integrante da Secretaria Política do MST/ SC, respectivamente.

um socialismo que se constrói a partir das contradições da sociedade, e que tem efetivamente sido construído.

Por isso pesquisar um movimento de trabalhadores da importância do MST no Brasil, e no mundo. Para ver o que o MST traz de contribuição para essas novas formas. Não só coloca a responsabilidade no MST – por que a responsabilidade é de toda a sociedade que está construindo novas formas, está superando os problemas –, mas de compreender que o MST tem, provavelmente, algo a dizer com relação a isso, sobre essas novas formas.

A idéia é estar buscando nos assentamentos, acampamentos e demais territórios ocupados pelo Movimento, como se produz, como se organiza o trabalho coletivo, em que bases. Mas, é isso, é a pesquisa por evidências dessa ação autônoma da classe trabalhadora, construindo formas que sejam capazes de superar as contradições que o capitalismo nos coloca, a todos – e especialmente a classe trabalhadora. Por isso que a nossa pesquisa se dá nesse campo de diálogo com a classe trabalhadora.

## **PAZELO**

Queria rapidamente contextualizar. Não é a toa que, conversando com o André, queria somar esforços. Também trabalho com essa questão da cooperação, mas como os companheiros sabem, do mundo do Direito, e daí lá a gente tem que fazer um outro tipo de enfrentamento. O que eu estou propondo, para a pesquisa aqui, é encontrar na cooperação dos movimentos populares, e um grande exemplo do Brasil é seguindo o MST, é a existência de um poder duplo na sociedade – poder que se contrapõe ao poder oficial, ao Estado no caso. É essa idéia que surgiu na revolução russa, por Lênin, por Trotski. Eles chamavam de poder dual, aí eu estou tentando trazer isso: a produção da vida e o poder dual, a partir dos movimentos populares, da libertação latino-americana.

## **ANDRÉ**

A gente elaborou um questionário aqui, semi-estruturado, porque tem essa flexibilidade da gente estar intervindo nas perguntas. Algumas perguntas podem aparecer mescladas, outras podem nem aparecer, mas é uma estrutura prévia pra que a gente possa se orientar, mas não rígida.

Pra se aproximar do nosso objeto de pesquisa, temos o interesse de saber como foi a aproximação de vocês com o MST, em que circunstâncias vocês se aproximaram, o que vocês faziam, a trajetória de vida de vocês – que os levou a se aproximar do MST e se tornarem militantes do MST. Podemos começar por aí.

## LAVRATTI

Se a Dani nasceu em acampamento, eu já estava nascido na época em que o Movimento surgiu, nos anos 80. O meu ingresso no Movimento foi a partir da Secretaria Estadual, em Chapecó, mas a aproximação se deu muito mais pelo fato de que os meus irmãos foram nessa primeira ocupação. Na noite de 24 de maio, três irmãos foram de baixo da lona no caminhão. A ocupação aconteceu no dia seguinte, dia 25 de maio de 1985. Na noite de sábado, dia 24, o povo saiu e embarcou nos caminhões. Era meu aniversário, no dia 24 de maio, e eu tinha vontade de ir à ocupação, porém o velho pai disse assim: “*Não, não. Vão estes primeiro*”. Até porque eu era funcionário da Caixa Econômica, então, se pensava que teria um brilhante futuro, tive um brilhante futuro, consegui cair fora.

Em 1990, eu estava em Chapecó, e aí fui convidado para trabalhar na administração da Secretaria. Trabalhava-se com alguns projetos. No momento, o Movimento ficou sem a pessoa que tinha a incumbência, aí eu fui para lá. Ficamos na Secretaria de 90 até 93.

Dia 10 de julho de 1993, é que a gente foi pra Abelardo Luz com o coletivo da família. Daí eu ingressei no assentamento e lá estamos até hoje.

E, faz oito anos que estamos em Florianópolis. Vim pra esse desafio de fazer a faculdade de Direito. Agora estou fazendo uma Pós-Graduação em Diretos Humanos, e sou da Direção Estadual do Movimento. Então, esse ingresso, parte da entrada dentro desses setores de atividades, e vai se assumindo tarefas. Acho que a pessoa vai, não se reciclando, mas nesse “ajeitamento” de ter que assumir responsabilidades, ter compromissos e compreender os objetivos do Movimento que você realmente se integra, interage e assume. Isso faz com que você não abandone essa ideologia, essa luta, que não é pessoal, é uma luta, como vocês sabem, de um pouco – de uma classe de pessoas que estão oprimidos, impossibilitados de alcançar sua produção de vida com dignidade.

## ANDRÉ

Só para entender melhor, essa ocupação de 25 de maio de 1985. Como ela foi construída? Você se lembra? Você participou de algum modo? Como que teus irmãos chegaram até ela?

## LAVRATTI

O Movimento surgiu em um primeiro Congresso em 1984, mas a organização do Movimento nas comunidades era feita pela Igreja Católica, Igreja Luterana, Comunidades Eclesiais de Base. Então, um dos meus irmãos era dessas lideranças – que surgiu na comunidade e que assumiu esse papel de fazer a propagação do Movimento.

Desse surgimento, de um novo movimento na nossa comunidade, oito jovens foram para essa primeira ocupação. Então, a ocupação é o ato de denúncia, o descaso que tem o Estado com os trabalhadores do campo, e também de denúncia desses grandes latifúndios que não cumprem a função social. Então, a organização da ocupação em 1985 se deu pelas comunidades em si, guiadas pelas igrejas, sindicatos, e foram em torno de 2.000 famílias que ocuparam, em duas áreas, Abelardo Luz e Anchieta, mais no extremo oeste. Dessas famílias de 1985, o primeiro assentamento, se não me engano, surgiu em 1987, que foi feito o primeiro assentamento dessas famílias que ocuparam. E aí foram se organizando em núcleos por proximidade, geralmente em municípios – os municípios ficaram organizados por núcleos, e foram se destinando em Ponte Serrada, Faxinal do Guedes, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, Itaiópolis. Então foram feitas as distribuições, e sempre fazendo ocupações, e o MIRAD<sup>58</sup>, na época, buscando a forma de assentar as famílias.

Então, esse foi o primeiro passo do Movimento Sem Terra, aqui em Santa Catarina – que também fortalecia o surgimento do Movimento aqui na região sul – haja vista, anteceder as ocupações da própria Fazenda Burro Branco, aqui em Santa Catarina, em 1979, e no Rio Grande do Sul, a Encruzilhada Natalino. Todo esse histórico que fez

---

<sup>58</sup> MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Criado em 1985, pelo Decreto nº 91.214, e extinto em 1989, através da Medida Provisória nº 29 (15/01/1989).

Fonte:

[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=271&Itemid=287](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=271&Itemid=287)

com que possibilitasse a organização de um novo movimento social vinculado ao campo. Tem essa organicidade lá, e tem também essa organicidade dos seus objetivos, dos seus princípios, que depois vem se incrementando e mantendo. Se o Movimento tem 25 anos de vida e luta é porque tem uma organização teórica também, assim como na prática acontece, na base com as famílias.

## **ANDRÉ**

Só para entender melhor: As famílias que ocuparam a Fazenda Burro Branco, a Encruzilhada Natalino, e essas ocupações de 1985 em diante, qual era a condição social dessas famílias, como elas viviam, de que viviam?

## **LAVRATTI**

Na sua grande maioria, meeiros, arrendatários, agregados, filhos de agricultores. Em geral, as famílias tinham muitos filhos; nós lá em casa éramos em 11 irmãos. Então, aquela meia colônia de terra que o pai tinha, não dava para fazer Reforma Agrária entre os filhos, como fez o fazendeiro em seu documentário.

Então, o Movimento surge em um período interessante; não tinha como ter emprego, trabalho, se não fosse criar espaços.

E a forma foi essa, a ocupação de 1979, da Fazenda Burro Branco, foi uma invenção das famílias. O MIRAD, na época, alegou que teria uma área para ser desapropriada em Campo Erê. Aí as famílias ouviram, e disseram: “*Vamos lá, vamos garantir nosso espaço*”; e entraram, inclusive – me parece, que ocuparam a área que não era para ser a área que foi mencionada, daí duas, três famílias começaram, foi para 10, para 100, então criou aquele grande aglomerado de famílias reivindicando terra pra si. Foi um exemplo da possibilidade de organizar as famílias em acampamento que deu origem a essa mobilização, que, até hoje, o Movimento se utiliza dela para denunciar o latifúndio, e possibilita o Movimento se organizar.

A ocupação não é um simples fato, é um ato extremamente político, por que é a partir daí que se forma a organicidade das famílias; a partir daí é que é possível você fazer vínculo com as famílias, e fazer com que elas – as pessoas – se tornem sujeitos dessa construção, dessa história; que percebam a possibilidade de lutar e garantir seu espaço –

homem, mulher, criança. A ocupação é muito essencial para denunciar, e também para possibilitar que as pessoas se criem como sujeitos.

## DANI

Na verdade, a minha história também não é diferente da história de tantas outras famílias, tantas outras pessoas que entraram no Movimento. Há diferença, claro. Eu nasci já dentro do Movimento, quando o Movimento estava no início de sua organização. Mas a minha família, enfim, já que é pra contextualizar um pouco os elementos anteriores a mim, um pouco que define essa minha história.

Minha família, um casal de jovens, com mais ou menos a minha idade – 23, 24 anos –, filhos de agricultores, com no máximo até a 4ª série – que era generalizado –, até hoje inclusive, é a regra no meio rural o analfabetismo, semi-analfabetismo, a falta de acesso à educação; e os meus pais também não viam outra possibilidade de vida a não ser continuar morando no campo.

Meu pai até trabalhou em Chapecó, num espaço urbano; mas logo viu a exploração que ele sofria pelo patrão, e percebeu que não era esse o tipo de vida que ele queria – que tinha sonhos, que, inclusive, o pai dele não conseguiu realizar. E enfim, começou a procurar outras formas de tentar, pelo menos, se manter em um espaço rural.

Aí viviam agregados, em áreas de outras fazendas, ou em áreas de pessoas que ofereciam trabalho; e claro, naquela situação, muitas vezes de trabalhar, ajudar na produção, e ficar com uma parte. Um pouco essa situação que ficam os trabalhadores agregados, que é de trabalhar pra comer – pra o mínimo de sobrevivência. E aí, claro, sempre participando um pouco da organização da comunidade, nos cultos, que já se tinha essa prática, e que ainda se tem no espaço da comunidade eclesial, da paróquia. Em Chapecó, por exemplo, uma pessoa muito importante é o próprio bispo D. José Gomes, que era o bispo da paróquia.

Enfim, essas pessoas, e que junto com outras pessoas que estavam dentro dos sindicatos rurais, que começaram a perceber que essa situação em que essas famílias viviam, sejam como agregados, arrendatários, meeiros ou bóias-frias, é uma situação que estava, inclusive, começando a se propagar e generalizar, conforme o aumento da população – justamente isso que o Lavratti falava – que as famílias tinham muitos filhos, e não tinham outra condição, justamente por não conseguir emprego nas cidades, tinham que se submeter a essa forma de

trabalho, quase um semi-escravismo, ou, muitas vezes, uma auto exploração do trabalho.

Então, pelo o que eles contam, foram algumas pessoas que estavam passando nas comunidades – e até umas delas, se não estou enganada, foi a Irma<sup>59</sup>. O pessoal lá em Quilombo foi um exemplo de município que tinha várias pessoas que, inclusive, estavam nos Seminários – muitas pessoas que pra poder acessar estudo iam para o Seminário, era também uma forma de estudar. Então, também começaram a se relacionar com o fato de que estavam abertos – na Teologia da Libertação tinham essa visão um pouco mais crítica em relação a vida, a sociedade, e a realidade como um todo. E aí, como o Lavratti fala, o que levou a essa situação, e também, não de outra forma, foi meio que no instinto, “*Seja lá o que Deus quiser!*”, “*Vamos ver no que vai dar*”. Não se tinha uma construção muito elaborada. Para as famílias que foram para a ocupação, era uma experiência nova, muito nova, em 1985.

Minha família também – foi uma das que participou da ocupação em 1985 em Abelardo Luz. Enfim, um casal de jovens, assim como tantos outros. A maior parte das pessoas que iam ocupar naquela época, ou eram as famílias que tinham muitos filhos – que também estavam em uma situação precária –, ou os jovens, que não viam outra opção, e queriam continuar no campo.

Então, minha família foi uma dessas que participou da ocupação em 25 de maio de 1985. Depois disso, foi uma das famílias que continuou. Por que, até naquela época, um dos critérios para o assentamento das famílias era pela idade e pela quantidade de filhos que tinham na família – então essas famílias eram assentadas primeiro. Muito justo, por que, claro, estavam em uma situação um pouco mais difícil e realmente necessitavam mais, era mais urgente.

Meus pais – como eram um casal de jovem, de vinte e poucos anos – foram uma das famílias que continuaram. Depois de Abelardo Luz, participaram de uma ocupação em Faxinal dos Guedes, Ponte Serrada, depois em Itaiópolis.

Foram mais de três anos acampados, e aí, o interessante, que é o que a gente sempre comenta: que a ocupação, realmente, é um divisor de águas – é o nascimento. E a partir dali, o próprio acampamento, ele é

---

<sup>59</sup> Irma Brunetto, militante da Via Campesina e integrante da Direção Estadual do MST e Santa Catarina.

uma escola muito significativa, de muita aprendizagem para essas famílias.

Algumas pessoas tinham entendimento, conheceram as primeiras experiências. A primeira foi no Rio Grande do Sul, das primeiras cooperativas. Então algumas dessas pessoas, aqui de Santa Catarina, foram conhecer essas experiências de cooperativas no Rio Grande do Sul e trouxeram pra cá esta idéia – para essas famílias que estavam iniciando – e começaram a discutir a importância do trabalho coletivo, de ficar em grupo, que em grupo essas pessoas teriam uma condição de resistência muito maior, e aí foram trabalhando com grupo de famílias, principalmente as famílias que foram permanecendo no acampamento, que foram passando esses vários anos em acampamento. Então, esse grupo assumiu essa idéia – essa proposta de trabalho coletivo.

Em 1988 o Movimento ficou sabendo que tinha uma área em Dionísio Cerqueira, que estava hipotecada e que o fazendeiro tinha muitas fazendas – acho que em torno de doze fazendas. E essa fazenda foi hipotecada pelo Banco do Rio de Janeiro, o BANERJ, e então a área foi à leilão, e o INCRA arrematou, e entrou em acordo com o Movimento para que a área fosse destinada, sendo uma área de trabalho coletivo.

No início, houve muita resistência da Prefeitura, mas acabou que foi feito um acordo entre o INCRA, o Movimento, essas famílias que estavam sendo destinadas para essa área e o Município. A área tem capacidade para 60 famílias, para que 35 famílias fossem provenientes dessas áreas de ocupação do Movimento, e 25 do município – das comunidades do município – com o objetivo posterior de unificar estes dois grupos.

Bom, nesta época, em 1988, eu fui junto com minha família, com quase dois anos (nasci em 1986), quando os meus pais estavam acampados em Itaiópolis. Eu fiquei quase dois anos junto com eles no acampamento, e enfim, fomos assentados nessa área, e aí começa todo esse processo.

Dessas 35 famílias, haviam três grupos que se distribuíram dentro da área pelas fontes de água, que era a primeira preocupação dentro do acampamento – um pouco o conhecimento do território onde se está, e depois, esses grupos foram se organizando.

Um bom tempo as famílias do grupo que minha família estava, moraram um tempo todos em uma casa só. Era em torno de 20 pessoas, mais ou menos. Tinham várias crianças. Segundo eles contam, foi uma experiência muito interessante, essa vivência – todos nesse “grupão”.

Isso no assentamento, até começar a estruturar, até vir o crédito pra moradia. Inclusive, no início, com crédito para quatro casas, eles conseguiam construir uma, e uma casa razoável, de madeira. Sorte que muitos tinham a madeira – que já estavam fazendo seus barracos nos acampamentos. Daí, levaram as tábuas, madeiras, para o assentamento. Isso foi o que ajudou também no início.

E aí, o assentamento foi se estruturando. Como qualquer outro, começou a construir casas, fazer as lavouras, as plantações. Foi uma situação bastante complicada, por que as famílias não tinham recursos, e no município tinha muito preconceito, até chegar ao ponto que os comerciantes não deixavam entrar nos mercados e nas lojas, proibia a entrada das pessoas. Alguns tinham que ir disfarçados para a cidade, por que a polícia barrava, revistava, essas coisas todas. Os postos de gasolina. Ninguém vendia fiado. Foi da solidariedade das próprias famílias, por exemplo, os meus pais que também ajudavam nesse início, as famílias das famílias que estavam nesse início – tanto na ocupação quanto no assentamento –, solidarizavam muitas vezes nas coletas, e às vezes, uma família tinha uma junta de boi, ou tinha alguma coisa, então ia se ajeitando conforme podia. No início, quando chegaram lá na área, tinha uma boa plantação de erva mate – foi o que ajudou também para ter uma renda, alguma coisa.

Mas foi isso, ao poucos conseguindo, bem devagar, e foram estruturando, e claro, o primeiro objetivo era a produção da subsistência, produzir alimentos e construir as casas. A escola foi uma das primeiras coisas também que foi construída com recurso da Prefeitura – umas das primeiras coisas, que, inclusive, está até hoje, depois de 21 anos de assentamento – a escola é a mesma.

E eu fui crescendo neste assentamento. Vivi minha vida toda dentro do assentamento. Estudando até a 4ª série dentro do assentamento. Como tinha outra forma de organização, a partir da pedagogia do MST, me formei na 8ª série, depois na escola do Estado. Aí, depois que comecei a fazer o 2º grau, surgiu a possibilidade de fazer Magistério, dentro da Escola do Movimento.

Nós fomos em um pequeno grupo do assentamento, e nos juntamos com o grupo de Santa Catarina. Cursei o Magistério no ITERRA<sup>60</sup>, no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Curso normal, de nível médio, que agrega tanto o

---

<sup>60</sup> ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Para saber mais, ver: [www.iterra.org.br](http://www.iterra.org.br)

curso técnico quanto a formação política. Foi um curso muito importante para a minha formação na militância. Foi algo determinante – por que eu percebo em relação aos jovens – você opta por estar no Movimento, é uma opção; por mais que você esteja dentro de um assentamento, não é isso que vai determinar a tua militância, a tua atuação dentro do Movimento. Então, o que possibilitou eu assumir essa militância, e perceber onde eu estava, em qual condição a gente estava, qual era a história, o porquê que eu estava ali. Enfim, foi um pouco essa formação que a gente teve.

A vivência, sem dúvida contribuiu, mas essa formação dentro do Magistério ajudou muito no início. Eu estava com 16, 17 anos na época. Então, contribuiu, e eu comecei também a primeiramente, entender um pouco a estrutura do assentamento, e da cooperativa – entender como se organizava isso, como funcionava, por que era assim, porque que não era. E aí a gente começou a assumir algumas tarefas dentro do assentamento, dessa estrutura orgânica.

E comecei a trabalhar como professora. Assumi, dentro da comissão de educação, dentro do assentamento. Aí depois, assumi como coordenação, acompanhando as visitas, como estudante do MST. A gente acaba participando um pouco mais dessas atividades do Movimento, dos encontros, das mobilizações, então isso também vai ampliando o olhar sobre o Movimento.

Na verdade, logo que eu terminei o Magistério – e a gente tem essa dificuldade com os jovens dentro dos assentamentos, não só nos assentamentos, mas no meio rural como um todo, que não existe uma escola, uma universidade que esteja dentro deste espaço, então o jovem, pra poder ir para uma universidade tem que sair do meio rural, tem que se desvincular, quase que totalmente, pois você vai morar em outro espaço. Então, um pouco essa problemática que está dentro dos assentamentos, hoje em dia, principalmente – essa problemática com a juventude – e que a gente sente essa necessidade, e também essa vontade, essa curiosidade, de conhecer outras coisas.

Então, por exemplo, eu que morei sempre em assentamento, acaba que você também tem essa curiosidade em saber como que é lá fora, e aí também sente a necessidade de fazer uma universidade. O próprio assentamento, nunca proibiu, muito pelo contrário, sempre deu muita importância à educação, mas, é claro, sempre com acompanhamento, e aí, claro, que é um princípio do assentamento como um todo – o princípio geral é dar esse acompanhamento aos estudantes. Aí eu conversei sobre o meu interesse de cursar Direito, não sei por que,

não tenho explicação, realmente eu não sei por que tive interesse em cursar Direito – depois a gente acaba entendendo um pouco, alguns assumem realmente esse interesse, e outros acabam percebendo que não era aquilo que queriam. Enfim, e aí surgiu essa vaga aqui em Florianópolis, depois que o Lavratti terminou a faculdade. Então meu nome foi indicado para cursar a faculdade de Direito pelo Movimento, com essa tarefa. Então eu vim pra cá. Há quase três anos e meio e comecei também a trabalhar aqui na Secretaria, e participar dessa organização mais Estadual, e agora também mais regional, inclusive, com a Brigada Mítico. Então foi um pouco isso. Essas funções que a gente foi assumindo, no setor de Direitos Humanos também.

### **ANDRÉ**

Você nasceu num acampamento – acho que isso foi uma coisa marcante na sua vida, e acredito que você tenha formado uma imagem disso. Então, eu queria saber de ti, qual a imagem que você tem hoje dos acampamentos, como eles se organizam, como é a vida nos acampamentos?

### **LAVRATTI**

Olha, a imagem de nascer: é a mãe estar em trabalho de parto em um fusca, no meio de um barral, atolado, empurrando, o povo acompanho quilômetros, empurrando o fusca, e a Daniela louca para nascer, e a mãe, foi uma loucura para chegar no hospital, levaram o fusca erguido, por que lá onde estavam, em Itaiópolis, era uma área aberta, um estradão no mato, então, toda terra vermelha, em pleno período de chuva, o barral lá era terrível, e aí a Dani queria, queria, queria sair, né, queria ver a água do lado de fora, não só a água de dentro (risos).

### **DANI**

Olha, eu não sei assim (risos); eu só posso falar da imagem realmente que eu tenho, por que você só sabe o que é acampamento quando tu vive no acampamento. Só fazendo uma ocupação e vivendo num acampamento que dá pra entender um pouco a situação – pra sentir realmente o que é isso.

Mas assim, tirando pelo o que as pessoas contam, e é até interessante que muitas pessoas que eu conversei, principalmente lá do assentamento, falam que tem muita saudade da época do acampamento – que era uma outra situação.

Por mais que eles estejam vivendo num assentamento coletivo, mas o nível de solidariedade, de interação, enfim, é uma experiência única dentro do acampamento. Primeiro porque as famílias, uma boa parte, claro, são muitos irmãos e parentes, acabam indo pro mesmo acampamento, mas muitas famílias são desconhecidas. Você conhece muita gente, conhece a história das pessoas – que chegam de outros municípios, muitas vezes de outros estados. É uma vivência muito nova para essas famílias, por que na sociedade em que a gente vive, isso não é proporcional, então ali, o espaço do acampamento, é um espaço extremo de coletivização, de solidariedade, de proximidade das pessoas, de cooperação, por que justamente há divisão das tarefas – então acaba que a pessoa se sente útil –, inclusive, se nega muito, tipo: “*Oh, você não serve pra nada...*”, e as pessoas vão assumindo isso, né, “*Oh, eu não sirvo pra conseguir um emprego na cidade...*”, “*Não consigo...*”. Muitas vezes, o sentimento com a família, principalmente as famílias que já tem filhos, sentem, principalmente, por não poder garantir o mínimo para os próprios filhos, então sentem essa responsabilidade, sentem na pele a dificuldade que é viver sem poder ter alimentação, sem ter uma casa digna, uma moradia, enfim, as condições mínimas de existência, né.

Então, quando vão para esses espaços, se sentem úteis, e se sentem novamente seres humanos – que estão conseguindo produzir comida, construir suas casas - que são os barracos – e que tem toda uma simbologia do que é construir um barraco e ir melhorando.

Eu sei, que a mãe conta, o que o pai fazia quando construíam um barraco, para arrumar as coisas, muitas vezes provisórias, aí depois consegue construir uma coisa melhor, aí depois construir o próprio banheiro, encanar a água, ter umas galinhas, uns porquinhos, alguma coisa assim. Enfim, por mais que seja um espaço provisório, é uma estruturação do espaço acampamento. E vão ter que de construir essas condições até o momento em que sejam assentados.

Ali surgem muitas coisas, surgem as discussões, os debates – a discussão sobre como se organiza, como vai dar continuidade. Aquilo também contribui com aquelas pessoas que chegam com vários problemas, sejam pessoais, familiares, de saúde, várias coisas.

Então, é um pouco também conhecendo, ajudando nessa situação, nas famílias que tem mais filhos, então, a outra família ajuda a cuidar dos filhos da outra. Muitas vezes duas famílias moram no mesmo barraco, e aí nascem crianças no acampamento, aí você conhece uma família lá no acampamento, então, já pega pra padrinho, madrinha do filho, muitos casamentos por pessoas que se encontram e se apaixonaram no próprio acampamento. Os meus padrinhos, por exemplo, é uma família que foi ocupar junto com o pai e a mãe, e estão até hoje morando perto, mantendo uma relação muito próxima.

É o início de uma outra vida. A partir dessa ocupação, desse acampamento, é o que eu digo assim – é um divisor de águas. Tem uma separação do que foi, e o que vai ser dali pra frente. É uma outra vida, é uma nova vida, sem dúvida.

Uma coisa que a mãe ainda conta, que hoje eles ficam pensando – realmente, a gente tem muito esse olhar do que a gente fazia naquela época – *“Como é que eu fui sair de casa, pra uma aventura dessas?”*. Daí ela diz assim, que, por exemplo, o barraco deles – numa época que eles ficaram acampados dentro de um potreiro, que foi um espaço cedido por um proprietário, um granjeiro – que era um espaço provisório, ela disse que o nosso barraco ficava perto da cerca, que poderia chegar a qualquer hora um ali, dar um tiro, matar alguém. Qual era a proteção, muitas vezes, que se tinha? Por mais que as famílias se organizassem extremamente com a questão da segurança – e naquela época muito mais, o próprio Estado não garantia nada, até, inclusive, contribuía para desmobilizar, como fazem até hoje –, mas naquela época, numa situação muito pior, por que as próprias famílias, que eram donas daquelas terras, era o prefeito, era autoridade – alguma coisa dentro do município – e tinham seus jagunços, os seus pistoleiros particulares pra... enfim. Aí a gente sabe que tem um histórico de violência no campo, assassinato e companhia limitada.

## LAVRATTI

Hoje uma ocupação reflete rápido, a nível mundial, por conta da facilidade dos apoiadores que se tem – em todos os cantos se tem. Mas na época não, aquela ocupação ia ali, fechada na comunidade, fechada no município, então tinha muito mais responsabilidade com isso, e muito mais – era você e você, era aquele coletivo com aquele coletivo.

Hoje acontece uma ocupação e a gente já consegue fazer intervenções no Poder Judiciário. Temos um juiz agrário; se coloca na

mídia; mas na época, no início dos anos 1990, éramos nós e nós. A segurança era algo que tinha que ser muito segura, precisava ter esse acompanhamento das pessoas, sentirem-se parte do mesmo processo, por isso que hoje eu penso: como que eu encarei, da onde eu tirei essa coragem para estar na lona preta naquele período, lá no meio do matão, que não se via nada.

## **DANI**

Literalmente, no meio do nada, por que os acessos eram terríveis.

## **ANDRÉ**

E no acampamento, como que isso era organizado, e até mesmo, pensando hoje, se essa organização mudou muito, como vocês vêm essa organização?

## **LAVRATTI**

Para ter essa resistência – e para que as pessoas se sintam sujeitos – logo que se faz a ocupação, antes de pensar na escolinha, se pensa na nucleação das famílias. Se formam núcleos dentro do acampamento. A intenção, de voltar para o campo, voltar para a roça – ter seu espaço de produção de vida, que é um princípio do Movimento Sem Terra –, é o trabalho em cooperação. Lá tem direção coletiva, tem vários princípios que dão linha para criar uma organicidade, para que as pessoas não se isolem, não fiquem trabalhando para si.

Então o núcleo no assentamento é a primeira fonte para essa organicidade. Torna um ato cooperativo, ato de solidariedade – todas as pessoas têm um interesse comum, uma vontade que é comum a todos. Então, todos são filhos de todos; todos são companheiros de todos. Não estou só preocupado com os meus, e sim, com o que está por aí; é do meu dever cuidar, contribuir.

Então essa organicidade no acampamento, na nucleação, ela dá o espaço e a oportunidade para homens, mulheres, jovens e crianças participarem de coletivos que se tem dentro do acampamento. Segurança é um dos coletivos. Um setor que vai fazer parte desse acampamento, do início ao fim, até o assentamento – que são as pessoas – homens e mulheres – que se dedicam 24 horas por dia para estar de olho aberto pra ver o que acontece, dentro e fora do acampamento. Facilmente um P2

está dento, agora, muito mais, mas na época também, e não só por isso, tiros também, muitos foram os momentos em que os acampamentos foram atacados por policiais e por milícias, então a equipe de segurança tinha isso.

Outro coletivo é a educação, formação, alimentação, estrutura, higiene, onde você vai construir os barracos, onde construir os banheiros, as privadas, distanciamento da fonte d'água, etc. Então essa organicidade funciona. É uma cidade que se faz construir, uma comunidade que se faz construir. Então precisa ter os cuidados básicos para você não misturar as coisas. A nucleação oportuniza as pessoas a dizer, bom, o meu papel dentro deste acampamento é a segurança, é a educação, é a estrutura, conforme vão recebendo as famílias, onde encaminham – para que núcleo vai. Aí já cria um fortalecimento dos valores humanos: *“eu me sinto bem, eu estou sendo valorizado, sou importante”*.

As mulheres, com o acampamento aqui em Palhoça, foi o exemplo. Machismo, assim, bruto. Deu até hospital por conta de que o homem não suportava que a mulher voltava pro barraco e falava outras coisas – senão somente lavar louça, roupa, organizar o barraco. Ela participava do setor de saúde, e aí já passava a discutir, a falar: *“Olha, eu tenho tal erva medicinal, que é bom pra isso, serve pra isso, a gente vai fazer tal hortinha...”*, então o cara começou: *“Tu já tá se metendo demais, daqui a pouco você me foge do controle”*. E então deu paulera. O homem voltou pra casa, bêbado, e bateu na mulher. Então, são coisas assim que mexem nas relações. E que é pra mexer mesmo, quando se trata de igualdade, se trata da possibilidade de tu intervir, participar, contribuir.

Infelizmente chega um momento em que, quando as argumentações não são mais cabíveis, vamos para as vias de fato. Infelizmente, chega nessa ordem. Não foi possível a coordenação conter. Mas esse é um exemplo que a gente tem de quando esses vícios que o sistema cria estão impregnados em nós. Então o MST, na formação do seu acampamento, aglutina uma diversidade de valores. Tu tem que conviver com isso, e fazer com que isso se desfaça; ou então se amenize. Tu começa a perceber uma outra pessoa em si – que tu é capaz, agora, de ter um prato de comida, e repartir com outro; de tu pegar um balde de água e trazer para o outro acampado também. Essas coisas vão fazendo com que você se sinta em um outro mundo; sinta uma condição, uma outra vida.

Uma transformação que acontece nas pessoas, em nós, a partir de uma ocupação, não se explica. É forte, por isso que a mãe da Daniela falou, “*Não sei como que tive coragem!*”. Mas a coragem se dá daí, por que tu não está mais sozinho, tu não é mais uma pessoa, tu é um sujeito num coletivo. Quando tu te enfraquece, tu está sendo levantado pelo outro, pela outra pessoa que está no lado. Então essa é a condição da coragem, da vontade de alcançar teu objetivo. “*Pra que eu vim?* Conquistar uma terra, como primeiro, então, a nossa luta do coletivo é para conquistar terra. Tem essa organicidade. Para isso, e nesse meio tempo, a gente vai discutindo as outras coisas que precisa, além da conquista da terra, como é que tu vai produzir a vida depois que tu tem a terra, teu canto, tu está assentado num espaço que tu vai produzir alimentação, como tu vai produzir, qual a forma, como tu vai planejar.

Essa organicidade cooperada de solidariedade é o que dá os elementos, os fundamentos pra resistência dentro de um acampamento. Temos exemplos de acampamentos que foram frágeis neste sentido, e que também, aí, já tem uma vida curta. É um acampamento que não consegue aglutinar esses princípios. Quando alguém começa a querer tirar vantagem pra si – é isso, como eu falei, dentro do acampamento se reúnem vários vícios, e tem pessoas que não se desgarram tão cedo – então começa a entrar coisas individuais, personalistas, mandos e desmandos, então se destrói qualquer família e no acampamento também corre esse risco. Por isso a necessidade de quando tu forma, ter uma coordenação, ter os núcleos, que olhem e digam: “*Olha, o rumo é aqui... Isso aqui é um espaço que tem que ser respeitado, e que é de todos*”. Então tu cria uma organização forte e vai até o fim da luta. Se você não tem essa conquista nesse primeiro espaço, você se articula pra outro.

#### **Apêndice 4. Relato do 5º Congresso Nacional do Movimento Sem Terra: “Na luta por “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”, Movimento Sem Terra ocupa a capital federal brasileira durante a organização do seu 5º Congresso.**

Realizou-se em Brasília/ DF, entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, o 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Sob clima de festividade e definição política, reuniram-se 17.500 trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países, dentre outros amigos de diversos movimentos e entidades sociais.

O 5º Congresso foi exemplar do modo de vida realizado pelo MST no contexto de superior acúmulo e territorialização do capital, e desenvolvimento de acirradas contradições sociais; diga-se de passagem, em plena evolução no território brasileiro e em todo o mundo.

Como especificidade, o fenômeno da territorialização do capital ocorrido no Brasil está crescentemente relacionado ao movimento universal da produção social – mais ainda, conforme o capitalismo segue expropriando formas isoladas de produção e submetendo a existência da sociedade a um processo de trabalho mundialmente articulado. Por isso, os desafios da existência humana tornam-se, a cada dia, mais exigentes de soluções construídas em escalas globais; e a elevada participação no Congresso do MST de movimentos sociais originários de diversas regiões do mundo parece expressar a consciência desta necessidade. Ressalte-se que, a efetiva organização junto aos referidos setores sociais decorre sobremaneira do fortalecimento da política de relações internacionais do MST levada a efeito desde a década de 1990 quando foram realizados os trabalhos de formação e organização da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas (CLOC) e da Via Campesina.

Tais articulações embasam os esforços pela construção de “um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro”, como diz a Carta do 5º Congresso, documento que pretende guiar as ações do MST no próximo período. Na mesma direção, trata da necessidade de: “construir com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular, nos municípios, estados e regiões brasileiras”; também de “contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos

Povos das Américas”; e de “exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA”.

Além de impulsionar a integração do Movimento Sem Terra com diversos setores dos movimentos sociais, o 5º Congresso serviu como espaço de debate das questões que afetam a vida dos trabalhadores no Brasil e no mundo. E resultou em propostas como: “lutar contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados”; também “contra”: “as privatizações do patrimônio público”; “a transposição do Rio São Francisco”; “as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio”; “o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala”; “as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro”; “o trabalho escravo, a super-exploração do trabalho”; “a violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais”.

Durante o 5º Congresso reforçou-se a compreensão de que os interesses do capital financeiro transnacional se fundiram, na atualidade, aos do latifúndio brasileiro – isto, na figura do “agronegócio” que, no caso, representa os interesses da mundialização do capital e da sua respectiva divisão territorial do trabalho. Neste sentido, a proposta do MST de construção de um projeto popular para o Brasil – e, isto ficou evidente no Congresso – se articula a partir do combate ao “agronegócio”, e vai além, quando o Movimento propõe elementos de um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade; o que, também segundo a orientação trazida na Carta do 5º Congresso, passa pela garantia de: “um limite máximo do tamanho da propriedade da terra”; a “demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas”; “que a terra e a água, como bens da natureza, estejam condicionadas aos interesses do povo”; também, o “controle da produção de agrocombustíveis pelos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, buscando a soberania energética de cada região”; a “defesa das sementes nativas e crioulas”; a “difusão das práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente”; a “produção de alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno”; a “preservação das matas e o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, na luta contra o aquecimento global”; o “acesso ao ensino fundamental, à escola de nível médio e à universidade pública, gratuita e de qualidade para a classe trabalhadora”; com o “desenvolvimento de diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no

meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora”; e por “que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres”; finalmente, “a democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo”.

As elaborações programáticas do 5º Congresso do MST, reunidas na sua Carta, aprovada em plenária – após ter sido proposta pela Direção do Movimento, discutida pelas Brigadas de cada estado, de terem sido feitas sugestões e, por fim, uma nova sistematização –, refletem a consciência tornada hegemônica no seio do Movimento Sem Terra. Do mesmo modo que, a experiência organizativa realizada durante a produção do Congresso segue o exemplo das ações e da cooperação efetivamente realizada pelo Movimento no espaço cotidiano da luta. E, foi certamente daí que surgiram as maiores lições. Na nossa ida para Brasília, já na primeira parada para lanche, nós, da Brigada dos “movimentos urbanos”, fizemos uma assembléia: apresentamo-nos e recebemos algumas informações sobre o que, provavelmente, iríamos encontrar em nosso destino. Também fomos informados que teríamos que definir as pessoas do nosso ônibus que viriam se integrar nas Brigadas gerais de organização do Congresso. Mesmo quem não era integrante do MST, os “convidados”, foram chamados a contribuir na organização, para o bom funcionamento do evento.

Foi assim que vivemos em uma semana de encontro: em maior ou menor medida, mas em grande conta, os participantes do Congresso foram também sujeitos da sua organização, talvez por isso o evento tenha se realizado com relativo sucesso econômico; basta dizer que foi cobrada uma taxa de inscrição de R\$ 10 e pedida uma contribuição de 1 K de alimento para cada participante, o que permitiu realizar três refeições diárias para mais de 18 mil pessoas – incluindo aproximadamente mil crianças Sem-Terrinha – e garantir alojamento, bolsa, material de estudo, livro, camiseta, boné, etc. para cada um. É claro que, para isso, contou-se com a cooperação realizada pelo MST nos espaços produtivos dos assentamentos, durante atividades agrícolas, agroindustriais etc.; que contribuíram, essencialmente, para a estruturação econômica deste Congresso. Como também se pode falar do apoio prestado por outros movimentos sociais – sindicais e populares –, em particular, no que toca as contribuições para o transporte dos militantes. E do próprio poder público, na figura do Governo do Distrito Federal, que disponibilizou as instalações do Ginásio Nilson Nelson e a

área de suas imediações, onde aconteceram as atividades; e, ainda que, bem ou mal, garantiu infra-estrutura de limpeza e iluminação dos espaços públicos durante os dias do Congresso. Já a relação com o Governo Federal, ficou por conta da Marcha realizada no dia 14 de junho de 2007, na qual, fileiras de militantes, somando 7 km de extensão, pararam a Capital do Brasil, além de deixar mensagem registrada numa grande faixa estendida no muro do Congresso Nacional, acusando os três poderes da República de “impedir a Reforma Agrária”.

Com a realização do 5º Congresso, o MST deu mais um passo na construção da sua organização. Pode-se considerar que, representa um passo importante para a redefinição da luta de classes mundial; no campo do enfrentamento nacional houve que tomar posição quanto às ações do Governo Lula – já em seu segundo mandato à frente do país; localmente, as lutas do Movimento fazem referência às grandes empresas transnacionais e à tentativa de se apropriarem das fontes de água, terras, sementes...; para não dizer, de todo o patrimônio historicamente construído pela humanidade.

Antes de encerrar este relato, propomos considerar que o 5º Congresso do MST tem lugar específico na luta emancipatória da humanidade, pela auto-superação da existência humana; em particular, quando, no período atual, avança o acirramento do conflito social – conforme evolui a contradição capitalista, opondo a classe dos que dominam crescentemente a propriedade dos meios de produção sociais à classe trabalhadora, por sua vez, crescentemente excluída do uso do território, quanto mais se reduzem as possibilidades de todo o povo servir ao capital e ser por ele explorado. Para os que negam existir a luta, lamento, contudo, informá-los que teremos que enfrentá-la, saibamos lá onde estejamos; em que lugar do mundo, da sociedade... Sabemos que enquanto avança sem solução se desenvolve o conflito, chegando a sugerir fatalmente a inexistência da humanidade, destino frente ao qual não resta senão lutar, inexoravelmente, pela vida. Neste aspecto, a experiência do MST é parte de um importante laboratório social, onde se luta coletivamente na busca pela superação das dificuldades históricas, através do desenvolvimento de relações de produção sociais emancipadas – a cada momento, na medida em que a realidade se coloca como obstáculo à existência da sociedade. Por fim, nos cabe render homenagens aos Sem Terra pela coragem que estão tendo de enfrentar desafios estruturais da vida; diante disso, buscamos dialogar sobre as nossas mais profundas afinidades e de como podemos avançar juntos na construção de uma existência social emancipada.